Yann Moncomble

O Poder da DROGA na Política Mundial

um dossier explosivo

HUGIN
1997

Editor: Hugin Editores, Lda.
Apartado 1326 -- 1009 Lisboa Codex
Tel.: (01) 813.01.39 -- Fax: (01) 814.42.12
Email: hugin $â esoterica.pt
c 1997, Hugin Editores, Lda.

Tradução: António Carlos Rangel

Capa: Júlio Sequeira

Composição e maquetagem: Hugin Editores, Lda.

Impressão, montagem e acabamento: Sociedade Astória, Lda.

Distribuição: Diglivro, Lda.

Primeira edição: Fevereiro de 1997

ISBN: 972-8310-27-7

Depósito Legal: 107188/97

o dinheiro da droga inundou o sistema. jean-michel helvig escreve no libération de 28 de agosto de 1989: «conjuntamente com os petrodólares, os narcodólares influem nos mercados financeiros e nenhuma fronteira lhes resiste. nenhum banco - mesmo nacionalizado - pode assegurar que não detêm dinheiro sujo«.

as manipulações de dinheiro sujo, de que oferecemos vários exemplos, passando da «pizza connection« à «pesetas connection«, sem esquecer a «libanese connection« e sobretudo a «swiss connection«. dezenas e dezenas de bancos e de indivíduos estão envolvidos neste negócio.

o chase manhattan, o bank of america, o irving trust, o great american bank e inúmeras outras instituições financeiras estão envolvidas na reciclagem dos fundos dos traficantes.

algumas pontas deste iceberg servem para a espionagem e para o

financiamento de certas operações. CIA, HGB, mossad, dgse rivalizam na utilização do tráfico de drogas, associando-o a guerras civis, ao tráfico de armas e ao terrorismo.

nenhum país está a salvo deste tráfico horroroso e da manipulação.

neste estudo, encontrará nomes, factos e números que o farão tremer, tamanha é a extensão deste fluxo que se mistura da vida diária, na nossa vida.

o autor -- yann moncomble - faleceu, em circunstâncias misteriosas após a publicação deste livro, em frança.

Nota de Abertura

Este livro foi publicado, na sua edição francesa, em 1990 e teve uma larga aceitação por parte do público.

Sete anos já estão decorridos sobre o seu aparecimento e neste espaço de tempo sobre o seu aparecimento e neste espaço de tempo vários acontecimentos marcaram o nosso final de século, alterando os quadros sociais, económicos e políticos, com especial relevo na panorâmica do Leste Europeu de que as quedas do Muro de Berlim e do regime soviético são factores relevantes.

Esta obra, em nosso entender, não perdeu o interesse actual. Ela é necessária para uma boa compreensão da geo-estratégica do Poder.

Numa época em que cada vez mais se ouve falar de Mafias Russas, criminalidade vinda do Leste e se reconhece o poder económico do narcotráfico contra quem as Nações lutam, este livro, para além de constituir uma fonte histórica do conhecimento significativo é por si, na sua leitura atenta, um campo rico para que o leitor interessado possa dar azo à sua natural interrogação, sentimento pesquisador no sentido de melhor poder compreender aspectos dos tempos que correm.

Os Editores

No seu boletim Le Mois de 7.8.1989, revista da Société de Banque Suisse (S.B.S.) podemos ler, não sem um sorriso: «Em 1 de Dezembro de 1987 foi inaugurada a agência de Miami. O seu objectivo é permitir à clientela privada e afortunada da América Latina e do sul dos Estados Unidos aceder mais facilmente às prestações de serviço que lhe são oferecidas pelo nosso banco«.

O Capitalismo da Droga...
De Banco em Banco

«Como branquear narcodólares?« É assim que começa um notável estudo

aparecido em Science et Vie économie Magazine de Novembro de 1989 assinado de Mohsen Toumi. Reproduzimo-lo, dada a sua clareza, nitidez e precisão.

«Em 18 de Setembro último os representantes de quinze países ricos reuniram-se em Paris para reforçar a coordenação internacional contra o "branqueamento" do dinheiro da droga. Os nossos responsáveis políticos, com efeito, aperceberam-se que a luta incidia mais no tráfico dos produtos propriamente ditos mas muito pouco nos circuitos financeiros. E que, para lá da guerra contra intermediários e produtores (como na Colômbia), seria eficaz castigar os grandes traficantes.

«É necessário dizer que há algo que tem de ser feito: o conjunto do tráfico de estupefacientes teria gerado 500 biliões de dólares em 1988. Ou seja, o equivalente do PIB da França em 1985! Entenda-se que este número repousa na estimativa do volume físico de droga consumida e, neste domínio, só é possível extrapolar a partir das apreensões efectuadas. No caso da heroína, as autoridades americanas e francesas calculam que tais apreensões não representam mais de 5% da produção mundial. No total, no último ano, o consumo de folhas (coca, marijuana, haxixe) terá atingido 30.000 toneladas e o do pó (cocaína e heroína) 800 toneladas. Multiplicando essas quantidades pelos preços de venda a retalho praticados um pouco por todo o mundo, obtêm-se montantes que variam entre 300 e 500 biliões de dólares. M. Kendall, Secretário-Geral da Interpol, inclina-se mais para o segundo número (1). Mas, qualquer que seja o montante, esses narcodólares representam uma massa enorme de dinheiro líquido. É aí que começam os problemas dos que auferem a maior parte dessa fonte de riquezas: os transformadores de produtos-base, os transportadores e os grossistas.

(1) Entrevista concedida ao Middle East Insider.

«O primeiro é apenas um problema físico: como armazenar e transportar uma tal quantidade de notas? Parece difícil a sua deslocação ao longo do dia num furgão blindado como se este fosse um porta-moedas e, naturalmente, é suspeito pagar a dinheiro toda uma série de transacções. Em numerosos países, de resto, os pagamentos in cash não são admitidos a partir de um dado montante. Impossível, pois, depositar no banco uma mala cheia de notas; é a melhor maneira de levantar suspeitas, pelo menos nos grandes estabelecimentos com porta aberta. Segundo problema: o dinheiro, continuando líquido, não traz qualquer benefício. É necessário investi-lo e colocá-lo, pois.

«Daí a necessidade de o "branquear", isto é, de o fazer mudar de natureza (transformá-lo em moeda escriturada), de dar-lhe uma aparência respeitável (dissimulando a sua origem delituosa) e utilizá-lo de maneira aproveitável (em activos mobiliários ou imobiliários).

«A expressão "branquear" não é recente: remonta à época da proibição nos Estados Unidos, quando as receitas de vendas de álcool ilícito em notas bancárias eram investidas em lavandarias de bairro, legalmente inscritas no registo comercial. O sistema era simples. Comprar um estabelecimento a dinheiro era perfeitamente possível nessa época. Tinha uma dupla vantagem: por um lado, o dinheiro "sujo" era investido num comércio

legal, por outro, pagando os clientes em espécie, era fácil aumentar a receita normal da semana juntando-lhe o benefício proveniente do tráfico de álcool. O gerente levava tudo ao seu banco, que de nada suspeitava.

«Hoje existem numerosos e melhores meios para branquear os narcodólares. O velho sistema da lavandaria do tempo da proibição ainda é utilizado. A compra de um estabelecimento comercial onde os clientes pagam a dinheiro é um valor seguro. Segundo os especialistas, é difícil descobrir nesses investimentos o que provem da droga ou de outras formas de delinquência.

«Certos capitais de origem duvidosa usam o mundo do show-business para recuperarem a virgindade. O procedimento foi muito desenvolvido na Itália, na França e na Bélgica. A "tournée triunfal" da vedeta (que, na realidade, é quase sempre um fracasso em toda a parte) permite pôr numa conta de banco todo o dinheiro "sujo" que, oficialmente, é apresentado como a receita dos espectáculos. De forma semelhante, certas empresas criadas em paraísos fiscais servem de plataforma para recolher as receitas de filmes difundidos em numerosos países. Se é impossível comprovar o número exacto de espectadores, em contrapartida é fácil reciclar o dinheiro duvidoso.

«Mais sério, uma vez que comporta somas muito mais importantes, é o sistema do casino. O princípio é simples: compram-se por 500.000 dólares (por exemplo) fichas de jogo num casino. Não se joga absolutamente nada, mas algumas horas mais tarde trocam-se as fichas por um cheque do casino, do mesmo montante, que se vai simplesmente depositar numa conta. Oficialmente trata-se, em caso de controle, de dinheiro ganho ao jogo. O sistema funciona muito bem na sua variante internacional. Depois da troca de um grande pacote de notas por fichas de jogo não utilizadas, mediante um simples telex pode transferir-se a soma para um casino americano ou oriental pertencente à mesma cadeia. Vão-se buscar fichas, não se joga absolutamente nada e, à saída, trocam-se tranquilamente por um cheque na caixa. Nada a dizer. O dinheiro está perfeitamente branqueado.

«Mas, apesar do método poder manipular somas enormes, o branqueamento bancário é, de longe, o que recicla a maior parte. Certos processos permitiram às autoridades internacionais fazer uma ideia precisa sobre os mecanismos postos em acção. Como se irá vendo, os traficantes souberam explorar largamente a mundialização da transferências de capitais que caracteriza a finança moderna.

«Aeroporto de Los Angeles, 27 de Novembro de 1986. Receando um atentado por meio de mala armadilhada, a polícia fez explodir três malas deixadas num canto pelo seu proprietário. Revelaram-se inofensivas: continham 2 milhões de dólares em notas pequenas! Sem o saber, a polícia americana tinha posto a mão em narcodólares. Em todas as partes do mundo os passadores transportam o dinheiro líquido pelos mesmos caminhos e com as técnicas utilizadas no transporte de droga. O objectivo é poder depositar o dinheiro num banco. Mas não serve qualquer banco: é necessário um caixa complacente que receba os maços de notas suspeitas. Na realidade, existem principalmente duas categorias de bancos susceptíveis de aceitarem tais depósitos: os bancos instalados em paraísos fiscais, sejam ou não filiais dos grandes bancos internacionais, e os bancos suíços.

«As praças financeiras offshore das Bahamas, Panamá, Ilhas Virgens, Ilhas Caimão, Chipre, etc., não se preocupam verdadeiramente com a natureza e a

origem dos fundos que ali são depositados às mãos cheias. As autoridades desses pequenos Estados têm mesmo permitido aos bancos dispor de postos especiais de desembarque em aeroportos sem qualquer controle policial ou alfandegário apertado. Nas Ilhas Virgens britânicas, por exemplo, foi instalado pelo venerável Barclay's Bank um heliporto privativo. Em todos esses lugares da zona caraíba os traficantes podem, pois, depositar tranquilamente as suas somas líquidas provenientes da Colômbia ou de Miami. A estes paraísos fiscais há que somar toda uma série de praças financeiras onde depositar uma mala cheia de notas de banco não espanta ninguém: toda a América Central, certas praças do Médio-Oriente (em Souk-el-Manach, Kuwait), Líbano, Malásia, Ilhas Maurícias, Hong-Kong. ..

«A Suíça, como se sabe, oferece desde há muito uma entrada livre e ilimitada ao ouro e às divisas, qualquer que seja a proveniência. Em cada ano realizam-se na Suíça transacções diversas na ordem de 65 biliões de dólares em notas, ou seja, 8% das transacções do mundo inteiro! Certos processos recentes puseram em evidência o papel particularmente activo de alguns dos principais bancos do país na lavagem de narcodólares: a Union de Banque Suisse e o Crédit Suisse.

«O sistema helvético implica duas fases. Em primeiro lugar, os passadores, por grandes que sejam as somas, depositam os narcodólares num intermediário, que pode ser um advogado, um notário ou um agente de câmbios. Na Suíça, essas profissões podem agir como um estabelecimento financeiro e não estão sujeitas à legislação bancária. Um passador pode pois depositar legalmente uma caixa cheia de notas bancárias no escritório de um advogado. Essa primeira operação corresponde ao que os especialistas chamam a "pré-lavagem". Num segundo tempo, depois de pagos os honorários, o advogado deposita essas somas em bancos tidos como reputados, sem ser obrigado a revelar a identidade do seu cliente. Em virtude do famoso segredo bancário suíço, o dinheiro depositado em conta numerada está apto para todo 0 serviço: podem efectuar-se transferências de conta para conta em toda a superfície do globo. Além disso, a Suíça, além de tais facilidades, é muito apreciada pela qualidade do seu serviço: as transferências podem ser efectuadas em poucas horas.

«Mas, para justificar tais transferências, é necessário ainda apresentar razões honoráveis, o que vem a constituir a segunda etapa do branqueamento. As técnicas utilizadas são sempre bastante simples quanto ao seu princípio mas complexas na execução: as transferências são multiplicadas para um e outro ponto do globo em proveito de múltiplos intermediários ou homens de palha.

«Foram descobertos dois meios principais: facturas falsas e empréstimos. No primeiro caso, é suficiente que o barão da droga disponha de uma loja de conveniência, por exemplo nos Estados Unidos. Esta emite facturas por uma prestação de serviços fictícia, e faz-se remunerar a partir da conta bancária de uma empresa de fachada, por exemplo nas Bermudas. Conta bancária que, como se sabe, é alimentada com dinheiro líquido.

«No segundo caso, o nosso barão deseja investir num imobiliário de turismo, por exemplo na Côte d'Azur. Para tal, como toda a gente, solicita um empréstimo a um banco de Genève. Como existem cumplicidades, o empréstimo concedido é "garantido" pelo montante da conta numerada que ele possui nesse banco. O montante é transferido para outra conta sua, numa filial francesa do banco helvético. O montante do empréstimo

corresponderá ao montante do depósito e os juros a pagar corresponderão aos juros acumulados na conta numerada, menos as comissões, bem entendido. Era assim que o BCCI lavava os narcodólares provenientes do Cartel de Medellín.

«Agora, sim, o dinheiro da droga foi branqueado, é de natureza bancária e tem origem legal. Pode então ser investido em sectores da economia (o high tech, segundo parece, é muito apreciado), colocado em títulos de família (bónus do Tesouro americano, por exemplo) ou em acções de raiders se as OPA têm necessidade de fundos importantes em pouco tempo.

«Por outro lado, o branqueamento tem consequências qualitativas no conjunto das economias que lhe estão relacionadas. Para reciclar uma tal massa de dinheiro são necessárias redes, cumplicidades, protecções.

«Em Paris, instalada num bairro elegante, uma empresa de comunicação com a sede social instalada num paraíso fiscal do Mediterrâneo, faz estudos por conta de empresas, edita revistas técnicas e tem uma pequena actividade em publicidade. Emprega umas cinquenta pessoas, entre as quais economistas, jornalistas, secretários, etc. 50% do aluguer das instalações é pago em dinheiro e uma boa parte do pessoal é remunerada com notas pequenas e usadas (de 10, 20, 50 e 100 dólares). O mesmo grupo possui instalações de actividades similares na Suíça, na Espanha, na Grã-Bretanha e na Itália. Num só ano foram convertidos em prestações de serviço e despesas de manutenção cerca de 11 milhões de dólares líquidos. O objectivo é duplo: branquear narcodólares, naturalmente, e "comprar" influência.

«Os partidos políticos não têm nada a ver com droga... mas, em todos os países, têm necessidade de dinheiro. As grandes firmas internacionais não são traficantes de cocaína... mas têm necessidade de intermediários e serviços de todo o género para poderem exportar. Até onde chegam as responsabilidades dos bancos suíços que citámos? Invariavelmente, é apenas um ramo, um escalão da instituição a revelar-se culpado. Mas a corrupção "mói" o conjunto. De súbito, são postos em causa os maiores nomes do mundo da finança.

«Nos Estados Unidos, o First Bank of Boston, décimo sexto banco do país, viu-se em 1985 incapaz de justificar transacções com o estrangeiro no montante de 12 biliões de dólares! No mesmo ano, a muito respeitável agência de corretagem nova-iorquina E. f. Hutton, foi acusada abertamente de branquear 13,5 milhões de dólares com a ajuda do Crédit Suisse.

«Num inquérito difundido por Canal + sobre o dinheiro da droga, Jean-Pierre Mascardo acusou uma boa parte da alta-roda da banca americana: Chase Manhattan Bank, Irving Trust, Bank of America, etc. Mas o maior escândalo narcobancário destes últimos meses é seguramente o do BCCI (Banque de Crédit et de Commerce Internationale).

«Este banco não é um estabelecimento miserável de um país em vias de desenvolvimento: domiciliado no Luxemburgo, conta com 400 agências em 73 países e conta com 20 biliões de dólares de depósitos. O caso do BCCI demonstra bem as ligações financeiras entre as redes comprometidas da banca e o mundo bancário oficial, a vontade de "molhar" homens de negócios conhecidos, homens políticos em vista e mesmo organizações

caritativas, como a do antigo presidente Carter. Nunca se sabe quem é honesto e quem não é, quem é cúmplice e quem é ingénuo. Porque -- e este é o último escalão -- os narcodólares servem para corromper os Estados. O Irão, por exemplo, encoraja abertamente o tráfico de droga em nome da "boa causa". E os Estados que proclamam oficialmente o combate do flagelo por todos os meios, também têm fraquezas. Especialmente quando o tráfico de droga se associa ao tráfico de armas. Os especialistas estimam que o tráfico mundial de armas é, pelo menos, igual às vendas oficiais, isto é, 50 biliões de dólares anuais.

«Há numerosos conflitos no globo (Afeganistão, Nicarágua, Líbano, Irão-Iraque, etc.). As partes em confronto são apoiadas mais ou menos discretamente pelos "grandes" países. Para os ajudar, é necessário fornecer-lhes armas. Mas não à luz do dia. Que pechincha para os possuidores de narcodólares por reciclar! De um lado, na sombra, há que comprar armas (por meio de contrabando ou aos negociantes de canhões legalmente estabelecidos) e passá-las clandestinamente. Tudo isso custa caro, mas os narcodólares lá estão. De outro, é necessário que se façam pagar da maneira mais legal possível. Lá estão os fundos especiais de todos os governos do mundo. Entre os dois, toda uma série de intermediários, de bancos offshore, de certificados falsos de exportação, de empresas fictícias. A este respeito, o assunto do Irangate é exemplar: os Estados Unidos, que por um lado lutam contra a droga, por outro, e dada a cumplicidade dos cidadãos israelitas que formam as milícias privadas dos traficantes colombianos, fornecem armas ao Irão, produtor de droga!

«Como se vê, o branqueamento tem várias dimensões. Uma vez que no seio dos mecanismos financeiros internacionais se misturam estreitamente o dinheiro limpo e o dinheiro sujo, o oficial e o clandestino, a lógica dos traficantes e as razões de Estado, parece ridículo querer coordenar a luta internacional contra o branqueamento. Por outro lado, é verdade que as diferenças de legislação entre os países constituem outras tantas falhas exploradas pelos traficantes.

«Opõem-se duas categorias de países: alguns, como a França, tiveram durante bastante tempo um sistema de controle de câmbios que os protegeu seguramente contra os tráficos importantes e uma legislação severa contra os pagamentos em dinheiro. Por outro lado, as medidas legislativas que permitiriam condenar a reciclagem de dinheiro sujo ou são inexistentes ou são demasiado recentes (lei de 31 de Dezembro de 1987 para a França). Outros países têm um arsenal jurídico que visa especificamente o branqueamento (a Itália desde há 12 anos, na luta contra a Mafia e, sobretudo, os Estados Unidos). No entanto, um e outro são extremamente permissivos quanto à transferência de fundos.

«Enfim, que fazer em face de paraísos fiscais tão tolerantes a respeito dos narcodólares e tão acolhedores para numerosas e respeitáveis empresas que escapam às fiscalizações administrativas dos seus países de origem?».

Vejamos mais em pormenor todos estes assuntos.

Ao receberem o convite muito gentry (relações de negócios convertidas em amizade) para o casamento de Robert L. Musella e Kathleen Corrine Erickson, Ian Howard, director do BCCI em Paris e o seu assistente Sibte Hassan, não hesitam. O mesmo faz Syed Aftab Hussein, manager do BCCI no

Panamá, e Akbar Ali Bilgrani, um dos dirigentes da divisão latino-americana do mesmo banco. Em companhia de Amjad Awan, de Miami, saltam para um avião via Flórida. No aeroporto são esperados por duas limousines negras de vidros fumados. No dia seguinte, encontram-se na companhia de dois quadros do BCCI de Miami.

Não suspeitam de nada. Porém, ao abrirem as portas do ascensor, a ratoeira fecha-se. Em alguns segundos, os cartões de convite são trocados por um par de algemas e por um «Welcome to Tampa, you are under arrest!» (Bem-vindo a Tampa, v. está preso!) Surpresa total: um dos banqueiros graceja francamente, supondo tratar-se de uma partida cómica, e exclama: «Formidável! Que comece a festa...«, Compreendem-no... Semanas antes tinham-lhe pregado uma partida semelhante. Numa noite de sonho, uma strip-teaser tinha-lhe colocado umas algemas nos pulsos. Era premonitório...

Assim terminou um dos episódio mais rocambolescos do inquérito conduzido nos Estados, França, Grã-Bretanha, Luxemburgo, Suíça e América Latina. As autoridades encarregadas de combater os traficantes internacionais de droga tinham decidido vibrar um golpe às instituições financeiras que punham ao serviço de criminosos a sua experiência no branqueamento de dinheiro da droga.

No dia seguinte, William von Raab, director-geral das alfândegas americanas, apresentava os resultados do mais longo e complexo inquérito jamais realizado sobre branqueamento de dinheiro da droga: «Nas últimas 72 horas realizámos o nosso primeiro raid financeiro e demos à expressão "OPA hostil" um novo significado». 82 acusações e 39 prisões efectuadas em 10 de Outubro de 1989 pelos seus serviços em colaboração com as alfândegas francesa e inglesa, que investigavam nas sedes locais do BCCI.

Como se chegou lá? De maneira simples, se assim podemos dizer. Os serviços tiveram a ideia genial -- digna da série Un Flic dans la Mafia -- de introduzir nas redes financeiras agentes prevenidos das trapaças dos banqueiros da droga, e de, inclusive, lhes proporem meios de tomar mais eficazes os seus estratagemas.

A fim de prepararem a sua falsa cerimónia de casamento, Robert e Kathleen passaram mais de 2 anos como agentes infiltrados nos mecanismos americanos do famoso Cartel de Medellín. Segundo documentos oficiais da justiça americana, o primeiro encontro dos traficantes com os agentes clandestinos das alfândegas teve lugar em Miami em 14 de Julho de 1986. Robert Musella e Kathleen Erickson tinham ao seu serviço uma empresa com o nome de Financial Consulting sediada em Port Richey, na costa oeste da Flórida, alguns quilómetros a norte de Tampa. Por intermédio da mesma, Gabriel Jayme Mora, «Jimmy«, solicita ajuda para abrir contas bancárias em Miami. Um mês depois, Gonzalo Mora Junior faz a sua aparição e entrega-lhe 16.400 dólares para depositar numa das suas contas.

Reina a confiança, uma vez que Robert Musella não tem rival na conversão em dinheiro limpo de grandes somas de dinheiro provenientes da venda de cocaína. Abre contas em numerosas instituições financeiras, multiplica transferências de uma conta bancária para outra, subscreve empréstimos em nome de firmas fantasmas criadas a partir do nada reembolsadas por outras firmas-fachada. Em resumo, para montar o seu estratagema, teve que branquear 18 milhões de dólares por conta dos traficantes colombianos.

Gabriel Jayme Mora é cliente de grande calibre. Recolhe fundos na Flórida, Los Angeles, Houston, Detroit, Nova Iorque, Chicago e Filadélfia. Robert e Kathleen ganham progressivamente a sua confiança e, na primavera de 1987, as somas chegam a 200.000 dólares. Mora apresenta aos seus novos amigos Roberto Baez Alcaino, o «Joalheiro», grande fornecedor de droga, cuja joalharia de Los Angeles é utilizada como cobertura. Será preso em Nova Iorque em 14 de Setembro de 1988 no momento em que recolhia vários quilos de cocaína escondida em latas de anchovas. Mora estava ligado estreitamente a John Doe, aliás Don Chepé, aliás Arturo, aliás Kiku, outro branqueador de primeiro plano.

Em 11 de Fevereiro de 1987 os nossos agentes chegam ao topo ao serem postos diante de Ricardo Argudo, um panameano, alto funcionário do BCCI de Tampa. É um primeiro contacto. Em 3 de Abril, Ricardo Argudo vem discutir com Musella a utilização de contas abertas em sucursais estrangeiras do BCCI «a fim de escapar à identificação pelas autoridades de transacções financeiras efectuadas pelos clientes do banco«. Progressivamente, as quantias confiadas a Robert e Kathleen atingem o máximo: remessa de 750.000 dólares em Outubro de 1987 e 980.000 dólares em Novembro. Em Janeiro de 1988 são-lhes entregues 1.500.000 dólares.

Em 22 de Dezembro de 1987, Syed Aftab Hussein, um dos responsáveis do BCCI no Panamá, telefona a um agente alfandegário infiltrado na rede de Tampa para lhe recomendar que contacte com Amjad Awan, director-adjunto da divisão latino-americana do BCCI colocado em Miami. Awan é suspeito de ter gerido por conta de Noriega 20 milhões de dólares sujos numa conta do BCCI. O advogado de Awan tenta desculpar o seu cliente afirmando que este tinha aceitado cooperar plenamente com a comissão senatorial. «Falso -- replica tranquilamente Mark v. Jackowsky, assistente em Tampa do Procurador-Geral da Flórida. -- Awan disse (a conversação foi gravada): se coopero com o Senado, enterro o BCCI e enterro-me a mim mesmo«.

Em 22 de Dezembro de 1987, Hussein comunica por telefone a Awan o branqueamento de 1.500.000 dólares. Um mês depois, Awan e outro convidado para o casamento, Akbar Bilgrani, abrem uma conta em nome de um associado de Musella no Banque de Commerce et de Placements (BCP), praça Cornavin, Genève, representantes na Suíça do BCCI.

Em 29 de Abril de 1988, Awan fala em abrir contas na filial francesa do BCCI para branquear dinheiro. O próprio Musella irá três vezes a Paris -- a última vez em Setembro -- negociar na sede do BCCI, nos Campos Elíseos, com os responsáveis da filial francesa.

Com o auxílio de um gabinete de advogados de Genève, Musella cria uma miríade de sociedades fictícias para fazer rodar o dinheiro. São assim passados 7 milhões de dólares pela sucursal do BCCI, que, então, oferece todos os recursos da sua rede internacional. Em Maio de 1988, no decorrer de várias reuniões, os agentes infiltrados encontram em Paris o paquistanês Nazir Chinoy, presidente da direcção-geral para a Europa e África, e Ian Howard, mandatário indiano, para discutirem claramente sobre o branqueamento dos fundos de Mora e Don Chepé. Chegam mesmo a revelar códigos telefónicos. Depois, encontram-se no BCCI de Londres. A partir daí, a instituição financeira fica mergulhada até aos cabelos na reciclagem de dinheiro sujo.

A gravidade das acusações visando o BCCI e os seus funcionários -- que, apesar das autoridades falarem em somas mais importantes, teriam branqueado 14 milhões de dólares -- levou a administração das alfândegas americanas a lançar um aviso solene e espectacular aos banqueiros do mundo inteiro, tornados imediatamente suspeitos de mil malefícios.

«Se há canalhas entre os vossos clientes -- atirou William von Raab -- vós mesmos vos arriscais a sê-lo também. A minha mensagem aos banqueiros internacionais é clara. Se não sabeis de onde vem o dinheiro dos vossos clientes, podereis ser os próximos da lista».

Declaração de guerra que os dirigentes do BCCI não aceitam. Afirmam num comunicado que o banco «não esteve em nenhum momento conscientemente implicado em branqueamento de dinheiro ligado ao tráfico de droga. As acusações referem-se a pessoas que, segundo o conhecimento do banco, não passam de vítimas inocentes«.

Em tal caso, por que razão de um banco de tais dimensões, com 20 biliões de dólares de depósitos, com 400 agências em 73 países abarcando 13.150 pessoas, está implicado no branqueamento de narcodólares? Pois, muito simplesmente porque a função de um banco é fazer dinheiro. O BCCI tem uma política comercial agressiva e a sua taxa de crescimento ultrapassa largamente os seus concorrentes. Fez fortuna e nome a gerir o dinheiro de paquistaneses imigrados e de emires do ouro negro. Com estes, passou a gerir contas enormes um tanto especiais: uma das suas sucursais londrinas foi aberta para um único cliente de peso, cuja envergadura, por si mesma, justificava o investimento!

Foi citado pela comissão do Senado americano por se ocupar entre 1982 e 1988 das contas do general Noriega, assim como por ter permitido em 1986 ao multimilionário Adnan Khashoggi a transferência de 12 milhões de dólares da agência de Monte Carlo a favor de um comerciante de armas para compra de material utilizado no caso Irangate. As inúmeras empresas controladas por Adnan Khashoggi têm um ponto comum: a discrição. No entanto, conhecem-se as principais estruturas da Khashoggi Connection: três holdings, dos quais o mais importante, Triad International Marketing (Liechtenstein), é uma filial da Triad Holding Corporation com sede em Luxemburgo.

Adnan Khashoggi foi preso e encarcerado no início de 1989 por ter colaborado com o presidente Ferdinand Marcus no desvio de milhões de dólares pertencentes ao Estado filipino. Terá sido, assim, cúmplice de Marcos. Mas Marcos, o principal autor do delito, é livre como o ar no Hawai, em solo americano! Estranho, não?...

A verdade é que o caso Marcos não passou de um pretexto. Se, a pedido dos americanos, os suíços puseram Khashoggi à sombra, foi porque se quis obrigá-lo a falar de outro assunto que, segundo se supõe, ele conhece a fundo. Khashoggi, com efeito, tem desde há muito entre as suas relações de negócios um homem que se suspeita ser o grande branqueador do dinheiro sujo da droga, o verdadeiro cérebro mundial do tráfico.

é um facto comprovado que se encontram muitos sauditas (1) no seio do BCCI. Entre os principais accionistas encontra-se não somente o emir

(1) Vários escândalos alimentaram as crónicas. Houve a prisão de um sobrinho do rei Fahad da Arábia Saudita, o príncipe Ben-Saoud Abderlazizi, detido duas vezes por ter organizado a importação de cocaína... e libertado depois de pagar uma caução de 150.000 libras, caso semelhante ao do sobrinho-neto de Winston Churchill, James Spencer, marquês de Blandford, filho e herdeiro do duque de Marlborough, uma das grandes famílias da aristocracia inglesa! Na Itália, outro escândalo saltou para a ribalta. Tratou-se de um tráfico ilegal de armas para o Iraque que deu lugar a uma comissão de 180 milhões de dólares. A justiça italiana acusa Michel Merhej, sírio-saudita instalado em França, de ser um dos beneficiários desse tráfico, ao mesmo tempo que o coronel Giovannone, em nota ao juiz Carlo Palermo, faz alusão a tráfico de droga. Michel Merhej, por outro lado, foi um dos que aprovisionou o Irão de munições. Suliman Olayan, um dos mais ricos businessmen da Arábia Saudita, grande accionista do Chase Manhattan Bank e do First Chicago Bank -- dois bancos implicados no branqueamento de narcodólares -- é a personagem-chave da fusão entre o Crédit Suisse e o First Boston.

de Abu Dhabi, Zayed Ben Sultan an Nayane, mas também Kamal Adham, chefe dos serviços secretos sauditas, Gaith Pharaon, um dos homens de negócios sauditas mais poderosos que, por intermédio da Pharaon Holding Ltd. detém 26% do capital de Primistères Félix Potin et 28,5% do capital de Paris-Parc, sociedade que construiu e que gere o parque de atracções de Mirapolis em Cergy-Pontoise, e Salem Ahmed Ben Mahfouz, proprietário do maior banco local do seu país, o National Commerce Bank, e grande amigo de Khashoggi. Falta dizer que estes poderosos aliados dos Estados Unidos no Golfo possuem a maior parte do BCCI e que este último não se mostrou nada avaro no sentido de fazer amigos ao mais alto nível da administração americana. Assim, Global 2000, organismo de caridade (2) fundado pelo ex-presidente Jimmy Carter, membro da Trilateral, recebeu da parte do BCCI doações no valor de vários milhões de dólares. O presidente fundador do BCCI, Agha Hassan Abedi, estava muito ligado a Jimmy Carter e a Alan Garcia, presidente do Peru. Carter irá mesmo admitir Abedi como vice-presidente do Global 2000. Abedi, por seu turno, oferecerá, fazendo-o pagar pela agência do BCCI de Londres, um Boeing 727 para uso privado do antigo presidente dos Estados Unidos. Certamente, o senhor Carter irá utilizar esse avião em actividades da sua fundação e semear a boa palavra pelo mundo... O dinheiro proveniente da droga encontra aí um canal extraordinário de branqueamento, ao mesmo tempo financeiro e moral.

(2) Segundo um curioso artigo (genocídios Macissos: Guerra de Baixa Intensidade) publicado na revista madrilena Mas Allá de la Ciencia (Junho/1993, pág. 64) e que, entre outras coisas, comenta o piano Global 2000, concluir-se-á que este organismo de Carter (?) é justamente o contrário de uma instituição de caridade (N.T.).

Bert Lance, antigo director do Budget na administração Carter e amigo de longa data de Agha Hassan Abedi, converter-se-á num dos directores do ICIC (International Credit and Investment Co.), filial do BCCI nas Ilhas Caimão. Este era já de alguma maneira associado a Gaith Pharaon no quadro do National Bank of Georgia, com a missão precisa de adquirir o Financial General Bankshares (FGBI), de Washington, por conta do senhor Abedi. Nada conseguirá. Mas, por intermédio da sociedade financeira do senhor Pharaon, Kuwait International Finance Co. (KIFC), sediada também nas

Caimão, o banqueiro paquistanês conseguirá assumir por fim o controle do estabelecimento de Washington. Graças ao apoio de Mr. Carter, várias personalidades americanas entrarão no conselho de administração do FGBI: entre outros, Clarck Clifford, Symington W. Stuart, membro do CFR (Council of Foreign Relations) (1) e James Gavi, estes dois pertencentes ao célebre gabinete de negócios Arthur D. Little.

(1) Na revista citada em nota da página anterior (págs. 16-17) faz-se uma alusão clara às relações que unem intimamente o CFR (conhecido nos Estados Unidos como «Ministério dos Assuntos de Rockefeller») a Trilateral, os Bildeberger... «club formado em 1954 integrado pelos 500 homens e organizações mais ricas e influentes do mundo e que se propõe a instauração de uma Nova Ordem Mundial» e outras organizações que, embora ocultas dos olhares públicos, detêm um poder imenso no mundo da finança e da política mundial. De notar que, na sacrossanta democracia americana, nenhum destes organismo foi votado pelos eleitores americanos. (N.T.).

Essa filial do BCCI, o ICIC, na qual Bert Lance ocupava um posto importante, viu-se na obrigação de reembolsar um «adiantamento« que lhe fora concedido a propósito de um assunto não concluído, de modo que os comissionistas da firma especializada Price Water House foram pagos. Mas foi outra sociedade do grupo da Price Water House que entregou a Lance (1) o dinheiro do reembolso! O sistema do BCCI, tal como foi organizado, permite-o...

(1) Director em 1977 do First National Bank de Calhoun, Georgia, Lance foi acusado da utilização de fundos seus em proveito próprio e em proveito dos seus amigos políticos.

Outra personagem importante ligada ao BCCI é Clarck Clifford, conselheiro de todos os presidentes americanos desde Harry Truman e antigo secretário de Estado da Defesa de Lyndon Johnson. Eminência parda do CFR, ligado a Henry Kissinger desde os anos 60, presidente do First American Bank, Clifford «foi, entre 1966 e 1972, um dos partidários mais encarniçados da entrega do Vietname do Sul aos comunistas. Estava tão comprometido nesse ponto que, ao ser avisado, ordenou ao senador democrata John Kerry (responsável pela respectiva sub-comissão do Senado) suprimisse o seu nome e a sua intervenção contínua na defesa do general Noriega, como ele ligado ao BCCI. Kerry recusa. Clifford telefona imediatamente a Miami aconselhando o amigo Amjad Awan, um dos fundadores do banco e director das suas operações latino-americanas, "a desaparecer antes de ser chamado a depor". Clifford ignorava que Awan, secretamente, já tinha prestado o seu depoimento ao Senado em 30 de Setembro anterior» (1).

(1) C.E.I., 27.10.1988.

Outro escândalo onde voltamos a encontrar o BCCI: o caso Yorgos Koskotas, magnate da banca e da imprensa helénicas. Quem é este grego? Em 1979, depois de uma dúzia de anos de emigração americana, entra como funcionário no Banco de Creta, em importância o décimo estabelecimento privado do país. Três anos mais tarde, já é o seu proprietário. Entretanto, em 1983, cria um grupo de imprensa: Grammi, que vai de Ena, equivalente do nosso Paris-Match, o primeiro das suas ameias, até Tetarto, mensário cultural muito expandido.

Entre o Outono de 1987 e o Verão de 1988, Koskotas constrói na estrada de Maratona, ao norte de Atenas, o complexo editorial mais moderno da Europa: betão, ouro e mármore branco, redes de electrónica dernier cri, informatização da redacção até às rotativas, que debitam 45.000 exemplares por hora. O investimento está à sua altura: 8 biliões de dracmas (350 milhões de francos). Não olhando a despesas, lança um jornal todo em cor, 24 Horas, cópia do americano USA Today, arrebata dois títulos conservadores, orienta-se para o Pasok, o partido socialista do governo, compra em Dezembro de 1987 i Kathimerini e, 6 meses mais tarde, Vradyni onde censura a Une, comprometedora para o primeiro-ministro Andreas Papandreou.

Demasiado é demasiado, sobretudo porque recusa obstinadamente revelar a origem de fundos aparentemente inesgotáveis. Depois de múltiplas pressões -- Koskotas tem muitos amigos -- foi aberto um inquérito às contas do Banco de Creta, quartel-general do holding de Koskotas. A comissão parlamentar revela a existência de empresas financeiras com sedes no Luxemburgo e ligadas à banca, como a Medit Fin International. Segundo o quotidiano i Proti de 13 de Fevereiro de 1989, aquela estaria implicada com os grandes bancos transnacionais no tráfico de armas e estupefacientes como o Credit Bank e a sua filial Credit Trust.

Os mercados visados eram a África do Sul, o Irão e o Iraque. As empresas públicas gregas de armamento EBO (indústria helénica de armamentos) e Pyrkal estão comprometidas. Em 1985, a EBO teria concluído um acordo de 70 milhões de dólares com o Iraque para o fornecimento de armas através de um intermediário de sociedades comerciais fora da Grécia. Principal acusado destas malfeitorias: o velho director da EBO, Stamatis Kambanis, e três dos seus colaboradores, Dimitri Halatsas (conselheiro jurídico), Ioannis Papadopoulos (director de compras) e Dimitri Kyriakarakos (director financeiro). Kambanis, em fuga, terá de responder por vários roubos que custaram 9 milhões de francos aos contribuintes helénicos, por uma fraude de 21 milhões de francos na compra de material canadiano e de um pagamento de 36 milhões de francos de botijas de vinho a sociedades fantasmas consideradas responsáveis de abrirem o mercado iraquiano aos obuses gregos. Essas firmas-cobertura, segundo a imprensa grega, são a Getaway, a Coastal e a Assas.

O dirigente de uma delas, um americano com o nome de Baumgart, lamentou-se por não ter recebido a sua comissão, que teria ido parar directamente ao bolso de Kambanis. Segundo o jornal ateniense Anti considerado muito sério, Kambanis terá tido contactos estreitos com o Banco de Creta, propriedade de Koskotas, e com o BCCI luxemburguês. E aparecem nomes: Agamemnon Koutsogiorgas, delfim oficial do primeiro-ministro, e George Louvaris, amigo da madrasta de Andreas Papadreou e representante na Grécia da sociedade Matra.

Revelou igualmente que a Medit Fin International mantém relações estreitas com o BCCI, implicado no tráfico de cocaína. A comissão conduzida pelo Banco da Grécia, encarregado de regular os assuntos do Banco de Creta, mostrou a existência de um pedido de transferência de fundos no valor de 70 milhões de dólares da parte do Banco de Creta à intenção do BCCI na altura em que estes factos sucedem. Apesar de ter negado, argumentando falsificação, o Banque Merryll Lynch, igualmente implicado no branqueamento de dinheiro da droga, teria tido uma conta de

13 milhões de dólares para Koskotas, que os adversários acusam de ter branqueado dinheiro da Mafia greco-americana da droga. O que explicaria a origem de fundos aparentemente inesgotáveis...

Mas para compreender o BCCI é necessário fazer um pouco de história. O Bank of Commerce and Credit International foi fundado em 1972. Na altura da fundação figurava já no 49.o lugar do ranking mundial dos bancos de depósitos e tinha tido uma das taxas de crescimento mais rápidas do globo. Em menos de 10 anos tornou-se um dos bancos árabes mais importantes, ao nível do Arab Bank da Jordânia, que se encontrava no 23.o lugar dos bancos de negócios mundiais. Mas, na sua categoria, é o primeiro verdadeiramente internacional.

Se não é o primeiro banco do terceiro mundo, pelo menos é o primeiro banco «terceiro-mundista» do globo. A sua actividade está ao serviço do conceito. Qual conceito? O do seu fundador, Agha Hassan Abedi, paquistanês de origem. Só que tal «conceito« parece extraordinariamente o de uma seita que busca entronização. De tal maneira, que o director em 1982 da filial de Paris, Mr. Deane, apesar de se afirmar pronto a fornecer todas as informações e números sobre a empresa, preferiu não entrar em tais pormenores.

À volta do BCCI e do seu fundador desenvolveu-se uma rede de influência que semeou ramificações nos circuitos de informação, principalmente a partir de Londres. Abedi é, na origem, da Third World Foundation (Fundação do Terceiro Mundo), dirigida por Althaj Gauhar (igualmente de origem paquistanesa e amigo de Abedi). A fundação, com múltiplas actividades, publica o Third World Quaterly, expressão, segundo diz, de numerosas personalidades do terceiro mundo, e, ao mesmo tempo, fornece publicidade política a muitas outras revistas terceiro-mundistas de inspiração socialista ou marxista. Sobretudo, a fundação concluiu com o quotidiano de Londres, The Guardian, propriedade do Scott Trust (onde, aliás como na maior parte dos jornais diários, não faltam problemas económicos), um acordo sobre a publicação semanal de um suplemento sobre o terceiro mundo para o qual a Third World Foundation, directa ou indirectamente, fornece elementos redaccionais.

Mais que a eficaz monopolização indirecta e discreta da informação, é o impacto das suas actividades financeiras, não negligenciáveis, que torna as actividades do BCCI particularmente dignas de interesse.

Apesar das contas de filiais em papel de luxo e dos conselhos de administração povoados de eternos e tranquilizadores notáveis locais, as estruturas que puxam os fios são opacas. Um holding no Luxemburgo (BCCI, SA.) e outro (BCCI Overseas Ltd.) na ilha Grande-Caimão, nas Bahamas. A sucursal de Londres depende do Luxemburgo e a de Paris depende de Caimão. Aqui, várias sociedades entrecruzadas controlam a principal, de modo que é muito difícil saber quem são os accionistas que comandam o conjunto.

Há muitas outras coisas bizarras. Por exemplo, as autoridades bancárias londrinas não concederam ao ramo britânico do BCCI o estatuto de banco, mas sim de licence deposit taker de segunda categoria. Invocou-se o facto do grupo não ter base nacional de origem e não ser mais que uma montagem internacional, o que, nestas condições, limitaria as possibilidades de controle... Muito conveniente, aliás. No próprio Paquistão o BCCI é considerado um banco estrangeiro, apesar dos seus dirigentes manterem as

melhores relações com o regime de Ali Bhutto.

Entre outras curiosidades: o Bank of America, que se encontrava associado ao arranque do BCCI, liquidou progressivamente a sua participação a partir de 1979, a despeito do espectacular crescimento do BCCI. Versão oficial: segundo um estudo da revista New Statesman de 18 de Outubro de 1981, quando os auditores do banco americano chegaram para uma verificação da filial do BCCI num dos emiratos do Golfo, descobriram... que a mesma não existia, de modo que, de comum acordo, foi organizado um divórcio polido. Divórcio no qual não acreditamos, uma vez que o Bank of America foi um dos estabelecimentos bancários citados no inquérito sobre o branqueamento de narcodólares!

Em 1982 o -BCCI já possuía mais de 45 sucursais na Grã-Bretanha, onde eram realizados cerca de 15% do seu montante de negócios e cerca de 45% das suas actividades em África. É uma das raras instituições financeiras a ser instalada quer na África francófona, na Nigéria -- como por coincidência, uma das plataformas giratórias da droga em África -- e no Zimbabwe, onde, depois da independência, foi o primeiro e único banco estrangeiro autorizado.

Em 1980 comprou dois bancos, o Hong Kong Metropolitan Bank e o Banque de Commerce et de Placement de Genève -- apesar do grupo BCCI não figurar na Suíça com esta sigla -- ostentando na página de abertura do seu relatório anual um vice-presidente, Hoffman la Roche, ao lado de um «velho» vice-presidente do Bank of America!

Os accionistas privados detêm hoje 88,4% do capital. Os outros 11,6% continuam nas mãos da iCIC Foundation e do iCiC Staff Benefit Found, duas organizações criadas pelo BCCI e controladas pelos seus directores, uma de vocação caritativa, a outra consagrada à gestão colectiva. A este título, o BCCI investiu somas que em 1987 atingiram 21 milhões de dólares.

Quando os nove responsáveis foram detidos, algemados e encarcerados em 1989, o banco -- pasmem! -- caiu das nuvens!... Apesar das ligações do BCCI aos meios da droga não serem recentes: em 1980, dois dos seus representantes em Bogotá foram acusados de tráfico de haxixe. Em 1986, encontrámo-lo misturado no irangate através de Adnan Khashoggi, traficante de armas. O que, entretanto, não impediu John Hillbery, director da divisão internacional, de afirmar que «uma campanha perniciosa desencadeia-se contra o BCCI, que não está ao corrente de nenhuma pretensa violação da lei». No dia seguinte, porém, rectificava o tiro com uma segunda declaração destinada a «encarar uma perspectiva correcta face às acusações das alfândegas americanas«. Mas os argumentos são demasiado fracos... Hillbery tenta fazer crer que os directores presos, com excepção de Nazir Chinoy, director para a Europa e África, preso em Londres, são «quadros jovens». Só que... não é por casualidade que o BCCI possui três sucursais na Flórida, tantas como no resto dos Estados Unidos.

Por que razão o banco não falou mais cedo de si? Por duas razões: por um lado, porque o seu organigrama é particularmente complexo e, por outro, porque, como já vimos, porque beneficia de apadrinhamentos prestigiosos e protecções políticas ao mais alto nível.

O circuito era o seguinte: remessa de dinheiro líquido a uma agência do BCCI na Flórida; transferência de somas depositadas para várias sucursais do banco em Nova Iorque, Londres e Paris, onde são emitidos certificados de depósito a 90 dias. Como resposta, é consentido um empréstimo por uma filial do BCCI (Bahamas) à agência da Flórida. Tanto os depósitos como o empréstimo são, obviamente, do mesmo montante. Nada mais resta à sucursal de Miami que depositar o montante do empréstimo numa conta pertencente aos grandes caciques da droga do Uruguay ou de algures. Bem, mas depois de todas estas manobras, o BCCI devia comparecer na Flórida por branqueamento de dinheiro. Se houve alguém que ainda acreditava numa justiça igual para todos e esperava obter novas informações sobre a extensão do tráfico de narcodólares, então não ganhou para as despesas. A fim de escapar aos seus juízes, o BCCI do Luxemburgo, em 16 de Janeiro de 1990 estabeleceu um acordo com o tribunal de Tampa, Flórida: confessando-se culpado, dignou-se aceitar uma «prazo de prova» de 5 anos e uma perda de activo de 14 milhões de dólares. Que miséria...

As manipulações de dinheiro sujo efectuadas pelo BCCI não são nem o primeiro nem o mais importante dos casos de branqueamento de fundos já descobertos pelos «caçadores« americanos. O Times de 6 de Julho de 1981 afirmava: «Não é uma coincidência que a filial do banco central (Federal Reserve Board) de Atlanta, Flórida, seja a única a apresentar um excedente de liquidez de 4,7 biliões de dólares«.

Com efeito, essa liquidez (em notas pequenas) provém da venda de droga a retalho.

Em 1982, o Capital Bank da Flórida, a uma cadência superior a 1 milhão por dia, recolheu 242 milhões de dólares levados às suas caixas pelos traficantes. Uma personagem, Beno Ghithis, instalado em Miami, iria revelar que, só ele, branqueara mais de 240 milhões de dólares em 8 meses, ou seja, uma média de 1,5 milhões de dólares por dia útil. O seu escritório situava-se nas proximidades da sede do Capital Bank e alguns dos seus correios encarregados dos depósitos conheciam tão bem os funcionários que, além de os tratavam pelo primeiro nome, só esperavam o tempo necessário para o dinheiro ser contado. Outros correios iam depositá-lo em bancos do Texas, da Califórnia ou do Canadá (1). Chegavam a efectuar 30 ou 40 transacções por dia. Para não atrair as atenções dos «caixas« (!) reduziam os depósitos a 5.000 ou 7.000 dólares cada um. Apesar de ter branqueado cerca de 8 biliões de narcodólares, o Capital Bank foi absolvido, como foi absolvido o Banque de Nova Scotia, que tinha introduzido no Canadá 12 milhões de dólares (levados por escolares em sacos de desporto por conta de Gary Hendin, advogado que montara no seu escritório um falso gabinete de câmbios).

(1) As autoridades canadianas calculam que através dos seus bancos dos quais um bom número tem agências nos paraísos fiscais das Caraíbas, circularam perto de 7 biliões de dólares provenientes de dinheiro da droga.

Posta em causa em 1985 no caso da Pizza Connection -- cadeia de pizzarias nova-iorquinas que branqueara perto de 700 milhões de dólares -- a famosa agência de corretagem de Wall Street, E. f. Hutton, teve a sorte do seu lado. A sua sucursal de Providence, Estado do Maine, recebeu 13,5 milhões de dólares em notas pequenas, transferidos depois para a sua agência de

Locarno (Suíça) via Crédit Suisse e diversos bancos das Bahamas e das Bermudas. Hutton colocava-as nos mercados por conta de Della Torre, lugar-tenente do boss da Mafia, Giuseppe Bono; a firma escapou com uma multa de apenas 2,75 milhões de dólares já que fez a promessa de não reincidir (!). Em Junho de 1987, no entanto, Yuri Androwitz, um dos seus brokers de Nova Iorque, e Arnold Phelan, um dos quadros dirigentes, branqueavam de novo, cada um pelo seu lado, milhões de dólares por conta de «cidadãos suíços»...

Parte desse dinheiro foi depositada em estabelecimentos financeiros reputados, como Merryl Lynch, cujos grandes patrões são, sem excepção, membros da Pilgrims Society ou do CFR. O banco francês Paribas detém 3% do capital. O Paribas, pelo montante dos seus benefícios, encontra-se na primeira fila entre os «estrangeiros» da Suíça. Alguns inquéritos revelaram que personagens encarregadas de branquear dinheiro tinham efectuado depósitos em dois dos maiores bancos helvéticos, o Crédit Suisse e o Suisse Bank Corp.

Bancos como o Sanwa Bank estabelecimento japonês classificado no 5.o lugar mundial, o Chemical Bank of New York e o Citizen and Southern Bank de Atlanta, organismos controlados pela Pilgrims, foram condenados por aceitarem branquear narcodólares... No total, mais de 40 bancos dos Estados Unidos foram objecto de inquéritos!

Chase Manhattan Bank, de David Rockefeller, Bank of America, Irving Trust, (todos financiadores do CFR e da Trilateral), o corretor de divisas Deak and Co., a Croker Anglo da Califórnia... Banco Nacional de Mexico e Algemene Bank Nederland, o primeiro banco dos Países Baixos (os últimos dois citados, com o BCCI, por Jean-Pierre Moscardo no seu inquérito O Dinheiro da Droga) (1): todas estas instituições financeiras foram acusadas de reciclagem de fundos de traficantes.

(1) Dados difundidos por Canal +.

No mesmo inquérito encontra-se numa lista um dos mais ricos businessmen do reino da Arábia Saudita, Suliman Olayan, grande accionista do Chase Manhattan Bank e do First Chicago Bank -- entre outros -- ao mesmo tempo personagem-chave da fusão em curso do Crédit Suisse e do First Boston, igualmente implicados no branqueamento de dinheiro da droga.

Em 1985 foi apresentada uma queixa com base no «silenciamento de um caso de branqueamento de 1,2 biliões de dólares provenientes da droga« levado a cabo pelo Bank of Boston, banco estreitamente ligado à instituição financeira pertencente à família do procurador William Weld. Este, na sua qualidade de procurador, para salvar as aparências, encerrar os inquéritos e proteger os interesses financeiros da sua família e de vários responsáveis do Bank of Boston que tinham contribuído no financiamento das suas campanhas eleitorais, exigiu que fosse aplicada uma multa de 500.000 dólares ao Bank of Boston.

Em 20 de Janeiro de 1987, porém, o procurador William Weld foi apanhado em flagrante ao intervir em favor da mafia do Cartel de Medellín. Nos seus arquivos havia informações cedidas por um senador americano que implicavam a Southern Air Transport no tráfico de droga. Segundo o Washington Post, o conselheiro especial encarregado do assunto do

Irangate, Lawrence Walsh, recebera um relatório respeitante às ligações entre a Southern Air Transport e a mafia colombiana da droga. O jornal referia que o senador John Kerry, membro da comissão senatorial dos Negócios Estrangeiros, se tinha avistado com Weld em 26 de Setembro de 1986 para o informar de alguém que fora testemunha ocular da acção da Southern Air Transport no tráfico de droga. Essa testemunha revelara ao FBI ter visto um avião de carga com o emblema da Southern ser utilizado numa operação de droga contra armas na base aérea de Baranquilla, Colômbia. Segundo a testemunha, Jorge Ochoa, um dos cinco chefes do Cartel de Medellín, supervisava directamente a operação. O relato da testemunha não foi levado a sério pelo FBI, pois que, segundo o seu director, William Webster, isso a que chamam narcoterrorismo é coisa que não existe...

Algum tempo antes do encontro entre o senador Kerry e Weld, foi-lhe respondido: «O departamento da Justiça considera que a informação fornecida até ao momento está insuficientemente pormenorizada«.

A ideia que Weld tem sobre a confiança a dispensar à testemunha difere muito da do senador Kerry que, segundo o Post, declarara aos membros do seu gabinete: «O informador deu-nos dados precisos sobre as ligações entre o tráfico de droga e os governos estrangeiros, da corrupção de funcionários dos governos americanos, passados e actuais, ligados ao tráfico de droga, e relatou-nos o que viu da troca de droga contra armas, que implica a Southern Air Transport».

Tudo se assemelha ao caso Barry Seal. Este, que tinha trabalhado também na Southern Air Transport, tornou-se informador da brigada anti-estupefacientes americana (DEA) e denunciou o tráfico ao qual a sua antiga companhia se entregava, ligada, segundo certas informações, à CIA! Foi abatido em Baton Rouge (Louisianna) pelo Cartel...

Portanto, entre o Bank of Boston, William Weld, o FBI e a CiA, droga e tráfico de armas...

Outro caso abafado: o inquérito sobre as actividades ilícitas de branqueamento de dinheiro organizado por um certo Marvin Warner, proprietário do Great American Bank, com sede na Flórida. Warner desempenhou um papel importante na falência do Home State Bank de Ohio, que constituiu um escândalo internacional: cidadãos eleitos do Estado de Ohio, incluídos o governador, o procurador e o presidente do Partido republicano, tinham recebido somas consideráveis de Warner para que o inquérito fosse arquivado.

O advogado de Marvin Warner era Edward Bennett Williams, associado íntimo de Henry Kissinger. Mas que é isso ao lado do California's Crocker Bank que negociou algum tempo depois com o fisco uma multa de 2,25 milhões de dólares por ter transferido sem declaração 4 biliões de dólares para seis bancos de Hong Kong, não falando em operações semelhantes com a sua filial do México? Quanto ao Bank of America, os fundos transferidos teriam atingido 12 biliões de dólares... e a multa negociada, 4,75 milhões. Entretanto, qual a razão do Federal Reserve Board ter posto a circular mais notas de 1.000 dólares na Flórida que em todo o resto dos Estados Unidos?

Apesar das caixas de documentos apreendidos nas sedes do BCCI agravarem substancialmente as acusações contra o banco e apesar de surgirem outros casos semelhantes, a guerra contra os financeiros da droga tem qualquer coisa de ridículo. Os 32 milhões de dólares branqueados descobertos por Robert e Kathleen não são mais que uma gota no oceano. Não passam de um milésimo do que em cada ano representa o tráfico mundial de estupefacientes.

Nicolas Pless e Jean-François Couvrat, autores da obra La Face Cachée de l'économie Mondiale, explicam: «Todos os meses podem encontrar-se na revista International Financial Statistics os movimentos de capitais que transitam pelos sete principais paraísos fiscais: Bahamas, Caimão, Panamá, Bahrein, Hong-Kong e Singapura. No total, pode calcular-se que são depositados 1.000 biliões de dólares em fundos offshore. Isso representa 20% dos depósitos bancários em todo o mundo. O caso das ilhas Caimão é espectacular. A uma hora de avião de Miami, do outro lado de Cuba, essa colónia britânica, cinco vezes mais pequena que o aglomerado parisiense, ocupa o sétimo lugar na lista dos países classificados segundo o montante de depósitos feitos por estrangeiros: 242 biliões de dólares encontraram ai refúgio. Ou seja, quase tantos como na França (266 biliões). O que representa a módica soma de 2 milhões de dólares por habitante!

«Em Miami, um banco chegou a branquear diariamente 4 milhões de dólares. No final, já nem se contavam as notas. Metiam-nas em caixas de cartão grandes e pesavam-nas. Quando os policias desembarcaram, as caixas estavam manchadas de cocaína...« (1)

A Bolsa americana foi atingida em cheio. O Tesouro de Washington observa que nas operações financeiras são injectados fundos exorbitantes de proveniência duvidosa.

(1) Le Nouvel observateur, 16-22 de Março de 1989.

Apesar de George Bush jurar em 12 de Setembro de 1989 que o seu governo seguiria todas as pistas possíveis para penetrar nos meandros do dinheiro e vibrar um golpe nos «senhores da droga onde quer que estejam a agir mal», o mundo da finança mostrou resistência. A mensagem aparecida no Wall Street Journal de 1 de Setembro de 1989 é esclarecedora. Com o título Se o dinheiro da droga contribuiu para o boom económico, que vai acontecer se a guerra contra a droga tiver êxito?, o artigo cita Lawrence Kudlow do banco Bear Stearns: «É quase inegável que o tráfico de droga tem, infelizmente, servido de estímulo à economia«. O diário de Wall Street calculou que o tráfico de droga representa entre 10 e 15% do produto nacional bruto dos Estados Unidos.

Em Setembro de 1987 foram presos por posse e tráfico de cocaína dezasseis agentes de cambio e três funcionários de Wall Street. Era o resultado de um inquérito de quatro anos que permitiu a um agente dos estupefacientes fazer-se admitir como assistente corretor na firma Brooks, Weinger, Robins ç Leeds Inc. Um dos directores dessa companhia (com sucursais em nove cidades americanas), Wayne Robins, foi interpelado depois de buscas em dois dos seus escritórios nova-iorquinos. A polícia prendeu igualmente funcionários de quatro outras sociedades presentes em Wall Street: Prudential-Bache -- comprometida de muito perto com o caso Triangle-Pechyney -- Advest Corp., Allied Capital e The New York Depository Trust.

Os corretores trocavam informações confidenciais em troca de cocaína, expediam amostras gratuitas de heroina através de empresas de recovagem ou manipulavam contas, já que eram bons fornecedores de estupefacientes, segundo as declarações do procurador nova-iorquino Rudolph Giuliani: «A cocaína era regularmente utilizada como moeda de troca«, acrescentou, precisando que as «operações de iniciados» permitiam na ocasião a certos acusados obter proveitos ilegais na bolsa. Assim, o responsável de uma sociedade cujos títulos foram introduzidos no mercado por Brooks, recebeu cocaína em troca de 10.000 dólares de acções da sua empresa. Outro sujeito foi recrutado como corretor porque podia assegurar o aprovisionamento regular de cocaína!...

Outras das redes de branqueamento da droga é a rede de distribuição das salas de cinema americanas, onde não há o menor controle de bilheteiras. Segundo algumas informações, grande parte poderia ser propriedade da Mafia colombiana e americana. De igual modo, várias equipas americanas de futebol do norte e do sul constituídas em sociedades seriam também controladas pelos narcotraficantes, que vertem nas suas receitas dinheiro da droga. Impuro na origem, sai branqueado. É depositado nos bancos sem que se possa verificar a sua procedência.

Martin Fitzwater, porta-voz de George Bush, confiava muito seriamente a Jacques Chirac: «Comentámos entre nós que muitas OPA poderão ser financiadas com dinheiro da droga. Imagine que a Mafia decide comprar uma fábrica de armamento... Levemos a hipótese mais longe: o vosso mercado é distribuidor de heroína. Imagine que uma rede de Marselha se apropria de uma das vossas fábricas de armas...»

A ameaça pesa sobre a França? A resposta é matizada, apesar da comissão das Finanças da Assembleia nacional e dos conselheiros de Pierre Bérégovoy terem ficado intrigados pela OPA conduzida por Pathé-Cinéma. O poder e o volume de dinheiro disponibilizado pelos compradores italo-americanos e os saturados circuitos utilizados convenceram o ministro da Economia e Finanças a intervir e a travar a aquisição da grande sociedade cinematográfica francesa.

Giancarlo Parretti, potencial comprador da Pathé e da Cannon, dono de uma quantidade de empresas espanholas, holandesas e luxemburguesas, escapou por pouco à prisão. Em 27 de Julho de 1989 o juiz de instrução madrileno Soto Vásquez emitiu um mandato de captura contra o financeiro italiano por evasão ilegal de divisas. O inquérito conduzido na Espanha mostrou à luz do dia uma rede de evasão monetária que implicava 19 pessoas. Esse tráfico, que servia para branquear dinheiro, passou 25 milhões de francos para o principado de Andorra. Vários media espanhóis renovaram as acusações que ligam Parretti às finanças da Mafia.

Giancarlo Parretti não só é um dos comanditários de fundos do Partido socialista italiano como conta com amizades um pouco por todo o mundo e, na França, tem-nas no Eliseu. Com efeito, há que dizer que a compra do grupo Pathé-Cinéma por uma coligação franco-italo-americana foi orquestrada por Max Théret, socialista, ex-patrão da FNAC e antigo presidente da sociedade de accionistas de Matin, associada ao grupo cinematográfico Cannon, e por Jean-René Poillot, presidente da direcção-

geral da sociedade Media-Communication (Le Matin) e homem-de-mão de Paul Quilès, membro do Partido socialista francês. Como por acaso, foi Paul Quilès quem fez o forcing junto de Pierre Bérégovoy para que os estrangeiros da Cannon fossem autorizados pelas Finanças a participar na compra de Pathé.

A entrada de Parretti em Pathé é uma anedota de cinema. Atrás de toda esta gente surge um comprador obscuro, Florio Fiorini, financeiro italiano de Genève e patrão da Sasea (Societé Anonyme Suisse d'Explorations Agricoles), associado do grande amigo de Giancarlo Parretti. O helding deste último, Interpart, no paraíso fiscal luxemburguês, entra com a Sasea em muitos negócios comuns.

Donde vem o bilião de francos que a Pathé custou? De momento não há vestígios senão de 480 milhões. Provêm de um crédito concedido a uma tal MTI pela filial neerlandesa do Crédit Lyonnais. Para realizar a transacção, Parretti criou uma sociedade de direito francês à qual Max Théret deu prazenteiramente o seu nome: Max Théret Investissement (MTI).

Na MTI, explica Valeurs Actuelles de 27 de Fevereiro de 1989, Théret detém apenas 30% das acções (em nome da sua casa editorial Le Signe). O resto do bolo pertence a outra sociedade francesa -- Media Cinéma Communication -- na pessoa física de Salvatore Picciotto, homem de total confiança de Parretti, e por um holding de direito neerlandês, Cannon International Bv, controlado por Parretti. Este, directamente, não possui mais de 10% do capital da MTI. O maior accionista é Media Cinéma Communication, com 40%.

O presidente desta última é Jean-René Poillot, ex-director de gabinete de Paul Quilès, já aparecido ao lado dos senhores Théret, Parretti e Picciotto na altura da tentativa de compra do Matin de Paris. A participação de 40% que detém em Media Cinéma Communication custou-lhe 1 franco simbólico. Eis como estão as coisas para os capitalistas franceses!

O dinheiro foi transferido para o banco Rivaud a fim de serem comprados as partes dos accionistas minoritários de Pathé, Suez-Lyonnaise des Eaux-Génerale de Belgique (42%) e do público (6%:. O mesmo banco concedeu à MTI um prazo para pagamento do saldo (52% dos títulos na posse de empresas do grupo, guardados nos cofres à espera da regulamentação definitiva).

Dito de outra maneira, os senhores Parretti, Théret, Poillot e respectivas consortes compraram a Pathé a prestações sem terem que dispor de fundos próprios, ou quase. De passagem, subtraíram o caso à Suez e à Lyonnaise des Eaux que, com a ajuda da Caisse des Dépôts, tinham feito uma contra-proposta sensivelmente da mesma cotação (900 francos por acção), propondo-se pagar a dinheiro.

Qual foi o critério usado pela filial neerlandesa do Crédit Lyonnais para conceder o empréstimo à Mti? «Nos audiovisuais, 480 milhões de francos não são uma soma tão considerável como isso», declarou o senhor Jean-Jacques Brutschi, presidente do directório da filial neerlandesa do Crédit Lyonnais numa entrevista concedida a Le Monde.

Esse banco, de facto, parece muito poderoso. A sua carteira de empréstimos atinge 51 biliões de francos num total de balanço de 75 biliões. Especializado no financiamento do cinema depois do ressurgimento do antigo banco Slavenburg, a filial neerlandesa do Crédit Lyonnais recuperou uma actividade cinematográfica que representa hoje um pouco mais de 4,5 biliões de francos. Relativamente a este último número, o empréstimo concedido à MTI constitui, pois, mais de 10% do conjunto da actividade cinematográfica do banco.

O que não é uma bagatela. O banco não se comprometeu sem obter garantias. Quais foram?

«No comment«, responde-se na sede da filial neerlandesa do Crédit Lyonnais. Há um homem, porém, que conhece a resposta: o senhor Jean Naville.

Com a idade de 60 anos, apesar de bem conservado, o senhor Naville aposentou-se recentemente do Crédit Lyonnais, onde era o encarregado da direcção central de negócios internacionais. Mas não se «desprendeu" totalmente...

Continua a ser administrador da filial neerlandesa do Crédit Lyonnais. É também director financeiro da Cannon France, filial de distribuição no Hexágono do senhor Parretti. A partir do mês de Outubro, assumiu a presidência de uma pequena firma belga -- a Crégéfonds -- instalada em 6 de Fevereiro de 1989 num gabinete de peritos de contabilidade e fiscalização, Guy Cahn, de Bruxelas.

Que firma é esta? Até há pouco, a Crégéfonds era uma sociedade «irmã-mãe-filha« (a Bolsa de Bruxelas nunca esclareceu o mistério) de outro holding belga muito conhecido, Socfin, propriedade em parte de um certo senhor Philippe Fabri, um aliado de sempre do Rivaud!

Os accionistas de Crégéfonds mudaram entretanto. É controlada em 96% por um holding suíço domiciliado em Genève, Sasea, que se deu a conhecer na França no último Outono ao comprar um pacote de acções Rivaud (38%) ao tandem Duménil-Stern, conquistado em condições rocambolescas.

Hoje, a Crégéfonds tem no activo 17% da Socfin e uma participação não revelada em Socfinal: dois dos três holdings que encabeçam o grupo Rivaud.

Desconhecida na França até aos últimos meses, a Sasea está prestes a tornar-se uma das novas coqueluches da praça de Genève.

Na primavera irá proceder a um aumento de capital de 1,6 biliões de francos franceses. Todos os membros do «núcleo duro» (51%) seguirão o exemplo.

Antigo estabelecimento do Vaticano, passado em 1985 para as mãos de Florio Fiorini, administrador-delegado, antigo director da Eni (holding público italiano), a Sasea é hoje controlada em 26% por um holding luxemburguês (Transmarine), ex-propriedade de uma velha família de armadores noruegueses, os Krohn.

É misteriosa a identidade dos accionistas que estão por detrás da Transmarine. A revista Valeurs Actuelles conseguiu identificar o accionista francês (6,25%) na pessoa da família Sénéclauze, que age através do seu genro, Jean-René Bickart. Outros 10% do capital foram localizados em Londres na pessoa de Gyllenhammar ç Partners (o irmão do presidente da Volvo). 4% estão nas mãos de uma velha família neerlandesa, os Fentener van Vissingen. 5% foram adquiridos por outro holding luxemburguês -- Euro-Belge -- de capitais italianos. O resto é do público.

Em 30 de Junho de 1988, o capital da Sasea elevava-se a 900 milhões de francos, o total do balanço a 2,08 biliões e o lucro líquido a 48,5 milhões de francos.

A Sasea exerce quatro actividades principais: banca, serviços financeiros, comércio internacional (cereais, petróleo) e seguros. Turismo e diversões, também.

No essencial, tudo se faz a partir de Amsterdão, onde a Sasea controla três holdings-chave: Sasea Holding Bv, Chamotte Unie BV e Bobel Nv. Estes dois últimos estão cotados na Bolsa.

Todas as pessoas com quem falámos insistiram na ausência de ligações entre a Sasea e o grupo Interpart do senhor Parretti. É um jogo de palavras. Na realidade, os dois holdings trabalham conjuntamente.

Nos Países Baixos, a Sasea e a Interpart partilham (42% cada um) a Melia International Bv.

A Melia tem uma participação de 7% no Cannon Group e controla (em mais de 50%) uma sociedade espanhola, a Renta Immobiliária (Madrid), que comprou recentemente por 300 milhões de dólares os activos imobiliários americanos do Cannon Group. Acordo que desencadeou um inquérito da SEC nos Estados Unidos.

Na Itália, a Sasea comprou uma companhia de seguros, De Angeli Frua, a Parretti. Este, por sua vez, comprara outras empresas (Ausonia, Intercontinentale), mais tarde cedidas à Sasea que, posteriormente, as revendeu...

O Cannon Group e a De Angeli Frua são dois casos curiosos. Parretti investiu nelas muito dinheiro. Alguns meses depois, a Sasea seguiu-lhe o exemplo e injectou-lhe também capitais, tendo nisso uma importante participação. A que iremos assistir com Pathé na reedição do cenário? Não será Parretti o «nariz postiço» da Sasea?

Os métodos do financeiro italiano não são apreciados por toda a gente. Bettino Craxi, ex-presidente do Conselho, sentiu necessidade de desmentir laços de amizade com Parretti. Paul Quilès, apesar de conceder entrevistas à sua revista Europa, afirma não manter qualquer contacto com ele depois do episódio de Le Matin. A Sasea também se sente um tanto incomodada com um sócio que anda demasiado à frente e que fala demais. O senhor Parretti leva os seus aliados ainda mais longe do que eles próprios suspeitam? Entretanto, Eric Kistler, Secretário-Geral da Sasea,

afirma que «Parretti não é o super-capitalista que pretende ser».

Habituado a malabarismos com as regras financeiras e fiscais, Parretti conseguiu até ao presente manter a nebulosidade sobre a sua situação real.

Na Itália, está actualmente em dificuldades com a Banca del Lavoro pelo não pagamento de um crédito concedido à sua empresa Cannon; em contrapartida, oferece a si mesmo a Pathé. É verdade que não lhe faltam amigos: em 1986, a sua empresa procedeu a um aumento de capital de 265 milhões de francos. Aumento que foi inteiramente subscrito em espécie!

Imensa gente se pergunta constantemente de onde vem tanto dinheiro e se tudo isso não será, afinal de contas, um magnífico «écran«...

Na França, em Abril de 1989, caía Hector Cuellar, colombiano de nacionalidade americana, acusado de ter lavado dinheiro sujo da droga por conta de um agente de câmbios também colombiano, um tal Alfaro, actualmente implicado nos Estados Unidos num caso de branqueamento de fundos provenientes do tráfico de cocaína entre os Estados Unidos e a Colômbia.

Hector Cuellar não é um fulano qualquer. Homem de 50 anos, frequentador do tout-Paris das finanças e da Bolsa, foi presidente da American Express Carte France.

Na França, Daniel Lebègue, presidente da direcção-geral do Banque Nationale de Paris, com o fito de regenerar a sua própria imagem, não hesitou em afirmar: «Estamos na situação das companhias aéreas que sabem que pode haver bombas a bordo, mas que ignoram quando e onde podem explodir«. Eis agora os banqueiros convertidos em pobres vítimas... «Farão bem (o BNP) -- como judiciosamente sublinha a revista económica francesa L'Expansion no seu número de 8-21 de Fevereiro de 1990 -- em se preocuparem com a sua filial BNPI que, curiosamente, prospera num Líbano em guerra e estende as suas actividades às Caraíbas e ao Panamá apesar do olho suspeitoso dos americanos«.

«Nem todo o dinheiro das Caraíbas é criminoso!», argumenta um dos dirigentes do Crédit Lyonnais, cujas sucursais das Bahamas, Curaçao, Panamá e Grande-Caimão intrigam o FBI. Com o Barclay's Bank, o DresdnerBank, o Sogénal, o Indosuez e o Paribas, o Crédit Lyonnais deixou-se ensanduichar entre duas transferências duvidosas. A sua filial do Luxemburgo geria, por conta de uma empresa baptizada com o nome de Piducorp, uma conta de 1,2 milhões de dólares proveniente de uma transferência da Citicorp, filial do Citibank. Em 25 de Outubro de 1989 foi dada a ordem de fazer passar essa soma de uma conta do Banco Cafetero (grande banco colombiano) para o Chase Manhattan Bank, da família Rockefeller. O dinheiro assim branqueado era destinado a Gonzalo Rodriguez Gacha, número três do Cartel de Medellín. Os americanos, que investigavam informaticamente as transacções do colombiano, conseguiram dos bancos a anulação da operação e a congelação de 60 milhões de dólares na Europa.

Mais recentemente, o CIC Paris alertava as alfândegas francesas para o facto de indivíduos próximos do general Noriega disporem de contas

chorudas no seu estabelecimento. Uma intervenção judiciária permitiu o bloqueio do dinheiro. O exemplo é revelador, já que o dirigente panameano há vários anos era conhecido nos Estados Unidos como traficante. O CIC Paris esperou que ele fosse capturado para prevenir as autoridades!...

Estes fait-divers ilustram o formidável aparelho que os padrinhos da droga estão prontos a instalar em todas as praças financeiras do mundo. Uma gigantesca máquina de lavar dólares que utiliza cada vez menos criminosos vulgares, demasiado vistosos, e, cada vez mais, homens «acima de toda a suspeita«.

Em Nova Iorque, Londres, Paris, Genève, em todos os paraísos fiscais, são recrutadas personalidades que, dispondo de «estrado» financeiro suficiente, não atraem a atenção ao assinarem cheques de 500.000 milhões de dólares. Na maior parte dos casos são homens de negócios, banqueiros, mas por vezes também «filhos-família« desportistas ou grandes proprietários...

Bill e Don Wittington, dois campeões de automobilismo célebres nos Estados Unidos, não se arriscam a cair no esquecimento. Não por terem ganho as 24 Horas de Le Mans de 1979 à frente de Paul Newmann, mas porque devem 7 milhões de dólares ao Estado e por terem organizado um enorme tráfico de cocaína e reciclado os benefícios, comprando tudo o que lhes veio à cabeça.

Os irmãos Wittington enganaram toda a gente. Enquanto multiplicavam compras de empresas, justificavam a sua fortuna com essas novas empresas. O dinheiro, que passava por ser o resultado dos benefícios de uma empresa-fantoche americana, passava por um banco do México e regressava com certificados de investimento em boa e devida forma.

Os padrinhos são gente prudente. Podendo utilizar o método mais simples, não hesitam. Para fazer dinheiro limpo com dinheiro sujo, o melhor é dirigirem-se a um profissional. Um banqueiro ou um agente de câmbios. Mediante uma comissão, o primeiro aceitará abrir uma conta de, admitamos, 10 milhões de francos. Bastará contrair um empréstimo de uma soma inferior -- amputada do que, por debaixo da mesa, passa para os bolsos do financeiro -- para obter notas utilizáveis no comércio legal. Não se vê nada e nada se sabe...

Mais sofisticado é o recurso ao mercado bolsista. Compra-se em Paris, Londres ou Chicago um «contrato de taxas de juro» a prazo. Vende-se em baixa e depositam-se os ganhos numa conta especial que, pouco a pouco, vai gerando dinheiro limpo. O volume formidável de ordens na Bolsa garante a diluição do dinheiro sujo no dinheiro limpo. Certas empresas financeiras instaladas nos paraísos fiscais não hesitam em fazer convites nos jornais económicos do mundo inteiro. Através de pequenos anúncios garantem «serviços confidenciais em todas as operações de colocação de capitais». O seu signo de reconhecimento? Pretendem-se frequentemente «companhias offshore».

Os maiores branqueadores de dinheiro da droga são os próprios bancos. Vimos já o exemplo do BCCI. Quem ousaria suspeitar, realmente, de um estabelecimento que possui filiais no mundo inteiro e sede nos Campos Elíseos? Que mais podem pedir os traficantes em matéria de

honorabilidade?

Muito naturalmente, isso leva-nos a abrir o dossier dos narcodólares suíços. A revelação do caso da conexão libanesa, a mais importante rede de reciclagem de narcodólares jamais descoberta na Suíça, fez esfumar as seriedades helvéticas. A conexão libanesa provocou a queda de Elisabeth Kopp, ministro da Justiça, e revelou um mundo insuspeitado de manobras atrás da fachada respeitável das instituições.

Ao puxar um fio, começou a desmanchar-se o novelo...

No Outono de 1985, a polícia matava dois coelhos de uma cajadada ao prender dois primos, Rami e Zekir Soydan, e um transportador turco, em Milão, com 30 quilos de heroína. As suas confissões lançaram suspeitas sobre a Shakarchi Trading, empresa que iremos encontrar ao longo deste estudo, de transformar em ouro que expedia para o Próximo-Oriente o benefício da droga reciclado em contas bancárias suíças. Solicitado por demanda judiciária do juiz Vandano de turim, o tribunal de Zurique mandou congelar as contas da Shakarchi. Tal ordem, porém, foi cancelada 24 horas depois graças à intervenção de um velho parceiro do vice-presidente da referida empresa, o incontornável Hans Kopp.

Decididos a ferir o calcanhar de Aquiles da rede turco-libanesa, os Narcotic's americanos vão dar um impulso decisivo nas investigações dos seus homólogos da Itália e do Tessin. No princípio de 1986 conseguem infiltrar uma «toupeira», «Sam, o Louro», que consegue ganhar a confiança de um importador de toranjas, Haci Mirza, estabelecido com a família em Zurique desde 1979 e já titular de uma conta de 3 milhões de dólares na Union de Banques Suisses. Em Junho de 1986, o agente de câmbios Adriano Corti recebe um convite de Gaetano Petraglia, comerciante italiano domiciliado em Locarno, para participar num negócio envolvendo 600 quilos de heroína destinados a financiar uma compra de armas, devendo um e outro tráfico seguir os mesmos tramites. Petraglia era o intermediário de outro italiano nascido em Istambul, Nicola Giuletti, braço direito do grande barão turco da droga, Haci Mirza. Corti, cujo nome foi mencionado no caso da Pizza Connection antes de ter sido ilibado pela justiça, apressou-se a informar a polícia. Durante vários meses, o agente de câmbios serviu de engodo.

Em 27 de Novembro de 1986, enquanto se preparava a armadilha na fronteira italo-suíça, na longínqua Califórnia a DEA (Drug enforcement Administration) e o FBI apreenderam no aeroporto de Los Angeles três malas prontas a partirem para Zurique abarrotadas com 3 milhões de dólares em notas pequenas, fruto de uma venda de cocaína colombiana. Destinavam-se a dois libaneses, os irmãos Jean e Barghev Magharian, conhecidos como cambistas nessa praça financeira, que, sem autorização de trabalho ou de residência, exerciam a sua actividade numa suite da cadeia hoteleira Nova Park. Barghev recebera o seu primeiro visto de entrada em 1976 por recomendação do Crédit Suisse de Zurique e, no início, trabalhou para a Shakarchi Trading. Jean reuniu-se-lhe em 1984 para abrir uma casa de câmbios particular. No final de 1986 a polícia cantonal interrogou-os a propósito de uma transferência errada na sua conta bancária comum... mas não se admirou por ver cinco estafetas empregados nos seus comércios de divisas.

No princípio de 1987, a armadilha de «Sam, o Louro» fecha-se com a

partida de Istambul, em 29 de Janeiro, de um camião de chapas de vidro encomendadas por uma vidraria de Bienne. Num fundo falso viajavam 20 quilos de heroína pura e 80 quilos de morfina-base. Em 18 de Fevereiro, o camião pesado entrou sem dificuldade na Suíça pela alfândega de Chiasso, entregou o vidro em Bienne e recolheu a Zurique, onde os dois motoristas telefonaram aos seus comanditários. Estes marcaram-lhes encontro num parque de estacionamento próximo do túnel de Gothard. No dia 21, apreensão do camião e da carga. No dia 22, os motoristas, que tinham embolsado 80.000 francos suíços, são surpreendidos no Hotel Unione. No mesmo momento, Haci Mirza, que festeja o seu lucro de 2,6 milhões de francos suíços num palace de Locarno, o Excelsior, é capturado com Giuletti. Depois, é a vez de Petraglia. Um número de telefone vai pôr os inquiridores do Tessin na pista dos irmãos Magharian.

Em Setembro, o novo procurador de Tessin, Dick Marty, reuniu secretamente uma cúpula americano-italo-helvética em Bellinzona a fim de orientar as pesquisas sobre as ligações entre os dois libaneses e os traficantes internacionais de droga e apurar da sua responsabilidade na lavagem de dinheiro sujo. Durante 10 meses vai acumulando provas e, em 7 de Julho de 1988, apanha nas suas redes, além dos dois irmãos, quatro libaneses hospedados no Nova Park, um sírio e dois turcos, passadores ou transportadores de fundos entre Sofia, Zurique, Genève, Basileia, Chiasso...

Os documentos descodificados falam por si: os irmãos Magharian tinham passado em malas mais de 7 biliões de francos suíços em divisas diversas, repartidos numa porção de contas bancárias, para comprarem, principalmente à Shakarchi dezenas de toneladas de ouro enviadas com toda a legalidade para o Líbano... Além de 30 milhões de dólares de uma venda de cocaína na Califórnia efectuada por um banco da Colômbia, negócio que lhes valerá em 23 de Março de 1989 serem considerados extraditáveis para os Estados Unidos.

O sistema dos irmãos Magharian era simples. Dirigiram-se ao Crédit Suisse (sempre o mesmo!) que, ao aceitar um depósito de 1,5 biliões de francos suíços, realizava a sua maior operação de sempre. A Union de Banques Suisses, pelo seu lado, recebeu 87 milhões de francos em notas e vendeu-lhes (a dinheiro) 960 quilos de ouro, creditando-lhes as contas em 130 milhões de francos. Em Novembro de 1988, tendo a imprensa suíça revelado o caso, a comissão de bancos viu-se forçada a abrir um inquérito. Os bancos responderam que tinham feito apenas o seu trabalho, que se haviam informado da honestidade dos irmãos Magharian e que não tinham descoberto um só elemento redibitório. O Crédit Suisse, por exemplo, ao interrogar os seus clientes, terá recebido como resposta que, com o acordo tácito das autoridades turcas, se entregavam a um tráfico de divisas entre a Turquia e a Suíça, via Bulgária. Na Suíça isso é corrente. O inquérito da comissão dos bancos chegou à conclusão que os estabelecimentos incriminados se tinham restringido à convenção de diligência e que, no pior dos casos, só podiam ser criticados por uma ausência de vigilância...

Isto é troçar de toda a gente!

Sobretudo quando se sabe que: 1) foi o Crédit Suisse que lhes sugeriu criarem uma sociedade em Beirute -- uma outra será criada no Tessin --; 2) foi a direcção do Crédit Suisse quem interveio junto das Embaixadas

suíças no estrangeiro para que estas facilitassem as deslocações dos correios dos Magharian. Exemplo: num telex de 7 de Setembro de 1987, o Crédit Suisse, por intermédio do seu Middle East Department, recorda à Embaixada suíça de Sofia que Walid Abdul-Rhaman Alayli trabalha para os irmãos Magharian e faz recomendações sobre outro funcionário dos Magharian, Issam Mukhtar Kaissi, libanês de 24 anos.

Apesar dos irmãos Magharian se terem defendido como demónios de terem atacado jornalistas, televisão, de clamarem a sua inocência ou de invocarem uma comovente ignorância, a comissão federal não hesitou em escrever: «Em particular, sobressai a prova que durante o ano de 1986 os irmãos Magharian, da parte dos correios de um intermediário arménio, receberam em Zurique um total de 36 milhões de dólares em notas diversas provenientes dos Estados Unidos. Os fundos provinham do tráfico de cocaína de um bando colombiano. Foram depositados em nome dos Magharian, para as suas contas do Crédit Suisse e da Union de Banques Suisses e, em grande parte, transferidos imediatamente para bancos no Panamá (1)...»

(1) Documento fornecido por Jean Ziegler em La Suisse Lave Plus Blanc, Ed. Le Seuil.

As autoridades helvéticas admitem que ainda não compreenderam como os dois irmãos puderam operar durante tanto tempo e com toda a tranquilidade a partir do seu quarto de hotel e sem nenhuma autorização de residência. E, evidentemente, ninguém pôs ainda a questão de se saber quem os terá protegido. Incriminados, os grandes bancos suíços reagiram imediatamente, tornando público que o montante das contas dos Magharian oscilava entre 14 e 10.000 francos suíços, enfim, uma bagatela. Mas, nesse caso, para onde foi o resto?...

À Drug Enforcement Administration (DEA) conduzira duas operações de inquérito sobre uma rede suíça que reciclava biliões de dólares provenientes da droga, rede dirigida pelos dois irmãos libaneses, Jean e Barghev Magharian. A primeira operação da DEA, Polar Caf, seguiu o itinerário das receitas de cocaína do Cartel de Medellín. Passando por uma série de contas bancárias e empresas-fantoches, como uma cadeia de joalheiros de Los Angeles, Nova Iorque e Houston e uma empresa da Flórida de tratamento de ouro, os fundos iam parar, via Uruguay, em contas bancárias do Banco de Occidente, com sede em Cali (Colômbia). A segunda operação, baptizada Moonbeam, inquiria sobre um tráfico turco-búlgaro de heroína e de armas dirigido pela sociedade búlgara de import-export Globus (anteriormente Kintex).

Segundo os documentos publicados em Março de 1989, as duas operações da DEA convergiram na mesma conta bancária em Nova Iorque da Shakarchi Trading, agência de câmbios e de compra e venda de ouro, de Zurique, cujas actividades coincidem, como vimos, com as dos irmãos Magharian.

Um elemento crucial da rede é a implicação do homem de negócios Edmond Safra, de origem síria, que detém 4% das acções da famosa American Express/Shearson/Lehman e que preside também ao Republic National Bank of New York. Segundo dados obtidos da DEA pelo quotidiano New York Newsday, uma conta de Mohamed Shakarchi no Republic National Bank of New York resultava ser uma verdadeira «lavandaria« do dinheiro proveniente das vendas de cocaína do Cartel de Medellín aos Estados Unidos, de heroína turco-búlgara e morfina-base ao Próximo Oriente.

As relações entre Safra e Shakarchi, segundo os dossiers da DEA, remontam a vários anos, pois que o pai de Mohamed Shakarchi era um velho amigo de Safra. O pai, lançado no câmbio e na compra e venda de ouro desde os anos 60, estava no coração de uma rede turco-búlgara de tráfico de armas, heroína, morfina-base e ouro. A mesma rede esteve também no centro da célebre Pizza Connection (1).

(1) Falta sublinhar que em 24 de julho de 1989 o director-geral do American Express, James
Robinson, apresentou publicamente desculpas a Edmond Safra, «que um rumor infundado tinha acusado de branquear dinheiro sujo». Cúmulo dos cúmulos: na carta de arrependimento havia a promessa de oferta de 4 milhões de dólares destinados a obras de caridade» (Le Canard Enchaîné, 2.8.1989).

A sociedade-mãe tinha sido fundada por um banqueiro libanês, Mahmoud Kassem Shakarchi, estabelecido em Genève no final dos anos 70. Em 1979, cedeu uma filial, a MKS, ao seu filho mais novo, Marwan, que irá associar-se ao sheyk saudita Zaki Yamani (membro do conselho de administração) para comprar uma companhia aurifícia no Tessin (Suíça italiana). Na altura da sua morte, em 1983, o filho mais velho, Mohamed Shakarchi, que tinha herdado a Shakarco Zurichoise, converteu-a em Shakarchi Trading, sociedade anónima na qual oferece a vice-presidência ao influente advogado do foro, Hans Kopp, e utiliza as suas «relações especiais» com o Republic National Bank of New York para prosseguir nas suas operações de branqueamento.

em 11 de abril de 1989, o procurador de Nova iorque anunciava o encerramento do inquérito sobre a conta bancária de Shakarchi no Republic National Bank of New York e o descongelamento da conta. Não obstante, os irmãos Magharian, cujo sistema de correio, segundo os documentos da DEA, utilizava o pessoal de Shakarchi, foram inculpados em Los Angeles. Os Shakarchi nem sequer foram incomodados...

Segundo um relatório da DEA redigido em 3 de Janeiro de 1989 ressalta do inquérito sobre os irmãos Magharian que Shakarchi tinha na Suíça «uma das maiores empresas de reciclagem de dinheiro da droga«. A maioria dos negócios de Shakarchi era realizada com a rede de heroína turco-búlgara. As receitas de heroína, morfina e venda de armas no Próximo Oriente eram transportadas em liquidez ou em ouro por autocarros turísticos que viajavam de Istambul para Sofia (Bulgária). Lá, os funcionários da sociedade de import-export, pertencentes ao muito socialista Estado búlgaro, transferiam os fundos em aviões que partiam para Zurique. Os funcionários de Shakarchi recebiam o dinheiro, depositavam-no em contas bancárias suíças e transferiam-no para o outro lado do Atlântico, muitas vezes para

Os documentos da DEA contêm dezenas de nomes de funcionários búlgaros que vivem em Sofia e que participaram nas operações de Shakarchi. Chamam a atenção os de Ivanoff Tochkov e Stoyan Paunov, que trabalhavam na Globus Tochkov era o chefe da Kintex, a sociedade import-export que precedeu a globus.

Outro aspecto perturbador em que se encontra a Shakarchi: o caso Triangle-Péchiney. Resumindo-o: as acções da sociedade Triangle foram

compradas na melhor ocasião por um grupo que, alguns dias depois, recebia informações sobre benefícios de 500%. Por outras palavras, foram informadas por pessoas que participavam como compradores da American Can pela Péchiney. Entre os principais actores: Pierre Bérégovoy, Alain Boublil, Roger-Patrice Pelat, íntimo de François Mitterrand, Max Théret, todos eles membros ou muito próximos do Partido socialista, Roger Tamraz, financeiro libanês, e Samir Traboulsi, intermediário entre Péchiney e Triangle e amigo de Alain Boublil...

última personagem colorida misturada neste negócio, Yves-André Istel, antigo conselheiro financeiro do general De Gaulle e amigo do conde Richard Coudenhove-Kalergi, sobre o qual falei largamente na minha obra L'Irrésistible Expansion du Mondialisme. Este banqueiro francês trabalha para uma sociedade americana, Wasserstein & Pedella, que serviu de medianeira à Péchiney na negociação com os dirigentes da Triangle. Este «abridor de portas« não é desconhecido de todo. Antigo adjunto de Pierre Mendès-France na conferência de Bretton-Woods, foi um dos pilares da firma Kuhn, Loeb & Co. antes de se passar para os Wasserstein.

Istel fez uma boa parte da sua carreira junto de Jean Riboud que, até ao seu desaparecimento, era o patrão do grupo Schlumberger e amigo pessoal de François Mitterrand (1). Istel está hoje instalado nos Estados Unidos onde preside a vários conselhos de administração. Na França, senta-se também na cadeira de administrador de uma tal Sicav, criada por Georges Pébereau da CGE, e amigo de Roger-Patrice Pelat. Um dos membros desse conselho de administração não é outro senão Jean-Pierre Burnet, antigo patrão da CGE e director-geral de uma filial de Drexel Burnham Lambert, por onde passa uma parte das compras das acções Triangle.

(1) Jean Riboud foi contemplado por François Mitterrand com a presidência do comité para «O Ano da índia», comité cujo vice-presidente não era outro senão... Roger-Patrice Pelat. Como o mundo é pequeno!...

Entre os numerosos bancos ou empresas-fachada misturados neste assunto, citemos de início Experta Treuhand, sociedade fiduciária de Zurique, que mantém inúmeras relações com sociedades ligadas, ou tendo estado ligadas, a Roger-Patrice Pelat, como a empresa Vibrachoc, criada nos anos 50 por Pelat e vendida em 1982 à Alsthom (CGE) (51%), ao Banque Nationale de Paris (24,5%) e ao Crédit Lyonnais (24,5%). A sociedade financeira Arfina, misteriosa sociedade instalada no Liechtenstein, que servia como cartão de visita para facilitar a evasão de capitais, accionista da ex-empresa Vibrachoc, partilhava os mesmos dirigentes da «fiduciária« de Zurique, Experta Treuhand, e as revelações do livro de Gilles Sengès e François Labrouillère, Le Piège de Wall Street, sobre Roger-Patrice Pelat, contam-se entre as mais surpreendentes. Fica-se a saber, por exemplo, que François Mitterrand foi convidado a título de «conselheiro jurídico» (?) pela sociedade Vibrachoc (60.000 francos por ano, então) até à sua eleição para a presidência da República em 1981, data a partir da qual passaram a ser arrecadados por seu filho, o deputado Gilbert Mitterrand.

Os lucros de 759.000 dólares obtidos pela firma Experta Treuhand foram depositados numa conta da Banca della Swizerra Italiana, filial de Unigestion. A operação foi realizada pelo intermediário da First Boston Corporation de Zurique. Pelo melhor dos acasos, a Banca della Swizerra Italiana está implicada no assunto dos narco-dólares...

Entre os outros organismos implicados no caso triangle-Péchiney podemos citar o Banque Cantonale Vandoise e Petrusse Securities, que teriam trabalhado principalmente para o Banque de Participation et de Placements, no Luxemburgo, dirigido por Roger Tamraz e cujo misterioso proprietário seria um canadiano procurado pela Interpol, Irving Kott. A gestão de Petrusse Securities estava entregue a um homem de negócios de Toronto, Arie Fromm, que, segundo o Toronto Post, era um dos elos do sistema Irving Kott, implicado numa série de delitos bolsistas internacionais. Unigestion, sociedade financeira suíça que comprou acções Triangle ao intermediário da Experta Treuhand; Schweiz Volksbank, pelo intermediário de Merryll Lynch, citado no branqueamento de narcodólares, e Prudential Bache, de Locarno. Como por acaso, o Schweiz Volksbank está igualmente implicado no branqueamento de narcodólares, assim como o Banque Rothschild, o Crédit Suisse, o Banque Morgan Stanley, de Londres, por conta de Max Théret, o Drexel Burnham Lambert, de Nova Iorque, por conta de Pierre-Alain Marsan do lote Ferri-Ferri Germe (1).

(1) pierre-Alain Marsan é amigo de Patrick Gruman, director financeiro da Compagnie Parisienne de Placements dirigida por... Max Théret. Outro acaso... De sublinhar igualmente que Triangle Industrie é uma empresa recente nascida da imaginação fértil de Michaël Milken, inventor das Junk Bonds (literalmente: obrigações podres), grande vedeta de Drexel Lambert, que a justiça americana procura derrubar. Foi este último banco que transmitiu à SEC o nome da Compagnie Parisienne de Placements dirigida por Max Théret, alta figura do socialismo mundialista e um dos fundadores da fnac.

Ricardo Zavala comprou 5.000 acções do lote Maguin-Cordelle por intermédio do Prudential Bache de Paris; Roger-Patrice Pelat comprou 10.000 por intermédio do Banque Hottinger de Paris e 650 foram compradas por Mlle. Isabelle Pierco a conselho de Pelat, ordem passada pelo Banque Nationale de Paris ao gabinete parisiense do broker Smith Barney, sem esquecer o Prudential Bache -- citado no branqueamento de narcodólares -- e Soco Finance. É sobretudo com estas duas últimas que vamos cair outra vez na famosa Shakarchi.

Com efeito, Mark Lowe, o trader londrino do Prudential Bache que comprou por conta da Soco Finance 88.000 acções Triangle entre 18 de Agosto e 11 de Novembro, já não trabalha na firma financeira que abandonou em 31 de Dezembro de 1988... Encarregou-se do gabinete em Londres da sociedade suíça Shakarchi SA, especializada na compra e venda de divisas e metais preciosos. O seu presidente, Marwan Shakarchi é meio-irmão de Mohamed Shakarchi, patrão da Shakarti Trading SA. de Zurique, igualmente especializada no negócio de divisas e de metais preciosos e implicada no branqueamento de dinheiro da droga. Oficialmente, a Shakarchi SA (Genève) não tem qualquer ligação jurídica com a Shakarchi Trading SA. de Zurique nem nenhum accionista comum.

Como acabámos de ver, foi um trader londrino do Prudential Bache quem comprou as acções por conta da Soco Finance. Hoje, está às ordens de Shakarchi! O Prudential Bache é esse banco americano que agiu como principal intermediário financeiro junto dos compradores de acções da Triangle. As ordens foram emitidas pelas suas filiais de Paris, Londres, Luxemburgo e Locarno. A COB libanesa descobriu que o Cincinnati Holding,

casa financeira controlada por Roger Tamraz -- hoje sob a protecção dos serviços sírios, principais fornecedores de droga nessa região -- serviu para constituir metade do capital do Banque de Participation et de Placements de Locarno, onde, de novo por coincidência, vamos encontrar os administradores da Soco Finance.

O Banque de Participation et de Placements, cuja filial suíça foi presidida por Max Théret entre 1972 e 1974, e a Arc International Consultants, companhia de seguros e conselheira sobre armamentos convidou em Março de 1988 os seus clientes mais fiéis para um seminário em Israel, onde a Mossad, travestida em «organismo de luta anti-terrorista« -- exactamente como na Colômbia -- lhe daria conselhos preciosos.

Neste organismo havia generais israelitas implicados no escândalo do Irangate. Troquemos o Líbano pelas Antilhas, onde o International Discount Bank and Trust tem a sua sede. Os 88.000 títulos comprados pela Soco Finance -- via Prudential Bache -- passaram para uma conta do International Discount Bank and Trust. Este banco, muito oportunamente, comprou-as e vendeu-as na altura em que as negociações entre o American Can e a Péchiney pareciam a ponto de fracassar, e, enfim, voltou outra vez a comprar macissamente as 88.000 acções da Triangle via Traboulsi depois do ministério da Economia ter dado luz verde (as ordens de compra e venda tinham servido, dia a dia, as vissicitudes das negociações entre a Péchiney e a Triangle).

Coincidência suplementar semelhante à da Shakarchi, a Soco Finance, instalada na rua Hesse em Genève, e o International Discount Bank and Trust, são controlados e dirigidos por libaneses que se conhecem entre si. Quem vamos encontrar no IDB? Um accionista, Chaker Khoury, e dirigentes libaneses, como o advogado Joseph Aboulsleiman. Com 80% do capital, encontramos também na Soco Finance, Genève, William Haddad e Charbel Ghanem, principal accionista, cunhado de Aboulsleiman, próximo de Khoury e amigo de longa data de Samir Traboulsi, o medianeiro da Péchiney e da Triangle... que, por outro lado, é o conselheiro de Thomson CSF em matéria de exportação para o Médio-Oriente, e a Thomson CSF; que possui 20%... da Soco Finance, cujos dirigentes são amigos de Traboulsi! Não esquecendo que o patrão de Thomson CSF não é outro senão Alain Gomez!

Em Genève, o IDB, filial da Soco Finance, tem como correspondente nos Estados Unidos o Coen Bank. Na Suíça, o homem de negócios francês aí residente, Joseph Jossua, adquiriu 3.400 títulos. No Luxemburgo, o lote Pretusse Securities adquiriu perto de 15.000 acções. Em 17 de Setembro de 1988, Petrusse abriu uma conta (cancelada em 16 de Janeiro de 1989) no Banque de Participation et de Placements presidido por Roger Tamraz e controlado pelo grupo libanês Intra Investments, que tinha comprado em Dezembro de 1987 o Banque Libanaise pour le Commerce ao senhor Ricardo Abou-Jaoudé, possuidor de fatias importantes da Soco Finance e cujas acções adquiridas por Thomson CSF haviam sido compradas a Felix Abou-Jaoudé, primo de Ricardo!

«É necessário evitar qualquer mistura», repetia Samir Traboulsi. Difícil... porque entre o que se chama «delito de principiante», o financiamento de partidos políticos e tráfico de armas, há quem admita a hipótese de que estas redes bem organizadas branqueiam dinheiro da droga, hipótese que viria a confirmar-se claramente com o número importante de bancos ligados ao caso Triangle-Péchiney e implicados no branqueamento de

narcodólares. O que nos leva a retomar a história contada pelo semanário Minute no seu número de 7-13 de Junho de 1989.

Em 21 de Maio de 1989, a polícia alemã interceptou no posto de Bad-Reichenhall um indivíduo munido de passaporte diplomático sírio. O «turista« não é outro senão o multimilionário Moundher al-Kassar, «conhecido de todos os serviços das polícias ocidentais como engrenagem importante no fornecimento de armas e dinheiro a dezenas de grupos terroristas do Médio Oriente». Os alemães interrogaram a Interpol e ficaram a saber que a DST possui um dosarei suficientemente convincente sobre o indivíduo para o fazer condenar por contumácia, em 1986, a 8 anos de prisão por constituição de associação criminosa. Aproveitando a oportunidade, enviaram um telex a Joxe: «Prendemos Moundher al-Kassar. Por favor, envie-nos pedido de extradição. Cumprimentos».

Não é possível ser-se mais claro. Mas a Place Beauveau não responde. Um responsável telefona então para o gabinete de Pierre Joxe e ouve responder que «o governo francês não deseja executar o mandato de captura e que não há lugar à extradição do criminoso». Os alemães, cuja justiça não persegue al-Kassar, decidem então, apesar de profundamente indignados, restituí-lo à liberdade... E Minute de pôr a questão: «Porque tem Mitterrand medo de al-Kassar? Este, comprometido até à ponta dos cabelos em todos os tráficos de armas, em branqueamento de dinheiro, em tráfico de droga em grande escala, sabe demasiado sobre os aspectos tenebrosos das fortunas tão colossais como rápidas acumuladas pelos "próximos de Deus"?

«Várias pistas do caso Péchiney conduzem ao Próximo-Oriente, e este escândalo não é o único onde aparecem traficantes libaneses ou sírios e dignitários socialistas«.

Enfim, antes de encerrar a conexão líbano-árabe, diremos duas palavras sobre uma personagem-chave nestes assuntos: Roger Tamraz.

Em 1982, o presidente libanês, Amine Gemayel, de novo eleito, convida a Beirute um financeiro libanês, Roger Tamraz, instalado nos Estados Unidos há vários anos. Bem introduzido nos meios bancários, Tamraz é nomeado presidente do conselho de administração do Intra Bank, no qual o Estado libanês, através do Banque Centrale du Liban, controla 34% do capital. Graças aos apoios políticos de que dispõe, Roger Tamraz acede à presidência do banco do Médio-Oriente, Al Machreq Bank, controlado justamente pelo Intra.

Menos de um ano depois dessa promoção, uma empresa financeira pertencente ao senhor Tamraz, a sociedade Melchior, compra ao Morgan Guaranty Trust a parte que este detém no Al Machreq Bank. O financeiro libanês, a partir de então, anda depressa: adquire 30% do capital do Banque Libanaise de Dépôt, assume em 1987 o controle do Banque de Participation et de Placements (BPP) de Paris por intermédio do AI MachreqBank, juntando aos seus troféus de caça, por intermédio do Intra, o Banque de Participation et de Placements (BPP) de Zurique.

Em Agosto de 1987, o Banque Centrale Libanaise, considerando que algumas das suas actividades assim como a origem de certos meios financeiros que lhe terão permitido edificar o seu império não são muito transparentes,

exonera-o da direcção do Intra Bank. Mas Roger Tamraz vai conseguir manter a presidência no Al Machreq Bank. Em 1988, o nome de Tamraz tornou-se familiar ao grande público francês depois da sua implicação no delito do caso Péchiney. É acusado também de participar em operações de caracter delituoso, compreendida a manipulação de capitais de origem pouco clara. Em Dezembro de 1988 Tamraz é obrigado a demitir-se do BPP ao qual o Banque de France retira o apoio. Demitir-se-á também do Al Machreq Bank. Os haveres do senhor Tamraz, segundo meios libaneses bem informados, elevavam-se a 700 milhões de dólares.

As imagens turvas de Roger Tamraz, dos irmãos Magharian e de Khashoggi pairaram na França acima das «falências« de quatro bancos árabes em 1988-1989: o BPP o UBC (United Banking Corporation), cujo director foi convicto de roubo no valor de 56 milhões de francos, o LAB (Lebanese Arab Bank) e o Al Saoudi Bank. Este último acusou perdas enormes na ordem de 2,1 biliões de francos e os seus dirigentes não forneceram explicações convincentes sobre a origem dessas perdas. O UBC efectuou operações de montantes absolutamente desproporcionados relativamente aos seus fundos. O inquérito (cujas conclusões não foram publicadas) orienta-se para o branqueamento de narcodólares.

O que nos induz infalivelmente a dizer uma palavra sobre o United Banking Corporation (UBC), instalado nos Campos Elíseos. Denominado inicialmente Saudi Lebanese Bank rebaptizado no Outono de 1988 para não ser confundido com o Al Saudi Bank que andava então em todas as crónicas jornalísticas, o UBC é controlado maioritariamente por Joe Kairouz. Membro de um clan maronita influente, este libanês possui avultados interesses na banca e nas companhias de seguros de Beirute (principalmente no Crédit Populaire Libanais), sendo igualmente proprietário do Hotel Méridien de Limassol, em Chipre. Os seus aborrecimentos começaram em 12 de Abril de 1989 com a prisão às portas do banco de um dos seus clientes, Selim Laoui, libanês, que transportava uma mala com 3,5 milhões de francos em dinheiro. Gerente de um estabelecimento de lembranças para turistas instalado em Pantin, a CDF (Centrale de Diffusion Française). Selim Laoui, segundo a informação financeira em língua árabe Al Aamal, poderia estar implicado num tráfico de droga e armas. A sua prisão fazia parte de uma vasta operação da DEA americana a partir de um milhar de contas utilizadas em cerca de 400 bancos espalhados por todo o mundo para branquear grandes somas de dinheiro. Hani Hammoud, autor do artigo de Al Aamal, precisa que, desde há um ano, Laoui vinha quase todas as manhãs à sede do UBC levantar entre 2 e 6 milhões de francos!

O caso Laoui não é o único a pôr em causa a gestão da banca libanesa... Além das transferências quotidianas por meio de cheques sem provisão, o UBC concedia empréstimos sem garantias, ultrapassando largamente o limite legal autorizado. Principais beneficiários? A Centrale de Diffusion Française de Selim Laoui, Joe Kairouz -- patrão do UBC -- através de várias das suas empresas, um certo Maxime Sadowski e o grupo Stambouli. Esta curiosa empresa criada em Beirute em 1965 e dirigida por três irmãos, Elliot, Joe e Robert Stambouli, tem a sua sede principal em Paris mas tem filiais nos quatro cantos do mundo, desde Nova Iorque a Tóquio e desde Londres a Johannesburgo. Possuem também interesses na Jugoslávia e na Bulgária... As suas actividades vão desde o import-export ao equipamento e gestão de máquinas de moedas e outros jogos de casino até à construção e manutenção de centros desportivos e parques de atracções, actividades que propiciam frequentemente e bastante bem o branqueamento

de dinheiro sujo...

Com a prisão dos dois irmãos Magharian, tudo começou a tremer. Pouco antes elevada aos pináculos, Mme. Elisabeth Kopp, a primeira dama eleita no Conselho federal, encontrou-se subitamente sentada no banco dos réus e vê-se na obrigação de se demitir. Este caso de branqueamento de narcodólares ameaça toda a classe política: o conjunto do governo helvético ficou completamente enlameado com o que toda a imprensa deu em chamar o Koppgate.

Com efeito, é ela que convence o marido, Hans Kopp, advogado de negócios de vida tumultuosa e passado controverso, a abandonar o conselho de administração da Shakarchi Trading SA de Zurique, implicada no branqueamento de dinheiro da droga. Depois de negar durante semanas, Elisabeth Kopp acabou por admitir numa entrevista de 8 de Dezembro de 1988 concedida a um jornal local que depois de ter «sabido de fonte oficial» que a Shakarchi Trading ia ser citada publicamente no escândalo, aconselhara imediatamente o marido a demitir-se.

A revista Illustré revela que Hans Vw. Kopp tinha uma parte não negligenciável nas actividades governamentais da sua mulher e que lhe passavam pelas mãos documentos em princípio confidenciais. Permitia-se até anotar projectos de lei. O quotidiano Le Matin, muito simplesmente, acusa o Procurador-Geral da Confederação, Rudolf Gerber. Este teria ordenado que se «suavizassem» os dossiers, pondo em causa a Shakarchi Trading, da qual Hans Kopp era o vice-presidente, na lavagem de dinheiro sujo da droga. «O Procurador-Geral teria impedido o envio dos relatórios às autoridades de Tessin a fim de retardar as perseguições penais«.

A este propósito, um juiz italiano, Mario Vandano, despeja literalmente o saco em L'Hébdo: «Quando a justiça suíça tem necessidade de 3 ou 5 anos para enviar documentos, já não se pode falar de entreajuda. O resultado? As pessoas são postas em liberdade porque a Suíça nos envia demasiado tarde as provas de culpabilidade», afirma ele, antes de acrescentar que os bancos, esses, fazem ainda pior que obstruir: informam os seus clientes dos inquéritos penais abertos e deixam-nos esvaziar tranquilamente os cofres.

Se julgávamos a Suíça limpa, agora descobrimo-la sob a forma de uma grande lavandaria. E recordemos que este assunto da reciclagem de narcodólares se apoia na bagatela de 1,5 biliões de dólares. Assim, à força de denunciar a trapaça, a incompetência e a permissividade que reinam à escala da Confederação ao tocar-se de perto ou de longe no tráfico de droga e na reciclagem de dinheiro sujo, alguns adiantam o passo e interrogam-se abertamente sobre a cumplicidade entre o poder e a Mafia...

«Confirma-se em toda a parte que o ministério público da Confederação permitiu que proliferassem na Suíça, em grande escala, tráficos de droga e de dinheiro sujo», escreve L'Hebdo. E acrescenta voluntariamente provocador: «A hipótese que temos o dever de sugerir pode acarretar-nos sérios aborrecimentos. Mas assumimos as consequências da nossa diligência». E o jornalista Yves Lassueur, que desde semanas antes amontoa revelações, não está com meias medidas quando evoca o possível afogamento da democracia helvética no crime organizado: «Há uma boa dezena de anos - escreve -- que políticos, funcionários, magistrados

honestos gastam o seu latim ao serem reduzidos a migalhas os seus esforços, torpedeados sempre que põem pé numa operação que visa desmascarar, já não a arraia miúda dos traficantes, mas as cabeças pensantes da rede, os grandes jogadores, os chefes de orquestra do tráfico de droga e do branqueamento desses infames biliões».

A acusação não é nova. Em 1985, um correio libanês naturalizado francês e a viver na Suíça há 5 anos, Albert Shammah, foi preso em 5 de Outubro em Genève por mandato de um juiz de Turim, Mario Vandano. A partir de escutas telefónicas, tinha-o como peça importante no branqueamento de narcodólares. O homem admitiu a possibilidade de ter passado pelas suas mãos dinheiro da droga, mas sem seu conhecimento! O dosarei de extradição foi considerado incompleto e, com as várias cartas de recomendação de entidades italianas, entre as quais o presidente da câmara de Milão e, sobretudo, o então primeiro-ministro, Bettino Craxi, Shammah beneficiou da libertação.

Bettino Craxi, que não conhecia pessoalmente Albert Shammah mas sim a sua filha, escreveu: «O que aconteceu ao teu pai parece-me completamente absurdo... Os cidadãos da Roma antiga gozavam de mais garantias que as outorgadas hoje aos cidadãos do que deveria ser a pátria do direito...» (1)

(1) Citado por L'Hebdo de 23.2.1989 no seu inquérito sobre este caso.

Na Itália, a Mafia lava o dinheiro da droga com a compra de títulos do Tesouro, financiando assim a dívida pública italiana, declarava em Julho de 1989 o ministro do Interior, Antonio Gava, num relatório apresentado à comissão parlamentar anti-Mafia. Por outro lado, um relatório da Guardia di Finanza afirma: «Graças às ligações estreitas entre certos meios financeiros, a Mafia está em posição de provocar hoje fenómenos de hiperreacção dos mercados bolsistas, provocando oscilação nas taxas de câmbio e de juro».

Em 24 de Fevereiro de 1989 desenrolou-se uma sessão nocturna no Parlamento. Tema: «Branqueamento de dinheiro sujo -- Empresas de Genève -- Que medidas tomar?«. A sessão era consagrada essencialmente aos negócios de Shammah e da Mirelis SA. Nesse documento oficial, Memorial do Grande Conselho de Genève, pode ler-se: «Albert Shammah. Opera desde 1964 com toda a impunidade a partir de Genève através da sua empresa Mazalcor SA. Inculpado na Itália por presunção de reciclagem de dinheiro sujo pelo bando de traficantes de droga Soydan-Tirnovali, foi preso em Outubro de 1985 e encarcerado em Champ-Dollon... Tendo o procurador da Confederação negado a sua extradição, Albert Shammah foi libertado... Pior ainda, a justiça de Genève recusou fornecer ao juiz de instrução que inquiria sobre o bando Soydan-Tirnovali as informações que reclamava acerca das actividades da sociedade de Albert Shammah em Genève. Aparentemente, este último é intocável.

«A empresa financeira Mirelis SA., instalada desde 1949 na Corraterie, fundada por dois cidadãos iraquianos, é vocacionada para a gestão de fortunas... A sociedade Mirelis, desde 1949, tomou a precaução de colocar à cabeça da sua administração personalidades políticas pertencentes aos partidos burgueses (...) que servem de biombo às autoridades locais... Notar-se-á a este respeito que a sociedade de Albert Shammah -- Mazalcor, SA. -- teve, desde 1964 até 1968, o mesmo presidente da Mirelis SA., ou

seja, o conselheiro nacional radical André Guinand... Hoje, entre os responsáveis dessa sociedade, encontra-se o presidente da comissão das Finanças da cidade de Genève. As justiças italiana e do Tessin acusam agora essa sociedade de ter servido em várias ocasiões como instrumento de lavagem de dinheiro da droga. O nome da sociedade Mirelis, como o de Albert Shammah, figuram nas agendas de traficantes turcos presos ou são fornecidas por estes à polícia ou aos juízes nos interrogatórios.

«A sociedade Mirelis, tal como uma vintena de outras sociedades financeiras do mesmo tipo domiciliadas em Genève, é objecto de um número incrível de cartas precatórias -- vinte e três, diz-se -- ordenadas pelos juizes. Nenhuma foi executada pela justiça até à hora presente« (1).

(1) Documento citado por Jean Ziegler em La Suisse Lave Plus Blanc, Le Seuil.

O relatório da Guarda di Finanza contém páginas e páginas de fotocópias de extractos de contas da Mirelis pertencentes a narcotraficantes procurados, inculpados ou condenados. Alguns dos traficantes notórios que desempenharam papéis-chave nos escândalos mais recentes têm uma ou várias contas na Mirelis.

Assim, Irfan Parlak, o padrinho da rede turco-libanesa, depositou entre Julho e Novembro de 1981 na sua conta (nome de código «TAC«) na Mirelis a módica quantia de 10,616 milhões de marcos. Depois, em transferências de 300.000 dólares, a soma total de 4,085 milhões de dólares!

Referindo-se a um relatório ultra confidencial da repartição central da polícia, o semanário Sonntagszeitung, de Zurique, revelou que durante vários anos os traficantes internacionais de droga tinham operado com toda a impunidade a partir de território helvético. Entre eles, Béchir Celenk (comanditário presumível do atentado frustrado contra o Papa), Mehmet Cakir, director da companhia Ovaras, sobrinho de Béchir Celenk, e sobretudo Yasar Avni Musullulu, um dos padrinhos da Pizza Connection igualmente implicado na Liban Connection.

Considerado um dos parceiros do duplo tráfico de armas e droga entre a Europa e o Próximo Oriente, Avni Musullulu, apesar de possuir ficha na Interpol, terá sempre operado tranquilamente a partir da Suíça, escapando ao mandato de captura emitido em 28 de Fevereiro de 1983 pelas autoridades turcas. Dois anos antes tinha fundado em Appenzell uma empresa de armador, cuja administração foi confiada a um jovem advogado de Zurique, Christian Schmid, colaborador de Hans Kopp...

Os navios da Oden Shipping terão encaminhado de Appenzell para os laboratórios sicilianos perto de 7 toneladas de ópio e de morfina-base, que alimentam com heroína (825 quilos da «pura«) as pizzarias da costa leste dos Estados Unidos, a famosa Pizza Connection desmantelada na primavera de 1984! Quando um jornalista encontrou Musullulu no lago de Zurique, onde leva vida de pachá, a polícia cantonal nem tugiu nem mugiu. Porquê? Muito simplesmente porque a repartição federal da polícia tinha aposto na parte inferior do aviso da Interpol esta incrível recomendação: «Não prender». A revista L'Hebdo chegou a publicar o fac-simile desse documento! A guisa de explicação, o departamento de Justiça argumentou que a Turquia, que reclamava a extradição do seu representante por

tráfico de armas, tinha «omitido precisar o calibre das pistolas». Parece um sonho!...

Em pleno inquérito sobre a rama financeira suíça da Pizza Connection e antes de desaparecer em Agosto de 1984 para se refugiar em Sofia, Bulgária, Musullulu estava domiciliado no endereço de Zurique da Shakarco Trading, tornada Shakarchi nome que, como vimos, fez cair, graças ao marido, Elisabeth Kopp!

O nome Shakarchi vai aparecer de novo no processo judicial de um procurador do Tessin, Paolo Bernasconi, que, em Novembro, mandara prender um caixa do Crédit Suisse de Chiasso e, a seguir o pretenso intérprete valdense de Musullulu, Paul Waridel, acusado de ter ordenado a transferência dos Estados Unidos para a Suíça de uma parte dos benefícios dessa rede através de dois agentes de cambio da Bolsa de Nova Iorque. Em 25 de Setembro de 1985, o mesmo magistrado conseguirá do tribunal criminal de Locarno a condenação de dois branqueadores de narcodólares a 2 e a 13 anos de prisão, respectivamente -- uma première! Mas é em vão o pedido que faz ao seu colega de Zurique de abrir um inquérito sobre a Shakarchi denunciada por Waridel no seu interrogatório.

A responsabilidade do Procurador-Geral da Confederação, Rudolf Gerber, foi posta em causa. A imprensa aproveitou para lembrar que o seu nome tinha sido citado em 1976 por ocasião da morte nunca esclarecida de um dos seus amigos, na periferia de Zurique. Depois de solicitar um relatório sobre as acusações lançadas ao ministério público, 0 governo exonerou em 6 de Março de 1989 o procurador e abriu um inquérito disciplinar.

Sempre contestando e atenuando várias das acusações, o relatório chegava à conclusão que havia desmazelo na luta contra o tráfico de droga e que o senhor Gerber tinha cometido um erro ao fundamentar a suspeita de «falta disciplinar». Consequência: o governo decidiu a transferência do chefe da secção encarregada da repressão do tráfico de estupefacientes, Adrien Bieri, nomeado em 1988 por Mme. Kopp, considerando «intolerável« que esse serviço fosse dirigido pelo filho do administrador de uma empresa relojoeira de Bienne pertencente a um libanês suspeito de branquear narcodólares, Hovik Simonian, que iremos encontrar mais adiante.

Oficialmente, a demissão de Elisabeth Kopp dever-se-ia, pois, à actividade de seu marido na companhia Shakarchi Trading SA. Mas, como notava Le Monde de 14 de Dezembro de 1988, não era essa a única razão. Meses antes, Elisabeth Kopp tinha-se esforçado por fazer passar uma nova lei bancária sobre o branqueamento de dinheiro sujo que, apesar de limitada, provocou a oposição dos grandes meios bancários. Numa série de entrevistas/explicações, os dirigentes da Union des Banques Suisses, do Crédit Suisse e de outras instituições, um tal Robert Jeker do Crédit Suisse e Walter Frehner da Coopération Bancaire Suisse, clamavam que «o dinheiro sujo não cheira mal« e que «é impossível impor aos bancos deveres e responsabilidades que não é possível cumprir devidamente».

Assim, no mesmo artigo que Le Monde intitulou Mme. Kopp foi também sacrificada no altar do segredo bancário, acrescentava: «Talvez mais ainda que os diferendos de seu marido, certos meios que, apesar de tudo, lhe estão próximos, não perdoaram o zelo que manifestou em acelerar a revisão do código penal com vista a reprimir mais severamente o

branqueamento de dinheiro sujo (...)«.

Outras duas pessoas foram objecto de um inquérito penal: Katharina Schoop, conselheira pessoal de Elisabeth Kopp, e Renate Schwob. Facto estranho revelado pelo jornal suíço 24 Heures de 23 de Março de 1989: essa dama, Renate Schwob «funcionária da Repartição federal da justiça, foi quem enviou o "documento Shakarchi" a Mme. Schoop», e esta, por sua vez, remeteu-o a Mme. Kopp. Ora, em Julho de 1989, Renate Schwob era nomeada «especialista das questões de dinheiro sujo« no seio da direcção de um grande banco, o Crédit Suisse, apesar dela própria ser objecto de um inquérito por «violação do segredo de função» no quadro do caso Kopp!

Acabámos de ver diferentes explicações relativas ao caso Kopp, nomeadamente a do jornal Le Monde. Segundo outras fontes bem informadas, não se trataria de um simples caso de indiscrição entre esposos. Sabemos que a Shakarshi servia de cobertura ao branqueamento de dinheiro. e que implicava, entre outros, Richard Secord, Albert Akim e William Zucker, homem-chave do Irangate.

Elisabeth Kopp é judia. Segundo o Israelitisches Wochenblatt de 12 de Outubro de 1984, «o pai chamava-se Max Iklé, e a mãe Béatrice Iklé-Heberlein de Saint-Gall». Um dos seus primos é Fred C. Iklé, membro do CFR de David Rocckefeller, ex-under secretary of Defense (ministro delegado da Defesa), conselheiro de Ronald Reagan e superior directo de Richard Armitage, assistant secretary of Defense.

Coincidência demasiado extraordinária para ser casual, já que os laços entre Armitage e os narcotraficantes internacionais foram explicitamente denunciados em 28 de Março de 1988 pelo tenente-coronel James «Bo« Gritz, o veterano mais condecorado da guerra do Vietname que, entre outras coisas, precisava: «Esses oficiais amontoam dinheiro proveniente do tráfico de droga a fim de financiarem operações militares secretas e vendas de armas».

Então, que pensar? Tudo isto não revelará uma guerra de usura levada a cabo com narcodólares? Israel vendeu mais de 1 bilião de dólares de armas ao Irão. O general Ariel Sharon justificou-o em privado: «Enquanto os iranianos e os iraquianos estiverem entretidos, podemos dormir tranquilamente de noite» (1).

(1) La Croix, 6.10.1987.

Tudo isto se relaciona com os especialistas hebreus que trabalham com o Cartel de Medellín... e com outros da mesma laia. Hipótese que, como outra qualquer, encontraria a sua confirmação em Jewish Tribune de 9-15 de Outubro de 1987. Com o título Milhares de judeus conseguiram abandonar o Irão, dizia o seguinte: «Do lado israelita, não há quaisquer dados sobre a emigração judaica do Irão. Ninguém imaginará que a mesma poderia corresponder a um gesto gratuito das autoridades de Teerão, apesar de nada impedir de pensar que a implicação de Israel nas vendas de armas ao Irão está em relação directa com a eventual partida de judeus que ficaram no Irão depois do advento do Iman Khomeiny».

Há que reconhecer que certas histórias são, no mínimo, estranhas. Em Agosto de 1987, Augusto Lama, juiz de instrução em Massa-Carrara

(Toscânia) lança não menos de 45 mandatos de captura no quadro de um caso que envolvia traficantes de armas, terroristas do Próximo Oriente, traficantes de droga e padrinhos da Mafia. Numa primeira fase, mandou prender Ferdinando Borletti, representante de uma velha família do establishment industrial italiano, presidente do conselho de administração do prestigioso quotidiano económico Il Sole 24 Ore e patrão da firma Valsella-Meccano-Technica, comprada dois anos antes pela Fiat. Foi acusado, ao mesmo tempo que o seu filho Giovanni, director da Valsella, de ter, com perfeito conhecimento de causa, violado o embargo imposto ao Irão; em 1986 vendeu por intermédio de uma empresa-fantoche espanhola -- via Nigéria e Síria -- 30.000 minas anti-pessoal ao regime de Teerão. No princípio desse mesmo ano chegava nova encomenda de 2 milhões de peças.

No quadro do inquérito, o juiz Augusto Lama mandou prender meia dúzia de quadros superiores da Valsella, dois boss da Mafia de Trapani, Sicília, dois oficiais dos serviços secretos sírios, dois armadores gregos e o comandante e os dezassete membros da tripulação do navio libanês Boustang I, fundeado em 31 de Agosto ao largo da costa de Bari para inspecção sanitária. A bordo, os agentes não encontraram mais que 2 quilos de heroína, 15 quilos de haxixe, um míssil portátil americano, um 1ança-rockets, um lança-granadas soviético e várias armas ligeiras, o que faz pensar que os homens do Boustang I tiveram tempo de se desembaraçarem de uma parte da carga antes da inspecção.

à volta do assunto do Boustang I misturam-se inexplicavelmente os fios de dois inquéritos.

Primeiro dossier: vendas de armas ao Irão. A polícia italiana suspeita desde há tempos que a Valsella-Meccano-Technica, pertencente em 50% ao conde Borletti e o restante à empresa Fiat, se entregava a exportações proibidas de material de guerra -- minas navais, anticarro e antipessoal -- com destino ao Irão.

De sublinhar igualmente que o patrão da Fiat não é outro senão Giovanni Agnelli, membro da Trilateral e membro do conselho do Chase Manhattan Bank, do seu amigo David Rockefeller, banco implicado no branqueamento de dinheiro da droga!

Segundo dossier: as cadeias de fornecimento de armas a grupos terroristas que operam na Itália. De informação em informação, os serviços secretos italianos vieram a interessar-se de muito perto por uma firma de import-export: a Eurogross. Escutas telefónicas vieram confirmar os canais dos informadores: a Eurogross estava no centro de um duplo tráfico. O juiz Lama suspeita que a mesma fazia entrar na Itália armas e droga por conta de movimentos terroristas árabes. A droga era revendida pela Mafia, que, de passagem, recebia a sua comissão. Os benefícios da venda de estupefacientes financiavam as campanhas terroristas. As escutas revelaram que os dirigentes da Eurogross tinham boas relações com os quadros da Valsella-Meccano-Technica. Os mesmos processos eram utilizados por uns e outros.

Com o destino a fazer bem as coisas, Aldo Anghessa, um italo-suíço dono de empresas e meio traficante que esperava o Boustang I em Bari, fugiu, «esquecendo« no seu quarto de hotel uma mala cheia de documentos, contratos e fotocópias de transferências bancárias que incriminavam

largamente os dirigentes da Valsella. Aldo Anghessa, com a má reputação de trabalhar simultaneamente para os serviços secretos suíços e italianos e, sem dúvida, para os americanos, pode interrogar-se sobre o papel exacto do destino em toda esta história. O juiz Lama, a partir de 14 de Setembro de 1987, toma as suas distancias e concede liberdade provisória ao conde Borletti e a seu filho. Sofreu pressões? Não o sabemos. O certo é que nunca ninguém o ouviu falar sobre o assunto. Mas não nos deixemos embalar e regressemos aos nossos banqueiros suíços...

Em 10 de Setembro de 1989 o quotidiano La Republica publicava um artigo intitulado Tráfico de droga e reciclagem, é a Swiss Connection. O autor, Carlo Chianura, dava fé de um novo relatório publicado pela guarda fiscal, serviço que, entre outros, compreende as alfândegas e a polícia das fronteiras. Esse relatório afirma que numerosos bancos suíços são suspeitos de branqueamento de dinheiro dos traficantes colombianos de cocaína.

A lista das instituições de crédito suspeitas é a seguinte, por cidade:

Zurique: Suiss Bank, Union des Banques Suisses, Societé de Banque Suisse, Crédit Suisse, Bank Len, Banque Populaire Suisse, Banque de Commerce et de Placements, American Express Bank, Banque Louis Dreyfus en Suisse, Schweiz Volksbank, Schweiz Bankgesellschaft, Schweiz Kreditanstalt, Banca Swizzera Italiana.

Genève: Trade Development Bank, Allgemeine Bank Nederland.

Locarno: Allgemeine Bank Nederland, Banca Swizzera Italiana, Union des Banques Suisses.

Chiasso: Allgemeine Bank Nederland, Societé de Banque Suisse.

Lausanne: Union des Banques Suisses, Crédit Suisse.

A lista é impressionante. Impressionantes também os caminhos percorridos pelos branqueadores de dinheiro sujo. Como prova, o notável estudo do jornalista Jean-Marie Stoerkel aparecido na revista mensal Vrai número 1 de Março de 1988. Foi-nos cedido e será completado passo a passo:

Basileia, 19 de Maio de 1983: o procurador Jörg Schild, chefe do departamento antidroga da cidade, lança a operação Korn (grão, em alemão). Com os seus polícias, prende na quarta-feira à tarde no bairro Matthaus, principalmente no Anatole Club, 11 turcos, dos quais um é um financeiro da droga, Erol Oezerol, e um libanês a viver em Bienne, Hovik Simonian. Apreende-lhes 1 milhão de francos suíços. A operação Korn é coordenada com polícias oeste-alemães e italianos. No mesmo dia, os investigadores italianos descobrem em Milão 35,5 quilos de heroína num camião chegado da Turquia.

Três dias mais tarde, os agentes de Jörg Schild seguem um turco que desce do comboio de Amsterdão e se prepara para entrar num automóvel com matrícula dos Países Baixos estacionado junto da estação de Basileia. No veículo, cujos documentos e chaves estão na posse do turco, há 1 quilo de heroína. Em 1 de Junho seguinte, os mesmos agentes prendem em Wadenswil, perto de Zurique, um turco de 23 anos, Nuri Ustegelen, que dois anos

antes comprara um camião para serviço próprio. Tinha trabalhado anteriormente numa empresa de transportes de Weifelden que surgiu em 1980-1981 num vasto inquérito levado a cabo em vários cantões da Confederação sobre «um contrabando de estupefacientes transportados em camiões pesados provenientes do Próximo-Oriente». Um dos principais suspeitos, Otto Steffen, figurava igualmente no processo de instrução do juiz Germain Sengelin, de Mulhouse, sobre tráfico internacional de cigarros.

As encomendas recebidas por Otto Steffen chegavam de Georg Kastl ao cuidado de Weitman AG, representada por Basilo AG, de Basileia. Georg Kastl não seria na Suíça mais que a parte visível do iceberg, escrevia em 17 de Junho de 1980 Monika Berher, que centralizava as escutas telefónicas da polícia de Zoug. Como Steffen tinha fugido para o Togo, o processo foi metido na gaveta.

O de Ustegelen, em contrapartida, é posto em marcha. Jörg Schild tem material suficiente: os relatórios das escutas telefónicas e as vigilâncias efectuadas no princípio da primavera, a descoberta, em posse de Oezerol, aquando da sua prisão em 19 de Maio, dos números de telefone de Ustegelen e do seu correspondente na Turquia, Muhsin Karahan. e a acusação em processo verbal de Ustegelen feita por Oezerol.

Antes de se retratar mais tarde em virtude das ameaças recebidas na prisão, Nuri Ustegelen reconhecia de maneira circunstanciada que, entre Julho de 1982 e Fevereiro de 1983, em quatro viagens, tinha transportado da Turquia para Milão 90 quilos de heroína. O seu amigo Muhsin Karahan, que o escoltava nessas viagens com o seu Mercedes 450 SE ou com o próprio camião carregado de droga, implicado também depois da apreensão dos 35,5 quilos de heroína em Milão, será preso em Istambul em Maio de 1984. «É verdade. Eu próprio entreguei na Itália 210 quilos de heroína de valor não inferior a 200 milhões de francos suíços», confessaria ele aos inquiridores, que tinham descoberto em sua casa processos da instrução de Basileia.

O processo de Ustegelen, que teve lugar em Basileia no princípio de 1984, teve o mérito de mostrar como a organização turco-italo-americana-helvético-libanesa que, evidentemente, beneficiou de cumplicidades para fazer passar a droga através da Bulgária, lavava na Suíça o dinheiro da heroína depois da Mafia italiana o fazer chegar ao Tessin. Nas semanas que precederam a rusga do Anatole Club, os agentes de Jörg Schild prenderam Oezerol, o financeiro turco de Basileia. Algumas fotografias mostram-no à porta de uma pequena firma financeira de Locarno, a Danafin Finanziara, segurando na mão um saco que, segundo o inquérito revelou, continha 468.000 marcos alemães.

As somas depositadas na Danafin eram transferidas para o Finter Bank de Chiasso. Um pequeno parêntesis: o Finter Bank, ligado ao Banco Ambrosiano de Calvi, da loja maçónica P2 e da banca do Vaticano, servia as transacções financeiras de Jean-Dominique Fratoni, o Napoleão dos jogos da Côte d'Azur. Quando Frank Garbely, jornalista de investigação de Genève, o interrogou sobre esse mecanismo, Chris Schmid, o responsável da Danafin, não negou: «Sim, depositei esse dinheiro no Finter Bank. Fui contactado pelo director do Finter para essa operação. Mas não sabia que era dinheiro da droga. Supunha tratar-se do habitual tráfico de divisas, e isso, aqui, não é punível, como sabe...«

o Finter Bank de Chiasso onde, por curiosa coincidência, Vittorio Tamani, um dos organizadores italianos da distribuição, tem também uma conta, transferia o dinheiro para o Migros Bank (1), agência de Claraplatz em

(1) Em Dezembro de 1987, o desmantelamento de uma rede brasileira mostrou com que facilidade a máquina de lavar pode funcionar perfeitamente desde que seja regularmente alimentada... Todas as semanas a droga chegava à Suíça em malas de turistas sul-americanos. Delá partia para Milão, onde era dividida em lotes e distribuída na Itália do norte, na França e na Alemanha. O produto da venda, em liras, francos ou marcos alemães, passava a fronteira suíça, sempre em malas, em direcção do posto de câmbios do Migros Bank em Genève. Duas vezes por semana, uns 2 milhões de francos eram assim convertidos e depositados em seguida no Migros Bank na conta com o número 132.77201 -- nome de código «Austral» -- do Banesto Corporation Banking de Nova Iorque, que pertencia à sociedade brasileira Walter Exprinter. Retomo ao expedidor. O banco suíço não podia deixar de estar ao corrente, o que prova que o branqueamento de narcodólares repousa bem no segredo bancário helvético. é aí que o inquérito pára: atrás da Walter Exprinter escondiam-se -- segundo informações conseguidas pela justiça italiana e pela DEA -- generais do exército brasileiro. A justiça brasileira, prudente, recusa colaborar no inquérito. Quanto ao banco suíço, ao ser interrogado declarou que «nada lhe pode ser reprovado» (Tribune de genève, 18.8.1989). O residente suíço da rede brasileira, Michel Frank, filho de industriais helvético-brasileiros muito ricos, foi encontrado em 24 de Setembro de 1989 crivado de balas na garagem subterrânea de sua casa. Os padrinhos do Brasil não lhe perdoaram provavelmente o desmantelamento da rede europeia...

Basileia, para a conta de Erol Oezerol. Outras somas partiam para bancos de Zurique. Por ordem de outro turco igualmente preso em Basileia, Yasar Gueul, Oezerol transferia grandes somas do Migros Bank de Bienne para contas do libanês Hovik Simonian. Uma dessas transferências atingiu o montante de 350.000 francos suíços.

Simonian, sem dúvida a mais interessante das doze personagens presas no Anatole Club, é um caide (2). Possuía em Bienne quatro empresas, j entre as quais a Abiana. Na capital relojoeira suíça retomou em parte a actividade de exportador de relógios suíços que Bechir Celenk, o buyuk

(2) Magistrado indígena na África do Norte (N.T.).

baba (padrinho) da Mafia turca e financiador do atentado contra o Papa na Praça de S. Pedro em 13 de Maio de 1981, conduzia com sucesso.

«Simonian é uma personagem importante no tráfico de droga. Concluímos que, por vezes, recebia nas suas contas milhões de francos vindos de pessoas que nem sequer conhecia. O dinheiro da heroína passava dentro dos relógios das empresas«, declarava um agente policial no processo de Ustegelen. O que não incomodou as autoridades de Berna: com o desemprego e a indústria relojoeira periclitante, é uma sorte inesperada. E os relógios de Simonian, como no tempo de Celenk, partem em contrabando para a Turquia e para o Próximo-Oriente. É a pescadinha de rabo na boca. Mas Jörg Schild enfurece-se e fala do escândalo: a pretexto de Simonian estar

domiciliado em Bienne, onde era já objecto de inquérito, teve que ser remetido à justiça do cantão de Berna (da que depende Bienne)... que o põe imediatamente em liberdade E o governo da Confederação, considerando que essa lavagem de dinheiro sujo «não passa de delito fiscal«, não permite que o procurador de Basileia envie ao seu homólogo milanês os documentos sobre branqueamento de dinheiro feito pelos bancos helvéticos.

O caso Hovik Simonian dura desde 1982: depois da apreensão de 35 quilos de heroína num camião pesado vindo da Turquia, são presos na Itália alguns traficantes. Um libanês estabelecido em Bienne é apontado como o branqueador da rede: Hovik Simonian, vindo de Beirute para se instalar no Jura em 1977, onde, oficialmente, se entrega ao comércio de relógios com o Próximo-Oriente.

Para administrar a sociedade anónima Abiana que fundou em 1977, encontrou um expert fiduciário da cidade, Walter Bieri, cujo filho Adrian tinha encetado a carreira de magistrado! Por ordem do tribunal de Milão e do procurador de Basileia, Simonian é preso em 19 de Maio de 1983 pelas autoridades do cantão, que tomam posse do dossier.

A sua contabilidade, considerada «muito bem organizada», mostra que realizou em 3 anos transacções com sociedades montadas em Zurique por homens de negócios levantinos e especializadas em exportação de ouro -- entre as quais a Shakarco que se elevavam a uma cinquentena de milhões de francos suíços.

O inquérito conseguiu estabelecer que 350.000 francos suíços provenientes do tráfico de droga desmantelado em Milão transitavam em contas da Abiana. Simonian é libertado ao fim de 2 meses. Mais: será absolvido em Novembro de 1988 com uma indemnização de 60.000 francos suíços, enquanto Adrian Bieri, filho do seu administrador e juiz de instrução em Bienne desde 1987, é promovido em Abril de 1988 e colocado pelo ministro da Justiça, Elisabeth Kopp, na 4.a secção do ministério público federal, lugar-chave da luta antidroga!

Agora já se compreende melhor a ira de Jörg Schild.

A acta de acusação do juiz italiano Carlo Palermo sobre o enorme tráfico de armas e droga descoberto em Trento (4 toneladas de heroína e morfina-base contra toda a espécie de material de guerra: carros, helicópteros de combate, navios, mísseis, espingardas de assalto...) realça também: «Os inquéritos das polícias suíças indicam a existência de um círculo oculto de tráfico de droga centrado em Bienne nas firmas Ovaras e Abiana«. O director da Ovaras é Mehmet Cakir, primo de Celenk, e o da Abiana é o seu amigo Hovik Simonian.

«Se na altura se tivesse percebido o significado do contrabando de cigarros, as organizações de tráfico de droga não disporiam hoje de ligações tão experientes e tão eficazes», disse o ex-procurador do Tessin, Paolo Bernasconi, tornado célebre depois do seu inquérito sobre a Pizza Connection. Essa nebulosa de traficantes de droga entre o Próximo-Oriente, Itália, Estados Unidos e Europa do norte foi baptizada assim porque os organizadores serviam-se na América de pizzarias para distribuir a heroína e lavar dinheiro antes de o enviarem para sociedades fiduciárias como a Varidel. «A Mafia e outras organizações do crime

sentem-se obrigadas a branquear o dinheiro ilícito. Para tal, são necessários especialistas. Os branqueadores não pertencem às redes internas das organizações. O dinheiro ilegal é o calcanhar de Aquiles do crime organizado. É por aí que se podem desfazer as malhas e, com um pouco de sorte, desmascarar as cabeças das organizações. A maior parte das vezes só se descobrem transportes de fundos em dinheiro líquido. Na realidade, isso não é mais que uma pequena percentagem dos ganhos fraudulentos que chegam em notas às caixas dos bancos. Os traficantes da Pizza Connection realizaram um tráfico de heroína no valor de pelo menos 1.650 milhões de dólares (preço de custo), mas só foram apreendidas algumas centenas de milhões de dólares. A polícia e a justiça procuram ainda mais de um bilião de dólares«, explica Paolo Bernasconi a Frank Garbely num artigo publicado em Dezembro de 1986 no semanário suíço-alemão Weltwoche.

Se o antigo procurador da República de Locarno insiste na importância dos contrabandistas de cigarros, não é só pelo facto dos seus mecanismos serem utilizados em larga medida pelos traficantes de droga e de armas (quando se tem um canal, passa-se o que quer que seja: o primeiro a aplicá-lo foi Lucky Luciano), mas também porque os grandes caciques da droga utilizam os circuitos financeiros daqueles.

Exemplo extraído do dossier de um processo de Florença da Pizza Connection: em 11 de Março de 1983, às 9h51, a polícia italiana registou uma conversa telefónica entre Tommaso Spadaro, um dos bosses da droga na Sicília, e o seu correspondente suíço, Georg Kastl, o mesmo que já tinha aparecido nos relatórios de Zug «a parte visível do iceberg« e no dossier do juiz Sengelin de Mulhouse que foi «abafado«. O mafioso pedia ao suíço o número de uma conta bancária. No mesmo dia às 17h51, Kastl chamou-o para o mesmo número (322998, de uma pensão de Palermo) e indicou-lhe a conta 209.301 do Crédit Suisse de Locarno. Este pormenor levou a polícia italiana a um fabricante de calçado de Florença, Gaetano Giuffrida, em cuja casa são apreendidos 80 quilos de heroína escondida em 160 pares de sapatos prestes a serem expedidos para os Estados Unidos. Isso valerá a Spadaro e a Giuffrida 30 e 29 anos de prisão, respectivamente. Kastl é condenado pelo mesmo tribunal de Florença a 26 anos de prisão, pena baixada para 24 anos depois de interposto um recurso. Como vive na Suíça, é condenado à revelia.

O inquérito dos magistrados florentinos revela que o dinheiro da droga é lavado pelo intermediário de uma sociedade panamiana em bancos de Locarno, Zurique e Basileia ou por compra de ouro. «Com os benefícios da heroína, Giuffrida adquiriu na Suíça pelo menos 400 quilos de ouro«, refere o julgamento de Florença. Somas de vários milhões de dólares (entre os quais nove cheques no montante total de 6,2 milhões de dólares foram passados entre 1 de Outubro de 1981 e 10 de Janeiro de 1982 para a conta da San Marco Shipping and Trading no Panamá, da qual Georg Kastl é correspondente na Suíça. Quando em Março de 1984 foi ouvido em Zurique por magistrados e agentes policiais de Nova Iorque e de Florença, Kastl reconheceu as suas ligações com Spadaro, Giuffrida e a San Marco Shipping and Trading, mas «unicamente pelo comércio de cigarros«. Precisa que está no negócio desde 1966 e que a sociedade da qual era gerente em Basileia, a Basilo AG, era de facto um satélite do poderoso grupo Weitnauer Trading Company, com sede em Basileia e numerosas filiais no mundo inteiro. «Spadaro era cliente da Weitnauer Trading Company desde 1958, muito antes da minha entrada na empresa«, disse Kastl.

A Suíça não extradita os seus súbditos. Georg Kastl, pois, é deixado em liberdade e é possível encontrá-lo na sua casa da quinta, nas montanhas de Argovie, onde instalou um telex. Os seus advogados falam de «julgamento iníquo« a propósito da sua condenação em Florença.

Kastl: «A minha vida é impossível, não posso abandonar a Suíça. Mas não sou traficante de droga: tenho filhos. E verdade, conheci Spadaro e Giuffrida. Para mim, são apenas clientes de cigarros. Fui condenado a partir de escutas telefónicas por falar com eles de vermelhos, amarelos e brancos. Na gíria contrabandista isso significa Marlboro, HB e Muratti. Os inquiridores presumem que branco quer dizer heroína. Enganam-se: o dinheiro que coloquei na Suíça para os italianos não provem da droga mas sim dos cigarros E na Suíça o contrabando de cigarros não é um delito, desde que a mercadoria não seja vendida no nosso país.

A lista é impressionante. Impressionantes também os caminhos percorridos pelos branqueadores de dinheiro sujo. Como prova, o notável estudo do jornalista Jean-Marie Stoerkel aparecido na revista mensal Vrai número 1 de Março de 1988. Foi-nos cedido e será completado passo a passo:

Basileia, 19 de Maio de 1983: o procurador Jörg Schild, chefe do departamento antidroga da cidade, lança a operação Korn (grão, em alemão). Com os seus polícias, prende na quarta-feira à tarde no bairro Matthaus, principalmente no Anatole Club, 11 turcos, dos quais um é um financeiro da droga, Erol Oezerol, e um libanês a viver em Bienne, Hovik Simonian. Apreende-lhes 1 milhão de francos suíços. A operação Korn é coordenada com polícias oeste-alemães e italianos. No mesmo dia, os investigadores italianos descobrem em Milão 35,5 quilos de heroína num camião chegado da Turquia.

Três dias mais tarde, os agentes de Jörg Schild seguem um turco que desce do comboio de Amsterdão e se prepara para entrar num automóvel com matrícula dos Países Baixos estacionado junto da estação de Basileia. No veículo, cujos documentos e chaves estão na posse do turco, há 1 quilo de heroína. Em 1 de Junho seguinte, os mesmos agentes prendem em Wadenswil, perto de Zurique, um turco de 23 anos, Nuri Ustegelen, que dois anos antes comprara um camião para serviço próprio. Tinha trabalhado anteriormente numa empresa de transportes de Weifelden que surgiu em 1980-1981 num vasto inquérito levado a cabo em vários cantões da Confederação sobre «um contrabando de estupefacientes transportados em camiões pesados provenientes do Próximo-Oriente». Um dos principais suspeitos, Otto Steffen, figurava igualmente no processo de instrução do juiz Germain Sengelin, de Mulhouse, sobre tráfico internacional de cigarros.

As encomendas recebidas por Otto Steffen chegavam de Georg Kastl ao cuidado de Weitman AG, representada por Basilo AG, de Basileia. Georg Kastl não seria na Suíça mais que a parte visível do iceberg, escrevia em 17 de Junho de 1980 Monika Berher, que centralizava as escutas telefónicas da polícia de Zoug. Como Steffen tinha fugido para o Togo, o processo foi metido na gaveta.

O de Ustegelen, em contrapartida, é posto em marcha. Jörg Schild tem material suficiente: os relatórios das escutas telefónicas e as

vigilâncias efectuadas no princípio da primavera, a descoberta, em posse de Oezerol, aquando da sua prisão em 19 de Maio, dos números de telefone de Ustegelen e do seu correspondente na Turquia, Muhsin Karahan. e a acusação em processo verbal de Ustegelen feita por Oezerol.

Antes de se retratar mais tarde em virtude das ameaças recebidas na prisão, Nuri Ustegelen reconhecia de maneira circunstanciada que, entre Julho de 1982 e Fevereiro de 1983, em quatro viagens, tinha transportado da Turquia para Milão 90 quilos de heroína. O seu amigo Muhsin Karahan, que o escoltava nessas viagens com o seu Mercedes 450 SE ou com o próprio camião carregado de droga, implicado também depois da apreensão dos 35,5 quilos de heroína em Milão, será preso em Istambul em Maio de 1984. «É verdade. Eu próprio entreguei na Itália 210 quilos de heroína de valor não inferior a 200 milhões de francos suíços», confessaria ele aos inquiridores, que tinham descoberto em sua casa processos da instrução de Basileia.

O processo de Ustegelen, que teve lugar em Basileia no princípio de 1984, teve o mérito de mostrar como a organização turco-italo-americana-helvético-libanesa que, evidentemente, beneficiou de cumplicidades para fazer passar a droga através da Bulgária, lavava na Suíça o dinheiro da heroína depois da Mafia italiana o fazer chegar ao Tessin. Nas semanas que precederam a rusga do Anatole Club, os agentes de Jörg Schild prenderam Oezerol, o financeiro turco de Basileia. Algumas fotografias mostram-no à porta de uma pequena firma financeira de Locarno, a Danafin Finanziara, segurando na mão um saco que, segundo o inquérito revelou, continha 468.000 marcos alemães.

As somas depositadas na Danafin eram transferidas para o Finter Bank de Chiasso. Um pequeno parêntesis: o Finter Bank, ligado ao Banco Ambrosiano de Calvi, da loja maçónica P2 e da banca do Vaticano, servia as transacções financeiras de Jean-Dominique Fratoni, o Napoleão dos jogos da Côte d'Azur. Quando Frank Garbely, jornalista de investigação de Genève, o interrogou sobre esse mecanismo, Chris Schmid, o responsável da Danafin, não negou: «Sim, depositei esse dinheiro no Finter Bank. Fui contactado pelo director do Finter para essa operação. Mas não sabia que era dinheiro da droga. Supunha tratar-se do habitual tráfico de divisas, e isso, aqui, não é punível, como sabe...«

o Finter Bank de Chiasso onde, por curiosa coincidência, Vittorio Tamani, um dos organizadores italianos da distribuição, tem também uma conta, transferia o dinheiro para o Migros Bank (1), agência de Claraplatz em

(1) Em Dezembro de 1987, o desmantelamento de uma rede brasileira mostrou com que facilidade a máquina de lavar pode funcionar perfeitamente desde que seja regularmente alimentada... Todas as semanas a droga chegava à Suíça em malas de turistas sul-americanos. Delá partia para Milão, onde era dividida em lotes e distribuída na Itália do norte, na França e na Alemanha. O produto da venda, em liras, francos ou marcos alemães, passava a fronteira suíça, sempre em malas, em direcção do posto de câmbios do Migros Bank em Genève. Duas vezes por semana, uns 2 milhões de francos eram assim convertidos e depositados em seguida no Migros Bank na conta com o número 132.77201 -- nome de código «Austral» -- do Banesto Corporation Banking de Nova Iorque, que pertencia à sociedade brasileira Walter Exprinter. Retomo ao expedidor. O banco suíço não podia deixar de

estar ao corrente, o que prova que o branqueamento de narcodólares repousa bem no segredo bancário helvético. é aí que o inquérito pára: atrás da Walter Exprinter escondiam-se -- segundo informações conseguidas pela justiça italiana e pela DEA -- generais do exército brasileiro. A justiça brasileira, prudente, recusa colaborar no inquérito. Quanto ao banco suíço, ao ser interrogado declarou que «nada lhe pode ser reprovado» (Tribune de genève, 18.8.1989). O residente suíço da rede brasileira, Michel Frank, filho de industriais helvético-brasileiros muito ricos, foi encontrado em 24 de Setembro de 1989 crivado de balas na garagem subterrânea de sua casa. Os padrinhos do Brasil não lhe perdoaram provavelmente o desmantelamento da rede europeia...

Basileia, para a conta de Erol Oezerol. Outras somas partiam para bancos de Zurique. Por ordem de outro turco igualmente preso em Basileia, Yasar Gueul, Oezerol transferia grandes somas do Migros Bank de Bienne para contas do libanês Hovik Simonian. Uma dessas transferências atingiu o montante de 350.000 francos suíços.

Simonian, sem dúvida a mais interessante das doze personagens presas no Anatole Club, é um caide (2). Possuía em Bienne quatro empresas, j entre as quais a Abiana. Na capital relojoeira suíça retomou em parte a actividade de exportador de relógios suíços que Bechir Celenk, o buyuk

(2) Magistrado indígena na África do Norte (N.T.).

baba (padrinho) da Mafia turca e financiador do atentado contra o Papa na Praça de S. Pedro em 13 de Maio de 1981, conduzia com sucesso.

«Simonian é uma personagem importante no tráfico de droga. Concluímos que, por vezes, recebia nas suas contas milhões de francos vindos de pessoas que nem sequer conhecia. O dinheiro da heroína passava dentro dos relógios das empresas«, declarava um agente policial no processo de Ustegelen. O que não incomodou as autoridades de Berna: com o desemprego e a indústria relojoeira periclitante, é uma sorte inesperada. E os relógios de Simonian, como no tempo de Celenk, partem em contrabando para a Turquia e para o Próximo-Oriente. É a pescadinha de rabo na boca. Mas Jörg Schild enfurece-se e fala do escândalo: a pretexto de Simonian estar domiciliado em Bienne, onde era já objecto de inquérito, teve que ser remetido à justiça do cantão de Berna (da que depende Bienne)... que o põe imediatamente em liberdade E o governo da Confederação, considerando que essa lavagem de dinheiro sujo «não passa de delito fiscal«, não permite que o procurador de Basileia envie ao seu homólogo milanês os documentos sobre branqueamento de dinheiro feito pelos bancos helvéticos.

O caso Hovik Simonian dura desde 1982: depois da apreensão de 35 quilos de heroína num camião pesado vindo da Turquia, são presos na Itália alguns traficantes. Um libanês estabelecido em Bienne é apontado como o branqueador da rede: Hovik Simonian, vindo de Beirute para se instalar no Jura em 1977, onde, oficialmente, se entrega ao comércio de relógios com o Próximo-Oriente.

Para administrar a sociedade anónima Abiana que fundou em 1977, encontrou um expert fiduciário da cidade, Walter Bieri, cujo filho Adrian tinha encetado a carreira de magistrado! Por ordem do tribunal de Milão e do procurador de Basileia, Simonian é preso em 19 de Maio de 1983 pelas

autoridades do cantão, que tomam posse do dossier.

A sua contabilidade, considerada «muito bem organizada», mostra que realizou em 3 anos transacções com sociedades montadas em Zurique por homens de negócios levantinos e especializadas em exportação de ouro -- entre as quais a Shakarco que se elevavam a uma cinquentena de milhões de francos suíços.

O inquérito conseguiu estabelecer que 350.000 francos suíços provenientes do tráfico de droga desmantelado em Milão transitavam em contas da Abiana. Simonian é libertado ao fim de 2 meses. Mais: será absolvido em Novembro de 1988 com uma indemnização de 60.000 francos suíços, enquanto Adrian Bieri, filho do seu administrador e juiz de instrução em Bienne desde 1987, é promovido em Abril de 1988 e colocado pelo ministro da Justiça, Elisabeth Kopp, na 4.a secção do ministério público federal, lugar-chave da luta antidroga!

Agora já se compreende melhor a ira de Jörg Schild.

A acta de acusação do juiz italiano Carlo Palermo sobre o enorme tráfico de armas e droga descoberto em Trento (4 toneladas de heroína e morfina-base contra toda a espécie de material de guerra: carros, helicópteros de combate, navios, mísseis, espingardas de assalto...) realça também: «Os inquéritos das polícias suíças indicam a existência de um círculo oculto de tráfico de droga centrado em Bienne nas firmas Ovaras e Abiana«. O director da Ovaras é Mehmet Cakir, primo de Celenk, e o da Abiana é o seu amigo Hovik Simonian.

«Se na altura se tivesse percebido o significado do contrabando de cigarros, as organizações de tráfico de droga não disporiam hoje de ligações tão experientes e tão eficazes», disse o ex-procurador do Tessin, Paolo Bernasconi, tornado célebre depois do seu inquérito sobre a Pizza Connection. Essa nebulosa de traficantes de droga entre o Próximo-Oriente, Itália, Estados Unidos e Europa do norte foi baptizada assim porque os organizadores serviam-se na América de pizzarias para distribuir a heroína e lavar dinheiro antes de o enviarem para sociedades fiduciárias como a Varidel. «A Mafia e outras organizações do crime sentem-se obrigadas a branquear o dinheiro ilícito. Para tal, são necessários especialistas. Os branqueadores não pertencem às redes internas das organizações. O dinheiro ilegal é o calcanhar de Aquiles do crime organizado. É por aí que se podem desfazer as malhas e, com um pouco de sorte, desmascarar as cabeças das organizações. A maior parte das vezes só se descobrem transportes de fundos em dinheiro líquido. Na realidade, isso não é mais que uma pequena percentagem dos ganhos fraudulentos que chegam em notas às caixas dos bancos. Os traficantes da Pizza Connection realizaram um tráfico de heroína no valor de pelo menos 1.650 milhões de dólares (preço de custo), mas só foram apreendidas algumas centenas de milhões de dólares. A polícia e a justiça procuram ainda mais de um bilião de dólares«, explica Paolo Bernasconi a Frank Garbely num artigo publicado em Dezembro de 1986 no semanário suíço-alemão Weltwoche.

Se o antigo procurador da República de Locarno insiste na importância dos contrabandistas de cigarros, não é só pelo facto dos seus mecanismos serem utilizados em larga medida pelos traficantes de droga e de armas (quando se tem um canal, passa-se o que quer que seja: o primeiro a

aplicá-lo foi Lucky Luciano), mas também porque os grandes caciques da droga utilizam os circuitos financeiros daqueles.

Exemplo extraído do dossier de um processo de Florença da Pizza Connection: em 11 de Março de 1983, às 9h51, a polícia italiana registou uma conversa telefónica entre Tommaso Spadaro, um dos bosses da droga na Sicília, e o seu correspondente suíço, Georg Kastl, o mesmo que já tinha aparecido nos relatórios de Zug «a parte visível do iceberg« e no dossier do juiz Sengelin de Mulhouse que foi «abafado«. O mafioso pedia ao suíço o número de uma conta bancária. No mesmo dia às 17h51, Kastl chamou-o para o mesmo número (322998, de uma pensão de Palermo) e indicou-lhe a conta 209.301 do Crédit Suisse de Locarno. Este pormenor levou a polícia italiana a um fabricante de calçado de Florença, Gaetano Giuffrida, em cuja casa são apreendidos 80 quilos de heroína escondida em 160 pares de sapatos prestes a serem expedidos para os Estados Unidos. Isso valerá a Spadaro e a Giuffrida 30 e 29 anos de prisão, respectivamente. Kastl é condenado pelo mesmo tribunal de Florença a 26 anos de prisão, pena baixada para 24 anos depois de interposto um recurso. Como vive na Suíça, é condenado à revelia.

O inquérito dos magistrados florentinos revela que o dinheiro da droga é lavado pelo intermediário de uma sociedade panamiana em bancos de Locarno, Zurique e Basileia ou por compra de ouro. «Com os benefícios da heroína, Giuffrida adquiriu na Suíça pelo menos 400 quilos de ouro«, refere o julgamento de Florença. Somas de vários milhões de dólares (entre os quais nove cheques no montante total de 6,2 milhões de dólares foram passados entre 1 de Outubro de 1981 e 10 de Janeiro de 1982 para a conta da San Marco Shipping and Trading no Panamá, da qual Georg Kastl é correspondente na Suíça. Quando em Março de 1984 foi ouvido em Zurique por magistrados e agentes policiais de Nova Iorque e de Florença, Kastl reconheceu as suas ligações com Spadaro, Giuffrida e a San Marco Shipping and Trading, mas «unicamente pelo comércio de cigarros«. Precisa que está no negócio desde 1966 e que a sociedade da qual era gerente em Basileia, a Basilo AG, era de facto um satélite do poderoso grupo Weitnauer Trading Company, com sede em Basileia e numerosas filiais no mundo inteiro. «Spadaro era cliente da Weitnauer Trading Company desde 1958, muito antes da minha entrada na empresa«, disse Kastl.

A Suíça não extradita os seus súbditos. Georg Kastl, pois, é deixado em liberdade e é possível encontrá-lo na sua casa da quinta, nas montanhas de Argovie, onde instalou um telex. Os seus advogados falam de «julgamento iníquo« a propósito da sua condenação em Florença.

Kastl: «A minha vida é impossível, não posso abandonar a Suíça. Mas não sou traficante de droga: tenho filhos. E verdade, conheci Spadaro e Giuffrida. Para mim, são apenas clientes de cigarros. Fui condenado a partir de escutas telefónicas por falar com eles de vermelhos, amarelos e brancos. Na gíria contrabandista isso significa Marlboro, HB e Muratti. Os inquiridores presumem que branco quer dizer heroína. Enganam-se: o dinheiro que coloquei na Suíça para os italianos não provem da droga mas sim dos cigarros E na Suíça o contrabando de cigarros não é um delito, desde que a mercadoria não seja vendida no nosso país«.

Em 21 de Outubro de 1980, depois de uma viagem na auto-estrada de Mulhouse com os agentes alfandegários que o abriram várias vezes, um camião de 38 toneladas com matrícula dos Pirinéus atlânticos pulverizou

uma passagem fronteiriça para entrar na zona suíça do aeroporto de Basileia-Mulhouse. Oficialmente, transportava camas de palha para gatos, mas também 100 milhões de pesetas. Chegado a Basileia, o condutor, Martin Goyenetsche, contrabandista basco, telefonou de uma cabine e regressou ao camião para limpar tranquilamente a cabine dos estilhaços de vidro do pára-brisas enquanto esperava o advogado, Urs Flachsmann, de Basileia, ex-procurador, advogado de vários contrabandistas.

Nos meus primeiros encontros com ele, Georg Kastl explicou-me em 1983 que os 100 milhões de pesetas se destinavam à Basilo AG. Fora para lá que Goyenetsche telefonara. Georg Kastl: «Ficámos preocupados. Patrick Laurent, que trabalhava connosco na Basilo, pediu-me para tratar do assunto junto da fronteira suíça. Tal incumbência era-lhe mais difícil, dada a sua nacionalidade francesa. Assim, chamei Flachsmann. Fui incomodado durante três semanas, as autoridades suíças queriam obrigar-me a admitir que o dinheiro não se destinava a pagar cigarros mas armas. Garanto-lhe, no entanto, que era o pagamento dos cigarros enviados de Anvers para a Espanha pelo intermediário de Laurent. E nem Laurent nem o caro Adolphe Westman foram alguma vez inquietados...»

Patrick Laurent, hoje com 40 anos e ainda instalado em Basileia, está há 20 anos no «negócio« de cigarros e perfumes. Em 1976, quando vivia no Brasil, as alfândegas brasileiras apreenderam um r avio, Le Tempesta, partido de Anvers via Brest com uma importante carga de whisky e cigarros de contrabando. O inquérito entre os organizadores identificou Patrick Laurent e um certo Barbey ou Barbé. Este último foi preso no Brasil. Laurent teve mais sorte. Saiu do Brasil para se instalar na Suíça, primeiro em Zurique, depois em Basileia, onde entrou para a Basilo AG.

O «caro Adolphe« é Adolphe Weitnauer, director-geral da Weitnaner Trading Company até à sua morte em Agosto de 1983 no seu castelo de Hegenheim, na Alsácia. As circunstancias brutais da sua morte ainda hoje continuam misteriosas. A WTC foi comprada recentemente pela empresa Indelec, filial da Société des Banques Suisses. Os novos proprietários manifestaram o propósito de desembaraçar a WTC da sua imagem turva. Os 100 milhões de pesetas introduzidos na Suíça por Martin Goyenetsche, não ficaram muito tempo sem dar frutos. Metidos em dois cartões de Johnny Walker's e em duas maletas transportadas por colaboradores da WTC, foram levados à sede do banco Société des Banques Suisses de Basileia por Gloor Chiavi, braço direito de Laurent e Kastl, acompanhado por três agentes da alfândega. «Em média, chegava a Basileia um camião por semana que trazia da Espanha 1,5 ou 2 milhões de francos suíços. O dinheiro era recuperado pela gente da Basilo».

Depois do caso Goyenetsche, utilizaram-se Volkswagen Golf que entregavam o dinheiro espanhol na estação de serviço de Eldgenossenweg, próxima do grande estádio Sank Jacob, em Basileia. Assim era financiado também o tráfico das armas compradas à antiga empresa alemã Merex, dirigida por um ex-nazi, onde há outras firmas suíças, alemãs ou espanholas, por exemplo, a Contraves, uma filial de Bührlé, Hispano ou koch and Keckler«,, explica um antigo responsável da WTC.

Giovanni Falcone, um dos mais brilhantes magistrados italianos na luta contra a Mafia, faz um juízo lúcido: «Há muito que a Mafia deixou de ser um fenómeno italiano ou americano. Agora, tem filiais no mundo inteiro«. Como em eco, Heinrich Boge, presidente do Bundeskriminalamt (BKA) de

Wiesbaden, diz: «O crime organizado ameaça a segurança interna da Europa. Benefícios enormes provenientes do tráfico de droga derramam-se nos assuntos legais e fazem apodrecer sectores inteiros da economia«.

Em 1986, a conferência antidroga da ONU em Viena, Áustria, chegou a esta conclusão: «Se queremos chegar ao fim no tráfico de estupefacientes, é necessário retirar-lhe a base financeira. Isso não pode ser feito sem violar o segredo bancário».

Outro caso em que se distinguiram o procurador Jörg Schild e o juiz Germain Sengelin foi o desmantelamento de um dos mecanismos da Pesetas Connection. Traficantes de Basileia que a coberto do contrabando de cigarros se reciclavam na droga e nas armas. O dinheiro proveniente do contrabando de cigarros (que na Suíça não é considerado sujo) não poderá continuar a servir como cobertura legal do dinheiro de droga ou de armas.

Os investigadores descobriram que, desde vários anos antes, cargueiros fretados em Basileia transportavam nas águas internacionais próximas das costas do norte da Espanha carregamentos de cigarros de origem americana provenientes da Bélgica ou da Albânia. Numa segunda fase, as receitas desse tráfico eram transportadas de Espanha para Basileia, via Genève, em viaturas especialmente concebidas para tal. As pesetas assim chegadas eram de inicio depositadas numa conta da Union des Banques Suisses em Basileia, depois transferidas e cambiadas para dólares na conta de uma filial do mesmo banco em Zurique antes de entrarem finalmente na conta de uma empresa domiciliada no Liechtenstein.

Segundo a brigada de estupefacientes, teriam sido transferidos em cada semana mais de 1 milhão de dólares, o que representaria entre 100 e 200 milhões de dólares branqueados ao longo dos últimos 2 anos. Perante tais montantes, os investigadores adquiriram a certeza que atrás do contrabando de cigarros se dissimulava um tráfico de cocaína.

Balanço judiciário da operação: um transportador francês capturado, Joseph Arrieta, e um agente alfandegário suíço, Gerard Chapuis, chefe de um posto fronteiriço próximo de Genève, presumível informador dos traficantes. É verdade que os branqueadores de narcodólares estavam bem informados. Aquando de uma busca em casa de Joseph Arrieta, os investigadores descobriram o número do telefone secreto do centro de escutas telefónicas instalado em Basileia pela polícia suíça.

O procurador Jörg Schield, pelo seu lado, não hesitou em declarar: «Como o meu colega Sengelin antes de mim, sempre verifiquei que os nossos adversários, os traficantes, andavam três passos à nossa frente. Deixei, pois, de afirmar que desde a base da pirâmide até ao vértice não há corrupção na Suíça. Em 1984, as minhas escutas telefónicas foram pirateadas. Quem forneceu essas cópias secretas aos traficantes? Só há três possibilidades: a fuga pode ter-se dado nos telecoms (que realizam as escutas), no departamento federal antiestupefacientes de Berna ou no meu próprio gabinete, aqui em Basileia... Em Novembro de 1988 decidi uma acção nas fronteiras para apanhar o passador de pesetas, Joseph Arrieta. Imediatamente, um oficial da alfândega de Genève telefonou a Arrieta para o país basco francês dizendo-lhe que fosse "por outra freguesia". O passador, pois, adiou a sua vinda à Suíça. À uma, todos os membros da rede modificaram o sistema de branqueamento de dinheiro; agora, encontram-se em Andorra para as suas transferências de pesetas.

«No passado dia 12 de Junho, encontrámos em Urugue, no país basco francês, um dos nossos próprios telegramas, na cozinha do passador Joseph Arrieta« (1).

(1) Entrevista concedida a Yvan Stefanovitch para VSD de 27.7-5.8.1989.

Algum tempo depois da prisão de Joseph Arrieta (12 de Junho de 1989), a polícia deteve no dia 27 Michaàl Hänggi, director da firma de Basileia, Porespa, oficialmente dedicada ao comércio de jóias. Na mesma ocasião, foram apreendidos nas sedes da Porespa, da Palais Holding e da MTC, todas sediadas em Basileia, uma montanha de documentos informáticos e contabilísticos.

A Porespa, principal beneficiária, colocava os seus fundos no banco Union des Banques Suisses de Zurique (2) na conta da Société Panaméenne Di Maro, que alugava os navios para o transporte dos cigarros. Daí, o dinheiro era transferido para Vaduz, Liechtenstein, para contas da Pacomex, ligada a um dos maiores fabricantes mundiais de cigarros. Depois, as coisas tornam-se mais difusas: o dinheiro da droga é lavado sucessivamente nos bancos

(2) A Union des Banques Suisses confirmou que os fundos provenientes desse tráfico de cigarros tinham transitado pelas suas filiais de Basileia e Zurique, mas que se ignorava a sua origem!

de Londres e Monte-Carlo antes de deslizar no pano verde de um dos maiores casinos do Sudeste (1).

(1) Um exemplo interessante: em 31 de Maio de 1986, Tony Torbey, director-geral da Société Forges Thermales (proprietária do casino de Forges-les-Eaux) estava encarcerado. É filho do director-geral do Lebanse Arab Bank. Tratava-se de simples abusos de bens sociais como a nota de culpa fazia supor? Nada é menos certo. Com efeito, Torby estava no casino com Pascal Campana, irmão de Roger Campana, preso em Abril de 1984 por um tráfico de 10 toneladas de haxixe entre o Líbano e Marselha. Ao ser detido à saída de uma boîte nocturna parisiense, Campana encontrava-se -- por acaso, evidentemente! -- na companhia de Pierre Boutros Daher, um interditado de jogos que, não obstante, tinha chegado a Forges pela mão de Torbey. Nesse colossal tráfico de droga, diz o Affaire de Versailles, Daher foi considerado suspeito de ser o instigador. Mas foi deixado em liberdade. Por outro lado, uma vez Torbey caído, surgiu uma importante modificação no conselho de administração do casino de Forges. Fazia a sua aparição a Compagnie Fermière des Eaux, adocicada denominação que camuflava uma família de judeus pés-negros, os Partouche, na pessoa de Isidore Partouche, proprietário dos casinos de Saint-Amand, Le Touquet e Boulogne, secundado pelo sobrinho, Hubert Benhamou. Um e outro mantinham relações com Pascal Campana! Mas não é tudo. Em 27 de Abril de 1989, Le Monde anunciava depois da interpelação em Hauts-de-Seine de dois adolescentes fumadores de haxixe, a inculpação de Pascal Campana, considerado um animador do tráfico de droga e suspeito de ser membro do «consortium» do Círculo Republicano, organização que aparecia como um circulo de jogo antes de se mudar para a Av. Ópera em Paris. Segundo certas informações Pascal Campana terá investido 2 milhões de francos no «consortium» do Círculo. Os serviços de informação geral, que têm entre

as suas atribuições o controle dos estabelecimentos de jogos, mostraram-se intrigados com a presença de Campana nas instalações do Círculo, frequentado, não esqueçamos, pela «Gotha» do mundo dos negócios e da política. Por isso se interrogavam se Campana não faria parte do que nos círculos de jogo se chama «consortium», isto é, um grupo de pessoas ou uma associação de jogadores que «mandam na banca», e, sobretudo, se o dinheiro proveniente dos tráficos de droga de Campana não tinha sido branqueado dessa maneira.

O chefe presumido desta rede era um indivíduo de Le Havre de 40 anos, residente na Suíça e amigo de infância de um oficial superior dos serviços especiais franceses, interessado desde há muito tempo em explorar o filão. Os investigadores andaram à volta desse homem-chave. Um facto importante: os dois maiores bancos suíços acharam-se na obrigação, facto raríssimo, de confiar à policia helvética o historial das gigantescas contas dos seus clientes-traficantes.

Que bela vingança para o juiz Germain Sengelin, sistematicamente boicotado pela sua hierarquia... ele que tinha ousado acusar de corrupção um dos mais altos responsáveis das alfândegas francesas (1).

(1) No fim de Junho de 1988 foram interpelados dois inspectores da Police de l'Air et des Frontières (PAF) quando recebiam em Roissy 7 quilos de heroína. Tratava-se de dois inspectores divisionários, René Baudin e Georges Bechouche. René Baudin, chefe do serviço de desminagem de Roissy, não é um desconhecido e viveu anos de maneira agitada. Conhecia a assiduidade dos agentes da brigada financeira e do juiz Jean-Pierre Michau no caso do Carrefour du Développement. Em 19 de Maio de 1986, o inspector foi encarregado de prender, em companhia de Edmond Raffali, responsável do círculo de jogos parisiense Concorde, o Dr. Pierre Chiarelli. Este regressava do Brasil onde tinha encontrado Yves Chalier, em fuga. Em 13 de Dezembro de 1988, por decisão da Câmara de acusação de Paris, foram libertados depois de uma batalha jurídica que se seguiu a um erro de procedimento, Cometido tanto pelo tribunal como pelo juiz de instrução de Bobigny encarregado do dossier, Mme. Christine Coste-Floret. Sendo os dois agentes oficiais da Polícia Judiciária, o procurador da República devia ter decidido a cassação da Câmara criminal para que fosse designado um juiz de instrução. Porquê tantos erros? Teria René Baudin demasiadas coisas para contar?...

Outro caso extremamente interessante de branqueamento de dinheiro da droga é o Pizza Connection, do lado da França.

No princípio de Dezembro de 1984, o SRPJ de Marselha tomou conhecimento que Rodolfo Di Pisa, siciliano quinquagenário que possui em Marselha a Biscuiterie de Provence, tinha que ir a Nova lorque. Espiando-o, aquele conduziu-os à catedral de Saint-Patrick, onde o esperavam dois compatriotas: Giuseppe Scarpulla, vindo de Palermo, e Frederic De Vito, americano de origem siciliana.

Em 26 de Dezembro Rodolfo Di Pisa chegou a França sem a mala. Pensou tê-la perdido. Era o que supunha. Na realidade, tinha sido subtraída pelos agentes da alfândega. Segundo o processo, havia lá 75.000 dólares e uns restos de heroína. Contudo, na primavera de 1985 Rodolfo voltou aos Estados Unidos em companhia de um marselhês de origem arménia, Michel Kasparian. Tratava-se de uma entrega de 14 quilos de heroína. Novo xeque:

um dos marinheiros-passadores israelitas é preso na posse de 6 quilos de heroína (1). Declarou tê-la recebido durante uma escala em Fos-sur-Mer das mãos de dois homens, um dos quais Michel Kasparian.

(1) O inquérito reconstituiu os mecanismos de uma cadeia de aprovisionamento de morfina-basc e de brown sugar (heroína mal refinada). A mercadoria vinha da Turquia. O laboratório de refinação era marselhês. O destinatário eram os Estados Unidos. Cada um tinha a sua função, daí uma equipa de passadores israelitas (como na maior parte dos transportes de droga dura).

Pouco a pouco, os polícias americanos descobrem a origem dos 75.000 dólares da mala de Rodolfo. Uma filial nova-iorquina do Barclay's Bank teria também branqueado em 3 anos 1,8 biliões de dólares por conta da Pizza Connection. E que dizer da sucursal das Ilhas Virgens do Barclay's Bank, que mandou construir uma pista para helicópteros a fim dos seus clientes vindos do continente americano não perderem tempo com formalidades inúteis quando lá levam o seu dinheiro?

Vimos as connections libanesas, suíças e outras, mas há uma que embora menos conhecida é mais importante: a Iran Connection. No departamento de Karaman, as terras pertencentes ao senhor Rafsanjani (o actual presidente da República iraniana) produziam no princípio dos anos 80 qualquer coisa como 150 toneladas de ópio, ou seja, 50% da produção total iraniana.

Em 8 de Janeiro de 1983, a polícia prendeu no aeroporto de Düsseldorf um tal Sadegh Tabatabai que chegava de Zurique na posse de 1,5 quilos de ópio, delito que todo o iraniano no seu país pagaria com a morte e todo o cidadão alemão com uma pena de 2 a 15 anos de prisão. Foi condenado a 3 anos de prisão, mas posto em liberdade algumas semanas depois. Et pour cause: o senhor Tabatabai não era um qualquer. Antigo vice-primeiro-ministro do Irão, era cunhado de Ahmed Khomeiny e filho de Khomeiny. Quando o caso foi tornado público, o ministro dos Negócios Estrangeiros, com base num telegrama do governo de Teerão de 31 de Janeiro de 1983, reconheceu-lhe cara ter diplomático. O telegrama estipulava que o senhor Tabatabai era «desde 18 de Dezembro de 1982 embaixador especial encarregado de missões secretas»! O governo estava de acordo, mas os magistrados não...

O que é certo, em todo o caso, é que o assunto trouxe muitos embaraços a Bona, que queria evitar qualquer tensão com o regime do Ayatollah Khomeiny. Uma vez que estava em prisão preventiva, o Dr. Tabatabai, posto em liberdade em 14 de Janeiro depois do pagamento de uma caução de 200.000 marcos (embora encarcerado três dias mais tarde), aproveitou para se dirigir à chancelaria de Bona onde o conselho de segurança oeste-alemão se tinha reunido para tentar resolver rapidamente a questão. O director ministerial (antigo embaixador oeste-alemão em Teerão de Maio de 1977 a Fevereiro de 1981 e amigo de Tabatabai) Gerhard Ritzel, que chefiava então na chancelaria os serviços de informação oeste-alemães, foi encarregado de encontrar uma solução.

Tabatabai tinha muitos amigos na RFA, entre outros o ex-ministro do tempo de Helmut Schmidt, Hans-Jurgen Wischnewski, e Hans-Dietrich Genscher, ministro dos Negócios Estrangeiros. Membro do comité director da Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik (DGAP) -- homólogo alemão do CFR (1) -- Wischnewski era presidente da Associação alemã de cooperação e

desenvolvimento (ajuda ao terceiro mundo) e encarregada oficialmente dos contactos entre a Alemanha ocidental e do Leste. Era, de alguma maneira, o representante pessoal do chanceler Helmut Schmidt nas conferências do grupo Bildeberger. Mas não é tudo... Numa outra ocasião pôs a sua influência ao serviço do FLN. Mais valerá, talvez, não tentar ilucidar até onde chegava essa cooperação, que assustava até os seus amigos do SPD. Recorde-se que o dinheiro do FLN transitava pela Alemanha e que muitas operações ilegais partiram de território alemão. Wischnewski guarda no seu apartamento de Colónia o tesouro de guerra do FLN: era ao mesmo tempo amigo pessoal e um dos lugares-tenentes de Ben Bella... Um especialista de golpes tortuosos, em suma.

(1) Leia-se, do mesmo autor, La Trilatérale et les Secrets du Mondialisme (éd. Faits et Documents, 1980).

Quanto a Genscher, o Stuttgarter Nachrichten escrevia que o ministro «tenta lavar de toda a suspeita o homem de confiança do Ayatollah de um delito pelo qual qualquer alemão seria metido atrás das grades« e o Frankfurter Rundschau supunha que o ministro obteria a expulsão de Tabatabai para evitar o escândalo. Quais as razões da clemência ministerial? Tabatabai desempenhou em Janeiro de 1981 um papel na libertação dos 52 reféns americanos. Política e droga, decididamente, casam muitíssimo bem...

O senhor Tabatabai é um dos agentes de ligação dos grupos pró-iranianos (chiitas libaneses, integralistas tunisinos, argelinos e marroquinos) que operam na Europa. O dinheiro da droga permite financiá-los sem implicar directamente as instituições financeiras de Teerão. Essa utilização do dinheiro da droga chegou a beneficiar em 1983 de uma Fetwa (decreto de obrigação jurídica) do Iman Khomeiny em pessoa, que incitava a combater «o grande Satan (Estados Unidos) e os seus aliados por todos os meios e, em particular, recorrendo a estupefacientes».

Seguindo agora outras pistas, Tabatabai era já conhecido como traficante de armas operando no mercado búlgaro. «Com efeito, fornecia armas ao Irão, armas que tinham sido confiscadas ao Líbano por Israel e que pertenciam aos sírios e à OLP«, referia Pierre Sirgue, advogado do foro. Por outro lado, Tabatabai tinha-se encontrado com duas pessoas em Genève: um tal Kunz, representante pessoal do banqueiro Calvi, director da Banca Ambrosiana, «encontrado pendurado na ponte londrina», e Stéphane delle Chiaie, terrorista ligado à loja maçónica P2...

O Irão foi desde sempre um grande produtor de ópio. Já em 1955 contava com 2 milhões de intoxicados que absorviam um mínimo de 2 toneladas de ópio por dia. Na época do Xá, a lei previa penas muito severas para os traficantes: todo aquele encontrado na posse de mais de 2 quilos de ópio ou de 10 gramas de heroina era passivel de pena de morte. «Mesmo se, por necessidade da causa, os opositores políticos ao regime do Xá são identificados com traficantes, não se pode duvidar da determinação das autoridades iranianas em pôr termo às importações ilegais de ópio«, escreviam Catherine Lamour e Michel R. Lamberti, autores de Les Grandes Manõuvres de l'Opium, aparecido em 1972. Mas, como em toda a parte onde a política é sinónimo de lucro, fazem-se excepções.

Na Suíça rebentou um escândalo estrondoso em 1972 quando o príncipe iraniano Dawalouh, acusado de introduzir ópio em território helvético,

invocou imunidade diplomática para se subtrair a um inquérito. Foi na companhia do próprio Xá que, na qualidade de membro da comitiva de Sua Majestade imperial, o príncipe Dawalouh tomou o avião para Teerão, gozando de um privilégio reservado em princípio a diplomatas de carreira. Os comentários da imprensa europeia sobre o caso irritaram violentamente o Xá, muito sensível à imagem oficial do Irão no estrangeiro. O soberano não estava, bem entendido, envolvido pessoalmente no tráfico. Mas tolerava «desvios« de certos membros da sua entourage, cuja fidelidade era necessária ao equilíbrio de forças que sustinham o regime...

Os regimes mudam, mas as prebendas continuam... Dawalouh e o Xá ontem, Tabatabai e Khomeiny hoje!

Entretanto, atrás de tudo, sempre e infalivelmente, perfila-se a sombra do terrorismo. Quando, no principio de 1987, decorria o julgamento de Abdallah, as polícias suíça e italiana desmantelaram uma rede de tráfico de droga. O dinheiro tinha permitido organizar atentados na Europa e aos terroristas arrecadar mais de 1 bilião de francos com a venda de 100 quilos de heroina. A ligação entre os grupos terroristas e a rede foi estabelecida pela policia italiana, que prendeu pelo menos sete suspeitos relacionados com a Iran Connection. Em particular, Al Assal Abdul, oficial fedayin, e a sua amiga Tatiana Ileva Velitchkova, de nacionalidade romena. Os dois traficantes foram surpreendidos no momento em que, acompanhados de um egípcio, carregavam 13 quilos de heroína numa viatura blindada. Os agentes italianos interceptaram igualmente um padre copta de nacionalidade americana, Sava Latoulyevic, que servia de intermediário entre o grupo e os Estados Unidos.

Dois grandes patrões do tráfico, o italiano Nicola Giuletti, proprietário de uma empresa import-export de Milão, e Mirza Ramazan, um turco que comprava droga no Irão, foram detidos na Suíça nas proximidades do local onde tinha sido localizado um semi-reboque carregado de droga.

Em 26 de Maio de 1987, mais 11,572 quilos de droga, na maior parte heroína, foi encontrada pela polícia num esconderijo de explosivos descoberto na floresta de Fontainebleau depois do desmantelamento de duas redes terroristas pró-iranianas. Na opinião dos investigadores, não há a mais pequena dúvida que essa droga, uma mistura de morfina e de heroína, tinha servido para financiar os terroristas durante a sua estadia em Paris. De facto, com a droga foram descobertos 8,79 quilos de C4, um explosivo de grande potência.

Sempre no quadro da questão iraniana, vamos caindo de surpresa em surpresa. Um nome, desconhecido dos profanos mas que acarreta imensas preocupações aos serviços de informação ocidentais -- secção terrorismo -- Moundher al-Kassar, dito «o príncipe de Marbella«, cidade do sul da Espanha onde permanece muitas vezes num palácio avaliado em milhões. A sua actividade: importação e exportação e escritórios montados em vários países do mundo. O seu peso é, segundo se diz, de pelo menos 1 bilião de dólares.

Foi identificado pelos serviços de vários países como elo importante das estruturas de apoio logístico e financeiro aos grupos de terroristas originários do Próximo-Oriente. Dirige, por outro lado, um enorme tráfico de droga na Europa ocidental e ganha muito dinheiro como intermediário nas transacções exorbitantes relacionadas com a venda de armas ilegais.

Um jornal britânico deu-lhe o nome de «banqueiro da OLP». O quotidiano Libération afirma que se destacou no acordo financeiro que teria acompanhado a libertação de Philippe Rochot e Georges Hansen, detidos como reféns no Líbano por grupos pró-iranianos. Segundo o diário britânico The Observer, teria participado no escândalo Irangate e servido de intermediário numa venda de 10 milhões de dólares de armas aos Contras da Nicarágua. Al-Kassar, enfim, estaria desde há muito, ligado aos serviços secretos polacos e búlgaros.

O seu quartel-general situou-se durante muito tempo em Viena, Áustria. Mas a sua associação, longa e antiga, à empresa búlgara Kintex -- cobertura dos serviços de Sofia no tráfico de droga e armas - custaram-lhe alguns aborrecimentos. A tal ponto que, sendo cidadão sírio, ofereceu um dia uma gratificação de 60.000 dólares a um funcionário de Viena para obter a nacionalidade austríaca. O funcionário era honesto. Al-Kassar teve de rodar nos calcanhares...

O escritório de Viena de al-Kassar, Alkastronic, teve um protagonismo especial nas actividades dos irmãos al-Kassar. Servia, segundo se diz, como cobertura de uma joint venture com o governo polaco destinada a facilitar o tráfico de armas, principalmente com o Irão. Com a passagem dos anos, a Alkastronic vendeu 45 milhões de dólares de armas a Teerão por conta da Polónia e da Bulgária. Em 1984, vendia ao exército de Khomeiny, em guerra com o Iraque, granadas e lança-granadas RPG7 búlgaras. Para iludir pistas, as cargas mencionavam «Equipamentos técnicos e peças sobressalentes para máquinas agrícolas». Nos certificados de destino do material figurava o nome de um pais da África, de maneira que o Iraque, com o qual al-Kassar negociava igualmente, não se apercebesse das operações.

Como é possível verificar, e mesmo que negócios sejam negócios, Moundher al-Kassar é amigo muito próximo de Abou Abbas, autor do desvio do paquete Achille Lauro em Outubro de 1985. Os irmãos sírios figuram entre os principais fornecedores de armas à Frente Popular de Libertação da Palestina-Comando Geral (FPLP-CG) e à Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP).

Ghassan al-Kassar, o mais velho, foi capturado na França em 1976 e 1982 por tráfico de heroina. Munzir foi condenado por contumácia a 8 anos de prisão. Mas, ao mesmo titulo que Sadegh Tabatabai para a Alemanha, Rifaat el-Assad para a França, Moundher al-Kassar beneficiou de uma tolerância inexplicável por parte do governo espanhol.

Durante quanto tempo mais se vai tolerar que os governos ditos «democráticos«, a pretexto de questões ditas «diplomáticas«, continuem a permitir que traficantes notórios de droga e de armas se passeiem à-vontade e com toda a impunidade nos territórios ocidentais a semear terror e morte?

Outro ricochete espectacular. Num telex datado de 14 de Dezembro de 1989, a AFP lançava uma informação que não foi recolhida por nenhum jornal. Et pour cause! Vamos nós reproduzi-la aqui, integralmente, sem fazer comentários:

«O RPR vai pedir à Assembleia Nacional que se pronuncie sobre a criação

de uma comissão de inquérito parlamentar para o caso Luchaire, relativamente ao qual foi emitida pela justiça uma disposição de improcedência, anunciou na quinta-feira Bernard Pons, chefe do grupo RPR na Assembleia.

«O RPR entregou em 28 de Junho uma proposta de resolução visando a criação de tal comissão de inquérito na qual Pierre Mazeaud (RPR Haute-Savoie) foi designado relator para a Comissão de Leis. Na quinta-feira de manhã, apesar dos votos favoráveis do RPR, do UDC e do PCF (o UDF, ausente, pronunciou-se a favor, disse Pons), a proposta foi rejeitada na Comissão de Leis por 20 votos contra 14.

«O RPR decidiu então usar o seu «droit de tirage», procedimento que lhe permite uma vez por ano trazer à discussão na Assembleia um pedido de comissão de inquérito parlamentar.

«"O assunto é extremamente grave, nunca deveria ter havido uma decisão de improcedência", declarou Pons numa conferência de imprensa. "Se o PS se opõe a essa comissão é porque esconde qualquer coisa, já que tem lá homens que sabem perfeitamente do que se trata", afirmou Mazeaud que, com o seu relatório, trouxe à luz do dia os circuitos de pagamento dessas vendas de armas ao Irão quando tinha sido decidido o embargo pela França e por mais oito países da CEE".

«"Não é possível que a venda de 500.000 ou 700.000 obuses seja desconhecida do presidente da República, do primeiro-ministro Laurent Fabius e do governo", acrescentou. "O Tribunal decidiu a improcedência na instrução do ministério da Justiça", afirmou ainda.

«Mazeaud voltou a afirmar que nessas vendas havia dois circuitos de pagamento: um, "regular", que permitia à empresa Luchaire fazer-se pagar, e outro que dizia respeito "às comissões pagas pelo Irão em narcodólares, num montante que chegava a ultrapassar seis vezes o preço por unidade vendida".

«Neste circuito, passando, como no primeiro, por sociedades civis imobiliárias domiciliadas em Saint-Domingue, Antigua e Saint-Martin, "apareciam os mesmos homens do caso Orta e do Carrefour Développement, entre eles duas personalidades do PS, uma dos quais Henri Emmanuelli, ex-director do banco Rothschild, que conhecia admiravelmente todos esses problemas", continuou Mazeaud.

«Acrescentou que figuravam ainda Appiano, director da Consar e da Searm, duas empresas filiais da Luchaire instaladas na Itália, "objectos de investigação constante na Itália", assim como uma personalidade francesa e outra estrangeira, Adnan Khashoggi. "Através dos bancos, 0 dinheiro regressava a França e ao seu destinatário, o Partido Socialista, evidentemente", declarou.

«Mazeaud referiu em certa altura que não tornaria públicos alguns dos resultados das suas investigações por questões de "segurança pessoal"«.

Supomos já o ter demonstrado com bastante amplitude: pelos caminhos mais surpreendentes e a partir de capitais de origens políticas em princípio antagónicas (Arábia Saudita, Irão, Paquistão, Indonésia...), citando dois

exemplos, instituições bancárias francesas financiam as organizações terroristas e integristas do Médio-Oriente e da África do Norte. Desde o Banque Attakwa (a fé) situado nas Bahamas (onde os integristas do partido Ennahdha tunisino têm conta aberta) até aos bancos americanos como o Chemical Bank ou o Citizen Bank of Atlanta, acusados pela SEC de actividades no Cartel de Medellín!

Na França, os «super-polícias» antidroga encravaram. William Assayag explica-o bem no Paris-Match de 11 de Janeiro de 1990:

«São doze. Doze "super-polícias" peritos em finanças, informática, delinquência de colarinho engomado e tráfico de droga. Quando em 16 de Novembro de 1988 Pierre Joxe anunciou na Assembleia Nacional a criação de um departamento central encarregado de desmantelar os mecanismos do dinheiro da droga, todos se ofereceram como voluntários para tentar a grande aventura. Não sabiam ainda que iriam viver a mais espantosa... desventura da sua carreira.

«Em Setembro passado, o ministro do Interior declarou animadoramente que o seu projecto tomava forma e que os doze "super-polícias" iriam começar a trabalhar em instalações novas. Os traficantes não têm outro remédio que não seja aguentar. Na realidade, nem isso.

«Ao fim de 4 meses, porém, os agentes que compunham o departamento central de repressão contra a grande delinquência financeira (OCRGDF) continuavam desocupados. Dava-se preferência à procura de locais onde eles pudessem trabalhar decentemente que pôr em dia as contas ocultas dos grandes patrões da coca. Quando em 4 de Setembro, dia da sua nomeação, chegaram para iniciar as novas funções, nada tinha sido preparado para os receber. Animaram-nos com a promessa de que brevemente seriam postos à sua disposição novos gabinetes, e enfiaram-nos numa sala minúscula do ministério do Interior, na rua Cambacérès, com um telefone como único material. O comissário René Wack, à cabeça dessa unidade de elite, foi mesmo obrigado a remediar-se com o gabinete de um colega que partira para férias.

«Durante um mês fizeram estágios para aperfeiçoar conhecimentos... e sobretudo para terem paciência: informática, finança e grande banditismo no Raid e na OCRB (Office Central de Répression du Banditisme). No regresso, surpresa: tomam conhecimento que não irão ter as instalações prometidas em Nanterre no imóvel de um complexo recentemente construído. Razão oficial? O promotor mudou de opinião.

«Desta vez, é demais. Assomo de cólera dos polícias que chega aos ouvidos do ministro. Pierre Joxe intervém pessoalmente e solicita ao prefeito da polícia de Paris, Pierre Verbrugghe, que aloje provisoriamente os "nómadas" no número 122 da rua Château-des-Rentiers, feudo da brigada financeira e da delegação judiciária. No princípio de 1989 os três primeiros andares do imóvel foram desocupados pela Société Générale de Fonderie, mantendo-se vazios de qualquer locatário. Porque não aproveitá-los, uma vez que o prefeito tinha renunciado ao projecto de instalar lá a brigada de minas e armadilhas? Em meados de Dezembro os "super-polícias" invadem o local: secretárias, um telefone para cada funcionário, fotocopiador, fax... No mesmo momento em que assentam arraiais, é-lhes anunciado que as instalações, definitivas em princípio, lhes serão atribuídas em Nanterre, junto da prefeitura. No primeiro semestre de

1990...

«Mas há algo mais grave: o departamento para lutar contra o branqueamento de dinheiro da droga, conhecer os seus trâmites, interceptá-lo no momento do depósito em contas bancárias e controlá-lo na circulação, não tem existência legal. A sua certidão de nascimento não tinha sido ainda publicada no Journal Officiel. O decreto interministerial que devia dar-lhe vida fora assinado por vários ministros, mas faltava o das Finanças, que via com maus olhos o monopólio de um serviço de polícia nas questões financeiras. E impôs uma condição para pôr a sua rubrica: os funcionários alfandegários que estão a um passo do desemprego com a abertura das fronteiras europeias deverão ser integrados no departamento... Repare-se: os funcionários da alfândega não são oficiais da Polícia Judiciária, e a chancelaria recusa outorgar-lhes essa qualidade. O que significa que o assunto vai ficar meses congelado. "Uma vez mais, aos efeitos do anúncio não se segue uma realização concreta, denuncia Christian Naigeon, Secretário-Geral adjunto do SNAPC (Syndicat National des Policiers en Civil). É manifesto o desprezo relativamente aos doze polícias, colocados numa situação precária e absurda". Para desenredar o mais depressa possível o imbróglio, Pierre Joxe escreveu em 11 de Dezembro último uma carta a Michel Rocard na qual lhe pede que dê solução a esse assunto espinhoso».

Mas tranquilizemos desde já esses doze bravos polícias. Não são os únicos a vegetar no meio do disparate. Nos Estados Unidos, a seguir ao caso do Cartel de Medellín, foi anunciado com todas as trombetas da publicidade o Plano Bush contra a droga. E, bem, uma das fraquezas do Plano Bush é que não pode dispor nem de novos meios, nem de reorganização, nem de concentração dos meios existentes. A repressão do tráfico de droga continua confiada a uma dúzia de polícias diferentes que puxam cada um para seu lado. São os inconvenientes do federalismo...

O FBI não tem possibilidade legal de intervir a não ser na medida em que um delito tenha lugar simultaneamente em território de pelo menos dois Estados. É o mesmo que dizer que não tem nada que meter o nariz no consumo corrente de droga nem na sua distribuição pelos dealers mais ou menos importantes. Mas é o FBI que com outros, principalmente com a DEA, deve perseguir as fieiras de estupefacientes que espalham o mal entre a população do território dos Estados Unidos e produzem os negócios dos grandes criminosos que dirigem as redes internacionais.

O FBI, muito oficialmente, menos de uma semana depois do discurso de Mr. Bush, fazia saber que estimava em cerca de 450 o número de expedientes por meio dos quais o tráfico se exerce no território dos Estados Unidos e que, com efeito, não tem possibilidade de vigiar mais de 40% dessa imensa teia de aranha...

Enquanto se continua à espera, os traficantes vão vendendo e branqueando com toda a tranquilidade os seus narcodólares.

Os Cancros da Despenalização

1983: uma experiência... assombrosa. A municipalidade de Amesterdão, assim como uma maioria da Câmara de deputados de La Haya pronunciaram-se

a favor da distribuição gratuita de heroína aos milhares de adeptos neerlandeses de «drogas duras«. Os comandantes da polícia de Amesterdão e de La Haya pronunciaram-se igualmente a favor da experiência, arguindo que 70% da pequena criminalidade estava ligada ao problema da heroína.

1989: mais e mais forte. O quotidiano Libération de 16 de Outubro informava que o ministério americano dos Transportes acabava de solicitar aos Países-Baixos que efectuassem uma experiência a propósito da influência do cannabis nos reflexos dos automobilistas. Os voluntários, remunerados, deveriam ter carta de condução e serem fumadores regulares de cannabis. Por quatro vezes deverão fumar doses mais ou menos maciças de marijuana antes de deslizarem voluptuosamente para o volante. Tratava-se de saber qual a quantidade de droga que influía na condução. Em justiça, é importante saber o que se poderá esperar a partir de uma certa dose. Assim, por exemplo, poderá instituir-se um limiar máximo autorizado, à imagem do álcool. E o Libération conclui, não sem humor: «Sem dúvida haveremos de ler ao longo das auto-estradas neerlandesas: "Uma passa está bem, duas passas..."».

Em Amesterdão, o flagelo que é a heroína transformou um bairro próximo da estação central numa zona onde as pessoas da cidade nem sequer se aventuram. A polícia foi completamente ultrapassada pelo problema. Teve-se um pouco a prova disso quando no Verão de 1983 apareceram cartazes em holandês, inglês, alemão e francês em vários locais da cidade a informar os transeuntes que acabavam de entrar numa zona onde as forças da ordem não podiam garantir a sua segurança em razão da presença de drogados dispostos a tudo para conseguir o dinheiro necessário para a dose quotidiana.

A municipalidade de Amesterdão, dominada pelos socialistas, garantiu entretanto que a heroína só seria fornecida gratuitamente a uns 1.200 drogados, cujos nomes figuravam numa dossier. Tratava-se da enésima tentativa. Nos últimos tempos, os serviços de saúde distribuem gratuitamente metadona aos mais viciados, droga considerada capaz de contribuir para a desintoxicação dos heroinómanos. Os resultados foram medíocres e esse princípio do desespero controlado teve efeitos perversos: centenas de «turistas» começaram a passar diariamente a fronteira alemã para se shootarem no país das planícies. Viagem sem retorno a maior parte das vezes. «Essa gente é insuportável -- lamentava-se Paul Scholten, presidente da câmara da cidadezinha de Arnhem, próxima da RFA. -- Picam-se diante de toda a gente, em plena rua, e abandonam as seringas sem sequer as lançarem a um cesto de lixo!...«

O Easy Time Coffee Shop de Amesterdão, não tem dificuldades. «É para beber ou para fumar? -- pergunta o empregado de mesa. -- Já lhe trago a carta«. No menu, na coluna da esquerda: shit afegão negro, libanês vermelho, marroquino, turco e nepalês; coluna da direita: erva tailandesa, jamaicana e, a melhor, sinsemilla. A mercadoria é trazida num prato dentro de um pequeno saco plástico. Paga a pronto e alegremente fumada.

Em Amesterdão existem uns trezentos destes coffee-shops e várias dezenas noutras cidades dos Países-Baixos. Esses cafés só estão autorizados a vender as drogas oficialmente identificadas pelo governo holandês como «leves» -- o haxixe e a erva -- cujo preço e qualidade são objecto de controle. Os mais famosos desses coffee-shops pertencem à cadeia de bares

Bulldog, empresa cujo volume de negócios, segundo a polícia, é avaliado «em milhões de florins«. O holding possui filiais um pouco por todo o lado e emprega mais de uma centena de pessoas.

Bulldog é Henk de Vries, o patrão fundador de um comércio de droga único no género, onde a função de dealer é exercida tranquilamente à escala industrial. A sua cadeia de bares Bulldog engloba um supermercado pioneiro do cannabis com entrada pelo canal e situado junto dos bairros ricos de Amesterdão, negócio que valeu a Henk de Vries uma das fortunas mais colossais dos Países-Baixos.

Em 1981 teve pela primeira vez alguns aborrecimentos com a policia e com o fisco, que começaram a interessar-se pelo seu caso. Resultado: 4 dias de detenção provisória, 6 milhões de francos de multa. Mas, até à data e em 15 anos, foram as únicas investidas feitas ao seu comércio. Muito pouco, convenhamos, para um «empresário» cujo volume de negócios é avaliado em centenas de milhões de francos. Uma bagatela para um «proprietário de bar«, como se qualifica a si mesmo, cujo aprovisionamento constante de cannabis de todas as origens sugere uma organização enorme e as melhores relações com os maiores traficantes holandeses.

É intocável? Henk de Vries soube construir uma fortaleza jurídica inexpugnável. Dois dos melhores advogados neerlandeses estão encarregados de proteger os seus interesses. Cada um dos bares é constituído como sociedade independente, com um nome de proprietário diferente e uma hierarquia estilizada. Numa entrevista exclusiva ao jornal Le Point de 6 de Fevereiro de 1989, contava o seguinte: «Nunca me deixo molhar. Nem vendo nem compro pessoalmente haxixe. Desde 1981, o sistema jurídico permite-me que o dirty business seja feito por outros». O seu sistema: o tablerent, isto é, «aluguer de mesas» por uma quantia semanal fixa, com reajustamentos em cada 3 ou 4 meses segundo a importância das vendas, a traficantes que fazem o trabalho em seu lugar. Quem? «Amigos de longa data em quem deposito toda a confiança«, responde ele.

«Em 1981 foi feito um acordo com a administração do fisco. A partir de então, pago regularmente os meus impostos sobre os lucros e liquido a TVA (1), mesmo o respeitante a actividades tidas oficialmente como ilegais. É o preço da tranquilidade destes últimos seis anos«, afirma.

(1) Correspondente ao IVA do sistema financeiro português (N.T.).

De Vries viaja muito, especialmente para o Canadá, onde investe uma parte da sua fortuna na construção imobiliária e na importação de automóveis de luxo.

Uma vez que na manhã de 1 de Janeiro de 1993 as fronteiras vão ser abolidas, como conciliar o uso livre do cannabis instituído nos Países-Baixos com a interdição vigente nos outros países da Comunidade? De duas, uma: ou os funcionários da alfândega retiram em todas as frentes e o «rio H» virá desaguar com todos os seus afluentes na Europa subvertendo os princípios e as legislações de onze nações que não estão dispostas à liberalização (salvo talvez a Espanha), ou os Países-Baixos fazem marcha-atrás e alinham com os outros.

Não há dúvida que os Países-Baixos fazem escola e que a Espanha se tornou, segundo confissão geral, uma plataforma giratória do tráfico europeu de droga.

«Foram postos em jogo vários factores -- explica Miguel Solans, delegado do programa antidroga. -- Ao nível do consumo, a Espanha apareceu aos olhos dos traficantes como um mercado promissor, susceptível de crescer rapidamente depois da queda da ditadura e do estabelecimento da democracia e de um regime mais permissivo (1). Relativamente ao tráfico, o nosso país constitui um lugar privilegiado de passagem entre a África do Norte, grande produtora de cannabis, e a Europa, grande consumidora. Por outro lado, os traficantes de cocaína instalados na América do Sul, dada a proximidade linguística e cultural, escolheram o nosso país como o centro de distribuição da Europa».

(1) Não seria necessário dizê-lo!

A situação é de tal maneira grave que o juiz palermitano Guisto Sciacchitano afirmava em 1984: «A Mafia siciliano-americana tem praticamente estabelecimento aberto na Espanha, onde possui cadeias hoteleiras e complexos imobiliários que servem para reciclagem de dinheiro sujo«.

O aumento dos preços dos estupefacientes «duros,, mostra como a plataforma espanhola é apreciada pelos traficantes. Em Março de 1988, foram apreendidos 325 quilos de cocaína, no mês seguinte, 562 quilos e, em Maio, 1 tonelada. Ao mesmo tempo, 100 quilos de heroína em 1983, 67 em 1982 e... 8 em 1978! Em todos os casos, o pó branco procedia da Colômbia. Falta dizer que em 1982 Pablo Escobar Gaviria, um dos patrões do Cartel de Medellín, foi eleito deputado suplente pelo partido liberal para a Assembleia nacional colombiana. A esse título viaja muito e, em 1982, vamos encontrá-lo no Hotel Palace de Madrid, na companhia de outros políticos sul-americanos, a festejar o sucesso eleitoral do PSOE.

Esta situação verdadeiramente calamitosa deve ser imputada ao governo socialista de Felipe González, que reformou em 1983 o código penal e despenalizou o consumo de drogas. Tudo isso vai ainda mais longe, pois, em Agosto de 1989, os sindicatos da polícia espanhola reclamaram para as forças da ordem o direito de consumirem droga. Pior ainda, se é possível, a reivindicação foi apresentada pelo sindicato da polícia, maioritário da profissão. Entre eles, o secretário sindical para a informação, José Manuel Sánchez, membro da Liga Mundial contra a Proibição de Drogas...

Para tentar compreender como chegámos a tal ponto, torna-se necessário fazer um pouco de história.

Estamos em 1971. Keith Stroup, jovem burocrata que acaba de perder o seu lugar de funcionário no governo federal, é introduzido no gabinete privado do grão-sacerdote da Playboy, Hugh Hefner, no andar superior da magnífica sede da revista em Chicago. Alguns meses antes, por iniciativa do antigo Procurador-Geral e futuro comanditário de Khomeiny, Ramsey Clarck, e de Ralph Nader -- o cruzado antitecnologia -- Stroup foi apresentado ao quadro Bob Gutwillig a fim de lhe submeter o seu projecto de campanha nacional a favor da legalização da marijuana.

Stroup dispunha de tempo suficiente e era apoiado politicamente por diversas personalidades. Por outro lado, a Playboy dispunha de dinheiro.

Ao entrar no luxuoso gabinete de Hefner, fixou-se particularmente numa jovem que lhe apresentam como secretária muito particular de Hefner, Bobbie Arnstein (1).

(1) Menos de três anos depois. Miss Arnstein era metida na prisão por contrabando internacional de cocaína. Cinco anos mais tarde morria - suicídio, disse-se!...

Quando Stroup deixou 0 gabinete de Hefner, levava no bolso um cheque de 25.000 dólares que representava a primeira parte dos fundos destinados a dar vida à NORML, National Organisation for the Reform of Marijuana Laws (organização nacional para a reforma das leis sobre a marijuana). No decurso do decénio seguinte, Stroup iria receber de Hefner mais de 1 milhão de dólares de subvenções. Se a este número juntarmos a publicidade gratuita na Playboy e outros benefícios marginais não mencionados nos livros de contabilidade, chegar-se-á ao triplo dessa soma.

4 anos depois da primeira entrevista de Stroup com Hefner, Playboy orquestrou a etapa seguinte fazendo emergir publicamente um lobby da droga. A medida foi tomada pelo intermediário de uma cadeia de «coberturas« individuais constituídas. Foram necessários vários meses para desenredar a meada assim constituída.

Bob Gutwillig, vice-presidente da Playboy que, a titulo preventivo, entrevistara primeiro Keith Stroup, ocupava ao mesmo tempo, em 1975, um lugar de executivo na New American Library, uma das distribuidoras mais importantes de publicações brochadas do mundo inteiro e filial da célebre Time Minor Corporation. Pelo intermediário desta, atribuiu 75.000 dólares a um tal Tom Forcade, membro fundador dos famosos Yippies (Youth International Party, grupo americano de jovens vagamente organizado em 1968 e considerados activistas radicais) e membro conhecido do grupo terrorista Weather Underground. Com a bênção da Playboy, Forcade utilizou essa soma para lançar a revista High Times, voz oficiosa dos vendedores americanos de heroína, cocaína e marijuana. Para que a revista atingisse os estabelecimentos de ensino secundário com um máximo de impacto, os chefes da Playboy apelaram a outro intermediário seguro e secreto no sentido de levar à escala nacional a sua distribuição em quiosques.

Essa cobertura -- ou fachada -- foi Paul Krassner, também fundador dos Yippies. Colaborava há 15 anos como redactor na revista Playboy. Soube-se que Krassner era nos princípios de 1975 o redactor da revista Hustler, que concorria com a Playboy no domínio das obscenidades destinadas às classes abastadas.

Enquanto a High Times prosperava com o alarido publicitário da Playboy, o seu redactor-fundador Tom Forcade conheceu uma sorte bastante menos invejável: em 1979 foi encontrado com uma bala na cabeça. Segundo alguns, tratara-se de suicídio, outros pretenderam que se tinha saído mal num certo mercado de droga, todos afirmaram que Forcade era um grande revendedor de droga.

1971 não foi o ano de inauguração da Playboy nos negócios da droga. Desde

o seu primeiro número, em 1953, essa publicação de tipo realmente especial tem preconizado abertamente a sua utilização. Assim, a novela de Sir Arthur Conan Doyle A Solução a Sete por Cento, passou a constituir uma propaganda cínica a favor da utilização de cocaína. O texto foi apresentado com uma ilustração em cores que ocupava uma página inteira da revista e
que mostrava Sherlock Holmes a injectar no braço o conteúdo de uma seringa hipodérrnica cheia de cocaína.

Semelhante e tão desavergonhada publicidade a favor de um estupefaciente é, desgraçadamente, moeda corrente em 1981. Em 1953 era revolucionária...

No decurso dos anos 50, a Playboy fortificou o seu ordinário de pornografia e ciência-ficção referindo-se repetidamente ao uso cada vez mais frequente de drogas de «tipo recreativo». Em 1960, a campanha começou a sério. No princípio desse ano, publicou um extenso artigo intitulado O Jazz e as Drogas, onde se realçava laudatoriamente o papel da cocaína, da marijuana e da heroína na opulenta contra-cultura da música jazz e rock.

Em 1962, publicava uma reportagem ilustrada do redactor Dan Wakefield na qual este glorificava os efeitos da marijuana e preconizava o uso da substância. A partir desse artigo, foi lançado oficialmente o «Forum» de Playboy como lobby reconhecido da droga nos Estados Unidos.

O seu número de Novembro de 1963 era quase exclusivamente consagrado a toda uma série de artigos que enalteciam a utilização do LSD. Um desses artigos devia-se à caneta de Sir Aldous Huxley, futurólogo britânico e quadro superior destacado nos Estados Unidos para supervisar o famoso projecto no ano em que Playboy editou o seu primeiro número.

Nesse número especial sobre o LSD, Playboy inaugurou a carreira pública de um universitário de Harvard que trabalhava no mesmo projecto, o Dr. Timothy Leary. No decénio que se seguiu, mesmo durante o longo período em que desapareceu da circulação, Leary foi uma das vedetas reconhecidas pela Playboy.

Um mês depois, a performance excepcional de Huxley foi seguida de uma entrevista que certa revista fez a Lord Bertrand Russell, o grande manitu britânico da droga e do sexo. Russell deu um contributo sério à glorificação feita por Huxley do uso da droga declarando que, em sua opinião, era uma declaração muito sensata de natureza política. Concedeu também elogios do mesmo género aos divertimentos sexuais de tipo especial e com quem quer que seja, e a tudo o que possa provocar sensações voluptuosas.

Em 1966 e 1967 foi publicado na Playbov uma espécie de diálogo contínuo entre o guru do LSD, Timothy Leary, e masters & Johnson, a equipa de sexologia nascida na casa de Hugh Hefner. O artigo de Leary -- quiçá a contribuição mais revoltante na fábrica de propaganda de Playboy a favor da droga -- intitulava-se O LSD e o Sexo.

Em 1972, o Dr. Pierre Bensoussan, adepto da antipsiquiatria e autor do livro Quem São os Drogados? manifestava o desejo de certas drogas como a marijuana, o haxixe e o LSD deixarem de ser consideradas fora-da-lei. O

Dr. Bensoussan, amigo de Timothy Leary e antigo professor de Harvard, tentou nos anos 60 fundar uma «igreja psicadélica». Favorável aos Black Panters, afirmava-se revolucionário e místico, era o grão-sacerdote do LSD e, claro, traficante notório de droga.

Em 1975, a Playboy abria o caminho à exploração da revista High Times, que já então vendia mais de 450.000 exemplares por mês, e dava forma à National Organisation for the Reform of Marijuana Laws, o organismo de revisão das leis sobre a marijuana, já com 25.000 contribuintes, entre os quais o antigo ministro da Justiça, o general attorney Ramsay Clarck, progressista notório.

Para continuar no primeiro plano, Playboy lançou a fase seguinte do doping da América do Norte: uma campanha que visava legalizar a cocaína. No número de Janeiro de 1975, Richard Rhodes, redactor-chefe, lançou as primeiras salvas com um apelo directo a favor da cocaína.

Juntando a acção à palavra, a Playboy Foundation pôs em andamento um projecto jurídico cujo objectivo era descobrir lacunas na legislação antidroga, em particular no que se referia à cocaína. O resultado desses trabalhos terminou com a publicação de uma obra em 1979 levada a cabo pelo National College of Criminal Defense Lawyers and Public Defenders, que a Playboy Foundation subvencionava: A Cocaína: Defesa legal e técnica em caso de perseguição.

Tal obra não era um simples exercício académico desprovido de caracter prático: representava a mobilização de toda uma equipa de especialistas jurídicos e de alguns médicos importantes misturados no negócio das drogas. O seu argumento principal era que, por definição, a cocaína não é um narcótico. Com efeito, não se trata de um composto químico à base de ópio; em consequência, todos os códigos existentes que estipulavam perseguições contra pessoas ligadas à cocaína e que consideravam essa substancia como estupefaciente eram, em suma, viciados de ilegalidade.

A despeito do caracter superficial dos argumentos jurídicos oficiais que figuravam na obra, o grupo apoiado por Hefner conseguiu reunir uma equipa de sumidades médicas e psiquiátricas.

Margaret Standish, directora da Playboy Foundation, o posto avançado mais importante da guerra psicológica lançada contra a população americana e em solo americano durante os anos dedicados à pesquisa relacionada com a cocaína, veio da secção de sociologia da universidade de Chicago.

A equipa dirigente da Playboy soube rodear-se de pessoas importantes. O co-director da Playboy Foundation é um advogado de Chicago, Burton Joseph, membro da Anti-defamation League, emanação da B'nai B'rith. Foi um dos que em Setembro de 1980 decidiram outorgar a Hugh Hefner o prémio ADL, First Admendment Freedoms Awards.

Mas não é tudo... Outro indivíduo apadrinhou a celebração promovida pela Anti-Defamation League dos 25 anos de carreira do papá da Playboy. Trata-se de Al Adelman, antigo vice-presidente da Playboy Corporation. Al Adelman, que trabalhava para diferentes sociedades, ocupava-se também da Arthur Ribicoff Agency, uma das mais importantes empresas imobiliárias de Chicago, que se revelou um dos principais financiadores da Anti-

Defamation League, e da Charles Allen & Co. Em 1978, o New York Times Magazine acusava esta última sociedade de ser uma ligação entre a Caraíbas Connection da droga e dos jogos. O dinheiro proveniente das operações da Charles Allen & Co. era reciclado por uma empresa cinematográfica, a Columbia Pictures...

Há que mencionar igualmente outro facto perturbador. O advogado do traficante Robert Vesco foi Keneth Bialkin, presidente da Anti-Defamation League. O gabinete jurídico a que pertence, Wilkie, Farr & Gallagher, assim como o banco que dirige, o Sterling National, estão, como afirma o jornal Nouvelle Solidarité de 6 de Maio de 1985, «misturados de perto nos sujos negócios financeiros de Vesco».

Será necessário esperar por 1977 para se assistir ao deflagrar do trovão. Nesse ano, com efeito, Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos e cabeça-de-turco da Comissão Trilateral, anunciava através do seu amigo e conselheiro especial em matéria de estupefacientes, o psiquiatra Peter Bourne, que a administração americana toleraria doravante o uso de marijuana. Essa tomada de posição da Casa Branca constituía uma vitória para todos os que desde 1970 se batiam nos Estados Unidos pela despenalização da marijuana e do haxixe.

O presidente Carter foi seguido imediatamente por Rosalyn Carter, sua esposa, que não hesitou em afirmar publicamente ser favorável à ideia de não poder ser considerada crime a posse de uma pequena quantidade de marijuana. Assim se compreenderá que, enquanto o filho mais velho do presidente, Jack, de 17 anos, era expulso da marinha por fumar marijuana, os outros dois filhos não ocultavam o hábito de a fumar.

Em Julho de 1978, Peter Bourne demitiu-se depois da acusação de receitar droga com um nome dissimulado a um amigo deprimido.

No mesmo ano saltava à ribalta o caso Hamilton Jordan, Secretário-Geral da Casa Branca e o mais próximo conselheiro do presidente Carter. Nos termos de um caso particularmente confuso, dois dos proprietários do Club 54, a discoteca mais célebre de Nova Iorque, os senhores Steve Rubell e Ian Schrager, também inculpados de fraudes fiscais, garantiram que Mr. Jordan tinha sido visto numa noite do Verão de 1978 a tomar cocaína no Club 54.

Por isso se soube de várias outras recepções onde Jordan e «Lady Coke» não eram os últimos convidados. Uma dessas recepções teve uma testemunha ocular, Lana Jean Rawls, divorciada do cantor de blues Lou Rawls. Interrogada pelo FBI em Houston no dia 12 de Setembro de 1979, afirmou que depois de se encontrar com Jordan e com os amigos em 21 de Outubro de 1977 num club da metrópole sul-californiana, o vira comprar 5 gramas de cocaína por 500 dólares. A droga, segundo declarou, foi utilizada nessa mesma noite por Jordan e por outras pessoas.

O grupo compreendia a actriz Shirley McLaine, democrata muito activa, o encarregado das sondagens públicas de Carter, o tesoureiro (na época) do Comité nacional democrata, Joel McCleary e o seu adjunto John Golden, e também um associado e amigo do industrial democrata e milionário Leopold Wyler. Este último foi um dos homens-chave que abriu as portas da Casa Branca a Carter.

Em Junho de 1988, a filha de um antigo candidato à vice-presidência dos Estados Unidos, Geraldine Ferraro, foi presa por vender cocaína no colégio onde estudava. Imediatamente foi enviada uma trintena de cartas a pedir a clemência do júri, uma das quais escrita pelo democrata Walter Mondale, antigo vice-presidente dos Estados Unidos, membro do CFR, do Club Bildeberger e da Comissão Trilateral!

No início de Janeiro de 1990, no momento em que o presidente Bush declarava a guerra aos traficantes de droga, o presidente negro da câmara de Washington, Marion Barry, era preso em flagrante delito a comprar cocaína. Sobre o assunto, escrevia Sennen Andria Mirado no hebdomadário Young Africa de 5 de Fevereiro de 1990: «...Negro ou não, este senhor é um criminoso. Dadas as leis do seu pais, dadas as suas funções de presidente municipal, mas também, senão sobretudo, dada a dignidade da raça a que pertence. É fácil dizer que se sentia desestabilizado por ser negro. Demasiado fácil não ver na sua culpa mais que um acto racista, um acerto de contas entre políticos. O facto está bem à vista: Marion Barry foi apanhado com a mão na massa, quando comprava e se preparava para consumir droga. Da parte de um presidente de município que as autoridades -- e ele mesmo em primeiro lugar -- pretendem desembaraçar da criminalidade e da droga, isso é um crime. Da parte de um indivíduo que pretendia encarnar a felicidade dos negros americanos, é um crime. Esse senhor, daqui para a frente, vai servir de refém, de contra-modelo, de contra-símbolo. Atraiçoa a sua comunidade, a sua raça. Negro ou não, Marion Barry foi preso, é culpado. Negro ou não, comprou e consumiu droga. Deve pagar por isso. Não fabriquemos sentimentalismo».

Apreciaríamos imenso que os nossos cronistas brancos (terei o direito de dizer branco sem ser tratado como racista?) tivessem a mesma coragem e a mesma lucidez deste senhor. Quanto a nós, vamos acertar o passo com ele e dizer que brancos ou não brancos, os indivíduos que chafurdam nesses negócios da droga devem pagar. E também não fabricamos sentimentalismo.

Enquanto Richard Nixon qualificava as drogas de flagelo número um, algumas comissões oficiais trabalhavam nas suas costas afirmando a pouca perigosidade da marijuana. Assim, em Março de 1972, os treze membros designados por Nixon para a National Commission on Marijuana and Drug Abuse, concluíram por unanimidade no relatório Shafer que a posse de uma quantidade pequena de marijuana para uso pessoal não devia ser considerada crime. Em 1977, a Associação Nacional para a Educação, a Associação Americana de Advogados, o Conselho Nacional das Igrejas e a Associação Médica Americana preconizavam também a despenalização da «erva«.

Ao mesmo tempo em Paris, Monique Peletier, encarregada 3 meses antes por Valéry Giscard d'Estaing de abrir um inquérito sobre a droga, afirmava que ela própria iria propor a modificação da lei francesa. Como nos Estados Unidos. Declarava a Europe 1 que o perigo da droga estava ligado à frequência e acrescentava esta frase (que lamentou imediatamente depois de se ouvir na rádio): «Uma injecção de heroína por semana, desde que se limite a isso, é provavelmente menos grave que quinze "charros" por dia«.

Em Outubro de 1977 já declarava que era «contra toda a liberalização»...

Que reviravolta!

Entretanto, o «especialista« da questão, Dr. Claude Olievenstein, director do Centro Marmottan de Paris, dava em Le Matin de 4 de Agosto de 1977 esta admirável definição do haxixe: «De facto, o H, como tudo, coloca a equação do encontro entre um produto, uma personalidade e um momento sócio-cultural». E continuava: «O produto em pequenas doses não é mais perigoso que o álcool? droga legal e flagelo nacional de outra envergadura«. Pronunciava-se, enfim, pela «legalização do haxixe« que, segundo ele, era «a menos má das soluções».

Em 1980, Jean-Pierre Chevènement apresentava um projecto socialista, adoptado em meados de Janeiro, sobre o problema do agravamento da droga na juventude. Entrevistado pelo Paris-Hebdo de 3' de Janeiro-5 de Fevereiro de 1980, explicava:

PH -- Que pensa da campanha actual (dirigida por Christian Beullac e a que em todos os liceus chama «Monsieur Drogue"?

No início de Janeiro de 1990, no momento em que o presidente Bush declarava a guerra aos traficantes de droga, o presidente negro da câmara de Washington, Marion Barry, era preso em flagrante delito a comprar cocaína. Sobre o assunto, escrevia Sennen Andria Mirado no hebdomadário Young Africa de 5 de Fevereiro de 1990: «...Negro ou não, este senhor é um criminoso. Dadas as leis do seu país, dadas as suas funções de presidente municipal, mas também, senão sobretudo, dada a dignidade da raça a que pertence. É fácil dizer que se sentia desestabilizado por ser negro. Demasiado fácil não ver na sua culpa mais que um acto racista, um acerto de contas entre políticos. O facto está bem à vista: Marion Barry foi apanhado com a mão na massa, quando comprava e se preparava para consumir droga. Da parte de um presidente de município que as autoridades -- e ele mesmo em primeiro lugar -- pretendem desembaraçar da criminalidade e da droga, isso é um crime. Da parte de um indivíduo que pretendia encarnar a felicidade dos negros americanos, é um crime. Esse senhor, daqui para a frente, vai servir de refém, de contramodelo, de contra-símbolo. Atraiçoa a sua comunidade, a sua raça. Negro ou não, Marion Barry foi preso, é culpado. Negro ou não, comprou e consumiu droga. Deve pagar por isso. Não fabriquemos sentimentalismo».

Apreciaríamos imenso que os nossos cronistas brancos (terei o direito de dizer branco sem ser tratado como racista?) tivessem a mesma coragem e a mesma lucidez deste senhor. Quanto a nós, vamos acertar o passo com ele e dizer que brancos ou não brancos, os indivíduos que chafurdam nesses negócios da droga devem pagar. E também não fabricamos sentimentalismo.

Enquanto Richard Nixon qualificava as drogas de flagelo número um, algumas comissões oficiais trabalhavam nas suas costas afirmando a pouca perigosidade da marijuana. Assim, em Março de 1972, os treze membros designados por Nixon para a National Commission on Marijuana and Drug Abuse, concluíram por unanimidade no relatório Shafer que a posse de uma quantidade pequena de marijuana para uso pessoal não devia ser considerada crime. Em 1977, a Associação Nacional para a Educação, a Associação Americana de Advogados, o Conselho Nacional das Igrejas e a Associação Médica Americana preconizavam também a despenalização da

«erva».

Ao mesmo tempo em Paris, Monique Peletier, encarregada 3 meses antes por Valéry Giscard d'Estaing de abrir um inquérito sobre a droga, afirmava que ela própria iria propor a modificação da lei francesa. Como nos Estados Unidos. Declarava a Europe 1 que o perigo da droga estava ligado à frequência e acrescentava esta frase (que lamentou imediatamente depois de se ouvir na rádio): «Uma injecção de heroína por semana, desde que se limite a isso, é provavelmente menos grave que quinze "charros" por dia«.

Em Outubro de 1977 já declarava que era «contra toda a liberalização». . .

Que reviravolta!

Entretanto, o «especialista« da questão, Dr. Claude Olievenstein, director do Centro Marmottan de Paris, dava em Le Matin de 4 de Agosto de 1977 esta admirável definição do haxixe: «De facto, o H, como tudo, coloca a equação do encontro entre um produto, uma personalidade e um momento sociocultural». E continuava: «O produto em pequenas doses não é mais perigoso que o álcool, droga legal e flagelo nacional de outra envergadura«. Pronunciava-se, enfim, pela «legalização do haxixe« que, segundo ele, era «a menos má das soluções».

Em 1980, Jean-Pierre Chevènement apresentava um projecto socialista, adoptado em meados de Janeiro, sobre o problema do agravamento da droga na juventude. Entrevistado pelo Paris-Hebdo de 30 de Janeiro-5 de Fevereiro de 1980, explicava:

PH -- Que pensa da campanha actual (dirigida por Christian Beullac e a que em todos os liceus chama «Monsieur Drogue«)?

JPC -- Não há o direito de tratar o problema da juventude através do problema da droga. É uma maneira de fazer esquecer o desemprego, a desigualdade na escola e, mais geralmente, as oportunidades da vida. No mínimo, que dilúvio de hipocrisia! Esses burgueses pseudo-intelectuais que um dia experimentaram a marijuana fariam melhor se se lembrassem do Evangelho: quem não tiver pecado que atire a primeira pedra. O problema é fundamentalmente político... O grassar da toxicomania -- que, apesar de tudo, não devemos exagerar -- é o subproduto desta sociedade.

PH -- É a favor da despenalização, pelo menos no que respeita às chamadas drogas leves?

JPC -- O tratamento penal de hoje tornou-se um pretexto para quadricular policialmente a juventude. Na imensa maioria dos casos faz mais mal que bem... Vemos serem aplicadas entre os jovens definidos como «pré-delinquentes« técnicas de controle já experimentadas com os imigrados. A campanha sobre a droga torna-se um pretexto para a pôr em estado generalizado de suspeição e sobretudo para explorar o medo -- aliás legítimo -- dos pais e, assim, criar um «consensus maioritário« (sic!).

HP -- Se houvesse na França um governo de esquerda, que faria?

JPC -- Haveria tantas outras perspectivas, que o problema das drogas leves passaria a ser a trigésima sexta roda do carro. Na juventude, uma vitória da esquerda criaria, como em 1936, como em 1944, uma fogueira de entusiasmo. Haveria mil coisas a fazer. Não teríamos tempo de fumar« (re-sic!)...

A fogueira de entusiasmo não surgiu pelos motivos invocados, já que se pode perguntar, se tivesse sido esse o caso, a razão de Mitterrand se associar em 1989 a vários chefes de Estado para estancar as devastações produzidas pela droga, especialmente entre a juventude.

à questão: «Já fumou um charro?», Jean-Pierre Chevènement respondeu a sorrir: «E você?». Certamente ainda tinha na memória as palavras do Evangelho: quem não tiver pecado que atire a primeira pedra. Não falando do facto de ele ser hoje ministro dos Exércitos! E de Pierre Joxe, ministro do Interior, acabar justamente, em Setembro de 1989, de se pronunciar contra a despenalização da droga...

Em 1987, novo sobressalto. A 8 de Janeiro, Georges Apap, procurador da República em Valence, aproveita a audiência de reabertura para criticar abertamente a política seguida pelo ministro da Justiça, Albin Chalandon, na luta contra a toxicomania e proclama-se a favor da venda livre da droga. Membro do sindicato da Magistratura, muito próximo do partido comunista, foi nomeado em 1982 pelo seu amigo Robert Badinter. «Estou no sindicato - afirmou -- a título puramente profissional«. Mas reconheceu pertencer a diversos organismos de esquerda, como o Collectif Anti-Raciste de Valence, a Ligue des Droits de l'Homme e a Association pour la Réinsertion des Détenus.

Afirmando que a política conduzida pelo ministro da Justiça está completamente desactualizada, começa por dizer que «e em termos alarmistas que se fala do flagelo da droga» e que, muitas vezes, se atinge «o paroxismo«. De facto, a droga, com os seus números a subirem constantemente (mais de 200% em três anos), os seus 450.000 jovens entrados, por sua culpa, na marginalidade (o senhor Jean-Pierre Chevènement deveria reler o que disse!) e que, segundo a opinião de todos os observadores, são a causa de pelo menos 50% dos delitos e dos crimes actualmente cometidos, não constitui, segundo Georges Apap, um problema social tão grave como isso!

Segundo pretende Apap, a interdição da droga não serve de nada. Pelo contrário, tem «efeitos perversos«: «Favorece o tráfico -- explica ele doutamente -- encarece os produtos em virtude dos riscos corridos pelos traficantes, induz a uma delinquência especifica e incita à adulteração dos produtos, tornando-os mais perigosos ainda».

A parte final da requisitória é tão inacreditável e tão difícil de admitir na boca de um magistrado, que merece ser transcrita na íntegra: «É necessário admitir um dia que a maré da toxicomania, como a do alcoolismo, se elevará inexoravelmente, com ou sem proibição, até um nível definitivo onde estabilizará, e que temos de nos acomodar a isso. Será então a tolerância da droga, depois da tolerância do álcool (...) Permitam-me ficar por aqui -- continua o magistrado -- porque não tenho a intenção de traçar um quadro do que seria uma sociedade aberta aos estupefacientes em que o traficante se transformaria num honesto importador e o pequeno revendedor em retalhista sem mácula; em que o

serviço das fraudes se interessaria pela qualidade dos produtos, em que o corpo médico tomaria a seu cargo os consumidores excessivos e em que se reconverteria a brigada de estupefacientes«.

Imaginando em voz alta uma sociedade onde a droga teria venda livre, o procurador Apap colocou-se numa posição delicada perante a lei. De facto, o artigo L 626 da lei de 31 de Dezembro de 1970 precisa: «Serão igualmente punidos com prisão de 2 a 10 anos e com uma multa de 5.000 a 50.000.000 de francos ou com uma destas penas somente: os que, a titulo oneroso ou a título gratuito, tenham facilitado a terceiros o uso das referidas substancias ou plantas, quer proporcionando um local com esse objectivo, quer por qualquer outro meio».

Mas nada aconteceu ao senhor Apap, a não ser a proposta feita pelo ministro da Justiça de o transferir para o tribunal de Bobigny... muito simplesmente recusada por François Mitterrand.

A decisão presidencial era grave. Mostrava à evidência um favor dispensado a amigos políticos... Pior ainda, a intromissão do chefe do Estado num conflito menor constitui um atentado à administração do governo: ao recusar essa transferência, Mitterrand negou ao ministro da Justiça o direito de organizar o funcionamento do aparelho judiciário... e tornou-se cúmplice da deslealdade de um magistrado para com o seu superior hierárquico. Agindo como agiu, o presidente da República quis manifestar o seu desacordo com a política de repressão do tráfico de droga conduzida por Chalandon. Como se pode, pois, levar a sério a sua tomada de posição a favor de um combate internacional contra os traficantes de droga? Numa carta de Setembro de 1989 enviada ao presidente da República da Colômbia, Virgilio Barco, François Mitterrand propunha à Colômbia colaborar na luta contra a droga:

«A acção corajosa e resoluta que acabais de encetar contra os traficantes de droga suscita admiração e esperança em todos os países que a um ou outro título sofrem com esse flagelo. A França, que sempre esteve na primeira fila da luta contra o tráfico de estupefacientes, incitou os dirigentes dos países industrializados reunidos em Paris em Julho passado a uma discussão aprofundada do assunto. As conclusões vão no sentido da política do vosso governo«.

No entanto, quando o senhor Apap se propõe converter o traficante «num honesto importador e o pequeno revendedor num retalhista sem mácula«, temos o direito de nos inquietarmos verdadeiramente. A indiferença organizada em matéria de droga apregoada pelo senhor Apap parece não perturbar por aí além o chefe de Estado nem a Drug Policy Foundation (fundação privada americana com sede em Washington) ao verem recompensados aqueles cujas contribuições fazem avançar as teses dos antiproibicionistas -- que, em 4 de Novembro de 1989, entregaram um prémio de 10.000 dólares ao honorável procurador Apap --. Parece incrível, mas é verdade! Por isso, sugerimos a Mr. William Bennet, a «star antidroga«, como é chamado nos Estados Unidos, que investigue de mais perto os indivíduos e a origem dos fundos dessa «fundação»...

Em 21 de Janeiro de 1989 é a vez do órgão oficioso da City de Londres, The Economist, cujo redactor é Nick Hamman, de abrir um editorial a pregar as teses antiproibicionistas com o título: Habituado a dizer não -- Minimizar a palavra droga quer dizer aprender a viver com ela,

legalmente.

Não se pode ser mais claro. Assim, há que pôr a questão quando sabemos como a imprensa é controlada: quem determina a política da redacção? O presidente. Ora bem, 0 presidente é Evelyn de Rothschild, patrão do banco londrino N.M. Rothschild, que acaba de ser condecorado pela rainha. Além disso, o senhor Rothschild é um dos partidários do «mercado único« europeu, que fará desaparecer todos os controles alfandegários das fronteiras.

Não são apenas os «nobres« britânicos a favorecerem a legalização da droga. Perante o fracasso evidente das acções antidroga nos Estados Unidos, presidentes de município e senadores, apoiados pela revista Foreign Policy, propunham em Maio de 1988 legalizar os estupefacientes. Convém que se saiba também que no seio de Foreign Policy se encontram membros da Comissão Trilateral, entre os quais Karl Kaiser, director da DGAP -- equivalente alemão do CFR de David Rockefeller -- e Thierry de Montbrial, cabecilha do IFRI -- equivalente francês da DGAP e do CFR--. Além disso, Foreign Policy é a revista da Carnegie Endowment for International Peace, organismo financiado pelas Fundações Rockefeller, Mellon e Agnelli, que preconizam continuamente um entendimento com o Leste (1), o desarmamento, o pacifismo e que organizam campanhas a favor da legalização do aborto (2). tudo se ajusta. Hoje, batem-se pela legalização da droga.

(1) Desarmamento unilateral que a bem conhecida atitude dos países do Pacto de Varsóvia, principalmente a URSS, confirmou constantemente (N.T.).

(2) O aborto (e as consequências derivadas da sua prática) parece não encontrarem demasiada ressonância nem preocuparem excessivamente o espírito do homem comum dissolvido na massa e ainda menos os factotums dos poderes instituídos. A semântica actual, completamente tergiversada, oculta na expressão «aborto« uma realidade monstruosa: aborto significa, simples e literalmente, goste-se ou não, infanticídio (morte voluntariamente dada a uma criança, segundo o dicionário da Língua Portuguesa), isto é, assassinato de um inocente que não tem n menor possibilidade de defesa. Não se deveria esquecer nunca que um feto, seja qual for o seu tempo de vida, é já uma verdadeira criança (N.T.).

E não são os únicos. Citemos, para começar, o Catto Institute, financiado pela Catto Foundation. Henry E. Catto Jr, associado de Catto & Catto de S. Francisco desde 1952, é um alto membro do CFR, da muito secreta potência maçónico-financeira Pilgrims Society e director do Union First National Bank of Washington. Outra ofensiva internacional da legalização da droga vem do Inter-American Dialogue. Num relatório de Outubro de 1986 essa instituição insistia na necessidade de uma «legislação selectiva das drogas». Afirmava: «A ilegalidade da droga aumenta as desgraças sofridas pelos toxicómanos e pelas sociedades americanas».

«A luta contra a cocaína poderá ameaçar os governos democráticos da mesma maneira que o próprio tráfico«, lia-se no boletim do Inter-American Dialogue, no artigo intitulado A América em 1989: Consenso para a Acção.

São membros do Inter-American Dialogue algumas das mais prestigiadas personalidades do establishment americano, entre as quais se contam o presidente do Chase Manhattan Bank de David Rockefeller, Sol Linowitz, antigo embaixador dos Estados Unidos na Organização dos Estados Americanos, Robert McNamara, ex-presidente do Banco Mundial e antigo secretário da Defesa, McGeorge Bundy, ex-presidente da Ford Foundation, Elliot Richardson, ex-secretário de Estado do Comércio, e Cyrus Vance, membro da Rockefeller Foundation. Particularidade interessante: todas estas pessoas são membros do CFR, da Trilateral e da Pilgrims Society. Simples coincidência, seguramente, como de costume...

No seio do Inter-American Dialogue estão representados igualmente o Marine Midland Bank e o Chemical Bank -- este último condenado por branqueamento de narcodólares -- assim como dirigentes políticos latino-americanos, entre os quais o panameano Ardito Barletta e o peruano Pedro Kuczinski. Quanto ao antigo presidente costa-riquenho Daniel Oduber, tornado co-presidente do Inter-American Dialogue no ano passado, foi acusado em 28 de Julho de 1989 pela imprensa americana de ter facilitado as actividades dos traficantes.

Se se perguntar o que reúne tão intimamente «nobres«, banqueiros, políticos e economistas -- um dos mais ardentes partidários da liberalização da droga não era justamente o socialista Milton Friedman, Prémio Nobel da Economia? -- à volta da mesa dos narcotraficantes, a resposta é óbvia: o tráfico de estupefacientes.

Voltemos à França para nos ocuparmos do caso Guy Sorman, um dos principais golden boys da droga. Nascido a 10 de Março de 1944 em Nérac (Lot-et-Garone), é filho de Alphonse Sorman e de Frida Buch. Entrevistado pela revista mensal Playboy em Dezembro de 1987, declarava: «O meu pai era um judeu russo, de Varsóvia. A minha mãe, que ainda está viva, é austro-húngara...» Tendo militado pela independência da Argélia, teve, segundo a sua própria confissão, dois mestres do pensamento, Raymond Aron e Raymond Barre, e dois grandes patrões, Marcel Bleustein-Blanchet e Jean-Jacques Servan-Schreiber. Quanto à questão posta por Playboy: «A sociedade multirracial, pluricultural, acredita nisso?», respondeu: «Multirracial é a nossa sociedade, até à evidência«. Quanto mais mestiçada for a França, mais cosmopolita será. Depois, poderá gozar dos benefícios do liberalismo«. Tal é a tese que Guy Sorman defende na entrevista a Magazine Hebdo de 7 de Setembro de 1984.

Da sociedade multirracial, Guy Sorman passa alegremente à sociedade multidrogada... É assim que conta a sua chegada a Palermo a bordo do Eugenio C, no seu cruzeiro liberal em 1985: «A estibordo, um professor de Direito cujo nome me escapa delirava sobre a delinquência negra que infesta as nossas zonas suburbanas: durante um momento julguei que estávamos na Frente Nacional. Felizmente que a bombordo um economista libertário advogava pela legislação do haxixe!« (1)

(1) Le Quotidien de Paris, 20.11.1985.

Hoje, o novo guru do Figaro Magazine, dirigido por Louis Pawels, exila-se nas colunas do Point e do Figaro para preconizar a liberalização da droga: reata assim a opinião dos golden boys de Nova Iorque, de Londres e de Paris, dos yuppies, esses jovens bem vestidos e alegres que fazem dinheiro em mercados financeiros cada vez mais especulativos.

A origem da campanha é interessante. Até há pouco, só os meios esquerdistas clamavam pela despenalização da droga. Hoje, a ofensiva vem de meios económicos bem implantados no coração do sistema monetário e financeiro internacional. As razões da evolução são simultaneamente pessoais, ideológicas, políticas e financeiras. Jean-Yves le Gallou abordou o tema de modo tão claro e preciso, que nos permitimos reproduzir a sua análise fazendo-a nossa também. Eis o que ele deduz:

«As razões dessa evolução são simultaneamente pessoais, ideológicas, políticas e financeiras. Em primeiro lugar, razões pessoais. Inicialmente, a cocaína era uma droga de ricos; eis como a descreve Le Nouvel Observateur: «A cocaína, que era a droga do show-business, tornou-se simplesmente a droga do business. Passou dos estúdios de gravação aos conselhos de administração (...) Está no escritório, toma-se no escritório.

«Compreende-se assim que haja nos ambientes de negócios, principalmente nos publicitários, homens desejosos de ver liberalizado o comércio de um produto que eles utilizam.

«Para justificar a atitude, começaram a servir-se de um suporte ideológico: a corrente libertária do liberalismo que quer abolir as fronteiras, a moral, os Estados; tudo o que pode conter os indivíduos. É a consequência última do economicismo; quando se recusa qualquer lei que não seja a oferta e a procura e qualquer valor que não seja o dinheiro, deixa de haver razão para interditar o comércio de drogas.

«Há também razões políticas. O comunismo fixou como objectivo último a ruína do Estado. Não o terá conseguido. Mas um certo liberalismo logrou lá chegar pelo abandono progressivo da soberania e da noção de interesse geral em proveito dos interesses particulares e do poder dos lobbies. No fundo, a Mafia da droga não passa de um lobby no meio de outros. Aliás, é perturbador que a campanha para a liberalização da droga intervenha no momento em que os governos americanos e colombianos iniciam a luta contra os narcotraficantes. Os padrinhos da cocaína devem hoje encontrar um conforto excelente na leitura da imprensa ocidental.

«há, enfim, razões financeiras. As transacções de droga atingem os mesmos montantes do petróleo. Há narcodólares como há petrodólares. Tudo isso alimenta a especulação nos mercados bolsistas e desemboca em propósitos de participação em bancos e empresas com os poderes que dai decorrem.

«Tal estado de coisas não desagrada ao que certos liberais crêem: o dinheiro não é a única mola da actividade económica, também o poder é. Desse modo, nas suas colocações financeiras, os narcotraficantes conquistaram influência nos meios económicos ocidentais.

«E, no entanto, os meios do negócio estavam em boa posição para se protegerem, se decidissem demarcar-se das posições aventureiristas do senhor Guy Sorman, em lugar de lhe assegurarem notoriedade.

«Se as elites "speedadas" olham com benevolência a liberalização da droga, o mesmo não acontece com a maioria silenciosa das opiniões ocidentais. São numerosas as razões para lutar contra a droga e para

recusar a sua liberalização: médicas, económicas, sociológicas, morais, técnicas, políticas.

«Razões médicas: "o paralelo entre os estupefacientes e o tabaco ou o álcool é falso e revoltante" (1) uma vez que só um minoria exígua dos consumidores de álcool ficam sob a sua dependência. Em contrapartida, 95% dos consumidores de droga tornam-se dependentes. As drogas "leves" ou "duras", o haxixe, a cocaína e a heroína agem sobre o sistema nervoso central, criam um estado de dependência permanente, afectam o sistema reprodutivo e perturbam a transmissão genética.

(1) Gabriel Nahas, Les Guerres de la Cocaïne, Ed. France-Empire, 1987.

«Razões económicas: É singular ver economistas proporem a liberalização dos estupefacientes a pretexto de limitar os proveitos dai decorrentes e serem incapazes de ver que na lógica liberal, a sua, o consumo de um produto cresce quando o seu preço baixa. Foi o que, aliás, se passou com o crak cuja queda de preços explica a explosão de consumo nos bairros negros e hispânicos americanos.

«Razões sociológicas: uma sociedade não vive sem interdições. Nos anos 60, o consumo de tabaco entre os jovens e adolescentes era combatido por professores e por pais. Fumar era interdito. Mas como o consumo de tabaco nos liceus e colégios se banalizou, havia que procurar outras interdições: o haxixe, o "charro"... Hoje, banalizados também estes, a cocaína e a heroína vieram substitui-los: é a escalada.

«Razões morais: há também razões morais para lutar contra a legalização da droga. Os economistas liberais parece não o entenderem, pois, ao mesmo tempo que reconhecem que "a droga é perigosa", propõem "legitimar o seu comércio". Do ponto de vista moral, não se pode legitimar o comércio de um produto perigoso.

«Razões técnicas: vê-se frequentemente avançar o argumento do malogro das políticas repressivas a que os abolicionistas chamam "a proibição".

«Em poucas palavras, não valerá a pena fazer a guerra quando se está seguro de a perder. É o argumento habitual dos cobardes, que simplesmente esquecem a realidade. A guerra contra a droga, na verdade, nunca foi travada, nem contra os grandes traficantes, nem contra o pequeno comércio.

«Vejamos o caso da França: a lei de 1970 -- que penaliza o consumo de droga -- nunca foi seriamente aplicada, e, a verdade é que os pequenos dealers continuam a sua actividade até nos recintos das escolas. Segundo alguns, Jospin é mesmo "o primeiro dealer da França" (1).

(1) L'idiot International, 6.9.1989.

«Quanto aos grandes barões, esses estão perfeitamente preparados para paralizar o aparelho judiciário e policial: quando se fecharam as boîtes nocturnas de iniciação em Paris... os partidos intervieram para o impedir. A que preço?

«Há, finalmente, razões políticas para continuar a travar e a ganhar a guerra contra a droga: a maioria dos cidadãos das nações livres pretende lutar contra esse flagelo, entendendo que num pais democrático é a voz do povo e não a dos lobbies ou das Mafias que deve fazer-se ouvir«.

Guy Sorman não é, infelizmente, o único a sugerir tal demência. Recentemente, no congresso da Association des Intervenants en Toxicomanie pôde ouvir-se esta opinião, apresentada por um professor de criminologia: «Na hora actual, as leis sobre a droga causam mais prejuízos que as próprias drogas».

O cúmulo foi atingido com a publicação (nas Éditions Dalloz, tidas como muito sérias) de um livro intitulado O Direito à Droga. O autor, um tal Francis Caballero, professor de Direito, chegou-lhe forte, pois consagrou mais de 700 páginas à defesa (ou à ruína?) e à ilustração da droga. Nada falta... desde condenar a proibição até acusar de «racista« a jurisdição empenhada contra os fornecedores estrangeiros.

Exemplos de tal florilégio?... Vejamos. Caballero nota que a guerra antidroga exonera as drogas lícitas «que provêm do hemisfério norte«, enquanto «as drogas ilícitas são produzidas no hemisfério sul«... E continua: «O direito da droga seria então um direito norte-sul economicamente discriminatório, ou seja, racista, que distingue entre as drogas de brancos encorajados e de pessoas de cor combatidas».

Caballero é favorável ao «comércio passivo« de certas drogas como o cannabis, mas não ousa propor as drogas duras. Tal eventualidade, no entanto, é bem capaz de se materializar, pois uma comissão do Parlamento europeu afirmou há dois anos num relatório sobre a droga que ouvira «sólidos argumentos a favor da legalização da cocaína e da heroína«, sugerindo que «devia ser feita a apresentação de tais argumentos».

Quando Sorman vir os seus próprios filhos reduzidos ao estado de zoombies por culpa do liberalismo criminoso, poderá então chorar sobre o Direito à Droga do seu cúmplice Caballero. Mas será demasiado tarde. Como será demasiado tarde para a liberdade. Entrevistado pela Playboy (1), respondia à questão: «Imaginemos agora que estamos a chegar ao início de Janeiro de 1988, ao momento em que a tradição quer que se expressem votos. Quais seriam os seus para o país?». Respondia ele (embaraçado): «Diabo! Desejo... sei lá... que Le Pen seja surpreendido num urinol na companhia de um jovem cabila, o que teria como efeito pôr um termo definitivo à sua carreira política».

(!) Playboy, Dezembro de 1987.

Assim, quando o senhor Sorman escreve na página 126 do seu livro Que Fazer com a Extrema-Direita? (publicado pelas edições da rua da Liberdade -- não se ria, leitor!): «a interdição do direito à palavra é método que não rejeito de forma alguma«, vejo-me obrigado, depois de tal «pérola« a aplaudir, mas ao contrário.

No princípio de 1987, a pretexto de combater a epidemia da Sida, o ministro da Saúde, Michèle Barzach, decidiu entrar na arena e liberalizar as seringas. «Depois da decisão de venda livre -- explica um farmacêutico da rua Charonne -- os roubos aumentaram. Vinham em bando e, enquanto um

deles comprava uma seringa, os outros roubavam as montras» (2). Encontram-se seringas por toda a parte, e cada vez mais: 4360 num só ano. Os farmacêuticos alarmam-se e chegam mesmo a recusar a venda, arguindo que, apesar de correrem o risco de agirem ilegalmente, não estão dispostos a caucionar a indiferença do governo.

(2) Le Point, 27.11.1989.

Como se verifica, a medida de Michèle Barzach não encontrou unanimidade no seio dos especialistas, não obstante ter afirmado em 1988: «Como médica, tenho o hábito de ouvir os doentes...» Nesse dia, porém, não falava de drogados, referia-se a quatro milhões de franceses que tinham votado na Frente Nacional... O que equivale a dizer que, para Barzach, é mais importante ocupar-se dos «doentes» que votam em Jean-Marie le Pen que ocupar-se dos drogados! Segundo parece, tal tomada de posição advém da circunstancia «da sua alma ter um preço« e de «nunca participar num governo com Le Pen ou com um só membro da Frente National«. l.Express, que nos fornece estas precisões, conclui: «Acreditamos. Porque este "niet" vem do fundo da sua alma meio-russa, meio-judaica» (3).

(3) L'Express, 11-17.12.1987.

Não deixando de progredir continuamente na declaração mortífera, depois de Michèle Barzach aparece Léon Schwarzenberg, o novo ministro da Saúde, que encara a possibilidade da distribuição «oficial» de droga aos toxicómanos. «Efectivamente, propus que fosse encarada a eventual possibilidade de distribuir a droga (...) Oficialmente, para que certas pessoas possam descobrir por si mesmas que cometem uma falta antes de se entregarem à delinquência«.

Rémi Fontaine, que levou a questão às páginas do quotidiano Présent de 8 de Julho de 1988, acrescentava: «Admirável a terapêutica de Gribouille. A pretexto de prevenção, fornece a arma perfeita do crime... Com a distribuição de preservativos, de seringas e agora de droga, a palavra de ordem oficial dirigida aos "sectores de risco", como agora são chamados, não é hoje: Pecai, mas de maneira limpa!?...

«Arrumam-se assim os problemas sem resolver um só. Por um lado, promove-se uma custosa campanha antidroga. Por outro, vulgariza-se o uso da seringa a pretexto da campanha anti-sida. Ou distribuir a droga para lutar contra os dealers. A mão esquerda tira o que a direita deu: é a lógica do liberalismo.

«Resultado: "Quando o mal é tolerado, pulula o mal", dizia S. Vicente de Paulo. Schwarzenberg é um seropositivo, mas também está enfermo dessa praga social chamada sida mental».

Entrevistado pelo mensário judaico Passages de Junho de 1988, afirmava ao falar de Le Pen: «Há que estar completamente contra ele. Le Pen é o branqueador! Tem a obsessão da pureza!». Para Léon Schwarzenberg, combater pela pureza é o mal absoluto. Para puro, é muito melhor o pó branco... bem distribuído.

É curioso -- e também estranho -- que todos os indivíduos que apregoam a despenalização da droga e a venda livre de seringas têm um ponto em

comum, um mesmo inimigo comum: Le Pen. Le Pen que, entenda-se, é absolutamente contrário a todos esses procedimentos. Estranho, de facto!

Estranha igualmente a diminuição dos créditos concedidos à luta contra a droga no projecto de orçamento das Comunidades europeias para 1990. Com efeito, os créditos inscritos a título de saúde pública, que atingiam 1,125 milhões de écus no orçamento de 1989, foram reduzidos para 0,9 milhões de écus em 1990. Ao mesmo tempo, o milhão de écus do orçamento de 1989 para informação contra a droga, foi pura e simplesmente suprimido. Mais extraordinária é a resposta dada por Michel Charasse, ministro do Orçamento e presidente do conselho de ministros do Orçamento da CEE ao deputado Yvon Blot, que levantara a questão: «A Comissão europeia não propôs na matéria "nada de sério" ao Conselho de ministros europeus...« Isto, em pleno ano de «guerra contra a droga«! Que pensar, pois, de um tal orçamento, quando se sabe que a CEE consagra 7 milhões de écus à luta anti-apartheid e somente 1 (um!) à luta antidroga na Europa?

«A Comissão europeia não propôs na matéria nada de sério«... No entanto, se se fizesse um teste antidroga na admissão de um candidato a um posto de trabalho, a direcção das Relações do Trabalho do ministério do Trabalho calcula que em 13 milhões de assalariados, 20.000 a 30.000 trabalhadores poderiam ser lançados ao desemprego. Assim, o comité nacional consultivo de Ética e o ministério do Trabalho pronunciaram-se contra tais testes, invocando a «liberdade individual«...

A questão devia ser colocada de outra maneira: era de saber se os narcotraficantes e os bancos que ganham milhões de dólares se preocuparam alguma vez com as «liberdades individuais«...

Chegámos a um ponto tal de irresponsabilidade, que em Julho de 1989 a polícia norueguesa descobriu cerca de 1000 plantas de dormideira, utilizada no fabrico de morfina e heroína, no terreno de um hospital que tratava... drogados.

No que se refere à despenalização, não faltam casos. O mensário Nouvelles Radicales, edição francesa do órgão italiano, organizava em Bruxelas em 29 de Setembro de 1988 um colóquio internacional a favor da «antiproibição das drogas«. Entre os participantes, o inevitável procurador Georges Apap. Em Novembro de 1989, era a vez de Dominique Jamet e do seu Club 92 entrarem na farândula da despenalização. Explicava-se em Le Quotidien de Paris de 29 de Dezembro de 1989 e dizia: «A qualidade da droga seria mais controlada... Os que morrem de overdose são por vezes vítimas da má qualidade do produto». Eis uma conhecedora! Nada de mais normal, pois Dominique Jamet faria parte em 1987 dos signatários do apelo Tonton, ne nous quitte pas... publicado pelo mensário Globe e em Novembro do mesmo ano declarava a sua adesão ao SOS Racismo... cujo responsável para Val d'oise, Farid Saïdani, acaba de ser inculpado (Janeiro de 1990) num negócio de droga. Tudo se ajusta no mosaico...

E não é tudo. Sabe-se que as alfândegas realizam em território nacional perto de 80% das apreensões de estupefacientes. Neste contexto, a decisão sobre a Europa tomada em 1986 pelo giscardeano Alain Lamassourre provoca um arrepio na coluna vertebral: «Na noite de 31 de Dezembro de 1992 para 1 de Janeiro de 1993 irei eu próprio à frente dos batalhões arrasar os postos de alfândega!» (1)

(1) Citado por Révolution de 8.4.1988.

Antigo condiscípulo na escola primária de Alian Juppé (RPR), mais tarde de Jacques e Bernard Attali no liceu de Alger, começou a sua carreira no Tribunal de Contas ingressando depois no gabinete de Maurice Druon, então ministro da Cultura. Logo depois está no de Jean-Pierre Fourcade, ministro das Finanças, e, entre 1978 e 1981, no Eliseu, como conselheiro de Giscard d'Estaing. Em 1984, este confiar-lhe-ia a direcção dos Clubs Perspectives et Réalités. Segundo Le Figaro de 17 de Junho de 1987, tinha «a cabeça à direita e o coração à esquerda». Os especialistas da meteorologia chamar-lhe-iam catavento. Maurice Druon, inquirido como testemunha em 5 de Junho de 1985 no programa Os Homens de Amanhã da estação radiofónica Europe 1, contou que o seu pupilo lhe confessara ter votado em François Mitterrand em 1974. Como que parafraseando Victor Hugo, Lamassourre replicou, aparentemente nada embaraçado: «É verdade, mas a minha razão matou em duelo o meu socialismo«. Com efeito, nada de mais normal, pois em certa época colaborava nos trabalhos do Club Jean Moulin, que não é precisamente de direita. Como nos Estados Unidos, se os homens políticos não são tocados pelos diversos fenómenos contíguos à droga, é tocada a sua entourage.

A 1.a Câmara do tribunal de Paris, presidida por Jean-Michel Guth, pronunciou em 10 de Julho de 1986 uma sentença que condenava o semanário Minute a pagar uma indemnização de 25.000 francos a Françoise Sagan pela publicação em Fevereiro de 1986, em dois números consecutivos, de artigos que relatavam a detenção pela polícia de três revendedores de droga, fornecedores da escritora.

Ricochete: Em 17 de Março de 1988, Françoise Sagan, amiga íntima de François Mitterrand, foi acusada de infracção à lei sobre estupefacientes. Bonjour, tristesse... Interrogada na mesma noite por RTL, declarou: «Aconteceu-me tomar um pouco de cocaína, como muita gente faz. Mas daí a arrastarem-me aos tribunais, parece-me alucinante«. Ainda por cima, joga com as palavras. Em 5 de Março de 1990 começaram os debates na 6.a Câmara correccional de Lyon, mas com ausências na sala: Françoise Sagan, os jornalistas François Debré e Maurice Najman, o escritor Philippe Cardinal e Laura Travelli-Picasso, todos culpados do mesmo delito. O facto de terem preferido não comparecer para apresentar explicações fez com que vários advogados comentassem que há várias justiças. Tinham visto muitas vezes nessa 6.a Camara do tribunal correccional de Lyon pequenos consumidores serem condenados, por muito menos, a 1 ano de prisão efectiva.

Neste caso Sagan, relativamente ao qual Minute tinha carradas de razão, a escritora beneficiou com a publicação do manifesto dos 32 e com o apoio que lhe foi dado pelo jornal Globe, de Georges-Marc Benamou:

«Uma vez que Françoise Sagan só foi acusada do uso estritamente pessoal de estupefacientes, parecem-nos equívocos e escandalosos a violação do segredo de justiça, a manipulação e os acompanhamentos mediáticos que lhe foram dados.

«Nestas condições: somos contra a droga, somos contra todas as drogas. Somos contra os que a vendem. "Culpados" como somos de termos fumado ou

podermos um dia fumar um charro, beber um copo a mais ou consumir cocaína, espanta-nos não termos sido condenados com ela...»

E assinavam Barbara, Jean-Jacques Beineix, Pierre Bergé, o sponsor de Globe e de SOS Racisme, Jane Birkin, Sandrine Bonnaire, Claire Bretecher, Jean-Claude Brialy, Michel Ciment, Costa-Gavras, Régis Debray, Régine Deforges, Jacques Doillon, Arielle Dombasle, Marguerite Duras, Dominique Fernandez, Bernard Frank, Inès de la Fressange, Jean-Paul Gaultier, Jean-Paul Goude (o inenarrável organizador das festividades de 14 de Julho de 1989), Juliette Greco, Jean-François Josselin, Jacques Laurent, da Academia Francesa, Eli Médeiros, Olivier Orban, Gérard Oury, Michel Piccoli, France Rocha, Sonia Rykiel, Jean-Paul Scarpitta, Philippe Sollers, Philippe Starck, Danielle Thompson e Nicole Wisniak.

Outro exemplo: em 20 de Fevereiro de 1988, à saída de um pub de Benidorm, estação balnear da Costa do Sol, a polícia espanhola prendeu numa rusga antidroga Jean-Paul Etienne Pasqua, sobrinho do ministro do Interior francês Charles Pasqua. Presos com adesivo, trazia no abdómen e nas pernas perto de 2 quilos de haxixe. O incidente deu lugar durante o fim de semana a um contacto telefónico entre o ministro francês e o seu homólogo espanhol. Alegando excepção jurídica do seu ilustre parente, Jean-Paul Pasqua tentou desembaraçar-se dos quatro polícias que o tinham prendido propondo-lhes uma soma de 5000 francos. O assunto devia ser examinado pelo tribunal de Alicante. Mas não se deu nem mais uma notícia!

Em 25 de Julho de 1986 o semanário Minute revelava outro caso: «Em 18 de Fevereiro de 1986 uma patrulha, avistando um automobilista que manobrava para escapar a um controle policial, apanhou-o em fuga. Capturado na esquina das ruas Vergniault e Tolbiac, tinha em sua posse de uma navalha de ponta e mola e 20 gramas de resina de cannabis. E algo mais grave: transportava uma balança de precisão, instrumento que serve aos traficantes para pesar droga.

«Em virtude da legislação em vigor, iria ter o merecido: guarda à vista, envio ao comissário chefe da brigada de estupefacientes, apresentação em tribunal. Mas nada disso se passou: preso às 3 horas da madrugada, foi posto em liberdade às 3 e 40. Por uma razão que parece luminosa: chamava-se Michel Badinter e era sobrinho de Robert Badinter, ministro da Justiça na altura dos acontecimentos.

«O sobrinho Badinter, morador na rua Wurtz, sem profissão, contrariamente às instruções actualmente em vigência, foi posto em liberdade sem ser fotografado e sem lhe serem recolhidas impressões digitais. Isso, graças à intervenção do estado-maior da Polícia Judiciária e do substituto de serviço, acordado na ocasião.

«Estando a protecção dos crápulas e dos corruptos garantida pela própria justiça -- que, pelo contrário, os deveria perseguir implacavelmente -- não causará espanto que o consumo de cocaína faça progressos assustadores».

E porque não falar do caso Christina von Opel, herdeira riquíssima da família de construtores de automóveis, condenada a 10 anos de prisão em Novembro de 1979? A polícia encontrou na sua villa da Côte d.azur 1,5 toneladas de haxixe. Imediatamente depois da chegada dos socialistas ao

poder, Christina von Opel, na qualidade de mãe de família, beneficiava de um indulto presidencial. As outras mães de família presas não tiveram a sorte de verem o seu advogado tornar-se ministro da Justiça. O leitor, decerto, já adivinhou: o advogado de Christina era maître robert Badinter (1)...

(1) No que diz respeito a Charles Pasqua, aconselhamos a leitura da obra D... comme drogue de alain jaubert, publicada por alain Moreau em 1976. No mínimo, é impressionante!...

A África no Centro do Turbilhão

O narco-business desafia as fronteiras. Nenhuma região, nenhum pais escapa ao tráfico e ao uso da droga. Não tarda que a África forneça o seu lote de mercadorias apreendidas, consumidores presos, traficantes, passadores, dealers.

Com efeito, o consumo de estupefacientes aumenta de maneira inquietante em África. O cannabis é a droga cujo abuso é o mais importante. Cultivada e consumida no local -- sobretudo na África ocidental (Nigéria, Ghana) -- é fumada ou ingerida nas zonas rurais e nos meios urbanos e afecta a população de todas as idades. A heroína, inexistente ainda há pouco, entrou em força no mercado, especialmente na Mauritânia, Nigéria, Costa do Marfim e Ghana, país este que serve de trampolim à droga proveniente da ásia destinada à Europa e América do Norte. O aparecimento da cocaína é ainda mais recente. Foram feitas apreensões importantes na Costa do Marfim, Ghana e Nigéria.

Em 9 de Setembro de 1989, um nigeriano de 27 anos foi preso no Senegal por posse de 12 quilos de cânhamo indiano. Dois dias antes tinha sido desmantelada em França uma importante rede de traficantes de resina de cannabis que actuava entre Marrocos e a Europa. No dia 13, o tribunal criminal de Atenas condenava treze traficantes senegaleses a penas que iam de 10 anos a prisão perpétua. Tinham transportado 17 quilos de heroína para a Grécia. Em 17 de Setembro, a polícia interpelou um senegalês no aeroporto de Dubaï, nos Emiratos árabes Unidos, na posse de 14 quilos de heroína. No dia 26, a brigada regional de estupefacientes de Tlemcen (Argélia) interceptou 1.500 quilos de kif proveniente de Marrocos. Três traficantes (todos argelinos) foram apresentados em tribunal.

E podíamos continuar a enumeração, mas, por cada dez traficantes presos, quantos passam através das malhas da polícia? Em Maio de 1989, qual não foi a surpresa dos automobilistas ruandeses ao descobrirem em plena floresta de Nyungwe (sudeste do país) uma plantação de cânhamo indiano de... 150 hectares. Viviam lá umas 150 pessoas, entre elas o governador.

Em Djibouti, capital da Somália, o comércio de khât, (droga nacional, 8 toneladas diárias) é controlado pelos proprietários da Société Générale d'Importation du Khât. Essa erva euforisante é importada da Etiópia, onde constitui a quinta fonte de receitas e onde devora perto de 40% dos orçamentos familiares de Djibouti.

Alguns anos atrás, o mercado africano, investido pela cocaína e pela

heroína, tornou-se um trampolim para os traficantes de toda a espécie. Vindos de Katmandu (Nepal), de Karachi e de Lahore (Paquistão), começaram a passar por cidades africanas: Dakar, Abidjan e, sobretudo, Lagos. O novo itinerário coloca a África entre a ásia, a um lado, e a América e a Europa, do outro. Depois de comprarem cocaína ou heroína no Paquistão, Índia ou Afeganistão, os traficantes abandonam os voos directos para os mercados ocidentais e multiplicam as escalas nos aeroportos africanos, onde beneficiam de cumplicidades entre o pessoal da segurança.

Segundo o Bureau of International Narcotics Matters do departamento de Estado americano, «a Nigéria tornou-se um importante país de tráfico. A maior parte dessa droga é destinada aos mercados europeus e norte-americanos. São aí consumidas heroína e cocaína, cultivado o cannabis, e frequentes os abusos de anfetaminas. Dois terços das drogas do continente transitam por esse país».

Hoje, mais de 2.000 cidadãos nigerianos estão detidos em prisões europeias, americanas, asiáticas e africanas por tráfico de droga. Comprada por cerca de 200 dólares o quilo em Nova Deli e em Karachi, a cocaína proveniente da Índia ou do Paquistão é revendida em Nova Iorque por um preço sessenta vezes o preço de compra, isto é, por 12.000 dólares. Fraudulentamente introduzido na Nigéria, depois convertido em moeda local no mercado negro, a fonte de riquezas multiplica-se. O traficante encontra-se rapidamente à frente de uma fortuna colossal cifrada em milhões de nairas (1).

(1) Moeda nacional nigeriana (N.T.).

A situação na Nigéria é tal que em 1985 a Drug Enforcement Agency (D.E.A..) abriu um centro em Lagos para formar oficiais de polícia especializados na detenção de droga e detecção de suspeitos. De facto, à semelhança dos seus parceiros de outros continentes, os traficantes e passadores africanos transbordam de imaginação. Mulheres, bebés, adolescentes e urnas funerárias são postos ao seu serviço. As primeiras solicitadas são as mulheres, cujas vaginas constituem um esconderijo quase inviolável. Igualmente estimados são os cueiros dos bebés, convenientemente arranjados e «estofados« com pó branco. Por exemplo, uma mulher da Serra Leoa que foi presa no Senegal no princípio de 1988 escondia 500 gramas de heroína no cueiro do bebé que trazia às costas.

Em Novembro de 1986 o semanário La Gazette de Douala perguntava se a capital dos Camarões não estava a ponto de se tomar a plataforma giratória do tráfico de droga em África a seguir à Costa do Marfim. A questão foi posta depois da prisão de dez traficantes de heroína de nacionalidade nigeriana no aeroporto internacional de Douala no espaço de dois meses. Todos esses traficantes nigerianos vinham de Bombaim (índia) em voo regular da Ethiopian Airlines. Em Yaoundé as autoridades interrogam-se sobre os locais de escoamento dessa droga e tomaram medidas rigorosas, indo da condenação a prisão perpétua até ao enforcamento na praça pública. Medidas que bem gostaríamos de ver também por cá...

«Na zona urbana -- refere a revista Marchés tropicaux de 17 de Fevereiro de 1989 -- o tráfico local do cannabis cresceu muito rapidamente graças aos... leprosos, principais revendedores, praticamente intocáveis devido à sua condição. No centro de Jamot de Yaoundé, que trata essas doenças, os médicos são por vezes obrigados a excluir pacientes devido ao tráfico

desenfreado, confia um responsável do serviço psiquiátrico».

A dezena de passadores nigerianos presos todas as semanas nos aeroportos de Nova Iorque e Washington torna a vida difícil aos seus quase 50.000 compatriotas residentes nos Estados Unidos. Em Setembro de 1986, um sub-comité do Senado americano organizou uma audiência que tinha por tema o Nigerian Crime Network a corja nigeriana, literalmente. O tráfico de drogas duras atingiu com efeito «proporções alarmantes com a multiplicação por cinco num só ano, das quantidades apreendidas (37 quilos contra 7)«, declarava o director das alfândegas.

No aeroporto Charles de Gaulle, Paris, foram presos passadores do Ghana e da Nigéria. Tinham dissimulado a mercadoria nos seus dreadlocks, as famosas tranças. Algures na fronteira espanhola foi interceptada uma urna funerária sem cadáver e cheia de kif. O transportador, um marroquino, foi preso. Por vezes o cadáver existe... cheio de pequenos sacos de cocaína!

Quando os diferentes estratagemas não se mostram suficientes, são postos ao serviço os stewards, comissários aéreos, isto é, comandantes de bordo. Em Abril de 1987 as alfândegas americanas descobriram 15 quilos de heroína nos bolsos do casaco e no saco de viagem de um dos pilotos, o capitão John Billy Eko, da companhia Nigeria Airways. Tinha recebido pela mesma 2 milhões de dólares! E certos homens políticos africanos, nos tempos que correm, entendem-se de perfeitamente com os narcotraficantes. Podem pagar-se aos funcionários e, ao mesmo tempo, engordar a conta num banco de Zurique. Assim, a mala diplomática é utilizada a fundo pelos marabutos e seus conselheiros ocultos para fazer passar bens não confessáveis.

Um bom exemplo é o de Mohamed Cissé. Multimilionário analfabeto, ministro-marabuto, mestre em ciências ocultas, amigo de Mobutu Sese Seko e de Mathieu Kérékou (1) e também de Mouhammar Kaddafi, como os outros dos países do Golfo habitué do palácio de Yamoussukro, Amadou Mohamed Cissé foi detido em 24 de Julho de 1989 em Paris sob a acusação de «falsificação da assinatura bancária«. Além desta acusação, os serviços secretos franceses possuíam um volumoso dossier sobre a sua conta, já que as suas relações com a Líbia intrigavam os caçadores de traficantes de armas, e as relações com certas empresas ocidentais interessavam a brigada de estupefacientes. Principalmente as actividades de uma sociedade import-export instalada perto de Paris, da qual ele é o director-geral... Todo o homem a quem não faltam amigos em toda a parte, incluindo Paris, constitui um pesadelo para os serviços especiais franceses. Sem ser Adnan Khashoggi -- que ele conhece muito bem, aliás -- o marabuto mali encontra os meios de recobrar rapidamente a liberdade: está mesmo em posição de a comprar a troco de informações da maior importância.

(1) Presidente do Benin, do qual foi até Maio de 1988 o ministro de Estado todo-poderoso, encarregado da segurança e das relações com o mundo islâmico.

As fieiras negras estão muito bem organizadas na França. No fim de 1986, depois de uma longa e minuciosa investigação, a polícia prendeu em Evreux uma importante rede senegalesa. Ainda no mesmo ano, é a vez de uma quarentena de dealers caírem nas malhas da polícia marselhesa. Para os toxicómanos um pouco desnorteados de Toulouse, a L'Orée du Bois foi uma

verdadeira bênção. Podem ter a certeza, 24 horas sobre 24 horas, de encontrarem uma dose de heroína em troca de um punhado de notas ou de um objecto de valor. Os membros dessa rede de traficantes chegados ilegalmente à França vindos do Zaire, Ghana, Libéria e Angola, não se contentaram com os alojamentos obtidos com o estatuto de refugiados políticos.

Em 1989, a antena de Cergy da polícia judiciária de Versalhes assestava um golpe na rede zairense de Argenteuil ao interpelar uma trintena de zairenses instalados num imóvel, n.o 36 da rua Henri-Barbusse, Argenteuil. A maior parte deles tinha entregue no Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides (OFPRA) um requerimento de asilo político e alguns tinham já encetado diligências de um segundo requerimento com outra identidade!

O jornal La Tribune de Matin de 21 de Junho de 1983 dava conta de um processo significativo. Esperavam-se 14 zairenses no tribunal correccional de Lausanne implicados num tráfico de 200 quilos de marijuana. «Apresentaram-se oito, três dos quais tinham vindo directamente dos estabelecimentos de Orbe (penitenciária valdense) onde estavam detidos...« Mas então, que foi feito dos seis faltosos? A Nouvelle Revue de Lausanne de 21 de Junho de 1983 diz-nos: «Notemos de passagem -- e sobretudo nada de racismo! -- que vários acusados do processo chegados aqui a solicitarem asilo político regressaram à sua terra a fim de escaparem à justiça helvética». Logo: 6 falsos refugiados num total de 14. Pelo menos!...

A Neue Züricher Zeitung de 1 de Julho de 1983, além de só ter ocupado doze linhas com o assunto, falava pudicamente de catorze «estrangeiros«. Por isso mesmo é que os leitores da Suíça alemã nunca chegaram a saber que se tratava de súbditos dos países da áfrica negra. Só receia a verdade quem tem má consciência...

Em 13 de Março de 1989 era a vez do Kenya Times, órgão oficial do partido único Kanu a entregar-se a um ataque em regra à colónia italiana de Malindi (costa do índico), referindo que o tráfico de estupefacientes era lá muito florescente. O jornal, numa página central dupla, sob o título The Italian Connection, atacava a sociedade italiana que se tinha apoderado da cidade.

Fala do perfume que se escapa das vivendas particulares, composto «da aspiração de cocaína, de injecções de heroína e de erva a ser queimada«. De passagem, o quotidiano evoca a interpelação no aeroporto de Malindi em Janeiro de 1989 de um parlamentar italiano «cujos bolsos estavam cheios de erva«. Segundo a imprensa italiana, o vice-secretário geral do Partido socialista italiano (PSI), Claudio Martelli, estava na posse de marijuana. O mesmo quotidiano evocava igualmente um tráfico de viaturas de luxo entre a Itália, o Uganda e o Quénia recentemente descoberto e no qual estaria implicado um tal Mimmo Fazzini, leader da comunidade italiana.

O que nos leva a dizer duas palavras sobre um outro local do oceano Índico, na ocorrência, as Ilhas Maurícias.

No tribunal correccional de Saint-Denis-de-la-Réunion abria-se em 18 de

Fevereiro de 1987 o processo de 63 pessoas implicadas num tráfico de droga entre Réunion e as Ilhas Maurícias, situadas 900 quilómetros a leste.

À cabeça da rede, dois mauricianos (presos e encarcerados em Réunion), Siddick Omar Saïd e Louis Rodolphe, aliás «Zenzen«. Estes dois indivíduos enviavam para Réunion -- relativamente protegida do flagelo até 1986 -- morfina-base e heroína provenientes do continente indiano. A supressão em 1987 de vistos aos mauricianos abriu verdadeiramente as portas ao tráfico que, até aí, em termos quantitativos, era quase insignificante.

Entre os réus naturais de Réunion figuravam um restaurador de Saint-Gilles e o antigo presidente local da Ordem dos Médicos. Se, em Réunion, o caso não suscitou um grande interesse entre a população, em contrapartida tomou as proporções de um verdadeiro escândalo político nas Ilhas Maurícias, onde 5 deputados da aliança para o poder estavam implicados directamente num tráfico ainda mais vasto. A suspeita caiu sobre o próprio primeiro-ministro, Aneerood Jugnauth que, na comissão de inquérito sobre a droga dirigida pelo magistrado Maurice Rault (próximo do vice-primeiro ministro Gaetan Duval), tomou por advogado o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Seewoosagur Ramgoolan e leader do Partido trabalhista, Sir Harold Water.

Paquistão -- Afeganistão

Neste país, droga, armas, mercadorias interditas à importação, tudo o que é proibido, transita em cima de lombos de dromedários, de Kabul a Karachi. Em Peshawar, situada à entrada da passagem de Khyber, que liga o Paquistão ao Afeganistão, vendem-se tapetes e cobres cinzelados, mas sobretudo droga. O ópio é cultivado abundantemente nas montanhas pelos pachtous da região, longe da vista dos alfandegários paquistaneses. Esta região goza de um estatuto oficial de extraterritorialidade do lado paquistanês e de uma autonomia de facto do lado afegão. Quanto ao haxixe, provem na sua maior parte dos campos afegãos. Em Bara pode encontrar-se também heroína e morfina. Para tal, é suficiente chegar a alguns passos do bazar, a uma casa particular, onde são exibidas todas as amostras disponíveis.

Mas o verdadeiro, o grande mercado de droga dura, encontra-se em Landi-Kotal, burgo poeirento ao cimo da passagem de Khyber, na fronteira do Paquistão e do Afeganistão, onde os senhores da droga, armados até aos dentes e ao abrigo das suas fortalezas, reinam impunemente sobre milhares de hectares de dormideira e cannabis. Controlado pela tribo dos affridis, é hoje o grande mercado do pó branco. Os principais traficantes do Crescente de Ouro, região que se estende sobre o Paquistão, Afeganistão e Irão, instalaram ai as suas lojas e laboratórios. A matéria-prima, da dormideira ao ópio, florescem a perder de vista no flanco das montanhas circundantes. A técnica de transformação do ópio em heroína foi trazida para aqui pelos químicos chineses do Triângulo de Ouro. De acordo com cálculos efectuados, a produção local de ópio terá sido de 150 toneladas em 1986 e a exportação de heroina pura para o estrangeiro de 40 toneladas.

Num plano inferior, do outro lado do oásis-fronteira de Torkham, nas

matas afegãs, alguns chefes rebeldes financiam a sua guerra com o tráfico de droga. O que faz com que a cidade de Darra, situada a uns 60 quilómetros de Peshawar, seja o principal supermercado de armas. Dai, através das zonas tribais, as caravanas de mulas ou dromedários levam para o porto de Karachi as armas fabricadas em Darra, ao mesmo tempo que o haxixe, o ópio e a heroína de Landi-Kotal.

No Paquistão, os barões da droga estão infiltrados nas mais altas esferas da administração. Por exemplo, em Julho de 1989, a senhora Benazir Bhutto mandou prender o general Fazli Haq, antigo braço direito de Zia, governador da província do Norte, feudo dos traficantes, até ai considerado intocável, e Mirza Iqbal Beg, um dos maiores traficantes do país, que, noutros tempos, tinha sido dirigente superior dos escuteiros paquistaneses!

Em Março de 1989, o embaixador dos Estados Unidos no Paquistão, Robert B. Oakley, pediu aos representantes do governo da resistência afegã para reduzirem a produção de ópio nas zonas controladas pelos rebeldes. Segundo os especialistas da luta antidroga dos Estados Unidos, essa produção passou de 200 toneladas antes da guerra a 500 toneladas em 1985 e a 800 toneladas em 1988. Ora, 50% da heroína consumida nos Estados Unidos e 80% da que penetra na Europa provem da região Afeganistão-Paquistão-Irão.

85% do ópio afegão cresce na província de Nangahar e no vale de Helmand, zonas que na sua maior parte são controladas pela Resistência. Essa produção e a sua transformação em heroína contribuem para financiar os combatentes. Os meios de transporte que servem para conduzir o armamento fornecido pelos Estados Unidos aos mudjahidin servem, no regresso, para transportar a droga até ao Paquistão, de onde é exportada a seguir. Nas regiões junto da fronteira soviética -- província de Badakshan -- controladas pelo partido comunista, não acabaram as culturas de dormideira. Chegou-se à conclusão que a região de Kabul -- por onde transita uma grande quantidade de drogas -- apoia as tribos pathans paquistanesas que defendem a dormideira das campanhas de erradicação dirigidas pelo governo por instigação dos Estados Unidos e dos serviços especializados das Nações Unidas. A produção que fora reduzida a umas 50 toneladas em 1985, elevou-se em 1989 a 200 toneladas.

Tal como aconteceu com os soldados soviéticos que se meteram no haxixe e na heroína durante o seu serviço no Afeganistão, situação que coloca sérios problemas às autoridades depois do seu regresso à vida civil, o aumento de produção de droga na região tem igualmente efeitos nas zonas urbanas. O consumo de heroína não deixa de aumentar no Paquistão e toma proporções dramáticas. Em Dezembro de 1986, a vasta operação antidroga que teve lugar nos bairros pathans de Karachi provocou revoltas violentas. Depois da apreensão de 200 quilos de heroína e de 2,5 toneladas de haxixe, os pathans paquistaneses e afegãos refugiados, que constituíam 35% da população da cidade, lançaram operações punitivas armadas contra a maioria muhajir -- muçulmanos de origem indiana imigrados depois de 1947 -- acusada de ter fornecido informações à policia. As violências, duramente reprimidas pelo exército, fizeram mais de 100 mortos, além de centenas de feridos.

É o efeito boomerang...

Quando Damas Controla a «Neve» no Líbano

Sabe-se mais ou menos quanto custa a guerra no Líbano. As importações de armas, calculadas por especialistas franceses, seriam, entre 1978 e 1986, da ordem dos 400 milhões de dólares por ano. Mesmo que a essa verba somemos os salários dos combatentes e o seu sustento corrente, os lucros da droga são largamente mais elevados que as despesas militares. Por isso mesmo, há margens consideráveis que vão engrossar as fortunas acumuladas no estrangeiro.

O Líbano é o primeiro produtor de haxixe e um dos mais importantes produtores de ópio, visto que a colheita é destinada inteiramente a ser transformada em heroína. Se a cocaína aproveita à guerrilha sul-americana, a heroína permite aos libaneses, chiitas e cristãos, financiar a guerra que travam. Encaminhada às centenas de quilos para a Europa, o dinheiro que movimenta é confiado a uma rede de intermediários acima de toda a suspeita que o expede depois para Beirute.

O caso de Ryad Karam é um bom exemplo. Com 60 anos de idade, membro de uma grande família cristã do Líbano, não se parece nada com um traficante. Filho de um guarda do corpo do general De Gaulle, militou na sua juventude no partido gaullista, tornando-se mais tarde membro da segunda repartição das forças libanesas. As suas funções e as relações que mantém na França fazem dele, muito naturalmente, um dos negociadores da questão libanesa. De facto, este alto funcionário, que clama alto e bom som que o terrorismo e o tráfico de droga nada têm a ver com a causa libanesa, não é uma pessoa qualquer. No entanto, em Dezembro de 1987, Ryad Karam foi preso na França quando transportava mais de 1 quilo de heroína.

Outro caso sensivelmente idêntico é o da libanesa Mary Lakis, que também não é uma pessoa qualquer, pois, além de ter trabalhado em Paris na antena dos serviços de informação das forças libanesas cristãs, pertence a um clan saído da mesma cidade que Samir Geagea, o chefe das forças libanesas, de quem é parente. Presa em 1988 na posse de vários quilos de heroína, veio a revelar o nome do seu grossista, Walid Keyrallah, director-geral de uma sociedade de transportes, a Middle East Express, e próximo das forças libanesas.

No total, o inquérito concluiu-se com a prisão de nove pessoas, entre as quais os passadores Antoine e Gebrayl Rahmé, irmãos de Mary Lakis. Oficialmente expulsos das forças libanesas em finais de 1987, tinham vindo da cidade de Bécharré, no norte do Líbano. Outro membro da família, Joseph Rahmé, foi interpelado em Levallois, nos arredores parisienses. Só o mais novo da família, Jean Rahmé, conseguiu fugir. Correspondente em Beirute de Walid Keyrallah, possui uma agência de viagens na povoação maronita de Améchit. É também um dos homens fortes do serviço de informações de Geagea. Todos os pedidos de informação enviados pela polícia francesa ao gabinete libanês da Interpol, controlado por sírios, ficam sem resposta (1). Et pour cause. Um dos principais organizadores do tráfico chamar-se-ia Ahmad Hassan Lakis, que trabalha directamente para os sírios. Parece possuir os seus próprios laboratórios, onde a dormideira é transformada em heroína e o cannabis em marijuana, e uma rede própria com agentes em Londres e Miami.

(1) Um bom número de informações contidas neste estudo foram encontradas no excelente trabalho realizado por l'événement du Jeudi de 20-26 de Abril de 1989 intitulado: A quem aproveita o horror do Líbano? A outra Mafia, que completámos com os nossos próprios arquivos.

Pelo seu lado, o presidente Hafez el-Assad, que não esconde a sua ambição de se tornar campeão da «unidade árabe» e da luta contra Israel nem o sonho de uma «Grande Síria« englobando o Líbano, a Jordânia e os territórios palestinianos, para atingir os seus objectivos arma directa ou indirectamente grupos de terroristas em território sírio ou libanês. Com a bênção da URSS...

É o tráfico de estupefacientes que permite a Damas andar na busca de divisas fortes, indispensáveis para financiar a compra de armas de que os terroristas necessitam. Em primeiro lugar, aproveitaram à ETA, a organização terrorista basca, e ao GRAPO, Grupo Revolucionário Armado do Primeiro de Outubro, sem com isso prejudicar outros movimentos terroristas europeus como Action Directe, no qual Eric Moreau serve de intermediário com a Síria!

O Líbano sob ocupação síria tornou-se um importante produtor de droga. A cultura do haxixe que antes representava 10% das colheitas na planície de Beka'a, representa hoje 85% e fornece cerca de 30% das receitas exteriores do Estado libanês. Os sírios chegaram mesmo a contratar especialistas turcos para fabricar heroína no vale de Beka'a, sob o controle sírio desde 1976. É através de helicópteros do exército que a droga é encaminhada para a Síria, e de lá para a Europa ocidental, por via marítima ou aérea. Em Damas mesmo, alguns diplomatas estrangeiros -- em especial sul-americanos -- são suspeitos de estarem envolvidos nesse tipo de actividade.

Todo o trabalho se faz debaixo do controle dos serviços de informação de Damas, cujos chefes são os principais beneficiários. Um dos mais importantes produtores de Beka'a é o clan Hamiyeh. Apesar de alguns contratempos -- Youssef foi preso na RFA e Jamil nos Estados Unidos -- diz-se que os dois irmãos, a partir da prisão, continuam a organizar o tráfico entre os dois lados do Atlântico. Sadoun, o terceiro, que teve a boa ideia de efectuar no Iraque estudos teológicos que lhe conferiram a qualidade de sheyk (chefe religioso), regressou logo depois ao seu país e` publicou uma fatwa (decreto religioso) autorizando as culturas do cannabis e da dormideira.

Diversos serviços sírios entram por vezes em conflito na atribuição de taxas às caravanas de camiões que chegam a Tripoli ou a outros portos libaneses. De um lado, o serviço de informações militares no Líbano, dirigido pelo coronel Hassan Ali desde a sua expulsão da França em 1982. De outro lado, as brigadas de defesa de Ali Haidar, há muito apadrinhadas por Rifaat el-Assad.

Até 1983, com a divisão do pais em zonas religiosas homogéneas, todo o tráfico se devia a uma montagem islamo-cristã. Cultivada pelos chiitas, a droga era depois levada por sunitas ou cristãos para portos e aeroportos. Os passadores, geralmente cristãos, fazem chegar a mercadoria às organizações ocidentais. Mais tarde, a cultura foi estendida a todo o

Beka'a, sob controle do exército sírio; os cristãos, apesar de representarem ai cerca de 1/3 da população, possuem cerca de 40% das terras. A partir de então, passou a encontrar-se dormideira e haxixe em mais de 24 aldeolas chiitas, como Baalbek, Nabha, Bouday, Hermel, Tarayia, e também nas aldeias cristãs de Chlifa, Kaa ou Deir-al-Ahmar.

As localidades do sul como Kefraya ou Mansoura, também estão incluídas. A droga é inclusivamente cultivada fora de Beka'a no muito cristão Líbano do norte e no monte Líbano, em poder dos d usos, ou ainda na zona de segurança controlada pelo exército do Líbano do sul, aliado de Israel. Quem pode permitir-se desconhecer essa galinha de ovos de ouro, num pais cujas estruturas económicas foram desfeitas e onde a moeda se afunda cada vez mais?

Hoje, cada uma das comunidades -- 17 no total -- fornece o seu contingente de cultivadores, de comerciantes e de passadores. Se a Beka'a sul é controlada pelos sírios, uma espécie de pacto de não-agressão permite aos palestinianos, quer sejam partidários de Arafat ou pró-sírios, de dividirem entre si as percentagens dos lucros. O dinheiro da heroína apaga as rivalidades ideológicas mais mortais. Da produção à venda, cada um tem o seu estilo. Os partidários de Arafat, na maioria das vezes, vendem a sua mercadoria na Bulgária, ou trocam-na por armas. Os cristãos de Hobeika, por sua vez, dirigem-se a um certo Abou Nidal (não confundir com o chefe do conselho revolucionário do Al Fatah), muçulmano chiita bem introduzido entre os grossistas. Uma grande parte dessa droga é escoada para a Turquia a partir do porto de Tripoli, controlado pelos sírios. O restante é embarcado no porto sunita de Saïda ou no porto chiita de Ouzaï, no sul de Beirute.

As forças libanesas cristãs de Samir Geagea, que defendem o monte Líbano, asseguram pelo seu lado o escoamento para fora das fronteiras: dispõem de contactos no estrangeiro graças às comunidades exiladas na áfrica, na Europa, no continente americano e na Austrália.

A rama síria no estrangeiro é particularmente interessante, dadas as altas personalidades postas em causa. Em 29 de Maio de 1985, a policia espanhola prendeu um tal Youssouf Kassar no momento em que este se preparava para abrir o porta-bagagem de um carro. O pormenor tem a sua importância, uma vez que a viatura, além de ocultar vários quilos de heroína, pertencia a Hajj Ibrahim, cônsul geral da Síria na Espanha. Outros sírios foram presos em condições semelhantes e o inquérito concluiu-se com a expulsão de dois diplomatas sírios. Tinha-se descoberto que o grupo sírio da Espanha era dirigido directamente pelo embaixador Riad Siajj e pelo oficial de segurança da Embaixada, Mohamed Rowalha. A última etapa era o branqueamento do dinheiro da droga. Os fundos eram depositados em Marselha, numa conta do Banco Hispano-Americano e noutra do Banco de Bilbao, em nome do libanês Mohamed Khaldal.

Na Itália, num edificio diplomático sírio, é descoberta... uma refinaria de heroína! Quando a brigada de estupefacientes prendeu em Paris o libanês Jawad al-Husseini, não teve a menor dúvida que iria desembocar nas forças armadas libanesas. Isso passou-se em Dezembro de 1987. O inquérito permitiu a apreensão de 3 quilos de heroína e a detenção dos irmãos Ryad e Raymond Karam, que não conseguiram esconder a sua surpresa: não somente Ryad fizera parte uns meses antes da delegação enviada a Beirute pelo ministro do Interior Charles Pasqua que ia negociar a

libertação de reféns, como, sobretudo, era um dos correspondentes acreditados na Europa do serviço de informações das forças libanesas cristãs.

Em 11 de Novembro de 1988, as alfândegas de Brest e Saint-Malo interceptaram o Cleopatra Sky, que trazia a bordo 25 quilos de resina de cannabis. Na realidade, porém, os serviços alfandegários britânicos informaram que o Cleopatra Sky ia desembarcar 4 toneladas de haxixe. Os ingleses tinham prendido o responsável inglês, Paul Cryne, que contou tudo. Em particular, que, no caso de surgir algum problema, tinha recebido ordens de lançar pela borda fora os fardos de haxixe.

Cryne foi formal nas suas declarações: a operação foi montada conjuntamente com sírios, cujos nomes forneceu. Militares de Tripoli, em uniforme, tinham ordenado a expedição da carga de cannabis da planície de Beka'a por camião antes dos fardos serem carregados no Cleopatra Sky (1). De igual modo ficou a saber-se que essa conexão Líbano-Grã-Bretanha foi posta em movimento por um inglês, Alan Brooks, em colaboração com os sírios do Líbano. A polícia espanhola revelou aos investigadores franceses que Brooks era um dos caciques da droga na Costa do Sol. O sei iate, Diogenes, tinha servido de local de reunião com os altos chefes da Mafia da Inglaterra do noroeste e de Manchester.

(1) Um dos organizadores da operação parece ter sido um sírio com o nome de Hedjazi, cuja esposa, libanesa, seria a proprietária do Cleopatra sky. Além disso, vários dos marinheiros da tripulação pertenciam ao exército sírio de reserva e um deles, segundo o testemunho de Cryne, era oficial dos serviços sírios de informação militar.

As suas ligações com os sírios não podiam ser mais simples. No bairro de Nueva Andalucía onde Brooks vive, entre os seus moradores há um indivíduo bem conhecido dos serviços policiais franceses, Rifaat al-Assad, irmão do presidente sírio e formado na universidade Patrice Lumumba, de Moscovo. Supervisiona o tráfico de droga proveniente do Médio Oriente, cujo valor anual se cifra em cerca de 8 biliões de francos. Entre os dois homens surgiu uma simpatia mútua. Mas os espanhóis não arriscam a afirmar que a operação Cleopatra Sky foi montada pelos dois.

No entanto, os laços próximos que unem Rifaat el-Assad e Brooks foram bem visíveis num outro caso, aparentemente não relacionado com o primeiro. Em 17 de Agosto de 1988, ao largo das Antilhas, uma lancha com motor fora-de-borda matou um rapaz e feriu gravemente uma rapariga. Rifaat el-Assad tinha sido denunciado na imprensa. Jaime de Mora, irmão da rainha Fabíola da Bélgica e eminência parda do lobby árabe da Espanha, voou em socorro de Rifaat el-Assad, afirmando que este estava consigo no dia do drama. Finalmente, o juiz de instrução de Grasse, Marc Noguéras -- falecido pouco depois -- ordenou que Alan Brooks fosse ouvido no assunto dada a sua qualidade de amigo do dignitário sírio.

Quando Hafez el-Assad tomou o poder em 13 de Novembro de 1970, confiou ao irmão, Rifaat el-Assad, a organização das forças especiais do regime: a Saraya al Difa an al Thawra, ou seja, Brigadas de Defesa da Revolução, ou ainda Unidade 569. Ao todo, 20.000 a 25.000 homens, repartidos por uma divisão blindada e dois batalhões de comandos, cujas fardas, curiosamente pintalgadas, lhes valeu a alcunha de «panteras cor-de-rosa».

São essas brigadas -- segundo os serviços de informação da D.E.A. americana e dos israelitas -- que protegem desde 1976 as culturas de marijuana e de dormideira do vale libanês de Beka'a. -- A tal ponto que, por razões de segurança e rapidez, os sírios têm recorrido algumas vezes a helicópteros Kamov 25 para transportar droga.

À cabeça deste tráfico encontram-se vários oficiais de Rifaat e também alguns libaneses. Entre eles, Tony Frangié, filho de Suleyman Frangié, o fundador das Falanges. Tony era um dos íntimos de Rifaat. Será abatido em 1978 num acerto de contas entre facções libanesas rivais. Mas se Rifaat el-Assad alimenta os cofres negros do regime, dos serviços secretos e de diversos movimentos terroristas, também não esquece os seus próprios interesses. A D.E.A. avalia a sua fortuna pessoal em várias dezenas de milhões de dólares.

Na França, onde possui um palacete na avenida Lamballe e apartamentos no número 38 da avenida Foch, em Paris, é visto muitas vezes numa villa de Saint-Nom-la-Bretêche, comprada pela sociedade libanesa Al Jinan, ou na coudelaria Saint-Jacques, em Bessancourt -- propriedade de outra sociedade do Liechtenstein, a AYM, cujo principal accionista é um membro influente da família real da Arábia Saudita. -- Rifaat comprou também alguns apartamentos no número 100 da marina Kennedy, num imóvel moderno. Entre os três poisos parisienses, Rifaat conseguiu espaço suficiente para instalar as suas duas esposas, uma nos escritórios da Al Jinan e a outra na sua estação de rádio RTM -- Radio Tiers Monde -- a voz árabe a partir de Paris, que difunde emissões sem autorização oficial. Sem esquecer a sua comitiva de quase 200 pessoas, cujo custo é avaliado pelos especialistas em 5 milhões de francos mensais...

Em l.Express de 30 de Abril-7 de Maio de 1987, Claude Moniquet escrevia num excelente artigo: «A França não passa de um aprazível asilo para o proscrito de Damas? Pode ser que sim. Mas a polícia suspeita que ele, além de ambiciosos projectos político-comerciais, entretém os seus ócios com noites de pândega nas boîtes nocturnas libanesas, de onde sai muitas vezes a altas horas da madrugada para subir os Campos Elíseos a 100 quilómetros por hora, passando sinais vermelhos, sempre escoltado por dois carros de segurança pessoal. Com toda a impunidade, não obstante o furor dos agentes da polícia, que se queixam nos seus sindicatos. O menor desses projectos não é a criação na França ou no Luxemburgo de uma cadeia de televisão que cubra os países árabes. "Para nós, é evidente que ele pôs uma mão de ferro numa série de negócios que dirige depois de Damas", diz um comissário das Informações Gerais. E conclui: "Hoje, trabalha por conta própria. É protegido".

«Protegido?! Talvez. Mas são muitos a perguntar o porquê da rádio de Rifaat transmitir sem autorização. Como se permite que os seus guarda-costas -- uma trintena de homens -- patrulhem armados em redor das suas residências? Quem permite que acompanhem as deslocações do "chefe" de Kalachninov nos joelhos?

«Manobras, aliás, que, depois de numerosas contrariedades, levaram há uma dezena de meses a secção de "viagens oficiais" da policia à recusa de manter a protecção individual de Rifaat. Agora só se desloca com alguns dos seus homens. Porque não se abriu um inquérito quando foram controlados em Roissy em 12 de Dezembro de 1985 os três sírios com

passaportes marroquinos - n.os 196.321, 196.322 e 196.323 -- entregues em 1 de Agosto de 1985? Qual a razão de não se ter dado seguimento ao caso de uma funcionária da Educação Nacional, destacada pelo seu ministério na Embaixada da Siria "na qualidade de preceptora dos filhos do vice-presidente", detida pela policia das fronteiras em 6 de Janeiro de 1986 em flagrante delito de usurpação de funções -- delito reprimido pelos artigos 258 e seguintes do Código Penal -- quando tentava fazer-se passar por funcionária do ministério dos Negócios Estrangeiros?

«"É verdade que fechámos os olhos diante de algumas actividades de Rifaat el-Assad -- reconhece um especialista do mundo árabe do Quai d'Orsay. -- Achámos que seria melhor poupá-lo. Pode vir a suceder ao irmão. É um investimento a longo prazo..."

«Alta política? Provavelmente. Pierre Marion, antigo dirigente da DGSE, reconheceu-o claramente quando, ao falar dos seus encontros com Rifaat em 1982, declarou a Nouvel Observateur de 26 de Setembro de 1986: "Negou constantemente, com violência, estar ligado no que quer que seja ao terrorismo ou a Abou Nidal. À sobremesa olhei-o nos olhos e disse-lhe: "Excelência, vai prometer-me que não haverá mais atentados em França". Prometeu. E tem mantido a palavra".

«Negócio concluído entre os serviços franceses e Rifaat el-Assad. Este, antes de tudo, está excelentemente colocado para informar os responsáveis da segurança sobre o terrorismo. Tão bem, que um oficial conhecido -- situação paradoxal para um homem da sombra! -- por ser próximo da DST, era, até há pouco, especialmente afecto à ligação entre os "serviços" e o pessoal de Rifaat el-Assad.

«Essa "protecção" oculta, talvez justificada pelo "interesse nacional", vai ser transformada por Rifaat num verdadeiro "condado". É a expressão que o meio utiliza para designar o acordo existente entre a policia e os malandrins que a informam e que, por esse facto, estão "autorizados" a prosseguir as suas actividades«.

Se os suíços, italianos e belgas querem acabar de vez com a organização síria, a polícia francesa mostra-se mais reticente. «Nada avançou neste inquérito -- confia uma autoridade da policia alemã. -- Acontece muitas vezes não recebermos qualquer resposta aos pedidos de informação que fazemos à Policia Judiciária«.

E no entanto, as escutas telefónicas realizadas pelas polícias suíça e italiana revelaram que o patrão de todos esses tráficos não era outro senão Firaas el-Assad, chamado «Modor», capitão do exército sírio, sobrinho do presidente Hafez el-Assad e filho de Rifaat el-Assad. . Neste mundo tão formoso, sírios e libaneses trabalham de mãos dadas...

Há que ter em conta que os libaneses estão em toda a parte, o que facilita os contactos: o governador do Estado de S. Paulo, no Brasil, é libanês de origem. No Zaire, libaneses ocupam-se do diamante. Na Costa do Marfim, reinam na importação e na exportação. Outros ainda são ministros no Paraguay. Torbay, antigo presidente da Colômbia, era libanês. Um dos principais conselheiros de Alan García, presidente do Peru, chama-se Abdelraman el-Assir. Um dos mais importantes funcionários do ministério do Interior chama-se Abdel Salinas. O actual presidente da Jamaica é de

origem libanesa. Estão em todo o lado...

Se uma parte da droga contamina o Ocidente, outra parte contamina Israel. Em Março de 1987, o responsável da polícia israelita Rafi Peled referia a existência em Israel de mais de 200.000 drogados. «200.000 israelitas são consumidores crónicos de haxixe, 7.000 drogam-se com heroína e outros 4.200 utilizam estupefacientes diversos...« Referia igualmente que em 1987 tinham sido introduzidos em Israel perto de 400 quilos de heroína pura. «A heroína chega, já não do Extremo Oriente, mas da Síria do norte e do vale libanês de Beka'a«, precisa. Dois anos mais tarde, em 1989, calculou-se em 1.500 quilos a quantidade de heroína entrada em Israel.

Repare-se como a Síria, inimiga jurada de Israel, recebe fundos provenientes das drogas israelitas. Divertido, não? É caso para dizer que o «ecumenismo« dos traficantes transgride alegremente as fronteiras. Assim, a invasão do Líbano pelas tropas do general Sharon permitiu a consolidação de «relações de negócios» entre traficantes libaneses e israelitas. Sobre este assunto, o jornalista e escritor Guy Sitbon (do qual não podemos sentir-nos próximos, dado o seu protagonismo em certa imprensa pornográfica), enviou uma carta corajosa ao mensário judaico Passages em que diz: «É necessária uma certa coragem -- e vós tiveste-la -- para sacudir o tabu segundo o qual uma comunidade deve esconder as suas taras. Sabemos muito bem, porque passamos muitas vezes ao seu lado, que os judeus norte-africanos, emigrados israelitas, organizam as suas próprias redes. Uma das características das emigrações é manter em segredo os seus delinquentes organizados. Os judeus não são nenhuma excepção, pelo contrário. O vosso processo, muito rico, revelaria imediatamente o comprometimento pronunciado das redes israelitas no grande tráfico de droga. Devemos saber e denunciá-lo e, sempre que possível, desembaraçar dele as nossas comunidades. O que significa modernizá-las. Os delinquentes, mesmo quando muito ricos, são os produtos mais reles de uma comunidade».
Por outro lado, Jean-François Deniau, vice-presidente da comissão dos Negócios Estrangeiros, no regresso da sua movimentada missão em Beirute admirava-se do envergonhado silêncio americano acerca dos campos de dormideira de Beka'a... Juros, interesses, quanto valeis!...

O sul da ilha de Chipre, ocupado pelo exército de Ankara, tornou-se um ponto de passagem importante para a droga que transita da ásia e do Médio Oriente para o Ocidente. As redes de traficantes libaneses possuem ali numerosas sociedades import-export e bancos offshore, e utilizam esta parte da ilha para os seus negócios.

Outro país tocado pelo flagelo da droga libanesa é o Egipto. A sua situação geográfica -- o Canal de Suez -- as suas relações privilegiadas com os Estados Unidos e a Europa, assim como a estrutura liberal da sua economia, incitaram os traficantes a assentarem ali um dos nós principais do seu comércio. Aparte a questão de que o Egipto é um mercado interessante, já que a produção local não é suficiente para satisfazer a sua procura. Apesar das autoridades do Cairo não se empenharem desde Outubro de 1985 numa luta sem quartel contra os traficantes -- em 1987 foram apreendidas 17 toneladas de haxixe, 2 das quais aos dez mais importantes traficantes presos -- haverá actualmente mais de 1 milhão de toxicómanos no Egipto, dos quais uns 30% são estudantes.

«E depois, há a política -- escreve Jeune Afrique no seu número de 17-24

de Agosto de 1988. -- É público e notório que o último ministro do Interior de Anuar el-Sadat, Nabaoui Ismaïl, manipulava drogas: não hesitava em libertar toxicómanos e dealers para os infiltrar depois na oposição. As pesquisas que se seguiram à morte de Anuar el-Sadat (6 de Outubro de 1981) permitiram a descoberta de vários esconderijos de droga. Pelo menos foi o que deduziram os observadores... e os consumidores de estupefacientes, quando verificaram o brusco e brutal aumento dos preços.

«No início do seu reinado, o sucessor do raïs assassinado, Hosni Moubarak, quis dar o exemplo da luta contra uma corrupção tornada demasiado evidente. Ostentam-se riquezas cuja origem continua misteriosa. Droga? Foram lançados nomes à voragem da opinião indignada. O irmão de Anuar el-Sadat, Esmat, fazia parte do rol. Além de outros, falava-se dele como sendo um grande corrupto».

«Ontem, desenterravam-se raízes, mascavam-se folhas para obter um resultado incerto. Hoje, fabricam-se produtos psicoquímicos sintéticos de que se desconhece a especificidade. Modificar a consciência por encomenda e não por acidente tornou-se tecnicamente realizável».

Sidney Cohen (The beyond Within)

Cuba, Plataforma da Droga
ao Serviço do Comunismo

O papel da URSS e da Bulgária

Muito recentemente, o mundo jornalístico e político arfava diante de um processo «histórico» desenrolado em Cuba por ordens expressas de Raul e Fidel Castro: o general de divisão Arnaldo Ochoa Sánchez era julgado por corrupção e tráfico de droga.

Membro do comité central do partido comunista, deputado na Assembleia nacional, ex-comandante do contingente cubano da Etiópia durante a guerra de Ogaden, depois na Nicarágua e, finalmente, em Angola de 1987 a 1988, o general Arnaldo Ochoa, considerado um dos seis heróis da República cubana, merecia, segundo Raul Castro, procurador militar particularmente encarniçado, o pelotão de execução.

Ochoa e os seus cúmplices do processo de Havana -- entre os quais se destacavam o general Patricio e o coronel Antonio de la Guardia, irmãos gémeos e antigos membros da guarda pessoal de Fidel Castro -- tinham atrás de si 10 anos de África. Estiveram na Eritreia e dirigiram a batalha de Cuito Cuanavale. São reencontrados na Nicarágua, onde se entregam ao que os seus juízes consideraram a parte mais repreensível do seu processo: tráfico de droga para os Estados Unidos, em conivência com os sinistros narcomafiosos colombianos do Cartel de Medellín.

Além de Ochoa, o tribunal condenou à morte, por um lado, o seu «homem de confiança« o ex-capitão Jorge Martínez Valdes, que tinha ido à Colômbia para se encontrar com o chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar, e, por outro lado, o ex-coronel Antonio de la Guardia e o ex-comandante Amado Padrón que, usando das suas funções à cabeça de um departamento secreto do ministério do Interior, permitiram o contrabando de pelo menos

6 toneladas de cocaína para os Estados Unidos.

O ex-tenente-coronel Alexis Lago Arocha e os seus lugares-tenentes Eduardo Díaz Izquierdo e Antonio Sánchez Lima, subordinados de Antonio de la Guardia e para quem foi pedida a pena de morte, foram condenados a 30 anos de prisão.

Foram condenados à mesma pena o ex-general de brigada Patricio de la Guardia, irmão de Antonio, antigo chefe do estado-maior do ministério do Interior e, durante 3 anos, chefe da missão do mesmo ministério em Angola, a capitã Rosa María Abierno Gobin, única mulher presente no banco dos acusados, e o ex-capitão Miguel Ruiz Poo, o mais jovem dos condenados.

O ex-comandante Gabriel Prendes Gómez, o ex-capitão Leonel Estèvez Soto e o ex-tenente Josè-Luis Pineda Bermúdez, todos do ministério do Interior, deverão cumprir penas de 25 anos de prisão. O ex-coronel Antonio Rodríguez Estupinián, subordinado do general Ochoa em Angola, foi condenado a 10 anos de prisão.

Depois da execução de Ochoa, continuou a purga. O antigo ministro do Interior (destituído no fim de Junho de 1989), general José Abrantes, foi preso. Com ele, vários colaboradores seus: o ex-responsável da Imigração, general Roberto González Caso, o ex-director-geral das alfândegas, general Oscar Carrero Gómez, e o ministro dos Transportes, Diocles Toralba, destituído em 13 de Junho por «conduta pessoal imoral, dissipação e corrupção« segundo o quotidiano oficial do partido comunista cubano Gramma. Este tipo de acusação não é raro em Cuba, mesmo tratando-se de personalidades de posição elevada. Enquanto Toralba é membro do comité central do P.C., um dos vice-presidentes do comité executivo do conselho de ministros é, sobretudo, um dos primeiros e mais antigos companheiros de armas de Raul Castro, o que, em Cuba, tem mais valor que outros títulos mais oficiais.

Outros cinco militares foram despromovidos e exonerados. Segundo a imprensa cubana, tratava-se de «aprofundar os inquéritos em curso», alusão transparente ao escândalo da droga -- os três homens executados com Ochoa pertenciam ao ministério do Interior. -- Os observadores estrangeiros notaram de passagem que a crise do ministério do Interior reforçou oportunamente a posição de Raul de Castro, sucessor designado do seu irmão Fidel à cabeça do regime cubano, e é mais que provável que tenha procurado nessa ocasião afastar definitivamente o general Ochoa, candidato ao delfinato popular, e demasiado incómodo.

A denúncia do «grupo Ochoa« assemelha-se a uma conspiração política. Dado o uso que o exército cubano faz dos fundos adquiridos ilegalmente para financiar as suas acções no estrangeiro, não era muito difícil desacreditar Ochoa ou qualquer outro oficial. Tanto mais que as operações de Antonio de la Guardia ao serviço de Medellín tinham sido já detectadas pela D.E.A. e podiam então ser rapidamente aproveitadas pelo regime. Castro, pois, matou dois coelhos de uma cajadada ao fazer soar o alarme sobre a organização cubana e ao implicar Ochoa na mesma.

Numerosos experts, entre os quais Jaime Suchlicki, director do Instituto de estudos inter-americanos na Universidade de Miami, pensam que as

acusações contra Ochoa «foram inventadas de uma ponta à outra«: O porta-voz da D.E.A. em Miami, John Fernandes, precisa que «o nome de Ochoa não figura em nenhum dos nossos inquéritos». Em 14 de Junho, num extenso discurso recheado de advertências que giravam à volta do tema «ordens, são ordens«, Raul Castro anunciou a prisão de Ochoa. Nem uma palavra sobre a droga. O tribunal militar que entregou Ochoa à corte marcial refere-se explicitamente ao facto do ex-comandante ter desobedecido às ordens de Raul de Castro. O mais bizarro é que Aldo Santamaría, um dos quatro funcionários cubanos julgados nos Estados Unidos em 1982 por tráfico de droga, era um dos principais acusadores nos bancos do tribunal militar.

Ochoa não era somente um «homem de espírito muito popular« (a fórmula figura na acta de acusação); nas semanas que precederam a sua prisão, tinha criticado na presença de camaradas do exército e do governo as decisões de Castro na guerra de Angola e a sua falta de entusiasmo perante a Glasnost e a Perestroñka de Mikhail Gorbatchev.

Betancourt, de Radio Marti pensa que a ruptura entre Castro e Ochoa se tornou definitiva depois da visita a Cuba em 11 de Junho de Manuel Solis Palma, o presidente fantoche do Panamá. No seu discurso de 14 de Junho, Raul Castro precisava que, logo depois da partida de Solis Palma e durante 14 horas, o seu irmão tinha presidido a uma reunião extremamente tensa durante a qual foi decidido que Ochoa devia ser preso e expulso do partido comunista e do exército. A coincidência pode significar que a «desobediência de Ochoa estava ligada à acção militar em curso no Panamá», explica ainda Betancourt, realçando o facto de que o pedido de ajuda militar do Panamá não podia ser dirigido senão a Cuba ou à Nicarágua, «únicos apoiantes do general Noriega em toda a América Central».

Um diplomata de um país de neutralidade confirmada explicava que «é necessária muita boa vontade para se acreditar que esse tráfico, dirigido por altos responsáveis, escapou à vigilância permanente das mais altas instâncias do Estado«.

Num discurso pronunciado em 1985, Castro, respondendo ao testemunho do antigo conselheiro de Noriega, Josè Blandon, que o acusava de estar pessoalmente envolvido em negócios de droga, dizia: «Nos últimos 26 anos não tive conhecimento de um só caso em que responsáveis cubanos estivessem comprometidos no comércio de droga».

As revelações de Reinaldo Ruíz, preso em 1988, liquidaram este sistema de defesa. Ruíz, que cooperava com militares de Havana, era o responsável pelos carregamentos de cocaína. Ruíz dirigia no Panamá uma agência de viagens. A sua amiga conhecia Gustavo Gavinia, primo de Pablo Escobar, um dos chefes do Cartel. Ruíz tinha um primo, Miguel Ruíz, capitão no exército cubano que trabalhava para uma secção secreta do ministério do Interior, o M.C., encarregado de obter para Havana divisas fortes e produtos embargados. O M.C. trabalhava com o intermediário de várias empresas-fachada, entre as quais a Cimex e a Interconsult. O chefe do M.C. era o coronel Antonio de la Guardia.

«Chamavam-lhe "o padrinho" -- refere Reinaldo Ruíz (1). -- Era um homem de bom gosto, excelente pintor, fantástico amador de arte, cuja fidelidade a Castro era total».

(1) Le Figaro Magazine, 16.9.1989 (entrevista a Eric Laurent na prisão federal da Flórida).

Em Abril de 1987, o filho de Reinaldo Ruíz, pilotando um avião proveniente da Colômbia com 240 quilos de cocaína a bordo, pousou na base militar cubana de Varadero. Como possuía os códigos de acesso que lhe permitiam entrar no espaço aéreo cubano, aviões Mig vieram ao seu encontro e escoltaram-no na aterragem. A cocaína foi descarregada por militares e encaminhada para um posto vizinho da guarda costeira, onde foi embarcada numa vedeta rápida com matricula da Flórida. Ruíz aterrava depois com o seu avião perto de Miami e, para justificar a sua escala em Cuba, os oficiais da ilha enviaram uma mensagem às autoridades aéreas da Flórida: «O avião foi obrigado a aterrar numa base militar devido a uma avaria no motor«. Reinaldo Ruíz explica hoje, porém, que «desde o início estávamos protegidos ao mais alto nível pelas autoridades de Havana«.

Em 9 de Maio de 1988 teve lugar outra viagem. O avião transportava desta vez 400 quilos de cocaína e, guiado pelos radares militares, aterrou na base aérea de Varadero. Uma vez mais, uma vedeta aguardava, não muito longe, ancorada na marina Hemingway. Fez-se às costas da Flórida, escoltada até ao limite das águas territoriais por uma lancha da guarda costeira cubana.

As forças de Havana, a todos os níveis, tinham recebido ordem para colaborarem com os traficantes. La Guardia encontrava-se frequentemente com Castro e dispunha de poderes alargados. Quando Reinaldo Ruíz foi preso, as revelações que fez aos serviços antidroga semearam o pânico em Cuba. Castro começou por negar. Foi o ponto de partida para o «caso« Ochoa. Para Reinaldo Ruíz, a execução daqueles homens não foi uma surpresa: «Castro foi encostado à parede. Em face da opinião americana e internacional, foi constrangido a fazer qualquer coisa. É um homem intoxicado pelo poder e pronto a matar quem quer que seja para lá se manter«.

Num relatório da Drug Enforcement Agency (DEA) de 1982 apareceram o nome de Raul Castro e a sua inculpação. Para o seu irmão Fidel, versão oficial portanto, tudo é extremamente simples. Terá sido talvez em 6 de Março de 1989 que começou a alimentar as primeiras suspeitas ao ler um despacho de agência referente ao processo dos irmãos Ruíz. É troçar de toda a gente! Vejamos como.

Em duas ocasiões, os irmãos Ruíz afirmaram ter feito escala no aeroporto cubano de Varadero, onde os militares descarregaram e reuniram de cada vez meia tonelada de cocaína antes de a transbordarem para barcos com destino a Miami escoltados por navios da frota cubana até ao limite das águas territoriais. Em 1987, segundo afirmaram, fumavam charutos saídos directamente da gaveta de Fidel Castro. Tendo tomado conhecimento deste pequeno pormenor, Castro insinuou que tais acusações eram uma nova operação da propaganda ianque, uma vez que nessa época já tinha deixado de fumar (sic) (1).

(1) Libération, 5.9.1989 (episódio revelado no excelente artigo de J.-p. Gené).

Castro decidiu entretanto que era necessário abrir um inquérito. Mas porquê agora justamente, se já em 1981 o grande júri de Miami tinha acusado um militar cubano -- o almirante Santamaría -- de cumplicidade num tráfico de marijuana, sem que isso tivesse suscitado em Havana qualquer reacção além de indignação revolucionária?

J.-P. Gené, enviado especial em Havana, afirma que, em todos os casos, os serviços de contra-espionagem cubanos metem logo mãos à obra, escutando as transmissões rádio feitas por aviões e navios entre a Flórida e a Colômbia, operando localizações radiogonométricas e identificando emissores, mudando sem cessar as frequências e as localizações para o envio de mensagens muito breves, emitidas de bairros de Havana, e cujo conteúdo não deixava a menor dúvida: tráfico de droga. Em 27 de Abril, o alto comando do ministério do Interior reuniu o gabinete com o relatório da contra-espionagem na sua frente. Somente, eis: Antonio de la Guardia, presente também, é advertido das escutas rádio e desculpa-se habilmente ao ser interrogado. Resultado, o inquérito vai marcar passo até ao princípio de Junho.

É então que nasce o caso Ochoa... apesar do seu nome não aparecer uma só vez nos negócios da droga, circunstancia que é confirmada pelos serviços americanos especializados: nada têm que o possa acusar. Em contrapartida, começam a correr maus rumores a seu respeito: é extremamente popular, oferece presentes aos amigos, traficou com açúcar, marfim e diamantes de Angola, tem uma conta em dólares num banco estrangeiro e, em suma, a sua vida privada é demasiado espaventosa aos olhos dos guardiães da moral revolucionária.

Ochoa foi então «submetido a uma vigilância apertada«, muito delicada, já que era necessário pedir uma autorização prévia ao comité central -- do qual ele é membro -- e, principalmente, para não lhe despertar suspeitas. Raul Castro, que supervisionava o inquérito, estava também de guarda e, tendo encontrado Ochoa em duas ocasiões, deu-lhe parte das críticas que interditavam a sua nomeação à cabeça do exército ocidental, mas sem obter a confissão espontânea do conjunto das suas torpezas...

Faltava uma visita à casa do capitão Martínez, adjunto de Ochoa, para que a «verdade» pudesse brilhar oficialmente: foram lá encontrados «uma carta, um livro sobre a Mafia e um pequeno mapa de um hotel de Medellín«. O passaporte falso concedido a Martínez para ir à Colômbia, as contas bancárias do Panamá, as ligações a Pablo Escobar (um dos chefes do Cartel de Medellín) e os contactos entre Antonio de la Guardia e Ochoa, a utilização do aeroporto de Varadero para os aviões dos traficantes, tudo surgia então à luz do dia num cenário que continua desfocado na versão oficial mas que serviu para conduzir à prisão todo o bando, para arrancar confissões a todos os responsáveis, para elaborar o processo e para a grande limpeza de Verão do Ministério do Interior.

A versão oficial é a seguinte, resumida segundo o texto que faz autoridade, a intervenção de Fidel Castro no conselho de Estado de 9 de Julho de 1989: «Enfim, companheiras e companheiros, creio que a História nunca conheceu um processo tão honesto. Ao dizer História, falo da História em geral. Quanto ao nosso país, digo o mesmo: nunca se viu processo tão límpido e com tal participação« (sic!)

Infelizmente, esse processo «modelo», limitando-se a extorquir uma

confissão lacrimejante, não chegou a dissipar outra hipótese sobre as suas razões e data. De facto, Fidel e Raul Castro teriam agido sob a ameaça de revelações explosivas dos serviços antidroga americanos, que provariam de maneira irrefutável a implicação de oficiais cubanos no tráfico de droga. Segundo William von Raab, ex-director das alfândegas americanas até há pouco, os seus serviços tinham montado uma operação -- operação Greyhound -- que lhes permitiram a infiltração numa rede de traficantes dirigida pelo dono de uma escudaria de barcos de competição da Flórida. As informações recolhidas pelos informadores demonstravam de maneira categórica a implicação de «tropas especiais» cubanas, unidade de elite dirigida durante 18 anos por Antonio de la Guardia.

As tropas especiais ter-se-iam dedicado a actividades suspeitas, quer na base militar de Varadero, quer na escolta de barcos carregados de droga em águas territoriais cubanas . Von Raab, que expôs essa hipótese a uma comissão do Senado, desconhecia como os irmãos Castro conseguiram saber os resultados do inquérito. Limita-se a assinalar o desaparecimento em 12 de Junho de 1989, dia da prisão do grupo de Ochoa, de um dos principais informadores da operação Greyhound, Gustavo «Papito» Fernández, traficante convertido em denunciante.

Os americanos estão ao corrente desde há anos do tráfico de droga via Cuba. Um deles, Robert Vesco, financeiro desonesto. Anteriormente cúmplice de Carlos Lehder na importação de toneladas de cocaína na ilha de Norman Cay, encontra-se hoje refugiado em Havana. Castro, apesar dos Estados Unidos pedirem há vários anos a sua extradição, faz ouvidos de mercador.

Carlos Lehder, um dos patrões do Cartel de Medellín, era o «oficial« encarregado da logística de Robert Vesco. Ao refugiar-se em Cuba, Vesco ligou-o ao seu acordo com Castro: Lehder tomaria a seu cargo o fornecimento de armas ao grupo terrorista colombiano M.19, controlado por Cuba, e Vesco e os cubanos, em contrapartida, dariam apoio logístico ao tráfico de droga (1).

(1) Proprietário de um banco nas Bahamas, o Columbus Trust, Robert Vesco ofereceu 200.000 dólares cm 1972 ao comité para a reeleição de Richard Nixon... que os aceitou.

Por outro lado, os americanos estão ao corrente dos «bombardeamentos« aéreos de droga: um avião proveniente da Colômbia ou de outro país produtor larga fardos de droga cuidadosamente embalados, e vedetas rápidas vão recuperá-los. «Em 1989, tais operações de tráfico tinham lugar três vezes por semana nas proximidades das águas territoriais cubanas«, afirma o almirante norte-americano Leland. Segundo a DEA, de Abril a Julho de 1989, tiveram lugar 39 «bombardeamentos« nas águas territoriais cubanas. O que faz com que, apesar do processo Ochoa e das recentes declarações de Fidel Castro, em que insistia que Cuba e os Estados Unidos deviam encontrar «uma forma de comunicação» na sua luta comum contra o tráfico de droga (2), os americanos estão enganados se supõem que Havana ignorava a existência desses tráficos sobre o seu território.

(2) Discurso de Fidel Castro de 9 de Julho de 1989.

Além daquele célebre caso de 1984, no qual Fidel Castro desempenhou o papel de mediador entre os representantes do Cartel de Medellín e o general Noriega. A história provem de fontes diferentes. Na primavera de 1984, depois do assassinato do ministro da Justiça colombiano Lara Bonilla, os membros do Cartel foram tomar ar para o Panamá, pagando largamente a sua protecção aos homens de Noriega. Pablo Escobar chegou até a negociar, a troco de 5 milhões de dólares, com o braço direito do general, o tenente-coronel Julián Melo, a instalação de um laboratório de fabricação de cocaína na província de Darien, próxima da fronteira colombiana.

Desgraçadamente para si, porém, quando Noriega estava em viagem na Europa, uma facção das forças armadas panameanas -- que, seguramente, não tinham recebido a sua parte de dólares -- lançou um raid sobre o laboratório, prendendo 25 colombianos e destruindo tudo. Pablo Escobar, furioso, fez saber através de Josè Blandon -- então conselheiro político muito próximo de Noriega, hoje exilado nos Estados Unidos -- que tratasse de lhe recuperar o investimento de 5 milhões de dólares, senão... Pânico de Noriega, então em Londres, que receando um contrato sobre a sua cabeça, ordenou a Blandon ir imediatamente a Cuba na companhia de um representante de Escobar pedir a Fidel Castro que servisse de mediador.

Noriega reuniu-se-lhes em 27 de Junho de 1984 -- parece haver uma fotografia desse encontro -- e, aparentemente, o assunto foi resolvido. Os 25 colombianos presos no Panamá foram libertados e Noriega reembolsou 3 milhões de dólares. A história, apesar de extraordinária, está muito longe de ser inverosímil quando se conhecem as ligações entre Castro e a Colômbia, em especial com a guerrilha do M.19. Quanto à união entre Noriega e Castro, é coisa do domínio público.

Mas, como justamente escreve J.-P. Gené em Libération de 6 de Setembro de 1989, «a nota verde, com efeito, desempenha em todo este assunto (Ochoa) um papel importante. O estado da economia cubana pode resumir-se em poucos números: uma dívida externa avaliada em 2 biliões de dólares, ou seja, por cabeça quatro vezes mais que o Brasil e três vezes mais que o México».

Privada do acesso ao gigantesco mercado capitalista situado a menos de 150 quilómetros das suas costas, Cuba viu-se obrigada a fundar ao lado da economia oficial inteiramente nacionalizada um sistema mais flexível que lhe permitisse escapar aos rigores do Plano e do embargo, decretado em 1962 por John Kennedy, e que continua. Com efeito, todo o navio que toque um porto cubano para carregar ou descarregar mercadorias está interdito de lançar a ancora num cais americano. Idem para as empresas que vendem oficialmente mercadorias a Havana.

Antonio de la Guardia, o principal organizador do tráfico de droga executado em 14 de Julho de 1989 com Ochoa e mais dois cúmplices, estava à frente de uma secção especial do ministério do Interior disfarçada atrás da sigla M.C. que, para muitos, significava «Marijuana e Cocaína». Era o sistema mais maleável! Na verdade, um organismo de tráfico oficial destinado a aprovisionar o mercado local de mercadorias capitalistas: electrodomésticos, automóveis, aparelhos hi-fi, álcool, tabaco e outros produtos.

O M.C. mantinha relações particulares com as «zonas livres» dispersas

pelo mundo, especialmente com o Panamá. No decorrer do processo, Ochoa explicou que o seu contacto mexicano lhe tinha proposto utilizar os canais do tabaco para o tráfico da droga. Antonio de la Guardia, como o general Ochoa, tentou defender-se por outro lado, afirmando que os 2 milhões de dólares «ganhos« em 2 anos e meio no tráfico de 6 toneladas de cocaína tinham sido reinvestidos no desenvolvimento turístico por intermédio de um «estrangeiro« cuja identidade não revelou.

Depois do caso Ochoa, os simpatizantes do regime admitiram que este passava por «uma fase difícil», mas afirmavam que, uma vez mais, Fidel tinha feito prevalecer a moral sobre qualquer outra consideração, não poupando ninguém na sua «caça aos corruptos».

é realmente troçar de toda a gente, porque, como demonstrámos, toda essa questão não era recente e Fidel Castro, em primeiro lugar, assim como o seu irmão, não podiam ignorá-la.

Com efeito, como escrevia Brian Crozier, «é possível afirmar que existe uma estratégia soviética -- da qual Cuba é um dos eixos -- em matéria de droga. Não se limita a tirar proveito de um mercado cujo crescimento é monstruoso. Representa uma arma de guerra ao serviço dos objectivos políticos do Kremlin» (1).

(1) L.Express, 19-25.12.1986. Durante muito tempo editorialista em the Economist e na BBC, Brian Crozier colabora hoje na National Review de Nova Iorque. Especialista eminente em relações internacionais. escreveu três grandes biografias (sobre De Gaulle, Franco e Tchang Kai-chek). Mas interessa-se principalmente pela estratégia político-militar da URSS. Em 1978, analisou a ameaça soviética e a maneira de lhe fazer frente em Strategy or Survival, obra que conheceu uma importante repercussão nos países anglo-saxónicos. Até 1979 dirigiu o institute for the Study of Conflits, Londres, que tem como objectivo a análise das tensões e dos conflitos locais e internacionais.

O ponto mais importante, todavia, é o emprego deliberado e sistemático de estupefacientes com vista a minar as sociedades ocidentais. Isso foi comprovado em conjunto por um conceituado especialista norte-americano, o Dr. Joseph D. Douglas (2), e por uma equipa internacional dirigida por Brian Crozier. Desse duplo inquérito emergiram alguns elementos estremecedores.

(2) O Dr. Douglas. engenheiro e analista político, frequenta desde há alguns anos os ambientes dos serviços secretos. Estabeleceu relações de amizade com alguns trânsfugas importantes, como o major-general Jan Sejna. Nos Estados Unidos leve acesso aos arquivos do departamento de Finanças, das Alfândegas c do departamento de Estado. Leu milhares de páginas de testemunhos prestados a comissões do Congresso c conversou longamente com agentes que desertaram dos serviços secretos soviéticos e se refugiaram no Ocidente.

No final dos anos 40, durante a primeira fase da guerra civil na China, Mao Tse-Tung e os seus camaradas decidiram que o tráfico de estupefacientes devia fazer parte da sua estratégia de destruição da burguesia. Num primeiro tempo, concentraram os seus objectivos nos Estados Unidos e no Japão. No final de 1950, Mao interveio na guerra da

Coreia. Chineses e norte-coreanos alimentaram as tropas americanas com ópio e heroína. Tais operações foram descritas com grande pormenor pelos agentes secretos do Tesouro americano e pelos serviços de informação militar. Pouco mais tarde, os trânsfugas chineses vieram confirmá-las.

Em Março de 1971, o jornal China News, quotidiano vespertino de Taipé em língua inglesa, referia que o consumo de narcóticos entre os jovens dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Europa em geral aumentava de maneira arrepiante. Com efeito, «a China vermelha exportou no último ano mais de 800 milhões de dólares» de droga. «As plantações de campos de dormideira aumentaram, em especial na província de Yunnan». Naturalmente, Pequim interditou a utilização e o consumo de droga ao povo chinês. Para os contraventores, uma só punição: a pena de morte. Não é, pois, por acaso, que a droga se espalha de maneira alucinante entre o exército americano do Vietname. O uso de estupefacientes diversos tornou-se tão grande nas fileiras do exército que, no último ano, num período de 79 dias, 75 soldados americanos morreram em consequência de injecções repetidas de heroína«. E China News conclui disso: «Se o consumo de estupefacientes não puder ser detido, em menos de 10 anos a civilização ocidental estará em perigo de morte».

«Neste domínio, não temos qualquer prova de um conluio entre os chineses e os soviéticos», escreve Brian Crozier. No entanto, é certo que os soviéticos, com a ajuda dos norte-coreanos e dos checoslovacos, levaram a cabo um inquérito minucioso sobre o tráfico e o equipamento das forças dos Estados Unidos na Coreia. Em especial, procederam à autópsia de cadáveres de soldados americanos para determinarem o efeito das drogas na capacidade de combate. O general Jan Sejna, antigo secretário do conselho de defesa do Partido comunista checoslovaco, estava presente em Moscovo num briefing que durou o dia todo. O resultado dos exames revelou-se inesperado e espantoso: 22% dos soldados tinham morrido de enfarte ou haviam sofrido complicações cardíacas.

Os médicos soviéticos não o desmentiram. Consumo excessivo de drogas, única explicação compatível com os factos. Um número surpreendente ressaltava também do inquérito: quase 60% dos Gi utilizavam estupefacientes fornecidos pelos chineses.

Tais descobertas impressionaram os soviéticos, que iniciaram prontamente um estudo sobre a utilização da droga como arma estratégica a usar contra as sociedades ocidentais. Projecto vasto, no qual a partir de 1956 participaram militares soviéticos, checoslovacos e norte-coreanos, com a aprovação do Conselho de Defesa soviético. Além dos serviços militares de espionagem e do KGB, foi feito um apelo a altos funcionários do ministério soviético da Saúde e a membros da Academia de Ciências.

O campo de acção era considerável: saúde, ensino, economia, produção de trabalho, serviços secretos, segurança interior e defesa. A conclusão a que se chegou foi que os países mais vulneráveis eram, por ordem, os Estados Unidos, a França, a Alemanha Ocidental e o Canadá. Foi redigido um volumoso relatório, ao qual o general Sejna teve acesso.

Durante 4 anos foram estudados meios, métodos e técnicas. A União Soviética começou então a disseminação de drogas a partir de 1960. Dois anos mais tarde Kruchtchev convocou secretamente para moscovo altos dignitários dos Estados membros do Pacto de Varsóvia. O general Sejna

assistiu a essa reunião. Kruchtchev esboçou um programa estratégico em que cada um dos serviços secretos dos países satélites, sob controle e direcção do KGB, teria um papel a desempenhar.

Chegou o momento, disse, de explorar sistematicamente as drogas para se conseguir paralisar o mundo capitalista. Há que andar em frente, tão rapidamente quanto possível. E fez um rápido inventário das vantagens previsíveis:

-- O tráfico fará entrar divisas estrangeiras, que servirão para financiar operações clandestinas.

-- Serão atingidas a saúde e a moral das forças americanas. Mais geralmente, será enfraquecido o «factor humano« das defesas ocidentais.

-- As escolas dos Estados Unidos serão um alvo prioritário, pois são o berço dos futuros dirigentes da burguesia.

-- Segundo alvo essencial: a filosofia puritana e tradicional do trabalho (the work ethic). Objectivo: minar e, se possível, destruir o gosto e o orgulho do trabalho bem feito.

-- Outra vantagem importante que a utilização excessiva de estupefacientes provocará: perda de influência das Igrejas e da religião na América.

-- Numa fase mais avançada, uma sociedade entregue à droga estará madura para o caos e para a desintegração.

A partir desse momento, os soviéticos vão pôr os piões a girar. O primeiro será a famosa organização cubano-checoslovaca. Com efeito, o regime de Fidel Castro saltou para o primeiro plano sem suspeitar, pelo menos inicialmente, que a empresa era completamente controlada pelos soviéticos. Nessa época, com efeito, Castro tinha afivelado um anti-sovietismo de circunstancia no seio da «nova esquerda« internacional. O seu adjunto, Che Guevara, é o herói dessa clientela.

Durante 1960, Raul Castro, irmão de Fidel, dirige-se a Praga com um pedido de ajuda militar. Os checoslovacos receberam dos soviéticos instruções para fornecerem aos cubanos a assistência que estes reclamavam.

Por outro lado, os seus serviços de espionagem, STB, irão ajudar a formar profissionais da informação. É assinado um acordo em Praga na presença, uma vez mais, do general Sejna, então secretário do conselho de defesa do partido. O acordo prevê uma contrapartida considerável por parte de Havana. Fidel Castro irá acolher importantes efectivos dos serviços especiais checoslovacos.

Sejna revelou em 1968 que 50% dos oficiais «checoslovacos« enviados a Cuba eram na realidade soviéticos do KGB encarregados de enquadrar a penetração cubana nas redes de droga latino-americanas para fazer apodrecer a juventude norte-americana, realizar dinheiro e, com os lucros, pagar as compras de transferências ilegais de tecnologia e

camuflar o preço dos prodigiosos fornecimentos de armas às guerrilhas.

Já em 1964, falando apenas dos serviços de Praga, pagavam dessa maneira 50% das suas operações de espionagem, 22% das quais no ramo tecnológico. Em 1966, 70% dos seus 22 milhões de dólares de encargos foram assim camuflados e 8 milhões colocados «em reserva». Cuba garantia a Moscovo a infiltração em 90% das redes de droga latino-americanas e a sua utilização em operações no continente.

No sudeste asiático, o Vietname do Norte, graças ao financiamento da URSS, tornou-se desde 1963 o principal produtor de droga do campo comunista. Através da Tailândia controlava as redes que encaminhavam os produtos para o Vietname do Sul e que tinham como alvo o exército americano.

Uma vez formados os novos quadros cubanos, é-lhes confiada uma missão: infiltrarem-se nos Estados Unidos e em toda a América latina, produzir drogas e distribuí-las em território americano. Algumas redes estão já a actuar: passam pelo Canadá e pelo México. Voltaremos mais tarde a este assunto. Tratava-se sobretudo de acumular factos sobre a corrupção de polícias e funcionários das alfândegas de maneira a poder submetê-los a chantagem e, assim, chegar ao controle quase absoluto do comércio da droga.

Em 1963, Kruchtchev envia o general Nikolai Savinkine, na época director-adjunto do departamento dos órgãos administrativos do comité central, em missão a todos os países satélites, Cuba compreendida. O seu propósito: coordenar e acelerar a «operação droga«. 5 anos mais tarde, Savinkine era promovido à direcção do seu departamento, função que ainda ocupava em 1987.

Eram os seguintes os pontos essenciais do plano:

-- Selecção dos bancos destinados a branquear fundos.

-- Procura e desenvolvimento de novas drogas que, por razões de segurança, ficam a cargo dos serviços médicos militares.

-- Criação de secções especiais nos países satélites supervisionadas, como sempre, pelos soviéticos.

é igualmente fixado o eixo da propaganda. As devastações provocadas pela droga serão atribuídas à corrupção e à natureza própria das sociedades capitalistas. depois da cisão sino-soviética, brejnev exige que os serviços de propaganda dêem o máximo de publicidade à disseminação de droga feita por chineses.

Em 1965, o primeiro-ministro Chu En-Lai faz uma visita oficial ao Cairo. Diante do coronel Nasser, elogia os sucessos rotundos da China Popular no fornecimento de ópio e heroína às forças armadas americanas (1).

(1) Conversações recolhidas pelo confidente de Nasser, o jornalista mohamed Heikal, apresentadas no seu livro Nasser: the Cairo documents, 1971.

Em contrapartida, as proezas do bloco soviético neste domínio, sobretudo da URSS, atraíram pouca atenção e geralmente suscitam incredulidade. Por outro lado, os serviços ocidentais de informação acolheram as revelações de Sejna depois da sua ida para os Estados Unidos com uma forte dose de cepticismo.

Cepticismo que, entretanto, é inaceitável à luz das revelações feitas pelo trânsfuga búlgaro Stefan Sverdlev, coronel da KDS, equivalente do KGB.

Sverdlev atravessou a nado o rio Bistrita, entre a Bulgária e a Grécia, com a mulher, uma filha e um bebé de cinco meses. Numa pasta que conseguiu manter fora da água, trazia cerca de 500 documentos secretos da KDS. Esses documentos estão na Grécia.

Um jornalista de Reader's Digest, Nathan M. Adams (2), descobriu-o em Munique, onde vive no medo permanente de uma vingança, já manifesta em Londres e Paris com os famosos guarda-chuvas envenenados.

(2) Nathan M. Adams, drug for guns: the bulgarian connection, estados unidos, nov. 1983.

O seu testemunho confirma e reforça o de Sejna. «O mais impressionante -- escreve Brian Crozier -- é que Sverdlev ignorava o que tinha dito o seu confrade checoslovaco, porque, segundo o meu conhecimento, esse aspecto das revelações de Sejna manteve-se inédito até ao momento«.

Durante 8 anos, Sverdlev trabalhou para os serviços secretos gregos. O governo de Andreas Papandreou, em atenção ao bloco de Leste (que corteja apesar da sua adesão à OTAN), expulsou-o. Mas Atenas conserva todos os documentos que Sverdlev lhe levou em 1971. Um deles, em particular, ficou-lhe na memória: a directiva M.120/00-0050 do KDS, emanada de uma reunião em 1967 dos chefes dos serviços secretos do Pacto de Varsóvia. Como em 1962, tal reunião teve lugar em Moscovo e a ordem do dia era consagrada à exploração da «corrupção inerente« à sociedade ocidental.

Em 1967, a Bulgária entra directamente em cena. Ao encontro de Moscovo segue-se logo outro, mais especializado, em Sofia. Sverdlev assiste. Trata-se de constituir um cartel búlgaro com um programa estabelecido para 3 anos, pelo menos na primeira fase. A directiva citada por Sverdlev dá sobre isso precisões muito concretas. Tem a data de 16 de Julho de 1970.

A acção prevista é confiada à Kintex, organismo import-export do Estado búlgaro, cujos 500 funcionários dependem da 1.a divisão do KDS (rebaptizado depois como DS), o KGB búlgaro. O KDS -- criado com todas as peças do NKVD (antepassado do KGB) depois da libertação da Bulgária pelo Exército Vermelho -- é, entre todos os serviços clandestinos do Bloco, o mais estreitamente vigiado por Moscovo.

Em 1967, um tráfico de estupefacientes -- ilícito mas tolerado -- já passava em território búlgaro. Tratava-se de o oficializar, de proceder de modo a servir os objectivos «leninistas« da estratégia soviética da droga, de ajudar os agrupamentos terroristas da extrema-esquerda

revolucionária e de melhorar as finanças do Estado búlgaro.

O coronel-general Gregor Chopov, ministro-adjunto do Interior e chefe do KDS, era quem controlava a Kintex. Nomeou um tal D. Baranov como agente de ligação com os traficantes. Um dos clientes preferidos de Baranov era o falecido Louis Denis, uma das personagens mais marcantes da French Connection, que um filme celebrizou.

O director-geral da Kintex, Radoslav Todorov, era membro suplente do comité central do P.C. búlgaro. Sob o seu controle, um oficial superior do KDS, Terziev, que dirige as operações de contrabando da Kintex. Depois do desmembramento da French Connection, Terziev criou nova «clientela« composta de uma vintena de gangsters, quase todos turcos, autorizados a permanecerem na Bulgária. Entre eles, Mustafa Kisacik e, sobretudo, Abuzer Ugurlu e Bechir Celenk, denunciados pelo terrorista Mehmed Ali Agça, o assassino «falhado« do Papa João Paulo II.

Outra sociedade, a Somat, viria a ser também implicada no tráfico de droga. Especializada em transportes, essa empresa nacional dos transportes búlgaros foi citada longamente em várias obras como Heroin Trial e em La Terreur et le Trafic d'Armes. No número 10 da rua Graftgniatev, em Sofia, sede do ministério do Comércio externo, estão inscritas empresas como a Somat, a Kintex e a SA Danubex, cujo presidente em França é Robert mitterrand, irmão de françois!

As principais receitas em divisas fortes da Bulgária provem em larga medida do branqueamento de dinheiro da droga do Triângulo de Ouro e do Afeganistão. Os benefícios da venda de heroína são centralizados em joalheiros de Istambul, depois dissimulados em automóveis ou autocarros que passam a fronteira entre a Turquia e a Bulgária. Em Sofia, os oficiais búlgaros pagam aos transportadores entre 1 e 3 dólares por cada milhar de dólares entregue.

De seguida, o dinheiro é expedido para Zurique: passadores, muitas das vezes sírios, embarcam em voos da Swissair ou da companhia nacional Balkan Air. Evitam as formalidades aduaneiras e são conduzidos por responsáveis até ao avião. Chegados a Zurique, os passadores entregam o dinheiro a um ou vários intermediários e, depois de cambiado em francos suíços, é utilizado na compra de ouro. 24 horas mais tarde, esse ouro está pronto para ser carregado no aeroporto de Zurique Kloten em voos Balkan Air com destino a Sofia. Cada voo transporta em média 30 ou 40 quilos de ouro. Homens da Kintex aguardam na pista junto do aparelho a carga de ouro. Este é colocado em compartimentos secretos de camiões que voltam a partir para a Turquia. Segundo os investigadores suíços, no ano passado teriam passado da Bulgária para a Turquia mais de 80 toneladas de ouro.

Julho de 1971: um passageiro do navio soviético Alexandr Poutchkine, Bako, cidadão argelino residente em Paris e membro do P.C. francês, foi preso em Montreal. Na viatura de Bako, um Fiat negro, a polícia canadiana encontrou 186 quilos de heroína. Mas da Algéria haveria de vir outra surpresa de envergadura: cartas de recomendação endereçadas a quadros do P.C. canadiano, mensagens codificadas para diplomatas soviéticos e para o consulado cubano em Montreal, uma lista de revendedores-traficantes e uma agenda com cerca de 2.000 endereços de drogados (professores, dirigentes de movimentos estudantis, artistas, altos funcionários, etc.).

Informado pela Polícia Montada, o FBI americano descobriu que o argelino era um correio do Grupo 5. Sub-secção do KGB, o Grupo 5 tinha como missão enfraquecer por meio da droga a resistência moral das elites ocidentais. Mantinha estreitas relações com o «departamento 5« do estado-maior do P.C. cubano.

Depois dessa prisão, o Dr. Weissbach evocou em National Zeitung algumas recordações reveladoras do combate subterrâneo levado a cabo pelo comunismo mundial: «Ouvi falar pela primeira vez do "Grupo 5" há 1 ano, durante uma estadia em Cuba. Era dirigido por um ministro com o nome de René Rodríguez-Cruz. Velho comunista, foi encarregado por Moscovo de se encontrar com Castro quando a sua vitória já não oferecia dúvidas e de o convencer a "comunizar" o que não passava de uma revolução "liberal". Se o emprego de estupefacientes é severamente proibido e perseguido em Cuba, isso não impede que a ilha seja desde 1962 uma das plataformas da heroína e do ópio. "Se desejamos defender-nos vitoriosamente da América, devemos dar atenção à moral, ao ideal e à saúde da juventude americana, e a droga é um maravilhoso instrumento para lá chegar", declarou Rodríguez-Cruz num relatório ao comité central do partido comunista cubano».

O Dr. Weissbach avistou-se também com o filho do ministro cubano dos Negócios Estrangeiros, Paulo Roas, que o apresentou a um tal Ramón Guitierrez, que durante 4 anos foi estudar na Freie Universitat de Berlim oeste. Fez aí um excelente trabalho para a causa ao instituir-se como um dos mais activos fornecedores de droga entre a juventude alemã das Faculdades. Distribuía o veneno gratuitamente aos estudantes sem dinheiro, transformando-os assim num rebanho dócil encarregado de difundir ideias subversivas.

Em Setembro de 1976, um ano depois do Laos ter sido sacudido sob o controle dos soviéticos, era assinado em Ventiane, por Moscovo, um acordo de 32 milhões de dólares destinados a «projectos agrícolas especiais e construção de uma empresa farmacêutica». Em 1976, o Laos produzia 125 toneladas de ópio bruto e, em 1982, elevou a produção a 600 toneladas, transformadas em 70 toneladas de heroína, 30% das quais destinados ao sudeste asiático e 70% à URSS, que se encarregava do seu transporte para a Europa, em parte graças às redes turcas e búlgaras.

outro caso assaz espantoso. Em 7 de Maio de 1970, Manuel Suárez, antigo chefe da polícia federal mexicana, foi preso em San Antonio, Texas. Era acusado de tentar passar para os Estados Unidos 40 quilos de heroína. A sua amante, Yolanda Yanez, antiga hospedeira de uma companhia aérea mexicana, foi também detida.

Na primeira noite que passou na prisão, Suárez tentou suicidar-se com uma faca. O ferimento não era mortal. Depois de socorrido no hospital, decidiu falar. As suas revelações foram tão impressionantes, que os agentes americanos nem queriam acreditar. Vieram a ser confirmadas por documentos descobertos numa busca feita à sua casa do México.

Suárez adquiria heroína, e por vezes cocaína, em Berlim oriental. Recrutado por um misterioso polaco chamado Widawski que entrava livremente na RdA, efectuou a sua primeira viagem de contrabandista em berlim, em fevereiro de 1968.

Suárez e Widawski encontravam-se geralmente na Bélgica, em Bruxelas ou em Anvers. De lá seguiam para Berlim ocidental, depois para Berlim oriental. Chegaram algumas vezes a ir à capital da RDA em voo directo. Em 27 meses, Suárez visitou por seis vezes os contactos de Widawski. Pormenor importante: além de nunca lhe ter sido reclamado o visto, o seu passaporte não era carimbado. Tais «negligências« não podem explicar-se senão pela existência de cumplicidades ao mais alto nível.

Encarcerado depois do julgamento na prisão de Lanuta, perto de Fort North, Suárez renovou a sua tentativa de suicídio. Desta vez, com êxito (1).

(1) relatado por david martin, ex-membro do comité judiciário do senado de brian crozier.

Esta história extraordinária veio a ser confirmada cerca de 20 anos depois com a queda de Erich Honecker, número um leste-alemão. Em Dezembro de 1989, o diário oeste-alemão Bild Zeitung, apoiando-se em dados fornecidos pelos serviços de informação ocidentais, revelava que Erich Honecker e os seus homens de confiança se tinham entregue a um enorme tráfico de cocaína. A droga, proveniente da América latina, era encaminhada para o porto de Rostock. Daí, era transportada em limousines oficiais até Berlim leste antes de ser introduzida e vendida em Berlim oeste.

O quotidiano Bild Zeitung afirma igualmente que o gang de Erich Honecker se dedicava também ao tráfico de armas e que introduzira fraudulentamente no oeste vários biliões de marcos. O gabinete nacional de segurança do Estado (a STASI, polícia política) teria queimado no decurso dos últimos acontecimentos mais de 100.000 dossiers explosivos e comprometedores. Nesse tráfico estariam implicados Schalck-Golodkowski, antigo secretário de Estado do comércio externo. Através dos bons ofícios da Imes, empresa estatal especializada em importação e exportação, fornecia armas a certos países africanos, próximo-orientais e sul-americanos. E também de Erich Mielke, responsável da STASI, Horst Sindermann, presidente da Câmara do povo, Willi Stoph, primeiro-ministro e Harry Tisch, responsável do FDGB, o sindicato único...

Tudo isso continua, inexoravelmente. Em 2 de Junho de 1986 a polícia holandesa apreendeu no porto de Roterdão a bordo de um navio cerca de 200 quilos de heroína. Não foi imediatamente revelada a origem da carga, cujo valor ascendia a 20 milhões de dólares, mas em 18 de Agosto a polícia acabou por admitir que a droga viera do Afeganistão. O navio, de 4.600 toneladas, era soviético e chamava-se Kapitan Tomson. A heroína tinha sido embalada em fardos com a etiqueta «uvas secas».

O carregamento foi efectuado em Riga, Letónia. Segundo a polícia, a droga foi transportada por terra desde o Afeganistão até Riga. Atravessou, pois, a fronteira sovieto-afegã (particularmente estanque, pois os veículos procedentes do Afeganistão são severamente controlados pelas alfândegas soviéticas) e, de seguida, o território soviético.

Como sempre depois da captura, permitiu-se que o navio retomasse a viagem. Nenhum protesto foi emitido junto das autoridades soviéticas.

Citando a polícia de Roterdão, o ministério holandês da Justiça alegou que o comandante poderia ignorar que transportava droga. Então é assim? Complacência da polícia?...

Em 23 de Novembro de 1989, foram apreendidas em Amesterdão 6 toneladas de haxixe, cujo valor de custo se elevava a 20 milhões de florins (62 milhões de francos, aproximadamente). Foram detidos seis indivíduos, um belga e cinco holandeses. O mais interessante é que a droga chegou a Roterdão a bordo de um cargueiro soviético proveniente de Chipre. Vinha dissimulada num contentor que indicava conter calças de ganga destinadas a uma empresa fictícia de Amesterdão.

Nesta sinistra conspiração, a URSS ficou sempre impune. A despeito das suas actividades monstruosas, sempre reinou o silêncio à sua volta, mesmo no tempo em que Ronald Reagan a estigmatizava como «o império do mal». As cimeiras, a hipótese de acordos sobre controle dos armamentos, mesmo quando manifestamente ilusórios, parecem mais importantes que a verdade sobre o flagelo da droga e a sua exploração com fins estratégicos!

Mas toda a medalha tem um reverso. Em 1986, as autoridades soviéticas acabaram por reconhecer que o tráfico de droga florescia na URSS. A dormideira cultiva-se em grande escala na Ásia soviética, e em Moscovo a heroína começou a provocar devastações.

Com o tamanho de #/5 da França, a república muçulmana do Uzbekistan, a meia distancia entre o Afeganistão e a China, parece ter estupefacientes na forma de recursos naturais. No vale de Tchouiskaya, o cânhamo indiano cresce no estado selvagem. Lavra-se o vale, lança-se fogo ao cânhamo, helicópteros bombardeiam a zona com produtos químicos... Mas os campos de Tchouiskaya são imensos e, na estação seguinte, a erva maldita volta a proliferar.

A URSS possui ainda outras regiões férteis. Na Ásia Central, o Kazakhistan, a Turkménia, o Tadjikistan; no lado europeu, a Georgia e o sul da Rússia, de Krasnodar a Stavropol, antigo feudo de Gorbatchev. Os traficantes podem até servir-se nas planícies onde os kolkhozes e os sovkhoses cultivam o ópio e a marijuana para as necessidades da medicina. Outra vez o efeito boomerang!

A URSS conta com mais de 120.000 toxicómanos, e as plantações ilegais de cânhamo e de dormideira cobrem uma superfície de 200.000 hectares. A título de comparação, calcula-se em cerca de 800.000 hectares as plantações de coca na América do Sul.

Em Janeiro de 1982, o procurador federal de Miami, Wampler, anunciou numa conferência de imprensa que, pela primeira vez na história, as autoridades federais iriam provar num tribunal de justiça federal as ligações directas entre a DGI -- o serviço de informações cubano -- e a droga nos Estados Unidos (1).

(1) A Dirección General de Inteligencia (DGI), equivalente da CIA no plano numérico ao famoso Departamento da América dirigido pelo célebre Manuel Pisaro-Losada, encarregado da subversão e da penetração de droga nas três Américas, do Norte, Central e do Sul.

No dia seguinte, absolutamente nada no Washington Post, nada no New York Times, nada nas três grandes cadeias de televisão, nada no Time, nada no Newsweek. Curioso!...

No mês seguinte, Thomas Enders, embaixador dos Estados Unidos em Madrid, subsecretário para a América Latina, na posse de um espesso dossier com nomes, datas, locais, pormenores sobre a organização do tráfico e a importância que adquiriu, testemunhou perante uma comissão do Senado. Na imprensa... nada!

Em 11 de Novembro de 1982, o grande júri americano de Miami vai ainda mais longe e acusa directamente o chefe do estado-maior da marinha de guerra castrista, o vice-almirante Aldo Santamaría Guadrado, membro do comité central e amigo pessoal de longa data de Castro, ao mesmo tempo que designa como responsáveis da situação o ministro da Marinha mercante e dos Desportos de Cuba, vários oficiais superiores de Havana, o ex-embaixador na Colômbia, Fernando Ravelo-Renedo, hoje alto funcionário dos Negócios Estrangeiros (1), René Rodríguez-Cruz, um dos directores dos serviços da DGI, presidente do famoso Instituto Cubano para la Amistad de los Pueblos, assim como outro funcionário do partido comunista, ex-ministro, conselheiro na Embaixada na Colômbia, Gonzalo Bassols Suárez.

(1) O acusado Amado Padron jurou, perante o Departamento de Estado, que o seu antigo chefe Ravelo teve contactos com os homens de Escobar, um dos boss do Cartel de Medellín.

De seguida, processo em Miami, em Fevereiro de 1983, no tribunal de justiça federal, com os indivíduos da DGI, que começaram a «cantar» e vão depor. Na imprensa, praticamente nada, como sempre! Se, em contrapartida, fossem Pinochet, Marcos ou Tchun da Coreia do Sul a envolverem-se nesses negócios da droga, temos a certeza que haveria, não apenas no dia seguinte mas durante meses, enormes parangonas nos jornais.

Porquê? Manipulação da imprensa pelo poder e por certos lobbies?... É óbvio.

Na repartição do serviço de alfândegas da base aérea a sudoeste de Miami, o imponente quadro que resume as operações dos últimos 18 meses está pejado de referências Cuba Adiz. Uma das últimas entradas: «13 de Julho de 1989. Cuba. 350 kg. Coca. Navio Mohican Too. Apreendida«. Cuba Adiz é, para a brigada de estupefacientes, o código da zona de identificação da defesa aérea que se estende uns 20 quilómetros ao largo das costas cubanas. Os americanos não receberam das autoridades cubanas autorização para penetrarem nessa zona que, na verdade, é o local das transferências de droga do sul para a Flórida.

Nos dossiers da justiça americana há muitos factos inquietantes. Logo à partida, o incidente naval que teve lugar em finais de 1982 no estreito da Flórida. Proveniente da Colômbia e transportando um importante carregamento de cocaína, é localizado por hidroaviões do serviço de vigilância das alfândegas o iate María Bonita, com pavilhão mexicano. É dada ordem aos aparelhos para pousarem junto do navio e o inspeccionarem.

Tendo sido advertido do perigo, o María Bonita muda de rota e dirige-se para as costas cubanas. Os aviões seguem-no, mas, subitamente, surgem

duas vedetas rápidas da marinha cubana, embarcações de fabrico soviético, que asseguram a protecção do iate dos traficantes. Assim, o María Bonita foi escoltado até à baía de Mariel, uma das principais bases navais castristas. As autoridades da Flórida referiram que este tipo de incidentes se tem multiplicado.

«Todas as vezes que estamos prestes a apreender uma carga, os traficantes encontram refúgio no interior das águas territoriais cubanas. Em Junho e Julho de 1982, onze barcos da Bolívia fretados na Colômbia e carregados de cocaína conseguiram escapar ao controle da nossa guarda costeira e dos nossos aviões, colocando-se sob a protecção de navios de guerra castristas. Outros seis navios que transportavam marijuana do México foram também beneficiados com esta estranha cumplicidade das autoridades cubanas. A zona entre Cuba e a Flórida é patrulhada ininterruptamente por vedetas cubanas, como se a sua missão principal consistisse em proteger o tráfico.

«A mesma assistência singular parece ser concedida por Cuba aos aviões da Cocaína Connection que transportam a droga da Bolívia e da Colômbia para o sul dos Estados Unidos e que aterram em terrenos clandestinos.

«Recentemente, como explica a polícia americana, estendemos uma armadilha à volta desses terrenos, mas os traficantes, dispondo de informadores nos Estados Unidos, foram advertidos a tempo. O aparelho, em lugar de pousar perto de Miami como tinha sido previsto, deu meia volta e foi aterrar no aeroporto cubano Ignacio Agramonte, na província de Camagüey».

Segundo a CIA, vários contactos secretos passaram entre Cuba, os «reis da cocaína« sul-americanos e os movimentos revolucionários colombianos e peruanos. Os intermediários de certos generais bolivianos, patrões do tráfico de droga no seu país, encontraram-se em Havana com esse fim. Ter-se-ão desenrolado também negociações entre oficiais cubanos e responsáveis do M.19, o principal grupo de guerrilheiros da Colômbia.

à questão posta aos serviços da CIA: «Porque se deixa Castro envolver nesta gigantesca organização sul-americana da droga?« responde-se: «Para começar, porque os cubanos arrecadam somas consideráveis em razão dos seus bons ofícios: mais de 300 milhões de dólares por ano, com o que conseguem equilibrar em parte a sua balança de pagamentos. Depois, porque Castro vê na droga uma arma contra os Estados Unidos. Do mesmo modo que já infiltrou entre os refugiados cubanos grupos de criminosos de direito comum e terroristas encarregados de semear conflitos e provocar revoltas, calcula que a droga pode acabar por enfraquecer e decompor a sociedade americana.

«Mas os castristas têm uma terceira razão para estabelecerem essa espécie de aliança com a Mafia sul-americana da droga: é que os barcos peruanos e colombianos que trazem cocaína ou heroína para a Flórida regressam outra vez ao sul com um carregamento de armas para os terroristas depois de uma escala em Cuba. A rota da droga para destruir o Ocidente é também a dos armamentos que provocam levantamentos contra os regimes conservadores latino-americanos.

«Os guerrilheiros e os traficantes de droga associaram-se na Colômbia. A entreajuda pratica-se em todos os planos. Gangsters ajudam os chefes

terroristas presos a evadirem-se da prisão. Um dos chefes do M.19, Jaime Guillot Lara, que para o efeito se encontrou em Manágua em 1981 com Raul Castro, irmão do chefe dos «Barbudos», está encarregado de encobrir não apenas o cartel das drogas mas também as remessas de armas para as revoluções em preparação na América latina».

Depois de numerosas idas e vindas, as autoridades de Bogotá foram alertadas a certa altura e apreenderam três navios carregados de armas destinadas aos grupos terroristas do M.19. Seguiu-se a ruptura diplomática entre Bogotá e Havana.

Em 25 de Fevereiro de 1983, o grande júri de Miami condenou a penas de prisão vários contrabandistas, a maior parte dos quais colombianos. O chefe do bando foi condenado à revelia. Com efeito, Guillot Lara, prudente, tinha tomado a tempo um avião para Cuba, onde visitou Raul, irmão de Fidel. Raul entregou-lhe 500.000 dólares e os meios de entrar discretamente no México. Lá chegado, o adido militar cubano forneceu-lhe papéis falsos e 700.000 dólares destinados à compra de armas. Tendo-se verificado algumas evasões, o governo mexicano prendeu Guillot Lara, mas recusou extraditá-lo para os Estados Unidos, que o reclamavam. Não teve dificuldade em obter a liberdade e, logo depois, gozava dias felizes na Europa (1).

(1) Jaime Guillot Lara tinha então menos de 35 anos de idade, era multimilionário e grande proprietário: possuía 2.000 casas de campo ou villas em Barranquilla e uma bela vivenda em Miami. Muito recentemente, correu o rumor de que tinha sido morto.

Segundo certas informações de fonte segura provenientes de Miami que Brian Crozier obteve em Abril de 1985, continua a aumentar a participação do regime castrista no tráfico de droga. Jaime Guillot Lara foi substituído por um compatriota, o ex-deputado Pablo Escobar Gaviría. Perseguido pela justiça da Colômbia e de outros países, Escobar refugiou-se em Cuba há vários anos. O regime garante a sua segurança e, em contrapartida, aproveita os seus talentos de grande manipulador. Segundo relatórios oficiais, o financeiro americano Robert Vesco, igualmente fugido, é o seu adjunto.

Graças a Fidel Castro, Escobar vive na pequena ilha de Piedra transformada em fortaleza, ao largo da costa norte de Cuba. Viaja muito, em especial para a Nicarágua, e desloca-se sempre em aviões cubanos (1). As drogas provem da Colômbia e passam pelo Panamá. São refinadas e embaladas em Cuba. O produto é encaminhado para os Estados Unidos via Canadá, México e Bahamas.

(1) Frederico Vaughan, o conselheiro do ministro do Interior sandinista Tomás Borges, é um velho amigo de Pablo Escobar, a quem aconselhou investir no turismo em Cuba.

É um certo Johnny Crump que está na origem das revelações sobre o pacto entre Cuba e a Colômbia. Apesar do seu nome e sobrenome anglo-saxónicos, Crump é colombiano. Advogado, lançou-se também no contrabando depois de ter conhecido Guillot Lara. Apresentou Guillot a um dos seus amigos, o embaixador cubano em Bogotá, Fernando Ravelo-Renedo. A DEA começou a vigiá-lo e, um dia, prendeu-o. Este tentou fazer «chantagem« e obter a

ajuda do Federal Witness Protection Program.

Por recomendação do embaixador, Guillot apresentou-se em Havana, onde foi apresentado a René Rodríguez-Cruz, presidente do Instituto Cubano para la Amistad de los Pueblos (ICAP). Como todos os organismos do Estado o ICAP é controlado pelo P.C. cubano. Rodríguez-Cruz é amigo pessoal de Fidel Castro.

A visita de Guillot teve lugar em Agosto de 1979. As negociações prolongaram-se meses. Finalmente foi concluído um acordo segundo o qual a frota de navios do colombiano beneficiará dos serviços portuários de Cuba. Os colombianos irão transferir para Havana somas importantes reservadas para os terroristas do M.19, que Fidel Castro financia na Colômbia.

As revelações de Crump foram confirmadas no inicio de Abril de 1983 por um trânsfuga cubano, Mario Estebes González. Segundo ele, mais de 400 agentes secretos da DGI foram introduzidos na vaga dos 125.000 cubanos que se refugiaram na Flórida. Sabia isso bem, pois ele próprio fazia parte desses 400. Deu o nome de 30 compradores de droga com os quais esteve relacionado durante um ano antes de ser preso. Remeteu pessoalmente 7 milhões de dólares de «comissões» ao seu patrão de Havana. Referiu ainda que o homem encarregado de todos os problemas técnicos marítimos respeitantes às escalas dos barcos de traficantes colombianos era o vice-almirante Guadrado.

Em 1988, um trânsfuga cubano de alto gabarito, o major Florentino Azpillaga, declarou ao Washington Times que os traficantes de droga são hóspedes frequentes do governo cubano no Hotel Triton, de Havana. Revelou ainda que uma estação balnear de Cuba, construída em intenção dos narcotraficantes colombianos, acolhe estes desde 1981. Azpillaga acrescentou que o chefe dos serviços de informação lhe confiara que os sindicatos da droga utilizam uma frota de 13 barcos e 21 aviões que operam no território cubano e em águas cubanas com a protecção das forças especiais cubanas -- tropas de elite dirigidas pelo general José Abrantes, ministro do Interior, eliminado depois do processo Ochoa. -- Azpillaga jura que Abrantes era o braço direito de Fidel Castro nas operações clandestinas e deixa entender que as operações ligadas à droga nunca teriam lugar sem o aval de Castro.

Além disso, no decurso do seu processo, Antonio de la Guardia afirmou que em Abril os inquéritos do general Abelardo Colome, chefe da contra-espionagem militar, nomeado recentemente ministro do Interior por Castro, consistiam em verificar se os pagamentos das operações de droga eram convenientemente registados. O que deixa perceber que não somente estava ao corrente, como não tinha ainda decidido lavar a roupa suja do regime.

E também a precisão fornecida por Ruíz que, falando das numerosas gratificações recebidas pelos funcionários cubanos, especificava que «o dinheiro ia directamente para a gaveta de Fidel», e a de Azpillaga, explicando que todos os anos, no aniversário do dirigente de Cuba, os implicados no tráfico de droga e noutras actividades ilegais lhe ofereciam presentes em dinheiro que chegavam por vezes a 4 milhões de dólares.

Os movimentos comunistas turcos não escapam à regra. Em Setembro de 1981, em Mardine, Turquia, cidade próxima da fronteira síria, foi descoberto um gigantesco depósito de armas destinadas a terroristas comunistas em guerra contra o governo turco. O inquérito das autoridades turcas, auxiliadas pela brigada de narcóticos americana, permitiu seguir o rasto do gang. As armas tinham sido entregues por um cargueiro com o pavilhão liberiano, La Marine, pertencente a Bechir Celenk, uma das personagens-chave do atentado contra João Paulo II.

«As armas -- lê-se num inquérito sério sobre o assunto -- foram fornecidas por Kevork Vartanian, arménio de nacionalidade síria, traficante de heroina, que foi pago com heroína saída dos laboratórios da Turquia oriental que fez escoar para o mercado europeu. Foi dessa maneira que entre 1977 e 1980 Celenk importou vários milhões de francos de armas, sempre em intenção dos terroristas turcos».

Antes da utilização de pequenas embarcações para chegar à costa turca, os carregamentos de armas eram encaminhados para a Bulgária ao cuidado da Kintex -- cá voltamos a encontrar-nos! -- empresa que trabalha em estreita ligação com a Danubex, presidida por Robert Mitterrand, irmão de François Mitterrand. A Danubex, especializada em import-export, por sua vez ligada a outras empresas, uma suíça, outra húngara e outra checa, foi fundada por dois búlgaros dependentes do ministério da Defesa do seu pais, e, com as suas filiais, interessa-se pelo tráfico de armas, para o qual possui uma conta no banco soviético instalado na França, o Banque Commerciale d'Europe du Nord. Consultando a Who's Who?, edição francesa de 1988, fica a saber-se que Robert Mitterrand, entre 1949 e 1954, foi director associado da Vibrachoc, a empresa de Roger-Patrice Pelat, implicada, juntamente com um bom número de bancos, no caso Triangle-Péchiney e na lavagem de dinheiro da droga. Estranho, não?...

Ficaremos a saber ainda que Kevork Vartanian, o arménio fornecedor de armas e traficante de heroína, era associado de um tal Ahmed Youssef Welbe, coordenador dos grupos extremistas palestinianos.

No início de 1983 Welbe criou em Paris, rua do Faubourg Saint-Honoré, uma rede de apoio logístico aos seus amigos palestinianos e, por extensão, ao seu comércio de droga, actividades que o levavam a viajar constantemente entre Paris e Bruxelas. Até 17 de Março de 1983, data em que, à passagem por Chipre, foi preso pelas autoridades cipriotas. Welbe preparava-se para expedir 1.200 quilos de haxixe para a Dinamarca.

Outro aspecto. Em 15 de Setembro de 1985, um refugiado político turco, Bedri Colak, foi preso com cinco compatriotas no Belfort, hotel situado na rua do Faubourg Saint-Denis, em Paris. Colak, como os seus camaradas, faziam parte da partizan Yolu (voz dos partidários, literalmente), movimento de extrema-esquerda, correio do TKP-ML (o partido comunista turco marxista-leninista), organização ligada à Acción Directa e ao Sendero Luminoso peruano, possuidor na altura de uma antena muito activa no número 17 da rua de Echiquier, a dois passos do hotel onde Colak e os amigos foram presos.

O TKP-ML, interdito na turquia, tem a sua sede europeia em Berlim oeste, o que o coloca na primeira linha para deitar a mão aos refugiados e contar com uma comunidade turca bastante superior a 300.000 membros. O tráfico de droga atingiu em Berlim tanta importância, que as somas

arrecadadas diariamente pelos traficantes se elevam a mais de 1,5 milhões de marcos.

Se é fácil, chegada a droga a Berlim oeste, expedi-la para o resto da Europa ou para os Estados Unidos, é ainda mais fácil fazê-la cruzar a fronteira entre o leste e o oeste. Apesar dos policias oeste-alemães fornecerem aos polícias da zona leste da cidade pormenores precisos como o nome do traficante, a sua foto, a matricula da viatura, etc., as autoridades alemãs do leste não tomam qualquer medida. Para eles, o Muro não existe! E agora que já não existe mesmo...

Além de palestinianos, libaneses e italianos, a maior parte dos dealers presos pela polícia de Berlim oeste são turcos. Os alemães vêm em último lugar, o que é explicável: em Berlim vivem mais de 300.000 turcos, dos quais um bom terço são imigrantes ilegais. Formam uma comunidade compacta, hermética, com as suas mercearias e escolas, jornais e grupos políticos, meios de negócio e também a Mafia. Esta, a partir de Istambul, organiza há muito tempo o tráfico de heroína iraniana, curda ou afegã destinada à Europa ou aos Estados Unidos. Berlim tornou-se assim docemente a sua praça forte avançada.

Já em 1981 o comissário Ulber revelava: 50.000 viaturas de residentes turcos regressam todos os anos em férias à turquia. Milhares deles vão todas as semanas a Berlim leste de metro. Inúmeras empresas de transportes e mudanças mantêm a circular ininterruptamente uma frota incalculável de camiões entre Berlim e Istambul. Não falando das ligações aéreas e fluviais. Mas isso ainda não é o pior».

Com efeito, porque o fundo do negócio é de ordem política.

«Quando pedimos ao comando das forças aliadas de ocupação que nos autorize a fazer controles antidroga em Check Point Charlie ou no metro -- prossegue o comissário Ulber -- invariavelmente ouço a mesma resposta: "Façam controles em Kurfurstendamm se quiserem, mas não debaixo do nariz dos soviéticos. Não devemos deixá-los crer que reconhecemos de facto a divisão da cidade"».

Assim, os traficantes exploram a fraqueza do estatuto de Berlim. Ninguém ousa tomar medidas que lhes impeçam a entrada em Berlim oeste. A solução era prendê-los antes...

«Assim -- troveja o comissário -- sempre que lhes damos informações precisas sobre uma passagem de droga, o nome do traficante, a sua descrição, a matricula do carro, os policias da Europa do leste não mexem sequer um dedo. Fecham os olhos e recusam-se a responder às nossas cartas» (1).

O que confirma o tráfico que existia ao mais alto nível em Berlim leste de que falámos atrás...

(1) Entrevista reproduzida por le Point de 24.8.1981.

A Guarda-Avançada Indiana (1)

Em 1970, a comunidade indiana de Paris contava...

(1) Não traduzimos literalmente o termo original em francês (tamoule) por nos parecer pouco explícito, e até confuso. Tamoule, tâmul em português, é uma expressão que, segundo o Prof. José Pedro Machado no seu Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, designa uma língua falada no sul da índia. Em nenhum outro dicionário descobrimos qualquer referência que nos permitisse relacionar o tâmul com uma etnia ou um povo. Assim, pareceu-nos mais adequado utilizar uma designação corrente e mais generalizada (N.T.).

4 membros. Em Janeiro de 1982, o ministério do Interior ainda não recenseava mais de 2654 cingaleses. Em 1986, a polícia calcula-os em mais de 25.000. Mais de 40.000 indianos vivem hoje na Alemanha federal, 35.000 na Grã-Bretanha, 5000 nos Países-Baixos e mais de 2500 na Suíça. No Canadá, são mais de 25.000. Com a imigração clandestina e a sua supernatalidade, quantos serão daqui a 20 anos?

Essa imigração indiana para a Europa, estimulada por Moscovo, é encorajada pelos «Tigres« (Liberation Tigers of Tamil Eelam), organização de guerrilheiros comunistas que pretende, com o apoio do Estado indiano de Tamil Nadu, obter a independência do norte de Ceilão. Em 1986, a polícia prendeu Balane Murali Krichna, portador de 300 gramas de heroína. Logo depois, pelo mesmo motivo, mais seis indianos. Resultado: 6 quilos de heroína. Entre eles, são bem conhecidos dois dos mais importantes passadores: Chandrakhumarran e Vellutylul, dirigentes em Paris do Comité de Coordination Tamoul. Durante a busca a um andar de Pierrefitte, em Seine-Saint-Denis, foram descobertos vários quilos de heroína e dezenas de fichas de inscrição do PLOT (People's Liberation Organization), organização revolucionária indiana membro do Comité de Coordination.

Para financiar esses movimentos revolucionários de obediência marxista, uma só solução: a droga. Os circuitos de importação de indianos e heroína são simples. Uns e outra chegam da índia e do Sri-Lanka em voos regulares das companhias leste-alemã Interflug e soviética Aeroflot. Esta, muito simplesmente, propõe idas Colombo-Moscovo, e os indianos, sem qualquer dificuldade administrativa -- que parecem reservadas apenas aos ocidentais -- não têm mais que voar em linha recta até Berlim leste e passar depois o Muro dentro do metro.

Em Fevereiro de 1984 foram presos 8 indianos em Paris. As suas tácticas eram ainda mais simples: postais especiais de boas-festas, desde Bombaim, índia, até Paris, passavam a droga debaixo do nariz dos funcionários do correio. O tráfico elevava-se a vários milhões de francos. Um dos indivíduos presos, Rajatnam, soltou a língua durante o processo: «O dinheiro era todo destinado a financiar o movimento do Tigre, emigrado na índia que combate o regime de Colombo».

Quando em Setembro de 1985 os gendarmes de Essonne empreenderam o desmantelamento das redes de dealers do departamento, apreenderam 20 quilos de heroína pura e inculparam quase 200 pessoas, na maior parte indianos. 90% eram refugiados políticos! Entre eles, o padrinho dessa Tamoul Connection, Khan Salem Tahir, que vivia num pavilhão de Saint-

Mandé.

No fim de 1986, a polícia francesa deitou a mão a um traficante de droga, Jean-Marie Bourrechache. A presa foi suculenta: 6 quilos de cannabis, de heroína, de cocaína, 5 milhões de francos e uma agenda com endereços. A primeira surpresa dos investigadores foi a descoberta de uma rede tailandesa e de outra colombiana. Mario Angel Gómez, colombiano, tinha em sua posse 4 milhões de francos, 1,5 quilos de cocaína pura, armas diversas, passaporte venezuelano falso e bilhete de identidade espanhol. A cocaína, proveniente da Colômbia, chegava à França via Espanha. Mas os polícias não tinham chegado ainda à última descoberta: graças à agenda de Bourrechache, foi posta a nu uma rede do Sri-Lanka que traficava heroína.

A rede do Sri-Lanka estava bem afinada. Um verdadeiro empreendimento, que encaminhava heroína do Irão para a França por intermédio da engrenagem indiana. Um a um, os indianos foram interpelados. Eram pagos como «empregados» e tinham no bolso 5 milhões de francos cada um, e outro 12 milhões. Somas que impressionaram os agentes, que não tardarão a saber mais. A rede era bastante singular: os fundos da organização permitiam alimentar certos movimentos do Sri-Lanka que fomentavam a guerrilha no país.

O Campo dos Santos não é parábola nenhuma. Aparecido em 1973, o romance de Jean Raspail é a história da conquista pacífica da Europa pelos pobres imigrantes indianos, cuja única força é a piedade que inspiram às elites ocidentais. No seu número de 3 de Novembro de 1986, Valeurs Actuelles escrevia:

«A caridade explica a razão de Radio Notre-Dame, a rádio do episcopado, difundir todos os domingos uma emissão em língua tâmul destinada em princípio aos indianos de Pondichery instalados na região parisiense. Franceses e católicos de longa data, são no entanto muito menos piedosos que os indianos católicos do Sri-Lanka, reconhece Sõur Antoinette Forget.

A «missionária de Maria conheceu bem o anterior presidente do Comité de Coordination Tamoul (fundado em Paris em 1981, ligado intimamente ao movimento marxista dos Tigres), encarcerado há 5 meses por tráfico de heroína«.

Dando fé a um pequeno artigo aparecido na revista Rivarol de 8 de Setembro de 1989, não há meias medidas na protecção do tráfico. Vejamos: «Crime ritual? Acerto de contas? Os investigadores canadianos ainda não saíram da surpresa. Em pleno dia, no coração de Montreal, um indiano de 34 anos foi atacado por dez indivíduos de aspecto semelhante entre si, "hindús ou indianos", declararam as testemunhas. E em que condições! O homem foi obrigado a abandonar o carro, que os assaltantes destruíram com pedras e tijolos. Mal saído da viatura, agarraram-no e despedaçaram-lhe o crânio contra o pára-brisas, tão violentamente que a forma da cabeça ficou impressa no vidro estilhaçado. Mas, quando os agressores lhe cortaram os dedos com uma faca, a vítima não estava ainda inconsciente e, assim, conseguiu fugir. Em vão, porque ei-lo de novo agarrado, despido e conscienciosamente... mutilado, começando pelos orgãos genitais. A seguir viria o resto. Começando pelo interior, um grande gesto redentor, que cortou o agonizante desde a virilha até ao pescoço, tão violento que a faca foi encontrada pelos polícias completamente torcida.

«Durante todo esse tempo, a multidão densa continuou a deambular, alguns parando para assistir ao desenrolar da operação. O pequeno bando parecia gozar de tal impunidade, que alguns dos seus membros regressaram às suas casas, na vizinhança.

«Falta referir o motivo de execução tão selvática (...) Como a polícia canadiana continua a interrogar-se, sugerimos-lhe uma pista: há alguns anos, foram expostos em numerosas paredes e montras do X.o arrondissement de Paris pequenos cartazes redigidos em tâmul. No início, os polícias de giro pensaram tratar-se de ofertas de emprego e procuraram obter uma tradução: os cartazes continham o repertório completo de todas as torturas -- incluída uma morte horrível -- a que os refugiados indianos se expunham se tivessem a veleidade de dizer uma palavra a alguém sobre tráficos de droga de que tivessem conhecimento. De igual modo eram intimados ao financiamento da causa sagrada da independência do Tamil Eelam...

Não é só na Colômbia que os traficantes fazem reinar o terror»...

Uma velha lenda índia diz que antes de ter sido queimado na pira dos conquistadores o último Inca profetizara que a folha de coca vingaria o seu povo mártir.

Com os conquistadores brancos envenenados teremos chegado à época da vingança do Inca?

O Império de Medellín e os seus Barões

Os actuais acontecimentos na Colômbia recordam estranhamente um episódio recente da história desse país. A comparação entre a crise de 19831985 e a de 1989 dá a medida da impotência do Estado colombiano contra os que o mantêm como refém: os narcotraficantes.

No Outono de 1983 o novo ministro colombiano da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, ordenou a prisão de todos os sobas da cocaína. Em Abril de 1984 foi assassinado. Emoção fortíssima em Bogotá. O Presidente Betancur declarou uma «guerra sem quartel« aos traficantes e enviou um dos chefes, Carlos Lehder, para Miami.

A ofensiva prosseguiu no ano seguinte. Escobar e Ochoa, que tinham tomado conta dos mercados de Lehder em Medellín, não foram capturados, mas uma dezena de cúmplices mais pequenos foram extraditados. Os padrinhos refugiaram-se no Panamá. Deste porto sempre acolhedor escreveram uma carta ao presidente Betancur solicitando-lhe «considerar a sua reinserção na sociedade colombiana«. Prometiam retirar-se definitivamente do business do pó branco, de repatriar para a Colômbia os seus capitais colocados pelo mundo fora e pagar a dívida externa do país (na altura, 85 biliões de francos). Com uma só condição: o tratado de extradição assinado com os Estados Unidos não devia ser aplicado.

Depois desta proposta intervém um episódio bastante corrente entre adversários encarniçados na Colômbia: a negociação. Nas costas dos americanos. No Panamá, entre os traficantes e o Procurador-Geral Carlos Gimènez Gómez. 2 meses depois, Jorge Luis Ochoa e Pablo Escobar retomam

os seus hábitos em Medellín.

Em Julho de 1985, o comissário divisionário Jacques Franquet, então chefe do Office Central de la Répression du Trafic de Stupéfiants (OCRTIS) confiava a Gilles Mermoz, jornalista do Spectacle du Monde: «É possível que o mecanismo da produção de cocaína na Colômbia seja tomado amanhã pelo Brasil«. É quase um facto. Os quatro dirigentes do Cartel de Medellín, nome da segunda cidade da Colômbia, a 1500 metros de altitude, na Cordilheira dos Andes, transferiram para o Brasil numerosos laboratórios clandestinos. Principalmente para os Estados de S. Paulo e Mato Grosso, onde encontram a acetona necessária para extrair da folha da coca (arbusto cultivado sobretudo na Bolívia e no Peru) o alcalóide que fornece a cocaína.

Em Dezembro de 1984, a polícia federal brasileira descobriu perto da Bolívia um laboratório que produzia 50 quilos de cocaína por dia. Em 1987 deitou a mão a 1400 quilos do mesmo produto. Entre Março de 1985 e Março de 1987 apreendeu 17 aviões utilizados pelos traficantes colombianos do Cartel de Medellín, cujas actividades no Brasil deixavam perceber cumplicidades políticas de alto nível.

Refira-se ainda que o tráfico de droga transformou numerosas favelas do Rio de Janeiro em verdadeiros ghettos intocáveis desde que passaram para as mãos dos caciques da Mafia. S. Paulo, da América latina à Europa, tornou-se um dos principais centros de exportação de estupefacientes. As autoridades são de todo impotentes perante o tráfico e o crime organizado. Os chefes do tráfico de droga passaram a benfeitores e protectores da gente das favelas, não falando da corrupção da polícia local. Um membro do governo local, tendo em conta tal impotência, nunca excluiu a possibilidade de um acordo com os «patrões» dos bairros de lata e da droga: em troca do regresso da paz às favelas, não se farão perseguições.

Depois da prisão no Brasil em 1984 do «czar da cocaína«, Tomaso Bascetta (expulso depois para a Itália, onde um ramo da Mafia, graças às suas confissões, foi desmantelado), foram descobertas e destruídas na Amazónia plantações imensas de epadu (variedade de coca utilizada na fabricação de cocaína). O que não impediu a polícia federal de apreender em 1987 mais de 672 quilos de cocaína e 7 toneladas de maconha (marijuana). Os patrões locais da droga criaram uma associação, a Falange Vermelha, convertida imediatamente no seio das prisões numa poderosa organização de detidos, a ponto de organizar verdadeiros raids de comandos -- nem sempre bem sucedidos, é certo -- para libertar tal ou tal «soba« encarcerado.

Em Fevereiro de 1984 apareceu numa imagem de satélite um ponto vermelho carmesim, que revelou aos especialistas americanos uma concentração humana anormal numa província de Caqueta, ao sul da Colômbia. No mês seguinte, a DEA e as forças colombianas desembarcaram no local. Estupefacção: descobriram um complexo industrial gigantesco, 19 fábricas ligadas por estradas num perímetro de 50 quilómetros. As instalações, ultramodernas, estavam previstas para 950 trabalhadores. Biblioteca, música estereofónica nos quartos... e, sobretudo, uma capacidade de produção anual de 400 toneladas de cocaína.

Os patrões do grupo, como por acaso, tinham levantado voo, misteriosamente prevenidos.

Calcula-se que há hoje 25.000 hectares de coca cultivados na Colômbia e a produção de cocaína, segundo um estudo recente realizado pela Universidade de Saint-Gall, na Suíça, atingirá 200 a 250 toneladas em cada ano, gerando proveitos avaliados entre 4 e 6 biliões de dólares. Mais, os traficantes criaram organizações de massas, onde os seus interesses estão estreitamente ligados aos habitantes da região. É o caso de Morena (Movimiento de Restauracción Nacional), cujo objectivo inconfessável -- mas real -- é reforçar a hegemonia do Cartel entre os agricultores do distrito de Magdalena.

«Uma parte da economia local, talvez 50%, apesar de ser difícil determinar com rigor a percentagem, é controlada pelos traficantes. A partir de 1977 começaram a investir em força no comércio, em lavandarias e empresas de construção; pertencem-lhes todas as boutiques de luxo dos centros comerciais de Oviedo, de Junin la Candelaria, de San Diego, etc., a ponto de fazerem sombra à abastada burguesia local cuja fortuna foi feita desde o princípio do século na indústria têxtil», explica o coronel Antonio Sánchez Vargaz, chefe da Polícia Metropolitana.

Em suma, o Cartel constitui na Colômbia um Estado dentro do Estado. Além dos seus cerca de 200 laboratórios, possui a companhia Pilotos Ejecutivos, equipada com 55 aviões. O seu laboratório Tranquilandia, construído na selva e protegido por guerrilheiros comunistas do M.19, foi destruído em 10 de Março de 1984 pelo coronel Jaime Ramírez que chefiava a brigada colombiana de narcóticos. Compunha-se de 14 pavilhões, instalações de refrigeração, duas pistas de aterragem, e empregava perto de 1000 pessoas. Cerca de 13 toneladas de cocaína foram apreendidas então. O recorde mundial em apreensões.

A reacção não se fez esperar. Em 30 de Abril, Rodrigo Lara Bonilla era abatido ao regressar a casa por dois pistoleiros em moto, nos arredores de Bogotá. O coronel Ramírez segui-lo-ia em 17 de Novembro de 1986, data do seu assassinato.

Uma espécie de gentlemen's agreement liga na Colômbia os grandes proprietários de terras aos movimentos de luta armada que cohabitam nas mesmas regiões. Depois dos narcotraficantes investirem maciçamente na terra, uns e outros prosseguem as suas actividades respectivas graças a uma aliança táctica.

É em Medellín que se irá organizar o famoso Cartel depois de uma reunião em 2 de Dezembro de 1981 organizada pelo clan Ochoa na sua propriedade de Las Margaritas. Estavam presentes mais de 230 traficantes de toda a espécie. O motivo da reunião era o rapto perpetrado pela guerrilha do M.19 de Marta Nieves, filha do patriarca Ochoa e irmã do chefe Jorge Luis. No fim da reunião nasceu o MAS (Muerte a los Secuestradores), organização para a qual cada um contribuiu com dólares e pistoleiros, e que se destinava a libertar Marta dos seus raptores. Depois de algumas expedições punitivas em que dezenas de militantes foram capturados e outros selvaticamente assassinados, deu-se o caso por terminado, e a guerrilha renunciou durante anos a espoliar os traficantes por meio dos raptos. Preferiu-se, de um lado e outro, concluir um pacto de não-agressão nas zonas de actividades comuns, assinado no Panamá por Jaime Bateman.

A aventura narcodólares-M.19 começou em Maio de 1980. Um comando do M..19 recebeu em Havana 1 milhão de dólares do governo colombiano para libertar os 14 embaixadores sequestrados durante dois meses na Embaixada dominicana de Bogotá. Fidel Castro tinha convidado o comando para um treino militar na ilha...

Meses mais tarde o militante Frederico, com o dinheiro do resgate no bolso, comprou um barco em Hamburgo, o Karina. Algures no Mediterrâneo, ao largo das costas líbias, embarcou 1000 espingardas belgas e navegou para Colón, porto situado na entrada do canal do Panamá. Ali chegado, o Karina chocou numa abita de amarração, o que levou a tripulação a descobrir natureza da carga.

Entra então em cena o legendário comandante do M.19, Jaime Bateman, a que se seguem várias operações espectaculares: roubo da espada do «libertador» Simón Bolivar, assalto a um depósito do exército e roubo de 5000 espingardas, ocupação da Embaixada dominicana e, mais tarde, sequestro de reféns no Palácio da Justiça de Bogotá. Depois do contra-ataque do exército, última instância autorizada pelos pedidos de extradição, contavam-se entre as vítimas 11 dos 24 juízes do supremo tribunal. Os guerrilheiros do M.19 aproveitaram para destruir os dossiers relativos aos traficantes. Argumentou-se que esses dossiers não eram importantes, já que tinham sido anteriormente transmitidos às autoridades americanas competentes. Terão sido integralmente transmitidos? Há que duvidar, pois sabe-se até que ponto a administração colombiana está infiltrada.

Bateman tem amigos em toda a parte. Fidel Castro, Kadhafi, Torrijos, chefes sandinistas, parlamentares colombianos, banqueiros panameanos, traficantes e mafiosos de toda a espécie. Entre eles, Jaime Guillot, amigo de infância e marimbero por vocação (traficante de erva). Para Bateman -- não para a revolução -- Guillot pôs ao serviço do M.19 a sua infra-estrutura na costa caraíba: pistas de aterragem e embarcadouros clandestinos, esconderijos e um exército de funcionários corruptos e de estivadores discretos.

Entretanto, um comando do M.19 recuperava na ilha de San Andrés, ao largo da Nicarágua, um dos navios de Guillot, o Tzar, confiscado pelas autoridades colombianas. O Tzar transportava continuamente nas Caraíbas toneladas de marijuana e anfetaminas.

Certos grupos das FARC (Fuerzas Revolucionárias de Colombia), organização comunista que opera nas vastas regiões produtoras de coca, cobram um imposto sobre a produção -- muitas vezes em géneros -- e, segundo numerosas fontes, refinam e exportam. Os «financeiros« do M.19, igualmente, vão recebendo ajudas substanciais de amigos mafiosos. Por outro lado, paradoxalmente, a Mafia financia grupos paramilitares treinados por oficiais do exército que, em 1989, assassinaram mais de 1700 «opositores», geralmente de esquerda. «Sou obrigado a fazê-lo para poder continuar a beneficiar da protecção do exército -- explicou privadamente Escobar. -- Negócios são negócios. Nada tenho contra a guerrilha«.

A ruptura sobreveio há menos de 2 anos. A Mafia da droga, cansada de

pagar el boleto (imposto revolucionário), acusava as FARC de se ter lançado no tráfico de droga. Acusações de cumplicidade ou mesmo de implicações no tráfico de droga foram lançadas regularmente pelas autoridades colombianas contra as organizações de guerrilha. Antonio de la Guardia (conhecido por Tony), o coronel cubano convicto de cumplicidade com o Cartel de Medellín e executado em Julho em Cuba, declarava publicamente na altura do processo: «O único traficante de droga com quem tive contactos foi Ramiro Lucio«. Este, na época porta-voz de Carlos Pizzaro, dirigente do M.19 colombiano, tinha apresentado a sua demissão.

«Sou um companheiro muito próximo de Tony -- explicou Ramiro Lucio. -- Conheci-o no departamento do Comércio Externo, pois exporto pintura para Cuba, principalmente para a empresa Arcolores. Fui lá seis vezes este ano. Deve ter sido por isso que Tony falou de mim».

Aparentemente satisfeito, o comandante Pizzaro, patrão do M.19, que declara em privado que as divisas da droga são «uma necessidade estratégica para Cuba«, recusa a demissão do seu porta-voz.

A Arcolores, chamada Narcolores pela má-língua, tinha sido incendiada semanas antes. «Assunto da Mafia», murmurou-se. Porque -- há que dizê-lo -- as empresas que negoceiam em pintura tornaram-se o melhor bastidor para importação legal de éter e acetona, indispensáveis para a refinação da cocaína. Não era a primeira vez que na mesma fonte se encontravam ligados M.19, traficantes, Cuba e diversos contrabandistas.

Quatro colombianos, hoje com idades entre os 38 e 40 anos, deram ao Cartel a dimensão de uma multinacional da indústria, cuja antena comercial está em Miami. O primeiro desses colombianos -- voltaremos em pormenor ao seu passado quando abordarmos os assuntos colombianos mais recentes -- é o padrinho Pablo Escobar, que passa por benfeitor junto dos antigos habitantes dos bairros de lata de Medellín, realojados por si. A sua fortuna é calculada em mais de 3 biliões de dólares. Segundo a DEA dos Estados Unidos, foi Escobar quem encomendou o assassinato do coronel Ramírez em Novembro de 1986.

O segundo homem, filho de um engenheiro alemão, Carlos Lehder, foi preso em 4 de Fevereiro de 1986 perto de Medellín com 40 guarda-costas e extraditado 5 horas depois para os Estados Unidos. Na tentativa de impedir a extradição, o Cartel ofereceu-se para pagar a divida externa da Colômbia, na época de 14,7 biliões de dólares...

Em Setembro de 1978 Carlos Lehder foi instalar-se nas Bahamas, na ilha Norman's Cay, comprada por si e equipada com uma pista de aterragem de 2 quilómetros. A 1 hora de voo da Flórida, durante 4 anos a ilha serviu como ponto de apoio logístico do Cartel. O procurador Merkle estava convencido que o primeiro-ministro das Bahamas Lynden O. Pindling fora subornado e que tinha recebido 5 milhões de dólares em 3 anos.

Outro padrinho do Cartel de Medellín, Jorge Luis Ochoa, chefe do clan dos Ochoa, possuía no norte da Colômbia um domínio de 300 hectares, a fazenda Veracruz, e uma fortuna pessoal de 3 ou 4 biliões de dólares, que o classifica entre os 20 homens mais ricos do mundo. Em 1984 negociou com os chefes sandinistas da Nicarágua uma garantia de transito no país dos

carregamentos de cocaína destinados aos Estados Unidos. O compromisso foi abandonado em proveito do Panamá. Em 5 de Fevereiro de 1988 o tribunal de Miami inculpava Luis Ochoa e Pablo Escobar, ao mesmo tempo que o general Manuel Antonio Noriega, que teria então recebido 4,6 milhões de dólares do Cartel de Medellín. O que nos leva muito naturalmente a focar a vista sobre o Panamá.

Panamá -- CIA & Cia.

Desde 1982, foi a grande via de comércio do general Noriega. Todos os tráficos de armas destinadas aos terroristas da América central que transitavam de Cuba para a Venezuela passavam por Noriega. Especialmente o tráfico de armas para a guerrilha colombiana, o M.19. Como o M.19 controla parte do tráfico de droga na Colômbia, o general, naturalmente, entrou em contacto com o Cartel de Medellín para branquear nos 120 bancos estrangeiros do Panamá essa massa de narcodólares, embolsando de passagem uma confortável comissão.

É então que começam os falatórios. Um médico, ex-ministro da Saúde de Torrijos, Hugo Spadafora, acusou publicamente o chefe da Guarda nacional, Noriega, de tráfico de droga. Em 15 de Setembro de 1985, o corpo de Spadafora, horrivelmente torturado e decapitado, foi encontrado perto da fronteira da Costa Rica. O crime estava assinado. Outros se seguiriam. Em todos os casos tratava-se de pessoas que tinham denunciado as manobras de Noriega.

Manobras enormes, públicas e notórias, mais a mais porque o senhor «Cara Piña» (cara de ananás, alcunha dada a Noriega devido à pele mosqueada do seu rosto) tinha permitido a Kadhafi, em troca de uma contribuição ilimitada de fundos, utilizar o Panamá como base secreta nas Caraíbas, sem esquecer que com a venda de informações indiferentemente à CIA -- com quem colaborava activamente -- e ao KGB, mantinha relações estreitas e estranhas com a Mossad, o serviço secreto israelita.

Washington estava perfeitamente ao corrente das actividades de Noriega, mas fechou os olhos enquanto este lhe foi útil. George Bush, no segundo mandato de Ronald Reagan, foi nomeado chefe da South Florida Anti-Drug Task Force, embora afirmando depois que «não estava ao corrente de nada». Mais à frente veremos o que pensar disto.

E imaginar que os americanos chegaram ao ponto de felicitar Noriega pelo seu esforço contra a droga!

Em meados de 1988 a Embaixada panameana nos Estados Unidos forneceu um documento assim intitulado: «Panamá: 16 anos de luta contra o tráfico de droga«. No mesmo foram reproduzidas várias cartas assinadas por John C. Lawn, director da DEA, a última das quais, datada de 8 de Maio de 1986 e endereçada ao próprio Noriega, ia redigida nos seguintes termos: «Gostaria de aproveitar a ocasião para reiterar os meus mais profundos agradecimentos pela política vigorosa adoptada por si contra o tráfico de droga«.

Em 1985, por duas vezes, um dos principais actores do Irangate, Oliver North, discutiu com Noriega a possibilidade de treinar forças anti-sandinistas em território panameano. Perante uma comissão dirigida pelo

senador de Massachussetts, John Kerry, Ramón Milián Rodríguez, um dos traficantes do Cartel preso nos Estados Unidos, sustentava em meados de 1988 que Washington estava no centro de um tráfico de armas para a Nicarágua através do Panamá. Bastava utilizar uma estrutura já existente: desde 1978, o general Torrijos, predecessor de Noriega, tinha posto a funcionar canais terrestres e aéreos para alimentar militarmente as tropas sandinistas então em luta contra Anastasio Somoza. Segundo Milián Rodríguez, o conselheiro de segurança do vice-presidente Bush, Donald, Gregg, antigo membro da CIA, graças ao concurso de aviões panameanos e colombianos, teria vendido armas aos Contras. Noriega tirava daí uma vantagem directa: uma vez descarregados, os aparelhos voltavam cheios de cocaína. Bush, como é óbvio, nega categoricamente, tal como Donald Gregg. Vamos ver os dossiers em pormenor. Que cada um tire as suas próprias conclusões.

Em Junho de 1987, Ramón Milián Rodríguez, cubano-americano encarregado de «ventilar« 3 milhões de dólares -- que representavam uma pequena parte dos benefícios do Cartel da cocaína colombiana depositados em bancos americanos e europeus -- depunha em Washington perante uma comissão do Senado. O escândalo rebentava e subia até ao cimo, desta vez, ao conselheiro de Noriega, Josè Blandon, ex-cônsul do Panamá em Nova Iorque. O depoimento durou 5 horas, ultrapassando largamente o tráfico de droga propriamente dito para insistir nas cumplicidades internacionais que permitiam branquear dinheiro, e a Noriega de transferir os seus benefícios principalmente para a França, onde estava a investir em negócios diversos e em propriedades imobiliárias.

Depois da Polar Cat, nome de uma gigantesca operação antidroga, as alfândegas americanas, em colaboração com as suas homólogas europeias e graças ao apoio de vários serviços secretos ocidentais, registaram várias dezenas de apartamentos, navios, automóveis e aviões pertencentes a Noriega e a multiplicação de contas bancárias secretas pelos quatro cantos do mundo. Na França, o general Noriega, por quem François Mitterrand sentia tanta estima que o fez condecorar com a Legião de Honra em 10 de Fevereiro de 1988 pelo general Saulnier, na época chefe do seu estado-maior particular, era proprietário de um andar no número 53 da rua de Grenelle, Paris. Segundo o centro do Imposto Predial de Paris-oeste, a senhora Noriega vivia na avenida Suffren n.o 145, numa suite da Embaixada do Panamá.

Em Monde et Vie de 26 de Fevereiro de 1988, Danièle Martin escrevia que «com o apoio de documentos, Josè Blandon provou que essas transferências de fundos tinham sido efectuadas por intermédio de um alto diplomata francês. Pôs directamente em causa a CIA e o Departamento de Estado que, assegurava, estavam ao corrente desde há anos sobre a ligação de Noriega ao Cartel da droga colombiana. Mencionou os seus cúmplices nos 120 bancos internacionais. Demonstrou as suas relações com o aparelho secreto comunista panameano.

«Para coroar tudo isso, revelou as suas histórias íntimas com dois compatriotas, os irmãos Wittgreen. Ligações que ultrapassam a simples vida privada, pois enquanto um dos irmãos é um diplomata muito conhecido em Paris, o outro, Carlos, é o conselheiro jurídico de duas centenas de firmas e sociedades soviéticas da zona do canal. Foi Carlos quem negociou no ano passado o investimento de Noriega numa filial da Aeroflot«.

Resta sublinhar que o embaixador do Panamá em Paris, Gaspard Wittgreen, possuía dois apartamentos luxuosos em Paris comprados pela misteriosa firma Gaswitt Investment SA. domiciliada no n.o 228 da rua de l'Université.

Em Londres, Luxemburgo, Nova Iorque, Viena, Zurique, o general Noriega tinha dinheiro nas principais praças financeiras do planeta. No total, 300 ou 400 milhões de francos, produto sobretudo do branqueamento de dinheiro da droga.

Em seguida à invasão americana do Panamá e da reeleição do general em 3 de Janeiro de 1990, as alfândegas francesas «descobriam» (deixem-me rir!) a existência de contas abertas em 1985 numa agência parisiense do banco Crédit Industriel et Commercial. «Descoberta tanto mais meritória -- lê-se em Le Canard Enchaîné de 17 de Janeiro de 1990 -- já que a dissimulação de tais haveres tinha necessitado de um engenho verdadeiramente «diabólico«, como o atestam estes extractos recentes:

-- M. Manuel Noriega. Succ. BG
CO C.I.C.
88 avenue de Breteuil
75015 Paris

-- RET FONC NC Mme. ou Mlle. Noriega
10-01-1990 Débit Crédit
Solde 7.950.642,45

-- RET FONC Mme. Noriega
10-01-1990 Débit Crédit
Solde 878.295,85

-- RET FONC M. Manuel Noriega Succ.
10-01-1990 Débit Crédit
Solde 0,00 Depuis 00/00/00

«Por uma razão desconhecida -- prossegue Le Canard Enchaîné -- a conta de Manuel Noriega foi saldada... Os patrões do Crédit Industriel et Commerciel devem ter sentido um abalo no coração ao darem conta -- pela imprensa -- que se tratava de dinheiro sujo. Como poderiam ter duvidado?

As contas eram geridas pela mulher de confiança dos Noriega, Nilza Doris Aparicio, cônsul geral do Panamá em Marselha desde 1989 ao suceder a uma das filhas do general, Sandra de Beauchamp. É a partir do CIC (Crédit Industriel et Commerciel) que Noriega encaminha o dinheiro principalmente para a Suíça e Luxemburgo. A partir de 1987, época em que o seu nome foi pela primeira vez associado ao tráfico de droga, Noriega pediu ao Bank of Credit and Commerce International (BCCI) do Luxemburgo para cancelar a sua conta -- 18 milhões de francos -- e transferi-la para a Union des Banques Suisses de Zurique. O BCCI era o estabelecimento preferido do general. Na sucursal de Miami, segundo as revelações em 1988 do Congresso americano, possuía uma conta superior a 120 milhões de francos.

Noriega tinha ainda uma conta na agência do Banque Nationale de Paris (BNP) de Marselha. É verdade que sob o olhar atento do presidente municipal de Marselha, o socialista Robert Vigouroux, o Panamá e esta

cidade mantinham excelentes relações comerciais.

Interrogado por Anne Sinclair na emissão do programa 7 sur 7 (princípios de Fevereiro de 1990), Robert Vigouroux afirmou que se encontrava com Noriega «como toda a gente« nem mais nem menos. Vigouroux é muito modesto. Marylin Vigouroux, para começar, utilizava regularmente em Paris o automóvel privado de Gaspard Wittgreen, embaixador do Panamá em França e sobrinho do general Noriega. «Curiosamente -- referia Le Quotidien de Paris de 15 de Fevereiro de 1990 -- essa viatura foi vendida à Société des Eaux de Marseille pouco antes da partida do embaixador do Panamá. Poderá ver-se nesta estranha transacção o motivo da investigação feita em Marselha às contas da Société des Eaux de Marseille?

«Com efeito, soube-se que o juiz parisiense Patrick Fievet, encarregado de inquirir sobre os haveres em França da família Noriega, acaba de ordenar a dois inspectores da brigada financeira a investigação das contas da Société des Eaux de Marseille. Essa sociedade de direito privado, filial da Compagnie Générale des Eaux, estava presente desde 1980 no Panamá, onde terá efectuado estudos e trabalhos relacionados com a rede de adução de água de Panamá City«.

Pela primeira vez em 1983, Robert Vigouroux avistou-se com Noriega no Panamá. Os dois homens encontraram-se depois em Marselha, em Fevereiro de 1986, durante uma visita pessoal de Noriega. Em Outubro de 1986, Robert e Marylin Vigouroux deslocaram-se ao Panamá para apadrinharem a recondução do contrato da Société des Eaux de Marseille. Foram recebidos como chefes de Estado. Marylin Vigouroux organizou na Embaixada francesa uma exposição de moda e, durante a estadia, o casal ficou alojado na ilha privada do general Noriega. Pouco tempo depois rebentava o escândalo Noriega-tráfico de droga. O que não impediu que Robert Vigouroux estivesse de novo com o general em 1988 durante uma escala no Panamá. O presidente da câmara de Marselha regressava de um congresso da Fédération Mondiale des Villes Jumelées em Lima, onde foi assinado o protocolo de geminação de Panamá City e Marselha. Vigouroux, como se vê, encontrava-se com Noriega «como toda a gente«...

As suas relações com a URSS são das mais estranhas. Noriega estabeleceu em 1987 acordos com a URSS. A companhia de transportes aéreos Sky Shop Corp., com sede no Panamá, assegurava o transporte de camiões, carros e outros engenhos militares por conta da URSS e a coberto da Aeroflot. Outra companhia sovieto-panameana marítima, a General Streamship Corp., assegurava as entregas de material pesado em Cuba e na Nicarágua. Noriega recebia nessas transacções 5 a 15% de luvas. O representante no Panamá das empresas soviéticas, Nikolai Sysber, era um coronel do KGB destacado em Cuba durante 20 anos. Didio Agustín Sosa Guevara, signatário dos acordos com Moscovo, era o número 3 dos serviços de informação de Noriega.

Com a colaboração da DGI (o serviço secreto cubano), Noriega criou a Recicage SA, empresa fantoche que encaminhava alta tecnologia para Havana via Panamá. No porto de Lacamonte foi instalada outra empresa fantoche especializada na exportação de lagostas, Simone. Foi ainda descoberto um tráfico de vistos de favor. Enfim, resta dizer que depois da queda do general Noriega as novas autoridades, não querendo desagradar aos Estados Unidos, nomearam para a presidência da Banca Nacional de Panamá Lucho Moreno, anteriormente director do Chase Manhattan Bank, implicado no

branqueamento de narcodólares!

É necessário sublinhar ainda que os negócios de droga no Panamá não datam de fresca data. Todo o clamor que os Estados Unidos levantam hoje contra o escândalo nada mais é que uma cínica hipocrisia. Os autores da notável obra Les Grandes Manoeuvres de l'Opium, Catherine Lamour e Michel R. Lamberti, relatam na mesma o seguinte: «Em 8 de Julho de 1971, o filho do embaixador do Panamá na Formosa, Rafael Richard, de 24 anos de idade, foi preso no aeroporto Kennedy de Nova Iorque no momento em que entrava nos Estados Unidos com 70 quilos de heroína. Era portador de um passaporte diplomático assinado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Panamá, Juan Tack. Ora, Rafael Richard, não sendo diplomata, não tinha direito a tal passaporte. O seu tio, Guillermo González, preso em Nova Iorque (onde ia receber a mala), era um antigo guarda-costas pessoal de Moisès Torrijos, embaixador do Panamá na Espanha e irmão do general Torrijos, o «dirigente supremo do governo panameano» (1). Em viagens anteriores, Richard e González já tinham feito entrar perto de meia tonelada de heroina nos Estados Unidos.

(1) O general Torrijos apoderou-se do poder através de um golpe de Estado em 1968. Em Setembro de 1972, a Câmara dos Representantes elegeu um presidente da República. Mas confiou imediatamente logo todos os poderes ao general Torrijos, nomeado «leader supremo do governo para o período de 1972-1978«.

«Em 23 de Fevereiro de 1972 chegou ao Panamá uma comissão de inquérito enviada por um subcomité do Congresso encarregado dos problemas do canal. Os seus membros afirmaram que os agentes do BNDD do Panamá acusaram na sua frente Moisès Torrijos e Juan Tack de estarem implicados pessoalmente no tráfico (2). A despeito dos seus indignados desmentidos, a verdade é que as autoridades do Panamá mobilizaram todas as energias para obterem a libertação de Joaquin Him, antigo chefe de

(2) Relatório do subcomité sobre o canal do Panamá. Apreciação de conjunto sobre o problema dos narcóticos no Panamá, 8 de Março de 1972.

voos do aeroporto de Tocumen, quando a personagem foi apanhada de surpresa pelos americanos na zona do canal. Him era acusado de ter enviado pessoalmente heroína para Dallas, Estados Unidos, no valor de 1 milhão de dólares.

«Mas para que servem essas informações se não se faz rigorosamente nada? Porque essas revelações, tornadas públicas em Março de 1972 pelo deputado John Murphy, secretário do subcomité para o canal do Panamá, eram contrárias ao ponto de vista do Departamento de Estado. Com efeito, chegavam no momento em que, depois de meses de indecisões, tinham sido retomadas em Washington as negociações americano-panameanas sobre o novo tratado relativo à zona do canal. Se os americanos queriam entregar ao Panamá a soberania da zona do canal, entendiam continuar a manter a responsabilidade da defesa e o controle das operações marítimas. Por um infeliz acaso, o ministro dos Negócios Estrangeiros Juan Tack era um dos mais ardentes defensores dos direitos panameanos e um dos principais obstáculos à assinatura rápida do tratado. Também o Departamento de Estado recusou comentar as acusações formuladas por John Murphy e pelo seu subcomité, qualificando-as como "inoportunas". O relatório do subcomité do Congresso sobre o canal do Panamá condenou severamente os

"pudores" do Departamento de Estado: O Departamento de Estado tem adoptado sempre a política de ignorar ou de negar a responsabilidade de altas personalidades pertencentes a governos estrangeiros "amigos" na introdução de droga nos Estados Unidos. Mas a aproximação habitualmente "moderada" dos problemas dos narcóticos tomou proporções extremas no que diz respeito ao Panamá. A questão à qual, ao que parece, se deixa ao Congresso o cuidado de responder, é esta: os Estados Unidos devem negociar um tratado que implica um compromisso de 70 anos e 5 biliões de dólares sem falar da sua segurança e da segurança do hemisfério, ou devem dar prioridade a um assunto de tráfico de droga cujo destino é a América do Norte?»

É aí que vão juntar-se os «imperativos» políticos de que o caso Barry Seal não é senão um exemplo. Esse homem, radicado em Baton Rouge, Louisianna, génio da pilotagem aérea, trabalhava em 1981 para Jorge Luis Ochoa. Acusado na Flórida em 1983 por tráfico de droga, rendeu-se e decidiu tornar-se informador da DEA a fim de escapar aos 61 anos de prisão que o espreitavam. Pela primeira vez, os stups (1) têm um homem no coração do Cartel. A provar a qualidade do seu contrato, traz uma informação essencial: Pablo Escobar e Jorge Luis Ochoa acabavam de concluir um acordo com oficiais sandinistas com respeito à utilização de aeroportos nicaraguenses

(1) Termo de gíria atribuído aos agentes da brigada anti-estupefacientes (N.T.).

onde os aviões abarrotados de cocaína destinada aos Estados Unidos poderiam fazer escala, abastecerem-se de carburante e, eventualmente, armazenarem mercadoria.

A CIA e o Conselho Nacional de Segurança, imediatamente avisados, equiparam com duas câmaras ocultas o avião C-123K de Barry, que em 25 de Junho de 1984 ia buscar 700 quilos de cocaína ao aeroporto de Los Brasiles, perto de Manágua. De regresso à base militar de Homestead, na Flórida, Barry, além dos 700 quilos de cocaína, trazia fotografias explosivas nas quais se viam Pablo Escobar e Freddy Vaughan, agente do ministério do Interior e próximo do ministro Tomás Borges, no acto de carregar sacos de cocaína no avião. Imagens de ouro para a CIA e para o Conselho Nacional de Segurança, que informava Oliver North. Para não o «queimar« aos olhos do Cartel, a DEA, com a ajuda de Barry, montou o cenário de um acidente de viação na altura da entrega da droga a um furgão. Os fornecedores e a mercadoria seriam assim presos por casualidade...

A CIA e Oliver North não tinham as mesmas preocupações. Na posse de fotografias que demonstravam a implicação de oficiais da Nicarágua no tráfico de droga, não resistiram à tentação de as utilizarem politicamente na sua propaganda contra o regime sandinista. O Congresso, por sua vez, devia pronunciar-se em breve sobre um plano de ajuda aos Contras. Em 8 de Julho, graças a uma «fuga», o Washington Times publicava as fotografias que «queimavam» definitivamente Barry Seal aos olhos do Cartel, o único culpado possível. A sua cabeça foi posta a prémio e, em 19 de Fevereiro de 1986, era abatido em Baton Rouge com doze balas de mac 10 com silenciador.

O caso Noriega, hoje a besta negra de Washington, ilustra em sentido

contrário o câmbio de prioridade sobrevindo precisamente em 1986, na altura das directivas secretas ao exército U.S. para participar na operação antidroga Blast Furnace na Bolívia. Pela primeira vez, o presidente Reagan tinha qualificado o tráfico de droga como «ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos«. Nessa época, no entanto, o general Noriega continuava um aliado importante, não obstante pesarem sobre ele suspeitas há vários anos. Um inquérito conduzido em 1985 pelo U.S. Army Southern Command, quartel-general no Panamá das forças armadas americanas estacionadas na América latina, apoiado em transcrições de conversas entre militares e traficantes e fotografias de soldados a descarregarem fardos de estupefacientes, já denunciava a participação do exército panameano no tráfico de droga.

Segundo Norman Bailey, antigo economista do National Security Council, o Departamento de Estado era na época demasiado «tíbio» para intervir, o Pentágono não queria «entrar no barco» e a CIA era francamente hostil porque «Noriega era um capital importante» para si (1). Na altura da intervenção americana em Granada, o general que então figurava nas listas de pagamentos da agência garantido que Cuba não reagiria militarmente.

(1) New York Times, 10.4.1988.

Em Dezembro de 1985, Edward Everett Briggs, então embaixador no Panamá, indignado com a prisão e evicção do presidente Barletta por Noriega, depois de enviar vários telegramas ao Departamento de Estado, encontrou-se com o presidente Bush para lhe dar parte das actividades do general panameano. Nada se seguiu. «Há muita gente no mundo que não passa o teste da saliva. Se me perguntasse neste momento se sabemos que ele traficava droga, dir-lhe-ia: não«, respondeu em Março de 1988 o candidato Bush aos jornalistas que o interrogavam em Cincinnati (2). Como declarou ignorar a viagem ao Panamá feita em Dezembro de 1985 pelo almirante Poindexter em que este admoestara severamente o general. E, no entanto, George Bush, vice-presidente, era um dos quatro membros estatutários do National Security Council, dirigido então por Poindexter. Chama-se a isto gozar com a gente!

(2) ibid. id., 8.5.1988.

Porque Noriega, estreitamente ligado à CIA pelo menos desde 1972, ajudou muito a central americana de informação no seu combate contra os sandinistas. Participou igualmente no Irangate e ajudou dois dos principais protagonistas do caso, William Casey, então director da CIA, e o tenente-coronel Oliver North. O mais cómico, porém, é que o presidente dos Estados Unidos, membro do CFR e da Trilateral, era amigo de Noriega.

Como prova, não hesitamos em transcrever na sua quase totalidade um notável estudo publicado na revista Rolling Stone Magazine feito por Howard Kohn e Vicki Monks, que dá uma perspectiva verdadeiramente assombrosa sobre certas conexões existentes entre determinados homens políticos americanos e os traficantes de droga. Por necessidades políticas...

Em 5 de Outubro de 1986, um C-123K da Southern Air Transport desapareceu nas selvas da América central com três homens a bordo. O responsável da segurança da base de Ilopango em Salvador alertou os seus superiores.

Simples medida de rotina. Mas então, qual o motivo de um tal Feliz Rodríguez ter telefonado logo a seguir a Donald Gregg, conselheiro para a segurança do território do vice-presidente George Bush?

Tão depressa a informação foi transmitida ao PC top secret da Casa Branca, é instantaneamente dada a ordem de enviar um aparelho de reconhecimento da U.S. Air Force sobrevoar a fronteira da Nicarágua. Tudo por causa de um desgraçado avião salvadorenho? Bizarro!...

No dia seguinte, 6 de Outubro, Rodríguez fica a saber que o aparelho em falta não caiu sem mais nem menos. A artilharia sandinista teria ajudado substancialmente. Repare-se! O único sobrevivente, Eugene Hasenfus (nome realmente curioso num salvadorenho!) está nas mãos dos sandinistas. Nova chamada de Felix Rodríguez aos seus contactos na vice-presidência: as buscas são apressadamente canceladas. Por um triz, é demasiado tarde: já fora aberto um inquérito sobre o «acidente«. Rapidamente arquivado, também...

1988. Rolling Stone Magazine reabre o inquérito. Os seus jornalistas lançam-se às minutas do processo do Irangate, entrevistam mais de 50 diplomatas, militares de carreira e agentes dos serviços americanos de informação, e encontram os heróis do caso. Conclusão: Bush e Gregg tinham estado pessoalmente implicados numa vasta operação de fornecimento de armas aos Contras, cujo nome de código era Black Eagle, posta em movimento a partir de 1982. Ou seja, dois anos antes do tenente-coronel Oliver North ter organizado a rede destinada a financiar a compra de armas à oposição nicaraguense e a venda de mísseis americanos ao governo iraniano, desmascarada no Irangate...

A operação Black Eagle durou 3 anos e corria em paralelo com a que North dirigia. O ditador do Panamá, general Manuel Noriega, acusado de tráfico de droga pelos Estados Unidos no princípio deste ano, desempenhou nisso um protagonismo essencial, abrindo os seus aeroportos aos agentes americanos e fornecendo-lhes fachadas comerciais. Em troca, foi-lhe permitido abarrotar os aviões da Black Eagle de cocaína e marijuana destinadas aos Estados Unidos, que depois regressavam vazios. Tudo por conta do famoso Cartel de Medellín colombiano que, segundo o departamento americano de narcóticos, controla mais de 80% do mercado mundial da cocaína... Várias pessoas envolvidas na operação afirmam que Bush e Gregg estavam ao corrente de tudo mas que nada fizeram.

1 de Dezembro de 1981, Casa Branca. Na situation room, William Casey, chefe da CIA, desvela o seu plano de guerra secreta contra os sandinistas. Serão suficientes 19 milhões de dólares (fornecidos pela CIA) para financiar uma unidade de 500 guerrilheiros, quase todos opositores nicaraguenses exilados nas Honduras (1).

(1) Este punhado de Contras contará, em menos de 4 anos, com 15.000 homens.

Casey é de opinião que o Congresso faz correr riscos desmesurados aos seus serviços: depois da Intelligence Oversight Act de 1980, as operações secretas, até então da responsabilidade exclusiva da presidência e da CIA, devem obter o aval político das duas comissões senatoriais. Na reunião de 1 de Dezembro de 1981 são postas poucas objecções ao projecto.

Todos os presentes, incluídos Reagan e Bush, manifestam o seu acordo. Casey decide esperar: apesar da oposição do Congresso, vai tentar desestabilizar o regime sandinista. Mas em Agosto de 1982, os senadores e representantes reunidos em comissão pronunciam-se contra a extensão do conflito na Nicarágua: a primeira emenda Boland (Edward Boland é representante do Massachussetts) interdita formalmente a CIA e o Pentágono de financiarem qualquer esforço militar que vise derrubar o governo de Manágua.

Em alguns dias, Casey encontra o meio de tornear a resolução sem violar a lei. Segundo Lew Archer (hoje aposentado, ex-membro da Black Eagle), Casey recrutou alguns homens seguros, entre os quais George Bush, a quem, com a passagem dos anos, irá juntar veteranos da CIA, oficiais do exército americano, agentes de serviços secretos estrangeiros, traficantes internacionais de armas e mercenários. Cada um fará o seu relatório a Casey por intermédio de uma rede de operadores colocados em postos-chave nos serviços da vice-presidência, no National Security Council (NSC), no ministério do Interior e da Defesa.

Durante o Verão de 1982 (sempre segundo Lew Archer) Bush, que por várias vezes recebeu Casey, aceita que os gabinetes da vice-presidência sirvam de cobertura à Black Eagle. Que há de estranho no facto de Bush, que se gaba de saber atrair as boas graças dos poderosos, aceitar entrar na conjura? A Casey não falta magnetismo nem autoridade. George Bush conhece muito bem a CIA, já que a dirigiu durante a administração de Gerald Ford. Com Reagan, será o melhor apoiante de Casey no governo. Como diz Archer, «a CIA é uma grande família, Casey só tem que falar para se fazer ouvir!»

Da sua passagem pela CIA, Bush guardou um interesse muito vivo por tudo o que diz respeito à segurança interna. Graças a Reagan, tem acesso a informações top secret e participa em numerosos encontros e reuniões informais. Além das informações escolhidas a dedo reservadas ao presidente e ao vice-presidente, são-lhe comunicadas informações «classificadas«, já que é membro do NSC, do grupo de estudos para a segurança do território e presidente da brigada antiterrorista e da Comissão dos narcóticos, encarregada da vigilância das fronteiras. Todos esses organismos se ocupam, em diversos graus, da situação política na América central.

Nenhum pormenor do conflito nicaraguense poderia escapar. Em Novembro de 1983, o NSC pedirá por escrito autorização para intensificar as entregas de armas aos Contras. O memorandum, um dos raros que escaparam ao pilão de Oliver North, precisa que Bush «em todas as vezes pediu que fosse aprovada a aceleração das entregas de armas». Outros memorandos do NSC tinham a menção: «para informação -- o vice-presidente«.

Alguns altos funcionários emitiram reservas ou distanciaram-se dos assuntos nicaraguenses. Bush nunca. Quando o Congresso debateu o problema dos Contras, Bush foi categórico: «Nem pensar deixá-los cair neste momento!» (1) Em 21 de Dezembro de 1982, Reagan subscreveu a primeira emenda Boland, que ganha força de lei. Entretanto, nos corredores, Casey e Bush fazem o que podem para o tornar inoperante. No dizer de Lew Archer, pouco antes da votação, em Agosto de 1982, Bush aceitou que Donald Gregg coordene o projecto Black Eagle nos gabinetes da vice-presidência. E Gregg entra na equipa de Bush com o título de conselheiro em matéria de segurança interna. E tem o cuidado de pedir oficialmente a

demissão da CIA a fim de apagar todas as ligações com Casey.

(1) Desde então, Bush fará figura de herói entre os exilados cubanos de Miami que apoiam os Contras.

É um veterano da velha guarda: 31 anos de serviço. A sua missão é garantir a ligação entre o vice-presidente e os agentes da Black Eagle na América central e coordenar os pormenores financeiros e operacionais do conjunto. Deverá enviar relatórios regulares a Bush, que passará as informações a Casey. Archer afirma que «Bush e Gregg eram um verdadeiro muro de amianto. Para aceder a Casey, era necessário dispor de uma potência sagrada de fogo!»

à medida que se vai montando a operação, Gregg recebe relatórios sobre a natureza das armas fornecidas aos Contras: AK-47, bazookas lança-mísseis e lança-granadas recuperadas nos arsenais da OLP pelas tropas israelitas durante a invasão do Líbano em 1982. O resto é comprado por meio de traficantes internacionais na Polónia e na Checoslováquia. Os aparelhos de transporte da Black Eagle (velhos DC-6 e C-123) operam a partir de duas bases: uma em Salvador (que aprovisiona a maior concentração de Contras na frente norte, Honduras e norte da Nicarágua) e a segunda no Panamá (que encaminha as armas para a frente sul, na Costa Rica).

É em 1976, na sede da CIA, em Langley, Virginia, que Bush descobre Gregg, encarregado das operações no terreno. Em 1981 e na primeira metade de 1982, depois de Gregg ter sido destacado pela CIA para o National Security Council, Bush assiste a numerosos briefings na sua companhia. Uma vez admitido na vice-presidência, Gregg guarda todos os seus contactos com os serviços de informação. Não satisfeito em supervisar as actividades da Black Eagle, Gregg representa frequentemente Bush em reuniões sobre problemas de alta segurança. Ao mesmo tempo prossegue o seu trabalho no NSC, onde encontra Oliver North, colocado lá por Casey.

Gregg tem um currículo ultra-simples: toda a sua carreira foi feita na CIA. Em 1951, jovem licenciado em Filosofia pelo Williams College, oferece os seus serviços à Agência. Até 1975, data em que é chamado para a sede da CIA, opera no Japão, na Birmânia, na Coreia do Sul e no Vietname. Anda hoje pelos 60 anos. Apesar da suas cortesia e distinção discreta, foi na selva vietnamita que recebeu a iniciação: entre 1970 e 1972 foi o homem da CIA em Saigão. Comandava uma unidade de intervenção helitransportada célebre pelo zelo com que conduzia os interrogatórios e pela temeridade dos seus pilotos, que não estavam com escrúpulos e disparavam sobre tudo e todos, desde o combatente vietcong de base até ao simples civil. Essa unidade tinha como herói um piloto de origem cubana, Felix Rodríguez, que adorava brincar com o perigo.

Foi no Vietname que se consolidou uma amizade indefectível entre Rodríguez e Gregg. Segundo Robert Earl, amigo de North, «eram, como quem diz, irmãos de sangue«. Depois do Vietname, o amor pelo combate e o anticomunismo visceral de Rodríguez conduziram-no sucessivamente à África negra, Médio Oriente e América Central. Em 1981, no início do conflito nicaraguense, ofereceu-se como voluntário: «Quero ajudar os Contras por todos os meios!» (1) Março de 1983: Rodríguez voa para Washington para se encontrar com Gregg. Tinha sido recrutado para o projecto Black Eagle.

(1) Entrevista concedida a Rolling Stone Magazine.

Aos olhos de Bush e de Gregg, Rodríguez era o homem providencial da Black Eagle: especialista em explosivos, atirador de elite, ás de aviação, adaptava-se a todas as situações graças aos seus conhecimentos na área de transmissões e de logística. Entre as dezenas de agentes enviados para o terreno, Rodríguez não tarda a distinguir-se: é ele quem terá o contacto permanente com Gregg. Encontrar-se-á também com Bush, pelo menos umas três vezes.

Segundo numerosos veteranos da Black Eagle, a missão de Rodríguez no seio da organização era organizar a infra-estrutura logística da operação de forma a facilitar o lançamento em pára-quedas de armas destinadas às bases Contras das Honduras e norte da Nicarágua. Estabelecera o seu QG em Salvador, no aeroporto de Ilopango, cujo titular responsável era um bom amigo seu: o general salvadorenho Juan Bustillo.

Segundo duas testemunhas, um agente israelita (chamemos-lhe Aaron Kozen) e o ex-chefe da polícia panameana, Josè Blandon, Felix Rodríguez encontrou-se com Bustillo em Ilopango em Dezembro de 1983 para afinar pormenores da operação.

No interior do governo fantasma, Rodríguez tinha pelo menos duas incumbências: era o homem-chave de um nó de agentes secretos aguerridos destacados no terreno por Gregg como conselheiros militares junto dos Contras. Por outro lado, tinha sido investido da missão de enviado especial da vice-presidência com o poder de negociar com personagens altamente colocadas: o general Wilfredo Sánchez, chefe das operações militares nas Honduras, e Oscar Humberto Mejía Victores, na época chefe de Estado da Guatemala.

Segundo Kozen, «Rodríguez tinha artes de fazer sentir que o vice-presidente se interessava pessoalmente pela operação e que as suas decisões tinham a bênção de Casey, ET do vice-presidente. Lembram-se do papel de Kissinger como VRP de Kennedy? Ora bem, Rodríguez comportava-se de igual modo na América Central. Não falava só em nome da CIA. Era também porta-voz semi-oficial da Casa Branca. Era quem dava ordens. Os rapazes sabiam que tinha o poder de desencadear os raios celestes sobre a cabeça do que ousasse levantar-lhe obstáculos»!

Enquanto Rodríguez aprimorava o seu abreviado jogo de diplomata e responsável logístico da Black Eagle, o general Noriega, chefe das forças armadas do Panamá, mergulhava cada vez mais activamente na operação. Na primavera de 1983, aproveitando uma falha do sistema, pôs um pé na organização. Para confundir pistas, Casey pensou inicialmente em utilizar israelitas para a compra e expedição de armas aos Contras e dessa maneira iludir as suspeitas dos federais em caso de fiasco: a Mossad era a cobertura ideal que permitia aos agentes americanos negarem toda a participação na Black Eagle. No fim de 1982 e princípios de 1983, enquanto a Black Eagle ainda balbuciava, os agentes da Mossad (a quem Casey comprou a cooperação com algumas fotografias de satélite muito aproximadas) fizeram transitar as entregas de armas aos Contras por San Antonio, Texas. Depois de um «erro» cometido, certas caixas foram marcadas «CIA Warehouse», marca da casa dos entrepostos da CIA!... Daí, o alerta às alfândegas americanas e a «queima« do itinerário texano.

Os autores desse «erro» lamentável foram os agentes da Mossad. Casey, no entanto, decidiu fechar os olhos: a sua cobertura era-lhe ainda necessária para encaminhar os carregamentos. Deu-lhes ordens para não passarem em San Antonio e transferirem a sua base para o Panamá e Salvador. Salvador estava nessa altura envolvido na guerra civil e o governo endividado até à ponta dos cabelos com os Estados Unidos, que lhe davam assistência militar. Nada parecido no Panamá, onde Noriega está pronto a ligar-se aos traficantes de armas.

A Mossad já tinha colocado um homem no círculo de Noriega: Michael Harari. No princípio de 1983, Harari é associado à operação Black Eagle e inicia logo negociações com Noriega e com Blandon, o chefe dos serviços secretos panameanos. Aposta das discussões: o livre acesso dos aeroportos do Panamá aos aparelhos da Black Eagle e o acordo de companhias panameanas no «arranjo» da contabilidade da organização. «Harari afirmou-nos que Israel, Casey e Bush estavam a par da jogada -- declarou Blandon. -- Harari evitava que Noriega se pendurasse em Bush«. Se Noriega aceitasse cooperar, não deixaria de receber o reconhecimento da CIA e da vice-presidência.

Evidentemente, Noriega saltou para a brecha. Sabia tornar-se indispensável em pouco tempo. Político sagaz, sempre conseguira iludir toda a suspeita de ditadura aos olhos do governo americano, prestando pequenos serviços a personalidades da CIA e do Pentágono. Em meados dos anos 70, à cabeça das informações da guarda nacional panameana, era considerado pela CIA ao título de informador. Segundo Blandon, em 1976 Noriega serviu-se da sua posição de força para concertar uma entrevista com George Bush em Washington na Embaixada da República do Panamá: acaso não eram «colegas»? Anos depois, Noriega ainda se vangloriava dos seus encontros com Bush e Casey, prova da alta estima que a CIA lhe dedicava. Em 1983, autorizou os agentes de Casey a darem treino aos Contras em solo panameano.

Em Dezembro de 1983, o vice-presidente Bush efectuou uma viagem oficial à América Central. Pela segunda vez, encontrou-se com Noriega. Gregg e North assistiram às audiências. Apesar de exprimir o desejo de ver o chefe do Estado do Panamá adoçar um pouco a «democracia» vigente no seu país e pôr um freio à corrupção, o vice-presidente insistiu que sempre consideraria Noriega um aliado essencial dos Estados Unidos nessa região do mundo. Segundo Blandon (que mais tarde pediu asilo político aos Estados Unidos), «Harari disse a Noriega que Bush lhe estava muito reconhecido pela assistência prestada».

Noriega é o protótipo do chefe de Estado da América Central: é uma mistura única, em que o político, o militar e o criminoso estão intimamente ligados. A partir de 1977, a CIA estava persuadida que Noriega protegia as operações de tráfico de droga na América Central. No princípio dos anos 80 já não tinha a menor dúvida: o Cartel de Medellín fora autorizado a branquear dólares em bancos panameanos (1).

(1) De passagem, Noriega terá embolsado a sua comissão que, segundo Kozen, se elevaria actualmente a uns 400 milhões de dólares.

Segundo Lew Archer, encarregado de vigiar as actividades do homem forte

do Panamá, logo depois da sua aceitação em facilitar a actividade da Black Eagle, Noriega começou a requisitar aviões e pilotos para introduzir droga no sul dos Estados Unidos. Em lugar de exigirem o termo imediato desse tráfico, os dirigentes americanos, segundo Blandon, teriam acertado com Noriega um negócio diabólico: 1% dos benefícios usufruídos na droga devia financiar a compra de novos stocks de armas destinados aos Contras. Excelente caixa comum: o mísero 1% elevava-se a vários milhões de dólares!

Enquanto alimentava os cofres dos Contras, Noriega ia-se entregando ao seu passatempo favorito: enriquecer o seu banco de dados pessoal com informações sobre os caros comparsas. É um coleccionador insaciável de «informações negativas« respeitantes a amigos ou inimigos (1). Logo no início das operações, Noriega elaborou um dossier sobre Bush e a sua entourage, incluindo fotocópias dos relatórios de exercício enviados a Gregg e filmes vídeo das entrevistas que se iam desenrolando no gabinete de Noriega, além de um relatório especial de Blandon em pessoa sobre as actividades da Black Eagle.

(1) Segundo constou, no Panamá as instalações do governo tinham câmaras de vídeo e microfones instalados por todo o lado, que registavam as mais pequenas reuniões e todas as chamadas telefónicas.

No princípio de 1988, Noriega vangloriava-se diante do seu oficial de campo, o coronel Roberto Díaz Herrera, de «ter agarrado Bush pelos tomates». Terá feito essa declaração depois da Casa Branca, tardiamente e sem sucesso, ter tentado derrubá-lo. Para Kozen, «Noriega sabe o suficiente para afundar Bush». Blandon acrescenta: «É por isso que a administração Reagan tem tanto medo de Noriega: Bush e os seus estão pessoalmente comprometidos na operação Black Eagle!»

Muitos dos membros da Black Eagle referem que Bush e Gregg tinham perfeito conhecimento da utilização que Noriega fazia dos aviões da organização. Jorge Krupnik, negociante de armas argentino que Noriega introduziu no circuito, declarou a Blandon que «na operação, tudo se fazia com a aprovação de Bush e de Gregg». Segundo ele, que terá obtido as informações através de Harari, Gregg transmitiu a Bush numerosos pormenores sobre a maneira como a droga era introduzida nos Estados Unidos. Richard Brenneke, outro negociante de armas instalado no Oregão, que serviu de intermediário entre a Black Eagle e os fornecedores checoslovacos, afirma ter ficado agoniado depois de ter servido duas vezes como co-piloto a bordo de aparelhos que transportavam droga para os Estados Unidos. Gregg tê-lo-ia intimado a não discutir as ordens. «De facto, todo esse tráfico de droga vinha da cozinha política -- afirmou Kozen -- e era Bush quem tinha poder de decisão sobre esses problemas de estratégia secreta».

1984. A guerra da Nicarágua acabava de perder todo o crédito junto do Congresso americano. Em Outubro, é adoptada uma segunda emenda Boland: com excepção da ajuda humanitária, deve cessar toda a ajuda aos Contras. Resultado: estes tornam-se ainda mais dependentes de Casey, de Bush e dos seus agentes.

Bush lançou-se pessoalmente no barulho. Em Março de 1985 deslocou-se às Honduras a desfazer uma crise diplomática. Roberto Suazo Córdova, presidente das Honduras, nunca vira com bons olhos a presença no seu país

do grosso das forças anti-sandinistas. Agora que a ajuda oficial dos Estados Unidos lhe era retirada, receia que, para sobreviverem, os Contras imponham ao país sacrifícios onerosos e indevidos. Ameaça desarmar os Contras e interná-los em campos de concentração; Bush fá-lo mudar de opinião garantindo-lhe que o esforço de guerra dos Contras continuará a ser financiado pelos fundos independentes de um voto do Congresso. «Entrará na batalha tudo o que há!»

A segunda emenda Boland não apanhou de surpresa os responsáveis da Black Eagle: sentindo que os ventos ia mudar, trataram de constituir um cofre negro pró-Contras. Oliver North, com assento no National Security Council, abriu contas numeradas com um activo de mais de 30 milhões de dólares, obtido de diversos governos estrangeiros com a ajuda de altos funcionários americanos. Segundo a sua própria confissão (consulte-se o depoimento que prestou no processo Irangate), Bush estava perfeitamente ao corrente. Em Maio de 1984, quando a Arábia Saudita se comprometeu a contribuir com 1 milhão de dólares mensais, Bush foi informado imediatamente logo depois de Reagan. Segundo as minutas do Irangate, em 25 de Junho Bush teria sido posto ao corrente da situação financeira numa reunião do grupo de estudos para a segurança do território. Em 18 de Setembro, a pedido do vice-presidente, Gregg preparou um relatório sobre a entrada de fundos.

O cofre negro jogava agora um lance capital devido à emenda Boland, certamente, mas também porque se começava a encarar seriamente o funeral da Black Eagle. Os israelitas e americanos das Honduras inquietam-se: Noriega utiliza cada vez mais frequentemente os aviões e pilotos da Black Eagle no seu tráfico de droga. Continua a ser indispensável ao bom funcionamento da organização, é certo, mas cada voo faz correr o risco do segredo ser revelado. As escaramuças multiplicam-se e cada uma das partes torna a outra responsável pela maneira como Noriega desvia a Black Eagle da sua missão inicial. Os israelitas não têm a menor vontade de se tornarem o bode expiatório se a operação fracassar. Os americanos, por sua vez, sentem-se manipulados pelos repetidos esforços de Noriega em implicá-los no seu tráfico. Testemunha Lew Archer: «O sonho de Noriega é comprometer o Tio Sam. Que um dos nossos rapazes aceite fazer uma passagem, e hop! ele agarra-nos. Noriega é assim: primeiro comprometo-te, depois faço-te cantar!»

É o tráfico de droga que no fim de 1985 precipita a retirada da Mossad. Kozen é encarregado de anunciar a decisão do seu país a um grupo de agentes americanos e hondurenhos: «Um tipo chamou-me idiota, traidor judeu, e acusou-me de querer desfazer tudo!». O tom vai subindo. Um americano desenfreia. Kozen e outros dois israelitas também. «O incidente internacional encrespou-se. Felizmente, os que conservaram a cabeça fria acabaram por nos dar razão!«

Segundo Blandon, no entanto, a retirada da Mossad pouco tinha a ver com Noriega ou com o tráfico de droga: «Foi tudo desencadeado pelo caso Pollard!» Pouco antes, Jonathan e Anne Henderson-Pollard, dois americanos que espiavam por conta de Israel, tinham sido presos em Washington. A Mossad, furiosa, replicou, tirando os seus peões da organização.

Em 23 de Janeiro de 1985 Bush avistou-se com Oliver North. à saída, North anotou no seu bloco de notas algumas palavras sibilinas: «Central America CA« (CA significa covert action: operação secreta). É difícil saber se North fazia alusão à Black Eagle ou a outro projecto de Casey, então em estudo. Em todo o caso, para o «governo fantasma«, o período entre o fim de 1985 e princípio de 1986 inaugura grandes sublevações. A Black Eagle tem chumbo nas asas. Em consequência, Casey encarrega North de dar andamento a uma operação de reserva. Nome de código: Enterprise. O novo projecto será financiado com os lucros da venda de mísseis Tow e peças sobressalentes ao Irão: 48 milhões de dólares, dos quais 16,5 milhões irão reverter a favor dos Contras. Mas os resultados da Enterprise fazem esperar-se: só em Abril de 1985 o primeiro carregamento de armas (comprado à China popular) chega à América Central, depois de 5 meses de mar. Casey impacienta-se. Organiza uma terceira rede de contrabando de armas. Baptizada Supermarket, procura armas de fabrico soviético em Portugal, de onde são levadas por barco para entrepostos instalados nas Honduras antes de serem entregues aos Contras. Os organizadores do Supermarket não fazem parte do «governo fantasma«. Na maioria trata-se de profissionais que tendo ouvido falar dos fundos secretos destinados aos Contras decidiram fazer com que uma parte entrasse nos seus bolsos.

Dois deles, Ronald Martin e Mario Delamico, são grandes amigos de Rodríguez. Martin, negociante de armas de Miami, foi apresentado a Rodríguez em 1980. Rodríguez dixit: «Veio ver-me a minha casa. Creio que a quantidade de medalhas penduradas nas minhas paredes lhe feriram a vista!« Delamico é cubano, naturalizado americano. Consta-se que pagou do seu bolso a viagem da mãe de Rodríguez à Guatemala: vítima de cancro, desejava lá ir uma última vez antes de morrer.

Rodríguez não esconde que deu ajuda a Martin e a Delamico: «Apresentei-os às pessoas certas«. Um advogado de Miami que representava os interesses do Supermarket, Theodore Klein (1), descreveu o papel de Rodríguez como relações de negócios «bastante distantes«. Recusou dizer mais.

(1) Klein nega que os seus clientes tivessem tido ligações com Noriega.

Quaisquer que fossem os motivos dos membros do Supermarket, o projecto foi acolhido com alegria pelos Contras e pelos seus supporters cubanos de Miami. John «Jeb« Bush, de 35 anos de idade, filho do novo presidente, é um dos leaders mais notórios dessa comunidade. Durante muito tempo presidente da Associação dos republicanos do condado de Dade, tinha-se ocupado em reunir fundos para ajudar os Contras. John Mattes, antigo assessor da parte civil, conta: «Em Miami toda a gente sabia que quem quisesse ajudar os Contras teria de dirigir-se a Jeb». Em 1985-1986, as alfândegas abriram um inquérito sobre um caso de contrabando de armas destinadas aos Contras: o nome de Jeb Bush foi citado, mas este negou categoricamente. O caso foi julgado improcedente.

De Janeiro a Outubro de 1985, Martin e Delamico venderam aos Contras 2 milhões de dólares de armas. North e Adolpho Calero, dirigente civil dos Contras, pagaram as facturas. No fim de 1985, Calero recebeu instruções de North no sentido de recusar todos os carregamentos de armas do Supermarket. North mandou cancelar todas as contas secretas: Calero ficou sem acesso às finanças da organização, mas só ele terá poder de decisão na matéria. Entretanto, Martin e Delamico continuam a comprar: a bagatela de 18 milhões de dólares de armas empilham-se em barracões das Honduras à

espera de pagamento. Como disse Rodríguez, «deixaram-nos lisos«!

No seu depoimento à comissão de inquérito do Irangate, North afirmou ter-se posto contra o Supermarket dada a origem duvidosa dos capitais iniciais: de que maneira Martin e Delamico, que não possuíam fortuna pessoal, tinham conseguido reunir 20 milhões de dólares? Segundo John Singlaub, general na reserva que, a titulo privado, também tinha recolhido fundos para os Contras: «As armas não se compram a crédito. Há que pôr o dinheiro na mesa para levantar a mercadoria!» Para Singlaub, muitíssimas pessoas pensavam nessa época que os contactos de Martin na hierarquia militar das Honduras alinhava com Noriega para conseguir esse dinheiro. Em apoio dessa acusação, a verdade é que o Gretsh World, fachada comercial do Supermarket, tinha porta aberta no Panamá (2).

(2) As margens de lucro chegaram a atingir várias vezes 300%.

Oliver North, evidentemente, estava a par dos rumores segundo os quais Noriega financiava às escondidas o Supermarket. Com data de 12 de Julho de 1985, lê-se no seu bloco de notas: «Discussão do Supermarket; [a junta das Honduras] teria a intenção de arrebanhar tudo (...) no caso de um falhanço do Supermarket; [o dinheiro fresco] seria o produto da venda de droga». Para justificar a sua decisão de pôr fim à operação Supermarket, North pretendeu que se certos membros do «governo fantasma» estavam prontos a tratar com Noriega, ele não. Não obstante, segundo Blandon, North sabia muito bem a função que Noriega tinha desempenhado no seio da Black Eagle. Além disso, tinha-se encontrado com Noriega, embora em vão, para discutir novas formas de apoio aos Contras.

Felix Rodríguez, pretendendo ignorar que Noriega era o comanditário do Supermarket, declarou-se amargurado com o tratamento reservado aos seus amigos. Em sua opinião, North tinha-se servido de antagonismos existentes para afirmar a sua autoridade e assegurar-se que a Enterprise gozaria de um monopólio quase total sobre os fundos secretos.

Em 1985 e 1986 estava em voga a luta pelo poder no «governo fantasma». Na origem, a encarniçada competição a que se entregavam o Supermarket e a Enterprise para se garantirem a exclusividade dos possíveis benefícios: milhões de dólares a recolher para os traficantes de armas. O nó do problema, porém, era o conflito entre North e Rodríguez. Os dois homens, arrojados e intrépidos, antigos combatentes no Vietname forrados de medalhas, obcecados pelo marxismo e orgulhosos demais para se dobrarem às vias oficiais da política, pareciam-se muito. As suas dissenções vão ter uma consequência inesperada: sendo North pupilo de William Casey e Rodríguez representante de Bush, o director da CIA e o vice-presidente encontram-se a certo passo em desacordo num grande número de pontos.

Em 1985, Rodríguez só raramente aparece no «governo fantasma». A partir de Fevereiro retoma os seus raids em helicóptero com as tropas salvadorenhas contra as bases sandinistas. Nos meses seguintes toma parte em mais de uma centena de missões, correndo várias vezes riscos sérios de largar a pele. É possível que tudo isso não passasse de um disfarce da sua verdadeira missão: defender os Contras. «Felix fez-se tão notado em toda a América Central que foi-lhe necessário refazer uma virgindade», diz Kozen. Rodríguez repudiou em Fevereiro de 1985 uma carta do general Paul Gorman, comandante das forças de intervenção americanas na América central, a todos os agentes americanos a operar na região, que confirma o

papel de Rodríguez na guerra da Nicarágua e sublinha que «os seus laços com a vice-presidência são de facto reais«!

North ter-se-á sentido satisfeito por ver Rodríguez brincar aos soldados em Salvador, mas Casey e Bush não tardam a dar conta que, privada de Rodríguez (cujo amigo Bustillo continua a dirigir o aeroporto de Ilopango), a Enterprise ver-se-á em dificuldades sérias para entregar armas de contrabando aos Contras. Em Setembro de 1985 Rodríguez é reexpedido para Ilopango, mas desta vez no quadro da operação Enterprise e em condições que considera desconfortáveis: vai ficar às ordens de Oliver North! Entre os raros documentos intactos do Irangate figura uma nota manuscrita de George Bush em que este agradece a North «a devoção e o entusiasmo com que se ocupou do caso dos reféns iranianos e da situação na América Central». Bush afirmou depois não se recordar da razão pela qual terá enviado essa nota a Oliver North. A data (Novembro de 1985) sugere que Bush tentava uma manobra diplomática para aliviar as tensões no «governo fantasma«. Dois meses depois, contudo, Bush parece duvidar de North e envia o coronel do seu estado-maior, Samuel Watson, a inspeccionar as bases dos Contras e os entrepostos de material das Honduras, recebendo em mão própria um relatório detalhado.

Em Ilopango, Rodríguez morde o freio: a partir de então é North que, com Richard Secord, general na reserva, fica com a responsabilidade dos carregamentos de armas destinadas aos Contras. No fim de 1985 North dá luz verde a Secord, que quer introduzir na organização Enterprise outro negociante de armas, Thomas Clines, um dos javalis de Rodríguez. Clines, veterano da CIA, mantinha em 1970 boas relações com Rodríguez, época em que se ocupava de contratos de armamento. Mas Rodríguez passou a detestá-lo cordialmente depois da sua «traição«: Clines tentou negociar com o coronel Kadhafi, chefe do Estado líbio e amigo de Castro. Entrevista de Rodríguez a Rolling Stone Magazine: «Jurei que nunca mais teria contactos com ele!«

Depois da chegada de Clines à Enterprise no final de 1985, já é previsível que o projecto vai fracassar, como aconteceu com o Supermarket e a Black Eagle. Rodríguez não se priva de criticar abertamente Clines e outros agentes da Enterprise. Gregg fica furioso com o recrutamento de Clines e declara ao braço direito de North, o tenente-coronel Robert Earl: «Esse meco é uma verdadeira víbora!«.

O que Rodríguez não admite é que certos negociantes de armas que trabalham para a Enterprise encham de tal maneira os bolsos. Lamenta-se também por ser obrigado a utilizar material velho: se um avião Enterprise se precipita matando quase toda a tripulação, lança as culpas a um radar de bordo obsoleto.

Na primavera de 1986 o «governo fantasma», posto em acção 4 anos antes por Casey e Bush, está em plena decadência. No dia 1 de Maio, Rodríguez irrompe no gabinete de North em Washington e intima-o a procurar outro que se ocupe de Ilopango. É a crise. Algumas horas depois, Rodríguez está no gabinete de Bush, a quem mostra, bem como a Gregg, fotografias tomadas na América Central. North, que não era esperado, entra no gabinete de Bush escoltado por Edwin Corr, embaixador dos Estados Unidos em Salvador (1). Rodríguez declarou sob juramento que nesse dia «North ficou discretamente em segundo plano. O embaixador Corr cumprimentou-nos e pediu ao vice-presidente que usasse a sua influência para me persuadir a

ficar». Rodríguez não recusou, mas é contrariado que regressa a Ilopango.

(1) Na agenda oficial da vice-presidência, a ordem do dia da reunião era o «reaprovisionamento dos Contras», apesar de Bush e Gregg negarem como diabos terem abordado o problema.

Oliver North faz o possível para o cativar: chega ao ponto de lhe entregar um organigrama falso em que o seu nome foi cuidadosamente apagado. Mas Rodríguez não é parvo e as relações entre os dois homens continuam a deteriorar-se. Julho de 1986: Rodríguez descola de Miami para Salvador ao comando de um avião Enterprise, mas, mal chegado, requisita-o simbolicamente em nome dos Contras. Depois, fecha o aeroporto de Ilopango a todos os aparelhos Enterprise. North não pára de se queixar aos homens da confiança de Bush, de Gregg e de Watson. Exasperado, confia a Gregg: «Só V. poderá fazer-lhe ouvir a razão!»

Em 8 de Agosto, é Rodríguez quem apresenta no gabinete de Gregg uma queixa em boa e devida forma. Segundo a mesma, os agentes que trabalham para a Enterprise «levam a cabo uma operação débil, doente e de alto risco». Quatro dias mais tarde, Gregg convoca uma reunião de urgência. Receando talvez perder a calma, North faz-se representar. É restaurada uma aparência de unidade. De novo, as entregas de armas aos Contras serão asseguradas por aviões Enterprise até que, em 5 de Outubro de 1986, a artilharia sandinista atinge em cheio o famoso C-123K da Southern Air, fazendo explodir o dispositivo de cobertura que tinha enganado toda a gente.

Depois de 1986 e da ressaca do Irangate, George Bush e a sua clique negaram toda e qualquer participação nas entregas de armas. Bush declarou: «Espalham-se boatos segundo os quais eu teria sido encarregado de supervisionar essa operação. É falso, indigno e iníquo«. Em 1988, apesar das perguntas da imprensa, o candidato Bush agarrou-se sistematicamente às declarações iniciais: a comissão de inquérito do Irangate ilibou-o e ilibou a sua equipa de toda a suspeita.

O Irangate interessou-se sobretudo pela Enterprise e pelas suas ramificações iranianas, de que North detinha a responsabilidade exclusiva. Só incidentalmente foi abordada a existência do Supermarket. Quanto à Black Eagle, nem palavra. Para Bush, tudo isso é «história antiga». E declara-se cansado de estar sempre a repetir: «Disse a verdade!«

Ei-lo presidente de uma república que não é bananeira. Recusa fazer qualquer declaração. Quando a Rolling Stone Magazine lhe ofereceu direito de resposta às acusações levantadas, Bush mandou dizer pelo seu assessor de imprensa, Kristin Taylor, que «Mr. Bush mantém as declarações anteriores«.

Mais papista que o Papa, na sua campanha eleitoral Bush achou por bem criticar vivamente Reagan na Academia de polícia de Los Angeles: «Não negociarei com terroristas ou traficantes de droga, sejam eles dos Estados Unidos ou do estrangeiro».

A ironia quis que o conselheiro de Bush para os assuntos de segurança nacional, Donald Gregg, retomasse o fio das negociações com o general

Noriega depois dos desaires repetidos do adjunto do secretário de Estado Elliott Abrams. Gregg, pelo menos em três ocasiões, avistou-se directamente com o general Noriega para proteger Bush. As alegações segundo as quais Bush teria sido flexível na questão da droga em virtude das suas conexões com Noriega, não são mais que um dos aspectos do problema: o verdadeiro escândalo é a sua ligação ao tráfico de armas contra droga na América Central.

O semanário Newsweek acusou o gabinete Bush de coordenar um «supermercado de armas» para os Contras depois que estes tinham sido atingidos pela redução das ajudas americanas entre 1984 e 1986. Bush respondeu que o artigo é obsceno. Não obstante, na sua edição de 28 de Maio de 1988, o Newsweek mencionava o traficante de armas e agente israelita Richard J. Brenneke que, interrogado pela comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado, implicava Bush no «supermercado de armas».

Escreve o semanário: «O agente Richard J. Brenneke, traficante com ligações ao bloco soviético, declarou à Comissão que Gregg era o contacto em Washington para as operações de fornecimento. Afirmou também que o Cartel da cocaína de Medellín tinha financiado a operação, utilizado os seus aviões para fornecer armas aos Contras e voltado a utilizá-los para transportar carregamentos de droga da Colômbia para os Estados Unidos.

«Brenneke afirmou que em meados de 1985 transportara um carregamento desses para Amarillo, Texas. Quando depois tentou dizer a Gregg o que se passava ouviu como resposta: "Faça o trabalho que lhe compete. Não meta o nariz nas decisões dos seus superiores". Gregg negou ter falado alguma vez com Brenneke, descrevendo-o como um operador que tentara fazer aprovar por Bush um contrato de venda de armas ao Irão«.

As informações vespertinas da cadeia de televisão americana ABC retomaram durante dois dias a história de Brenneke. As coisas iam de mal a pior, até que o porta-voz do presidente, Martin Firzwater, tentou desacreditar Brenneke. Alegou que as afirmações de Brenneke tinham sido refutadas por um tribunal de Nova Iorque num processo de tráfico de armas dirigido pelo general israelita Bar-Am, no qual Brenneke era acusado. O procurador encarregado do processo afirmou perante as câmaras da ABC que Brenneke não fora acusado de nada e que as suas afirmações não tinham sido refutadas!

A cadeia Public Broadcasting Service (PBS) apresentou em 17 de Maio de 1988 um documentário de meia hora sobre a história das relações obscuras entre os serviços americanos de informação e o tráfico de droga, sublinhando a implicação de Bush. Numa longa conversa com o técnico de contas do Cartel de Medellin, Ramón Milián Rodríguez, condenado a 43 anos de prisão por branqueamento de dinheiro da droga, pôs em evidência a implicação de Bush através de um dos seus antigos subordinados da CIA, Felix Rodríguez. Era com a assistência do técnico de contas do Cartel de Medellín e em coordenação com o conselheiro da segurança nacional de Bush, Donald Gregg, que Felix Rodríguez dirigia o aprovisionamento dos Contras.

Outro facto em Fevereiro de 1988: o departamento da Defesa anunciou a prisão de três militares americanos e de um panameano depois da descoberta de 35 quilos de cocaína no avião que os tinha conduzido do Panamá a Porto-Rico. Dias antes, foi preso perto de Washington um homem

que introduzira 5 quilos de cocaína. Para tal, tinha usado o avião pessoal de um general americano! Na época, os responsáveis do Pentágono pensavam que se tratava de «casos isolados». Teoria desmentida hoje por um inquérito feito pela DEA a uma rede militar. No espaço de 3 anos, os militares americanos destacados no Panamá teriam importado mais de 450 quilos de cocaína.

Revelado em Junho de 1988 pela cadeia de televisão NBC, o inquérito foi confirmado pela DEA. Depois da prisão de um tal Jackie Lee Bigelow que trazia consigo 8,5 quilos de cocaína, os investigadores descobriram que o tráfico se realizava entre as bases americanas do Panamá e da Georgia. A NBC revelou que mais de vinte militares americanos tinham sido presos em três anos. A cocaína era transportada em avião por soldados, ou por civis que faziam passar-se por soldados, e que utilizavam o sistema postal do Pentágono.

Na mesma época, cinco funcionários da Casa Branca foram exonerados das suas funções por consumirem cocaína. Em 14 de Agosto de 1989, era a prisão por tráfico de droga de um antigo alto responsável da DEA, Edward O'Brien, no próprio momento em que se punham em acção meios enormes para lutar contra o flagelo. O'Brien, que esteve à cabeça do organismo em Springfield (Massachussetts) entre 1982 e 1988, tinha sido felicitado a esse titulo pelo governador Michael Dukakis por ter desmantelado na região uma importante rede de tráfico de cocaína. Em 18 anos de carreira, fora citado em várias ocasiões pelas suas acções, nomeadamente pelo inquérito que conduzira pessoalmente no sul da França, em Nice, sobre a French Connection (1). O agente foi preso pelos próprios colegas depois de ter recebido de um informador de Miami 28 quilos de cocaína destinada a Boston.

(1) Na época, em 1970, era director da DEA em Nice.

O homem forte do Panamá está agora em condições favoráveis para aconselhar os seus vizinhos americanos a arrumarem a casa... Mas, não obstante a gravidade e a complexidade da questão, o humor não deve perder os seus direitos. Em Outubro de 1989, ao fecharem um laboratório de Tijuana que fabricava clandestinamente esteróides para os adeptos americanos de body-building, as autoridades mexicanas tiveram a surpresa de descobrir que o proprietário da empresa não era outro senão... o general Noriega. Contudo, sem perder o norte, em 8 de Fevereiro de 1988, três dias depois de acusado publicamente pelos Estados Unidos, o general Noriega dava ordenava a um banco de Londres a transferência de 14.936,42 milhões de dólares para um banco do Luxemburgo. Uma ninharia...

Em todo o mundo não faltam agentes da DEA que se queixam dos obstáculos que o Departamento de Estado ou os embaixadores colocam aos inquéritos que conduzem, muitas vezes com risco da própria vida. Por exemplo, em 14 de Agosto de 1986, no mesmo momento em que um agente da DEA no México, Victor Cortez, era sequestrado e torturado por polícias a soldo dos traficantes, o presidente Reagan, que recebia o seu homólogo mexicano Miguel de la Madrid, declarava-se «impressionado e feliz com os esforços dispendidos pelas autoridades mexicanas na luta contra a droga«. Os seus conselheiros tinham sido informados sobre o assunto, mas agora não convinha estragar o encontro.

Para Dick Gregorie, ex-assistente do advogado geral da Flórida hoje a

exercer privadamente, «a droga não é uma prioridade para o Departamento de Estado«. William von Raab, director-geral das alfândegas durante a administração Reagan, ao abandonar o seu posto em Agosto de 1989 denunciou «a falta de motivação, com pouquíssimas excepções, na luta antidroga no seio da administração«.

Vai ser necessário chegar à primavera de 1986 e à publicação na primeira página do New York Times de um inquérito detalhado sobre as actividades de Noriega para que a administração comece a reagir. O resto é conhecido, a inculpação do general em Fevereiro de 1988 por tráfico de droga lançada pelo grande júri de Miami, a indignação do governo americano ao mobilizar o mundo inteiro contra o seu antigo agente, tornado agora o pior dos patifes.

Só uma organização não aderiu à ira internacional: o Partido comunista francês. «Não passam de calúnias do imperialismo ianque«, afirmava Philippe Herzog, cabeça de lista nas últimas eleições europeias. Segundo Philippe Herzog, Noriega, vítima do falatório americano, «defende a identidade do seu país e não quer ficar debaixo da bota de Washington«. O PC tinha esquecido que Noriega fora um fiel da CIA...

Assunto estranho o da coligação Noriega, droga, Contras e CIA, que há que aproximar de outro bastante menos conhecido mas igualmente bizarro.

Em 27 de Janeiro de 1980 a polícia australiana localizou no parque de uma auto-estrada uma limousine de luxo Mercedes Benz a uma centena de quilómetros de Sidney. No interior do Mercedes os agentes descobriram o cadáver de um homem com a cabeça despedaçada. Num dos bolsos do cadáver, um cartão de visita com o nome de William Colby, antigo director da CIA. No verso do cartão, tinham sido anotadas as diferentes etapas de uma viagem de negócios que William Colby devia efectuar no mês seguinte pela Ásia. A presença do cartão de visita nada tinha de fortuito: Colby era o advogado do homem assassinado.

Ao folhearem uma bíblia encontrada ao lado do cadáver, os polícias voltaram a encontrar o nome de Colby. Desta vez escrito num pedaço de papel de embalagem com o de um eminente polícia americano, Bob Wilson, representante do Partido Republicano no comité das forças armadas do Parlamento.

O caso complicou-se quando se descobriu que o cadáver tinha por nome Frank Nugan, co-proprietário do Nugan Hand Bank, estabelecimento presente em 22 países e centro de intrigas de rara complexidade. Quem, pois, poderia imaginar que uma instituição tão respeitada como a Nugan Hand Bank organizava tráfico de heroína e armas e branqueamento de dinheiro sujo?

Tão depressa foi conhecida a morte de Frank Nugan, os homens da Nugan Hand mobilizaram-se em todo o planeta . Antigo chefe das forças americanas da Ásia e do Pacífico, responsável pela sucursal filipina da Nugan Hand, aterrado, o general Le Roy J. Mannor ordenou ao seu assessor de imprensa que censurasse a informação. Em vão. Sabedor da novidade, o almirante P. Budy Yates, antigo chefe do planning estratégico das forças americanas da Ásia e do Pacífico e presidente do Nugan Hand Bank, abandonou todos os assuntos pendentes da sua vilegiatura na Virginia e

voou para Sidney. Esperava-o no aeroporto o vice-presidente, Michael Hand, ex-boina verde, condecorado como poucos durante a guerra do Vietname onde se tinha destacado como oficial de informações. Michael Hand acabava também de desembarcar de um avião procedente de Londres.

Sem perder tempo, os dois homens dirigiram-se à sede do banco e trataram de fazer desaparecer os papéis mais comprometedores. Testemunhas afirmaram que o almirante e o ex-boina verde levaram de lá numa noite centenas de fichas e dossiers. Em vez de destruídos, esses dossiers foram utilizados inteligentemente pelos antigos dirigentes do Nugan Hand Bank. Pouco tempo depois, o banco era posto em liquidação. O escândalo só tinha começado, pois ninguém compreendia a razão de tantos graduados do exército americano e oficiais de informação trabalharem para essa empresa bancária. Como seria de prever, a CIA negou ferozmente toda e qualquer participação no caso. No entanto, os polícias australianos quiseram tirar tudo a limpo e descobriram coisas surpreendentes.

Assim, por exemplo, Joe Flynn, ex-agente da CIA, afirmou que Michael Hand o contratara em 1973 para montar escutas telefónicas no quarto de dormir do primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam, na altura em que este passava férias no Estado de Queensland.

Independentemente, porém, do facto da própria espionagem (que aliás não é o objectivo principal deste estudo), segundo a polícia australiana os homens do Nugan Hand Bank participavam directamente no tráfico internacional de heroína, expedida em contentores da Austrália para os Estados Unidos. Tudo isto não causou demasiada surpresa quando se soube que, aos olhos da polícia, Michael Hand e Frank Nugan eram suspeitos desde o princípio dos anos 70 de tráfico de droga.

Segundo Joe Volkman, antigo agente da brigada australiana de estupefacientes, foram exercidas por eminentes personalidades fortes pressões políticas no sentido de impedir um inquérito sobre os tráficos de droga do Nugan Hand Bank. De facto, a Austrália, apesar de ser uma das plataformas giratórias do contrabando de heroína na região, é um dos raros países aliados dos Estados Unidos a não admitir a DEA, a polícia antidroga americana.

Joe Volkman afirma ainda que aterravam regularmente na base secreta da CIA de Pine Gap, em Alice Springs, aviões de carga americanos do tipo Starlifter para descarregarem, além de caixotes de equipamentos militares, dezenas de quilos de substancias narcóticas. A droga provinha do Triângulo de Ouro asiático: uma parte era vendida localmente, a outra seguia para os Estados Unidos.

Para dar mais peso às acusações feitas perante a comissão governamental, Joe Volkman forneceu o nome de um dos seus informadores, que supunha acoitado nos Estados Unidos. Algum tempo depois, esse informador era assassinado. A polícia australiana conseguiu provar que o Nugan Hand Bank estava implicado igualmente numa série de assassinatos por encomenda. A pedido de um sindicato asiático de traficantes de heroína conhecido com o nome de «Mr. Asia«, o Nugan Hand Bank tinha mandado liquidar três informadores da polícia australiana.

Regressemos à América latina.

As cumplicidades do Cartel de Medellín na América latina não se podem explicar apenas com corrupção. Há que ter em conta as ameaças. Luis Ochoa, detido de surpresa em Novembro de 1987 pela polícia colombiana, esteve a um fio de ser extraditado para os Estados Unidos, como acontecera 7 anos antes a Carlos Lehder. Os seus associados em liberdade lançaram um ultimato em forma. Com a assinatura dos Extraderos (os «ameaçados de extradição»), o Cartel de Medellín advertia: «Queremos dizer ao governo colombiano que se Luis Ochoa for extraditado para os Estados Unidos declararemos uma guerra total a toda a classe política do país».

Em 30 de Dezembro seguinte Ochoa saia da prisão. Seis dias depois, o ministro da Justiça que o mandara libertar emitiu novo mandato de captura, medida totalmente simbólica que visava acalmar Washington, cujas reacções eram vivas. É de referir igualmente que a Espanha extraditou Luis Ochoa em 14 de Julho de 1986, detido em Novembro de 1984 em Madrid na companhia do banqueiro Gilberto Rodríguez Orejuela. Mas sem consequências!...

O Cartel mandou assassinar mais de 60 juízes, uma trintena de jornalistas e mais de 200 polícias. Entre as 17.000 mortes violentas recenseadas na Colômbia, um milhar deve-se a confrontações entre guerrilheiros e forças armadas. A grande maioria dos crimes de sangue é perpetrado por assassinos profissionais, sicários ligados aos narcotraficantes.

O Cartel tem o braço comprido. Em 13 de Janeiro de 1987, em Budapeste, em plena rua, um indivíduo de aparência sul-americana feria gravemente com quatro balas na cabeça e uma no peito o embaixador colombiano Enrique Parejo González, ex-ministro da Justiça e signatário das primeiras ordens de extradição. Parejo foi nomeado para Budapeste por se supor que o narcoterrorismo não o conseguiria castigar num estado policial do bloco de Leste. A suposição revelou-se tragicamente falsa.

O «grupo Hernán Moreno Botero« reivindicou o atentado contra Parejo, por si condenado à morte. Hernán Botero era o proprietário «respeitado« de um clube de futebol de Medellín -- financiado por Pablo Escobar -- de onde foi extraditado em 1985 para os Estados Unidos por ordem de Parejo. Acusado de numerosos tráficos de droga e branqueamento de dinheiro, foi duramente condenado em Miami. Mario Valderrana -- então vice-presidente de Acosta da UTC, o sindicato de trabalhadores colombianos -- foi depor no tribunal de Miami e elogiou as altas virtudes morais de Hernán Botero Como sempre, a famosa e inevitável coligação de políticos e narcotraficantes!

Hernán Moreno Botero foi acusado de branquear 56 milhões de dólares com a ajuda do Landmark Bank de Plantation, arrabalde-dormitório situado a leste de Fort Lauderdale. Os agentes da equipa de Greenback que criticavam a não aplicação pelos bancos da lei sobre o segredo bancário e exigiam a elaboração de extractos de conta por cada depósito ou levantamento em dinheiro superiores a 10.000 dólares, efectuaram um inquérito judicial em dois estabelecimentos de Miami, o Bank of Miami e o Great American Bank of Dade County. «Isaac Katan Kassin, de Cali, homenzinho gorducho de cabeça calva, foi acusado do branqueamento de 60 milhões de dólares por intermédio do Great American Bank. Parecia-se tanto com o primeiro-ministro israelita que os inspectores encarregados

da sua vigilância lhe davam o nome de código «Begin«. Na opinião do procurador de Miami, era o maior financeiro de droga da América do Sul» (1).

(1) Ver Les Rois de la Cocaïne e também L'Histoire Secrète du Cartel de Medellín, de Guy Gugliotta e Jeff Leen. Presses de la Cité.

À medida que o caso decorria, as pressões avolumaram-se tanto que em Junho de 1987 o supremo tribunal de Bogotá declarava inconstitucional o tratado assinado em 1983 com os Estados Unidos!

Para se compreender melhor o fenómeno colombiano, é necessário abordar o problema da América latina no seu conjunto.

A Bolívia e o Peru são os maiores produtores de folhas de coca e os fornecedores mais importantes de pasta-base do Cartel de Medellín. É muito revelador o recente relatório submetido ao Congresso por Sherman M. Funk, inspector do Departamento de Estado dos resultados da política conduzida no Peru e na Bolívia pelos agentes americanos. De 1973 a 1989, o Bureau of International Narcotic Matters, que coordena as acções no estrangeiro, dispendeu 47 milhões de dólares no Peru e 56 milhões na Bolívia, não contando a parte de 18 milhões para assistência às forças aéreas na região.

Resultados do ano de 1988: no Peru, em 110.000 hectares reconhecidos como cultura de coca (2), 5130 terão sido destruídos; das 86.957 toneladas de folhas, 2,2% foram apreendidos; 0,2% foram consumidos localmente e 97,6% estavam disponíveis para fabricação e tráfico de cocaína. O mesmo na Bolívia. O resultado é visível desde Cochabamba até Guadalajara: as superfícies de cultura de todas as drogas registadas nestes últimos anos cresceram ininterruptamente.

(2) Mais adiante iremos ver que há, seguramente, mais.

bolívia

Há um nome na Bolívia que sobressai entre todos os outros. É o de Roberto Suárez Roca, mais conhecido como Roca Suárez e chamado o «o rei da coca", de quem se diz que tem mais dólares que o Banco Central de la Paz. Suárez passa por ter financiado em Julho de 1980 o golpe de Estado do general Luis García Meza, conhecido desde então como o «coca-putsch«!

A personagem, todavia, é mais que um grande «padrinho». Na altura da invasão militar do vale tropical de Chapare, paraíso dos pequenos traficantes de cocaína, soube-se em La Paz que o chefe da brigada de estupefacientes, Rafael Otazo, o tinha encontrado tempos antes numa fazenda discreta... Um diálogo entre o chefe da polícia e o patrão da cocaína! Findo o qual, Roberto Suárez partiu em liberdade! O escândalo foi enorme na Bolívia.

Nessa entrevista, Suárez tinha afirmado que o ministro do Interior do governo esquerdista de Siles Zuazo, Mario Roucal, prosperava no tráfico de droga e que ele, Suárez, tinha oferecido 2 biliões de dólares para

pagar metade da divida externa do pais em troca de um pacto de não-agressão. Além disso, propunha-se emprestar uma soma colossal em dólares, depositada em bancos de Nova Iorque, para financiar vários projectos de desenvolvimento! Nem mais nem menos!

Segundo um documento publicado em Fevereiro de 1981 pela revista peruana Marka, um grupo de «jovens oficiais« opositores da junta revelava a existência de um conclave firmado em Santa Cruz no final de Julho de 1980 entre García Meza e a Mafia: «Esta comprometeu-se a depositar em bancos nacionais as divisas provenientes do exterior, o que fez pontualmente nos meses seguintes«.

O filho de Frederico Nielsen Reyes, Roberto, chefe dos serviços de segurança de García Meza, acompanhou à Suíça a esposa deste, Olma Cabrera, para depositar num banco de Zurique uma soma em dinheiro proveniente do tráfico de droga que o semanário Der Spiegel avaliou em 40 milhões de dólares.

Roberto tem como centro operacional a região de Beni, savana com mais de 200.000 hectares situada no nordeste do pais. Numa entrevista, declarava: «Tenho à minha disposição três aviões Harrier de descolagem vertical e uma frota de doze caças-bombardeiros equipados com mísseis e foguetões que fazem 650 quilómetros por hora e autonomia de voo de quase 6 horas. Os meus homens? São treinados por peritos líbios...»

E a sua imensa fortuna? «Possuo 10 milhões de dólares e não 400 milhões (1), como dizem as más línguas. Trabalhei muito. Há 38 anos não tinha mais de uma vaca. Hoje, tenho mais de trinta mil».

(1) Correspondentes a metade das exportações da Bolívia!

Segundo parece, a prisão na Suíça do seu filho Roberto em 23 de Janeiro de 1983 vibrou um golpe fatal neste sexagenário até então invulnerável. A sua esposa e os dois filhos, Gary e Roberto, na posse de 10 milhões de dólares, foram presos em Locarno pela polícia suíça Mas só Roberto, possuidor de passaporte falso, foi encarcerado e extraditado para os Estados Unidos em 6 de Agosto, onde a caução subiu a 5 milhões de dólares. O «rei da coca« dirigiu-se então em 1 de Setembro de 1983 ao presidente Ronald Reagan, oferecendo-se para pagar a divida externa da Bolívia (de 3,82 biliões de dólares) em troca da libertação do filho...

Dispondo de uma fortuna de apenas... 10 milhões de dólares! Curioso!

Igualmente curioso foi o facto de não ter pago a caução. Supõe-se que o presidente Reagan não respondeu à proposta, mas, perante a surpresa geral, Roberto II -- cujo nome completo é Roberto Suárez Levy -- foi absolvido pelo grande júri de Miami e posto em liberdade, muito simplesmente porque se acreditou mais na sua palavra que na de quatro agentes da DEA.

Suáres foi, durante muito tempo, protegido pelo ministro do Interior, o general Arce Gómez, seu primo e, segundo parece, o rei boliviano da cocaína utilizava outras vias além da Colômbia para escoar os seus produtos. Uma parte da coca boliviana passava pelo Paraguay onde era directamente trocada por automóveis e aviões passados em contrabando.

Mas, mesmo admitindo que Roberto Suárez não mantinha relações com os seus homólogos colombianos, seria tentador para o governo da Bolívia aproveitar a atmosfera ambiente para pôr fim à existência perigosa desse Estado dentro do Estado. Em 1986, as autoridades de La Paz lançaram um ataque contra o «rei da droga« em que participaram 170 rangers do exército americano sob as ordens do general John Taylor. Sem qualquer sucesso. Nada mais foi conseguiu além de violentas manifestações a desfilar com o slogan «Bolívia livre, sim. Bolívia ianque, não».

A fazenda El Potrero foi o cenário de um golpe extraordinário dado na Bolívia, protagonizado pelo major Carlos Fernández, acusado em 1979 de conivência com os traficantes de droga. Destituído sob a presidência de Lidia Gueiler, veio a ocupar a função de tesoureiro da Unión de la Izquierda ao lado de Siles Zuazo, exilado em Hamburgo. Alain Labrousse, autor de Coca Coke, que o entrevistou, escreve: «A operação foi montada depois de uma denúncia sobre as idas e vindas de uma avioneta colombiana. Nos acessos à pista de aterragem, uma chuva de balas obrigou os primeiros polícias chegados ao local a darem meia volta e a procurarem reforços em Santa Cruz. Ao regressarem, tiveram a surpresa de serem acolhidos por um oficial aviador que descera de um aparelho das forças aéreas bolivianas e lhes dava ordem de retirar. O coronel Fernández não se deixou impressionar e passou a propriedade a pente fino. Acabou por descobrir 300 quilos de pasta-base e uniformes militares que eram utilizados -- segundo os habitantes da zona -- por condutores que transportavam carregamentos de folhas para a fazenda.

«O mais picante da história é que essa propriedade pertencia ao general Hugo Banzer, cuja ditadura na Bolívia durou de 1971 a 1978... O general Banzer tentou limpar-se, emitindo um comunicado em que pretendia que, se a sua propriedade era utilizada por traficantes, não tinha conhecimento disso. Mas tal comunicado levou os jornalistas a exumar outros assuntos em que parentes seus estavam implicados. A sua filha e genro tinham recebido em Montreal, onde residiam, personalidades do governo boliviano carregados de cocaína. Pouco antes de deixar o poder, Banzer nomeou cônsul em Miami o seu primo Guillermo Banzer Ojopi. Ora bem, este foi denunciado pela imprensa local como grande barão da droga. A própria esposa do general Banzer, Yolanda Prada, teve "problemas" com a polícia montada do Canadá e com as alfândegas espanholas. Enfim, numerosas personagens denunciadas como traficantes pelos serviços antinarcóticos dos Estados Unidos -- o coronel "Bubby" Salomon, Widen Razuk, Ruddy Landivar, "Pepe" Paz -- eram colaboradores próximos do ex-ditador.

«Em 1975, quando o general Banzer, a pretexto de fazer face à crise que ameaçava a economia boliviana, se preparava para lançar o seu plano quinquenal, foi informado sobre as perspectivas oferecidas pela produção de coca. Descobriu então que o exército já tinha dado andamento ao seu projecto: no distrito amazónico de Beni, a fazenda Paraparan (de 50.000 hectares e com 10 pistas de aterragem), administrada pela Corporación de las Fuerzas Armadas para el Desarrollo Nacional, era um dos principais centros de fabrico de pasta-base. Paralelamente, a maior parte da produção da fábrica nacional de ácido sulfúrico, igualmente dirigida por militares, destinava-se à fabricação da droga.

«Os conselheiros do general Banzer tinham proposto unificar e controlar uma produção até ai anárquica sob a direcção da Associación de los Produtores de Algodón em Santa Cruz, cujas personagens mais notórias eram

Alfredo Gutiérrez, os irmãos Miguel e Widen Razuk e, sobretudo, Roberto Gasser, presidente da Câmara de comercio e indústria... O coronel Luis Arce Gómez, ministro do Interior, era o "homem forte" do governo. O senador democrata Denis Deconcini, membro de uma comissão de inquérito americana sobre as ligações do governo boliviano à Mafia, declarava em 1 de Maio de 1981 num programa da NBC: "Faz parte da maior grande cadeia de traficantes do mundo no interior dos Estados Unidos".

«0 coronel Arce Gómez pôde ser desmascarado porque o seu tráfico repousava sobre uma companhia de táxis aéreos montada com o coronel Norberto Salomon, adido militar da Bolívia em Caracas... O problema é que os aviões, por vezes, têm acidentes. Assim, em 3 de Julho de 1980, um bimotor Piper-Azteca explodiu perto da localidade de Lara, a 20 quilómetros de La Paz, projectando nos arredores uma miriade de notas verdes escapadas de malas esventradas. A polícia local ocupava-se a recuperar as de 20 e 50 dólares quando apareceu um helicóptero com Luis Arce Gómez a bordo, então chefe dos serviços secretos do exército: rasgou o relatório dos agentes e ordenou-lhes silêncio.

Uma das maiores apreensões feitas a um traficante boliviano foi, sem dúvida, a de Roberto Gasser, em 1980. Industrial de Santa Cruz, esse fiel de Roberto Suárez era proprietário do complexo açucareiro agro-industrial La Belgica e presidente da Câmara de comércio de Santa Cruz... que se apressou a pagar a caução de 1 milhão de dólares exigida. O juiz só o libertaria depois de ter nas mãos uma carta garantindo que não abandonaria o território dos Estados Unidos. A carta tinha também as assinaturas do ministro da Educação, Ariel Coca, e do comandante da guarnição de Santa Cruz, o general Echeverría. Puro engano, pois Roberto Gasser tratou logo de fazer-se ao largo e nenhum dos governos que se sucederam na Bolívia quis -- ou pôde -- prender Roberto Gasser!

Em Santa Cruz, a Mafia controla os bancos mais importantes, o import-export e até as cadeias de televisão, como a Galavision, cujo director é Sergio Caballero, genro de... Roberto Suárez. Uma grande parte das receitas da droga é depositada na Suíça, no Panamá -- onde o Banco de Santa Cruz abriu uma sucursal --, em Nassau ou Taiwan. Uma vez branqueadas, as somas regressam em parte ao pais. Por essa razão Fredy Justiniano, ministro das Finanças de Siles Zuazo, calculava que 80% da economia do pais se baseava em actividades ilícitas!

O poder da Mafia boliviana é tal, que em 1986 pôs o pais à beira da bancarrota. Para protestar contra medidas governamentais contrárias, retirou os seus dólares do circuito. Em alguns dias, a nota verde atingia cotações extravagantes. O que não causa demasiado espanto, pois as 150 redes de grandes traficantes controlam um total de negócios superior a 4 biliões de dólares anuais. Uns 600 milhões ficam na Bolívia, circulam e são branqueados da maneira mais legal possível no «bolsin« do Banco Central de la Paz, autorizado por decreto de 1985 a não se interessar pela origem dos dólares. Enfim, como admite Carlos Dabdoub, neurocirurgião e deputado de Santa Cruz: «Não escondamos a cara: sem os narcodólares, a experiência neo-liberal do governo não teria tido êxito!»

Um relatório do ministério da Aeronáutica acaba de revelar a presença de 490 pistas de aterragem clandestinas no distrito de Beni e na zona de Santa Cruz, regiões utilizadas pelos traficantes de droga. Segundo o mesmo, o número de pilotos privados com licença oficial atinge 358 e o

número de pilotos ilegais será semelhante, no mínimo. Segundo as estatísticas governamentais, a Bolívia produz anualmente mais de 500 toneladas de cocaína pura, 31,4 das quais foram apreendidas no ano passado.

Na Bolívia, as superfícies legalmente cultivadas representavam já em 1979 10.000 hectares, que produziam 7101 toneladas de folhas de coca. Depois do golpe de Estado do general Luis García Meza em Julho de 1980, golpe inspirado e financiado pela Mafia da cocaína, o conjunto da produção passou a atingir 35.000 toneladas. Em 1981 já se aproximava das 80.000 toneladas. As receitas provenientes das exportações de droga elevavam-se a mais de 2 biliões de dólares.

Em 1984, ano em que, ao que parece, foi batido em valor o record de produção de cocaína, o PIB oficial atingia 3,15 biliões de dólares e o PIB «coca« 3 biliões, de acordo com uma estimativa confidencial do governo de la Paz. Assim, a Bolívia teria produzido 400 toneladas de cocaína, cerca de 4 vezes mais que as estimativas feitas por Washington. A 7,5 milhões de dólares a tonelada de cocaína, preço de venda interna, o PIB «coca» deve ter igualado o PIB oficial...

Apesar de tudo, talvez seja necessário sublinhar que no seguimento do caso colombiano foram presos três dos principais traficantes peruanos. José Ali Parada, fugido em 1987 depois de condenado a 10 anos de prisão, capturado em Agosto de 1989; Juan Carlos Lisboa Melgar, capturado também no final de Novembro de 1989, numa rusga em Santa Cruz; e o antigo ministro do Interior, Luis Arce Gómez, em 10 de Dezembro de 1989 e extraditado no dia seguinte para os Estados Unidos, onde tinha sido condenado em 1983 a 15 anos de prisão por tráfico de droga.

Peru

De acordo com os cálculos, a colheita de folhas de coca no Peru passou de 20.000 toneladas em 1974 a 30.000 toneladas em 1979 e atingiu 45.000 toneladas em 1982. Fotografias tomadas recentemente por satélite mostram que na região de Convención, perto de Cuzco, a coca cobre mais de 40.000 hectares, apesar de só 10.000 hectares serem oficialmente reconhecidos pela Enaco, empresa do Estado.

Se aos 200.000 hectares de coca de Haut Huallaga se somarem os 40.000 disseminados por outros vales, o Peru estaria a produzir em 300.000 hectares matéria-prima que representa perto de 1000 toneladas de cocaína pura. À vista destes números é possível calcular que as receitas da droga no Peru passam os 4 biliões de dólares (1). A revista peruana em língua inglesa, Andean Report, no seu número de 25 de Abril de 1985, calculou que uns 800 milhões de dólares ficam no Peru, número resultante de um inquérito aos bancos com sucursais na Amazónia que drenam os narcodólares.

(1) Hertoghe e Labrousse, Le sentier lumineux au Pérou, Ed. La Découverte.

Entre eles, o Banco de Crédito, aparentemente peruano, mas que conta entre os seus accionistas o überseebank AG de Zurique (13,6%) e o banco Sudameris de Paris (4,9%). Outros três bancos nacionais, o Banco Agrário,

o Banco Internacional e o Amazonico disputam entre si os narcodólares, a ponto de terem aberto sucursais em aldeolas perdidas no fundo da Amazónia, ao longo do rio Huallaga. O Banco de Crédito, por sua vez, tem sucursais em Nova Iorque, na Califórnia, em Nassau, nas ilhas Caimão e no Panamá.

Tal estado de coisas fez com que o jornal diário de Lima, La Republica, de 15 de Agosto de 1982, dissesse: «A cocaína tornou-se este ano o nosso principal produto de exportação«. E o mensário económico Peru Report reproduzia o comentário de um dos peritos antidroga, segundo o qual o presidente Alan García estava prestes a utilizar a coca como instrumento de negociação na guerra declarada aos seus credores para impor uma nova ordem económica internacional.

Várias famílias parecem disputar o controle do mercado. Uma delas beneficia de cumplicidades no seio da Acción Popular, o partido do poder. O seu chefe, Luis Malpartida, foi preso em 1974 na posse de 27 quilos de droga. Protegido pelo ministro do Interior, general Velit, foi condenado com 2 anos de pena suspensa e deixado em paz. Depois de um exílio dourado na Venezuela, regressou ao Peru em 1980 para retomar a direcção do fabuloso império.

Na sua ausência presidiu Carlos Langberg, que contribuía para o financiamento das campanhas eleitorais da Alianza Popular Revolucionária Americana. Preso em Janeiro de 1980 depois de lhe serem apreendidos 474 quilos de pasta-base, em breve estava de novo em liberdade, para voltar a ser preso em Fevereiro de 1982. Juntou-se na prisão àquele que há muito alimentava os cofres do partido do poder, Cardenas Davila, conhecido como «Mosca Loca«, o barão da droga de Tingo-María. Morreu em Março de 1984 às mãos de outros detidos durante um motim na prisão de Sexte.

O partido do presidente Belaunde expulsou das suas fileiras o deputado de Tingo-María, Reynaldo Rivera Romero, mas um outro protegido de «Mosca Loca« o senador Yashimura Montenegro, nunca foi incomodado. O deputado de Ayacucho, Josè Guillermo Vargas Parodi, que dirigiu nesse distrito a campanha eleitoral do presidente Fernando Belaunde Terry, fora preso por tráfico de droga no princípio de 1978. Apesar da gravidade da acusação, foi libertado graças à intervenção do ministro do Interior, general Ritcher Prada, cujo irmão, bispo de Ayacucho, serviu de intermediário. O processo foi arquivado.

Não podemos deixar de recordar igualmente o escândalo que provocou o fim da presidência de Belaunde Terry com o seu último primeiro-ministro Luis Percovich, possuidor de curiosas familiaridades, uma das quais a de um dos grandes padrinhos peruanos da Mafia da droga, Reynaldo López. Este, não contente por se ter infiltrado na PIP (polícia peruana antidroga) com a finalidade de assumir a sua direcção, permitiu-se o luxo de representar o seu país em 1983 num congresso internacional sobre tráfico de droga... O seu sucessor actual no palácio Pizarro, Alan García, não teve hipóteses mais favoráveis. Em Outubro de 1988, o APRA, (o seu partido, aderente da Internacional Socialista) no poder, teve que separar-se do deputado A. del Pomar devido às suas relações demasiado visíveis com traficantes de cocaína.

Até Novembro de 1985 o padrinho incontestado do Peru era Reynaldo Rodríguez López, que os Estados Unidos acusavam de fornecer desde há 12

anos 1 tonelada de cocaína por mês, via Panamá e México.

Perito contabilista, cuja carreira tinha começado como passador de emigrantes clandestinos mexicanos para o Canadá, era proprietário de mais de 30 imóveis e empresas, entre as quais 4 imobiliárias, uma companhia de produção cinematográfica e de vídeo, a Talia SA, um instituto de ensino da língua inglesa, English Language Service, e, sobretudo, uma agência de turismo, Saturin, verdadeiro quartel-general do seu império.

«Até aí, nada de demasiado clássico para um padrinho -- comentava Alain Labrousse em Coca Coke. -- O insólito é que na lista telefónica o seu número pessoal aparecia acompanhado da nota: "Ver Ministério do Interior". Nas páginas amarelas, de facto, o mesmo número figurava em nome de um "assessor" da Direcção de estupefacientes. Reynaldo Rodríguez López tinha sido lá colocado em 1980, na altura em que esse serviço era dirigido pelo general da polícia Oscar Vivas.

«As actividades de Reynaldo López não podem ser ignoradas pelos serviços da polícia: em 21 de Abril de 1978, a sua esposa, Rosalía, foi presa na companhia de Veronica Rivera -- conhecida na Colômbia como a "rainha da cocaína" -- no momento em que comprava 20 quilos de pasta-base; em Abril de 1980, o serviço anti-estupefacientes da Colômbia informava o seu homólogo peruano que Reynaldo López era um dos caciques da droga. Tal informação implicou a abertura de um dossier. Um duplicado do mesmo foi encontrado nos cofres da empresa... Saturin!; em 2 de Março de 1984, a polícia surpreendeu num apartamento registado em seu nome um grupo de mafiosi italianos e colombianos que acabavam de participar em sangrentos acertos de contas em Lima, e apreendeu 12 quilos de cocaína.

«O padrinho não só não foi inquietado nunca por via destes casos, como em 1983 se apresentou como representante do Peru num congresso internacional sobre tráfico de droga!

«A DEA ia-lhe seguindo a pista, mas evitando meter a polícia peruana no golpe. Reynaldo López queixou-se de ser vigiado por um locatário do imóvel onde estava instalada a Saturin: interveio um juiz que mandou apreender binóculos, magnetofone, etc. Apesar de se ter identificado como agente da DEA, foi enviado aos tribunais.

«Tudo se explica depois da descoberta de uma cassette de vídeo filmada no casamento da filha do padrinho, em que se vê este congratular-se junto de meia dúzia de oficiais superiores da polícia. Também não causou estranheza que os serviços de viagens ao estrangeiro da agência Saturin tivessem sido utilizados por 58 coronéis, 60 comandantes, 59 majores e 800 agentes. Todos iriam declarar que se devia aos preços propostos, que desafiavam toda a concorrência. Aliás, no dia da explosão do laboratório de Villa Coca, a esposa do chefe do serviço de narcóticos, general Oscar Vivas, preparava-se para levantar bilhetes quando os investigadores apareceram.

«Antes de darmos uma vista de olhos sobre o funcionamento da organização de Reynaldo López, convém referir outra personagem-chave deste caso: Luis López Vergara. Foi imediatamente implicado porque o seu automóvel, um BMW com placa do ministério do Interior, estava estacionado na propriedade do padrinho no momento do "acidente" do laboratório. Também nos cofres da

Saturin foi encontrada a declaração de venda da viatura passada por López Vergara ao general da polícia Josè Jorge Zarate pela importância de 17.000 dólares. O comprador não ganhava oficialmente mais de 300 dólares por mês...

«López Vergara, que como única bagagem possuía um diploma de professor do ensino primário, resultava ser o braço direito do primeiro-ministro cessante, Luis Percovich. Originário, como ele, da região de Chimbote, ocupara um emprego obscuro de funcionário na câmara de deputados antes de seguir o seu protector para os ministérios das Pescas e do Interior. Quando Percovich ocupou o lugar de primeiro-ministro em Outubro de 1984 tinha ao seu lado o inevitável Luis López Vergara.

«Luis Percovich declarou que não era seu conselheiro, mas um simples assistente encarregado dos assuntos pessoais. O jornal La Republica publicou então dezenas de fotografias de cerimónias oficiais que mostravam López Vergara ao lado do primeiro-ministro ou perto dele. Depois da imprensa próxima do governo de Alan García ter insinuado que Luis Percovich podia também estar ligado ao tráfico, este deslocou-se imediatamente aos Estados Unidos para se defender: pretendia ignorar todas as actividades ilícitas do seu subordinado.

«Luis López passava desde há muito por indivíduo sem escrúpulos. Tinham-lhe atribuído uma fórmula na altura em que desempenhava funções no ministério do Interior: "As promoções até à patente de coronel têm o seu preço e estão aqui à venda; as de general caem do céu". Em 26 de Março de 1984 Luis López apresentou-se no serviço de segurança do aeroporto de Lima acompanhado de Reynaldo López, dos seus dois irmãos e da secretária: arguindo a qualidade de assistente do ministério do interior, obteve cinco livre-trânsitos... que permitiram aos mafiosi circular sem qualquer obstáculo em todos os sectores do aeroporto. O do padrinho tinha o número 01.001.

«O chefe do serviço de segurança do presidente Belaunde, Rodolfo Serra Paredes, tinha um livre-trânsito do mesmo tipo, tendo sido visto em várias ocasiões no recinto do aeroporto na companhia de Reynaldo López e de López Vergara. Encontravam-se aí quase sempre para receberem o filho do padrinho boliviano, Roberto Suárez II, que vinha no seu avião pessoal.

«O inquérito permitiu também descobrir que tinham desaparecido 200 passaportes virgens dos serviços de Imigração e que a agência Saturin possuía um equipamento sofisticado que lhe permitia falsificá-los, emitir vistos de diferentes nacionalidades, etc. Vários mafiosos capturados no país ou na Colômbia, entre os quais o inimigo público n.o 1, "Retaca", tinham na sua posse vários desses passaportes "extraviados".

«Eis como funcionava a organização do padrinho: a pasta-base era comprada ou mesmo fornecida pela própria polícia, retirada dos stocks apreendidos. De seguida, os seus laboratórios transformavam-na em cocaína. Os passadores eram recrutados entre os jovens que frequentavam o seu instituto de inglês, entre delinquentes munidos de passaportes falsos ou, muito simplesmente, entre os agentes da polícia.

«Utilizavam os voos da Air Panama -- cuja agência em Lima é suspeita de cumplicidade -- com bilhetes comprados pela Saturin. As protecções de que

gozava Reynaldo López ao nível da direcção da polícia, das alfândegas ou dos serviços de narcóticos permitiam aos passadores viajar com toda a tranquilidade: a tal ponto, que nenhum dos correios da sua organização foi algum dia preso. O que levou o procurador a exclamar: "Isto não é corrupção, é putrefacção!"

«Descobriu-se num banco de Miami uma conta em nome de Reynaldo López e de um dos irmãos pela qual, desde 1978, tinham transitado 12 milhões de dólares. Também se descobriu que os lucros auferidos por Reynaldo López eram reinvestidos na compra de material electrónico e vídeo, álcool, etc., introduzidos por contrabando no Peru com a bênção do general Zarate, director da polícia fiscal. As mercadorias eram revendidas a grandes centros comerciais de Lima pertencentes ao padrinho ou a trabalharem para ele. O dinheiro assim branqueado era reinvestido, por sua vez, em novos negócios.

«A explosão inopinada do laboratório de Villa Coca em 24 de Julho de 1985 apanhou de surpresa toda essa boa gente, que nem sequer teve tempo de testar as intenções do novo regime de Alan García. Finalmente, foram acusadas 28 pessoas, entre as quais Luis Vergara, o general Zarate e o major Vargas. Em 1 de Novembro de 1985 o padrinho Reynaldo López, depois de ter conseguido escapar por várias vezes aos agentes lançados no seu encalço, acabou por ser preso de madrugada na estação balnear de Ancón, 35 quilómetros a norte da capital.

«Depois dessa prisão, foram citados outros nomes, especialmente dois industriais têxteis, Isaac Gordon Perelman, a residir em Miami, e Vicente Díaz Arce, presumíveis comanditários de Reynaldo López.

«Em Setembro de 1985 soube-se que fora aberto outro processo... contra os polícias encarregados de investigar o caso de Villa Coca, para se saber onde tinham ido parar jóias, material vídeo, postos de televisão, etc., pertencentes aos Rodríguez: o governo do APRA parece ter caprichado em moralizar a sua polícia!»

Vejamos a prova: em 1988 a polícia suíça descobria um vasto tráfico internacional de cocaína Peru-Itália, via Suíça e, principalmente, via Genève e Locarno. Logo a seguir à morte de um jovem do Tessin provocada por uma overdose de cocaína, a polícia de Locarno apreendeu 32 quilos de cocaína chegada do Peru via Genève, 20 dos quais escondidos num banco de Locarno. Seguindo a pista, puseram as mãos em personagens acima de toda a suspeita, como o cônsul honorário do Peru, dois dos seus sobrinhos, um deles titular de uma agência fiduciária de Locarno, e uma hospedeira suíça...

Outro aspecto do problema é a coabitação entre narcotraficantes e guerrilheiros. No vale tropical de Huallaga, os guerrilheiros particularmente sanguinários do Partido comunista/Sendero Luminoso viviam harmoniosamente entre cultivadores de coca e traficantes de cocaína. A tal ponto, que as autoridades legais os confundiam no vocábulo narcoterroristas. No Peru, como aliás na Colômbia e na Bolívia, os guerrilheiros marxistas e os traficantes de cocaína servem-se da mesma argumentação junto dos cultivadores de coca: a luta antidroga é um assunto de gringos, conduzido pelo imperialismo e pelo fascismo.

Há muitos anos que a produção da planta de coca é estreitamente controlada pela guerrilha do Sendero Luminoso no vale de Haut Huallaga, no sopé da cordilheira azul do Peru. Essa região tornou-se em poucos anos «a primeira zona mundial de produção e transformação'' de coca. A terrível guerrilha maoísta, que desde há 9 anos já assassinou milhares de pessoas, encoraja os habitantes e defende-os do exército peruano e dos conselheiros americanos da DEA, que tentam destruir as culturas de coca.

Em Agosto de 1988 o Sendero Luminoso opôs-se com sucesso a uma vasta operação antidroga lançada pelo governo de Lima, cortando estradas e fazendo saltar pontes. Os senderistas negoceiam geralmente com os «narcos« colombianos que vêm recolher a pasta despachada depois para a Colômbia, onde é transformada em cocaína pura, e estipulam preços. De passagem, servem-se do dinheiro para comprar armas e financiar operações militares.

No seu livro Le Sentier Lumineux au Pérou, Hertoghe e Labrousse citam um testemunho: «Toda a sociedade foi reorganizada [nessa região]... O Sendero reestruturou tudo até a tenência da terra. Impõe o número de hectares de coca e de culturas de subsistência que o agricultor deve semear. Como um sindicato, fixa o preço de venda da folha aos colombianos. Os pequenos produtores que sofreram violências dos narcos ou da polícia sentem-se protegidos pelos senderistas».

Um dirigente do Sendero, o «comandante« Thomas, explicava: «A cultura da coca responde às necessidades económicas da imensa maioria dos agricultores de Haut Huallaga, que encontram nessa actividade um meio de subsistência. Não somos contra a coca pois isso significaria sermos contra os camponeses. Quem transforma a coca? Se evitarmos o consumo no nosso país, o problema da coca está resolvido para nós. Lá em baixo os imperialistas andam enlouquecidos, mas não vamos ajudá-los nessa luta pois são nossos inimigos« (1).

(1) Libération, 23.2.1989: «A impunidade de que gozam passadores e traficantes favoreceu nestes últimos meses os voos de pequenos aviões Piper e Cessna no sul do Brasil. Vários pilotos brasileiros foram considerados desaparecidos e os seus aparelhos jamais encontrados. As famílias receiam que tenham sofrido a sorte de um dos seus colegas, assassinado em pleno voo por três falsos turistas actualmente a ferros em Campo Grande (Estado de Mato Grosso do sul). "Reciclados" para o tráfico de droga, esses aviões carregam cocaína nos aeródromos clandestinos do Brasil e do Paraguay (3000 trancos por aterragem nas pistas de terra batida das haciendas do norte do país), donde é encaminhada para a América do Norte e para os países europeus».

Como dizem os autores daquela obra, há, pois, «uma aliança táctica entre os traficantes colombianos e o Sendero Luminoso» e toda a gente tem aí a sua parte. No semanário de extrema-esquerda Politis de 7-12 de Julho de 1989, Alain Hertoghe respondia à questão: «Com o seu discurso marxista-leninista puro e duro, como chegou o Sendero Luminoso à narco-guerrilha? Se o Sendero se financia fazendo os "narcoburgueses" (mesmo com ameaça de atentados) pagarem um imposto, é essencialmente por razões tácticas temporárias, já que tem meios de eliminar os traficantes dessa zona».

é uma opinião!...

Desde 1987, as forças especiais da luta antidroga de Santa Lucia já descobriram e incendiaram mais de 180 laboratórios clandestinos. Mas os narcos reparam as pistas em menos de uma noite. Algumas são em terra batida e não passam de 600 metros, outras têm um comprimento de 2000 metros e são alcatroadas. O Sendero Luminoso dá-lhes protecção enquanto dura a aterragem, o carregamento dos 500 quilos de pasta-base e a partida para a fronteira próxima de Leticia, onde os narcos, em plena floresta, têm instaladas as suas bases logísticas. Cada avioneta contribui para os guerrilheiros do Sendero Luminoso com a soma de 7000 dólares a título de imposto revolucionário.

A guerra sem tréguas que o governo colombiano encetou contra os traficantes teve consequências directas na região de Huallaga. Com efeito, quando o exército colombiano confiscou a frota de aviões de transporte da coca, foram cortadas redes, os agricultores ficaram com as colheitas nos braços, a pasta começa a apodrecer e o Sendero Luminoso encontrou-se de repente privado do nervo da sua guerra.

De facto, a grande questão peruana é esta: está o Peru em condições de viver sem beneficiar das bases do tráfico de cocaína? Este, de acordo com os cálculos do ministro da Economia Cesar Vásquez Bazan, pressupõe actualmente mais de 1 bilião de dólares por ano. Tal soma representa mais de um terço das divisas provenientes da exportação. A coca não somente faz viver centenas de milhares de cultivadores dos vales tropicais -- no vale muito fértil de Hut Huallaga a coca mobiliza directamente metade da população, isto é, perto de 300.000 pessoas -- mas também milhares de comerciantes. E o Estado não é o último a aproveitar-se deste «maná económico«, visto que o mesmo permite a reciclagem de uma parte de narcodólares e o alívio na penúria de divisas.

Dionisio Romero, «presidente de assembleia geral n.o 1 do país«, ex-director do Banco de Crédito, não hesitou em abrir sucursais nas pequenas aldeias do vale de Haut Huallaga, crisol da coca. Os seus pequenos aviões faziam o vai-vem entre a casa-mãe da capital e Tocache, Uchiza, Aucayacu, trocando directamente intis (moeda local) por notas verdes. Estas são exportadas de seguida para as filiais instaladas nos paraísos financeiros das ilhas Bahamas e Caimão. Operação triangular perfeita para escapar ao controle de câmbios.

Assim, que fazer contra esta Mafia?

Em Novembro de 1987, 17 militares rebrilhantes de platinas e condecorações, reuniam-se no grande salão do Hotel Provincial de Mar del Plata, a Biarritz argentina. Participavam na 17.a Conferência dos chefes de estado-maior dos exércitos da América latina (CEA), e a ordem do dia dizia respeito ao narcoterrorismo. A delegação americana esforçou-se em treinar militares de todo o continente na luta contra o tráfico de droga que, segundo ela, alimenta o terrorismo internacional, fornece os exércitos e as administrações locais e constitui «uma nova forma de ingerência do comunismo internacional».

Assim, pela primeira vez na assembleia, foi posto o problema da mundialização do tráfico de droga, considerado como uma multinacional do crime e projecto comum de luta. Mas a ardente apologia chocou com uma

indiferença geral. A razão? Muito simples. Entre o auditório encontravam-se dois oficiais, patrões do tráfico de droga nos seus países respectivos: o general Noriega, do Panamá, e o general Andrés Rodríguez, do Paraguay, que comprara, depois de uma emenda assombrosa, o velho general Stroessner. Na verdade, organizar uma reunião com esses dois indivíduos é fazer troca do mundo inteiro.

Paraguay

Todo o anterior nos convida a dizer duas palavras do Paraguay, país raramente mencionado quando se fala de tráfico de droga.

Vimos que uma parte da coca boliviana passa pelo Paraguay. «A comunidade internacional associa o nome do nosso país aos tráficos de droga e à corrupção dos funcionários«, lamentava Monsenhor Jorge Livieres Banks, Secretário-Geral da Conferência episcopal do Paraguay, recordando que a Igreja tinha publicado em 1979 um documento-homilia sobre o «saneamento moral« da sociedade paraguaia. «O general Rodríguez anunciou o seu sonho de lutar contra os traficantes, e não podemos deixar de congratular-nos com essa vontade«, prosseguia. Mas não era Rodríguez suspeito de dirigir uma rede de traficantes de droga? «Não temos qualquer prova contra ele«, afirmava-se em Asunción, na Embaixada dos Estados Unidos. «Foi implicado no contrabando de whisky e cigarros, mas isso não
é problema no Paraguay, pois toda a gente trafica.....

Sabe-se, no entanto, que entre 1968 e 1972 passou do Paraguay para os Estados Unidos a bagatela de 5 toneladas de heroína. Auguste Ricord, condenado à morte na França, chegou ao Paraguay depois de incontáveis peripécias para se entregar a esse tráfico, onde procurava 10 milhões de dólares para um investimento de 600.000. Pequenos aviões encaminham a droga a partir das estancias das hierarquias do regime.

Tendo apresentado provas de que o principal dirigente era Auguste Ricord, os americanos pediram em Março de 1971 a sua extradição para os Estados Unidos. A despeito de todas as pressões americanas, Stroessner decidiu que Ricord ficaria preso... mas no Paraguay. Instalado numa cela confortável, autorizado a receber todas as visitas, a ser servido pelos empregados do seu restaurante Paris Nice, Ricord continuou durante mais de um ano a dirigir os seus negócios, como se nada se tivesse passado. Somente a 14 de Agosto de 1972, depois que os Estados Unidos ameaçaram reduzir a sua ajuda ao Paraguay, o tribunal de apelação de Asunción pronunciou uma sentença de extradição. Ricord foi encarcerado em Nova Iorque em 3 de Setembro e condenado a 20 anos de prisão. Posto em liberdade por «bom comportamento«, regressou ao Paraguay em 1984. As redes tinham sobrevivido à sua detenção.

Por uma boa razão: segundo Jack Anderson, cronista do Washington Post, havia tantas personalidades militares paraguaias comprometidas até ao pescoço no tráfico de heroína, que o general Stroessner foi obrigado, mesmo se teve vontade de intervir, a ficar de braços cruzados. Num artigo que fez sensação, Jack Anderson forneceu os nomes de algumas dessas personalidades: o chefe dos serviços de informação, Pastor Coronel, o general Andrés Rodríguez, comandante de uma unidade de 3000 homens equipados pelos americanos, cujos praças «montam a guarda aos entrepostos onde são guardadas as mercadorias de contrabando», o general Vicente Quinonez, chefe do estado-maior da força aérea que, nessa qualidade,

controla o aeroporto de Asunción, e uma dezena mais, como o ministro do Interior e o seu braço direito, o comandante-geral da polícia nacional e ainda outros, todos eles ocupando postos estratégicos.

O repórter do Reader's Digest, Adams, apontava igualmente o nome do general Colman. Contava-se aliás entre os drogados um dos filhos de Stroessner, casado com a filha do general Rodríguez.

Seguro do seu poder e da sua impunidade, o general Rodríguez faz ostentação da sua fortuna e do seu poder. Durante uma viagem pela França, a sua mulher ficou encantada com o castelo de Chambord. Rodríguez apressou-se a mandar construir em plena Asunción uma gigantesca villa inspirada no castelo. E também se divertia, outra vez, mandando torturar agentes antinarcóticos de passagem pelo Paraguay.

Aparte tudo isto, os americanos não têm qualquer prova contra ele...

Como também não conseguem provar que o presidente da Costa Rica é parte constituinte da Mafia da droga. Vamos dar-lhes uma ajuda...

COSTA RICA

A Costa Rica situa-se no istmo da América Central entre o Panamá e a Nicarágua. Posição estratégica.

Em Fevereiro de 1989 os costa-riquenhos ficaram com os cabelos em pé: o presidente Oscar Arias, prémio Nobel da Paz 1987, fora eleito graças ao dinheiro da droga. Para a Costa Rica -- a que se chama Jardim da Paz -- é o horror. Um americano, Lionel Cassey, residente na Costa Rica e reclamado pelos Estados Unidos por tráfico de droga, revelava que a Narcotic Connection tinha contribuído com cerca de 15.000 dólares para a última campanha eleitoral do Partido de Liberatión Nacional (PLN, sociaisdemocratas, então no poder). Dois presidentes da república foram acusados: o que recebeu os fundos, Daniel Oduber, chefe de Estado de 1974 a 1978 e actualmente presidente da Internacional Socialista, e o eleito em 1986, Oscar Arias, um e outro do PLN.

O senhor Oduber reconheceu os factos, mas acrescentou que tinha recebido essa «dádiva« a título pessoal -- a lei interdita que os estrangeiros contribuam financeiramente para os partidos políticos -- e que o general doador «lhe tinha pedido que não o revelasse a ninguém e que o seu nome não fosse mencionado». Quanto ao senhor Arias, que no escrutínio de 1986 beneficiou indirectamente desses fundos de origem duvidosa, alegou muito candidamente que «em plena campanha eleitoral nunca se pergunta o curriculum vitae dos doadores».

O comentarista da Nación escreveu: «Se em troca do acesso directo aos centros de decisão do país permitimos aos estrangeiros indesejáveis oferecer donativos aos nossos partidos políticos, estes não tardarão a ser governados pelo Cartel de Medellín ou de Cali«.

Na altura da criação da comissão parlamentar encarregada de inquirir em

1985 sobre as ramificações do tráfico de droga no país, ninguém imaginaria que iriam surgir tais revelações. Tratava-se antes de tudo de investigar sobre a prisão de um dos mais poderosos traficantes de droga do México, Rafael Caro Quintero, que, graças à cumplicidade da polícia local, encontrara refúgio na Costa Rica antes de ser extraditado para o seu país de origem.

O primeiro relatório, publicado em Maio de 1987, acusava Caro Quintero, o director-geral da brigada de estupefacientes, coronel Luis Barrantes, e «uma autoridade política superior», de quem não se forneceu o nome. Pela primeira vez a comissão dava números respeitantes à Costa Rica, plataforma giratória Colômbia-Estados Unidos do tráfico internacional de droga. Assim se veio a saber que em 1986 tinham transitado clandestinamente pelos pequenos aeroportos da Costa Rica 12 toneladas de cocaína, isto é, 50% mais que no ano precedente. O documento revelava ainda que, na América latina, esse país figurava em terceiro lugar no branqueamento de dinheiro da droga.

Em Março de 1987 a Polícia Judiciária de Nice, em colaboração com a polícia tailandesa, fez uma apreensão de 43 quilos de heroína pura. Tinha sido entregue por um motorista de táxi de Bangkok a um cidadão de Singapura, Tan Ian Arm, dito «Frank», que 7 dias de severa guarda à vista (método tailandês), convenceram a fazer confidências.

O primeiro a cair nas malhas foi o proprietário do restaurante Trigal's, de San José, Costa Rica, Roberto Fionna Fionna, italo-argentino casado com uma costa-riquenha, a que se seguiu a implicação de vários membros do governo, nomeadamente o presidente Oscar Arias. A prisão de Fionna Fionna ia trazer surpresas retumbantes, começando por provocar «a demissão de Ricardo Umana, um dos directores da Polícia Judiciária da Costa Rica, e logo de seguida um dos membros da primeira comissão parlamentar sobre a droga, Lionel Villalobos, deputado pelo partido no poder e candidato à presidência da Assembleia legislativa. Depois de uma série de peripécias que sacudiram os meios políticos, o senhor Roberto Fionna foi extraditado para a França em Setembro. O restaurador argentino era acusado pelo tribunal de Nice de ter participado em 1987 na importação de 43 quilos de heroína proveniente da Tailândia.

Mas, ao mesmo tempo, a 6.a Câmara do tribunal correccional de Nice recebia da 7.a Divisão da Polícia Judiciária de Marselha um telex da Interpol San José que em substancia afirmava que «Fionna Fionna tinha sido absolvido de todo o tráfico de estupefacientes». Interrogação lapidar do presidente Jean-Pierre Ferry à dezena de desconcertados advogados da defesa: «Trata-se de uma decisão não tomada por nós, portanto de um mal-entendido, ou de uma decisão tomada algures que reclama esclarecimentos?« A senhora Laï, procuradora da República, precisou: «O telex dá nota de uma correspondência judiciária que nunca tivemos com a Costa Rica. Este incidente estranho poderá ter graves repercussões».

Numerosos magistrados de Nice avançaram a probabilidade de um acordo entre políticos costa-riquenhos e Fionna Fionna, que poderia resumir-se assim: silêncio a nosso respeito e a sua extradição far-se-á sem dor. O negociante italo-argentino que trabalhava no escuro, parecia ter o braço comprido no «claro».

Na Côte d'Azur a Polícia Judiciária interpelava pouco depois os recepcionistas dos 43 quilos de «chinesa», a saber, Sauveur Caronia, ex-lugar-tenente do barão marselhês Gaétan Zampa (há pouco falecido na prisão), Jacques Clouzel, presidente da assembleia-geral de uma empresa representante dos óculos Michel Platini, Emile Catteau, escroque de Lille instalado em Marselha, estes dois últimos aliados de três membros da Mafia calabresa, Paolo Sergi (conhecido por «Rocco»), Ignazio Sottile e Antonio Calabro, especialista em raptos, sócio do «emprestador de dinheiro» de um grande casino italiano.

No seu segundo relatório, publicado em fins de Novembro de 1988, a comissão parlamentar exigia ao senhor Villalobos a sua demissão do posto de deputado, já que teria sido -- talvez sem o saber, acrescentavam os autores -- «o instrumento que Roberto Fionna buscava para conseguir penetrar no poder legislativo«.

Como são gentis os termos usados para dizer estas coisas!...

Bahamas

Depois da Costa Rica, o caso do Cartel de Medellín havia de fazer ressurgir as Bahamas, 700 ilhas disseminadas em pouco mais de 150 quilómetros quadrados de oceano. Difíceis de vigiar pela polícia, a partir dos anos 80 mais de uma dúzia de traficantes de cocaína foi estabelecer em 17 ilhas do arquipélago os seus quartéis-generais.

Um antigo traficante de droga declarou no Senado americano que os traficantes colombianos controlam a polícia e os funcionários de vários países latino-americanos. Preso em 1985, testemunhou perante a comissão judiciária do Senado dissimulado atrás de um painel, a voz modificada por um processo electrónico e ocultando a sua identidade sob o pseudónimo de Max Mermelstein. A sua cabeça tinha sido posta a prémio pelo poderoso Cartel colombiano. Segundo esse traficante, um membro do governo das Bahamas, cuja identidade não foi revelada, propôs ao Cartel entregar-lhe a totalidade da cocaína confiscada no território das Bahamas, na condição do produto da venda ser dividido entre o governo das Bahamas e o Cartel. «Estávamos prestes a concluir o negócio quando fui preso», precisou.

A corrupção está imensamente disseminada e «nas Bahamas, atinge os mais altos dirigentes», explicou. Segundo Mermelstein, um dos chefes do Cartel colombiano financiou pessoalmente a campanha eleitoral de Julio turbay, presidente das Bahamas de 1978 a 1982. Mermelstein referiu igualmente que tinha conseguido introduzir em território dos Estados Unidos perto de 55 toneladas de cocaína.

Tudo tinha começado em 1983 com a difusão de informações feita pela cadeia de televisão NBC, segundo as quais membros do governo das Bahamas estavam implicados num gigantesco tráfico de cocaína. O financeiro americano Robert Vesco, reputado como grande branqueador de dinheiro da cocaína, vivera tranquilamente durante 8 anos nas Bahamas antes de ser expulso.

Em Outubro de 1984, no seguimento da criação da comissão de inquérito de Dezembro de 1983, cinco ministros -- ou seja, metade do gabinete -- apresentaram a sua demissão ou foram demitidos por Lynden Pindling. Entre

eles, o seu principal colaborador, chefe adjunto do governo, Arthur Hanna. Este demitira no princípio de Outubro de 1984 os ministros Smith e Nottage, respectivamente encarregados do ministério da Agricultura e da Juventude. Foram formalmente acusados de ligações directas à Mafia colombiana da droga.

Pindling, ainda que negando toda e qualquer relação com Vesco, reconheceu ter recebido mais de 500.000 dólares das mãos de um homem de negócios, Everette Bannister, como agradecimento pela ajuda prestada na instalação nas Bahamas de duas companhias de turismo e transportes aéreos. Como por acaso... Apesar da comissão de inquérito ter provado que Pindling gastara nos últimos anos mais de oito vezes o seu vencimento de ministro, foi recebido em 12 de Outubro de 1985 a bordo do Britannia, o bergantim real ancorado em Nassau, capital das Bahamas pela rainha de Inglaterra, Sua Graciosa Majestade Isabel II!

Outro facto revelador. Em 1978, Carlos Lehder, um dos todo-poderosos do Cartel de Medellín, apresentou-se na sede de Nassau da Guardian Trust Company com uma bonita soma destinada a adquirir a ilha de Norman's Cay. O dinheiro foi depositado no Nova Scotia Bank, de Paradise Island, onde Lehder, por intermédio do Guardian Trust Company, abriu sete contas em nome de empresas diversas -- entre as quais, por exemplo, figurava a International Dutch Resources Ltd. -- .

Lehder tinha como advogado e conselheiro Nigel Bowe, conhecido pela habilidade em tirar de apuros os seus clientes traficantes. Nigel Bowe, por seu turno, era parente de Lynden Pindling. Um informador da DEA declarou que Bowe se deslocava a Norman's Cay nos dias 22 de cada mês para receber os 88.000 dólares de luvas destinadas a Pindling. Outra fonte acusa Pindling de receber de Lehder 200.000 dólares mensais. O colombiano dava o dinheiro a Bowe que, por sua vez, o remetia a Everette Bannister, bagman notório muito ligado a Pindling, segundo o testemunho do próprio filho de Bannister, Gorman, que, com grande consternação do pai, se tornou toxicómano.

Bowe foi acusado nos Estados Unidos de tráfico de cocaína, mas fracassaram todas as tentativas para o extraditar.

Em 5 de Março de 1985 o primeiro-ministro do arquipélago das Caraíbas, Norman Saunders, foi preso em Miami na companhia do seu ministro do Comércio, Stafford Missick, do deputado Aulden Smith e de um businessman canadiano, André Fournier. Essas ilhas de dependência britânica não estão a mais de um milhar de quilómetros das costas da Flórida. O imposto sobre os rendimentos ou sobre os capitais é desconhecido lá e o governo não exerce qualquer controle sobre os câmbios. No entanto, o arquipélago conta com um número de bancos e sociedades financeiras que, por incrível que pareça, é igual ao número dos seus habitantes: 8.000!

Para encostar à parede o primeiro-ministro, os agentes da DEA fizeram passar-se por traficantes, tendo proposto a Norman Saunders uma soma de 50.000 dólares contra a autorização de utilizarem o aeroporto da capital, Cockburn, e se abastecerem de combustível. Clandestinamente, os agentes filmaram a entrega de 20.000 dólares ao primeiro-ministro. Depois, prenderam-no.

Haiti

Do seu lado, no Haiti, o influente coronel Jean-Claude Paul vendeu por 250.000 dólares autorização de aterragem aos aviões carregados de cocaína para o mercado americano e, recentemente, segundo certos serviços ocidentais de informação, o Secretário-Geral do Partido comunista do Haiti, René Théodore, beneficiou em 1987 de somas importantes provenientes do dinheiro da droga após o regresso de Cuba para financiar no país uma rede de «organizações populares«.

O tráfico de estupefacientes estaria na origem da última crise haitiana (Abril de 1989), quando o presidente, general Avril, por ordem dos Estados Unidos, decidiu sancionar certos militares implicados. Eis porque em 2 de Abril os «Leopardos», a que chamam tropa de elite e cujo chefe responde pelo nome de Himmler Rebu, tentou desembaraçar-se do general Avril.

México

No México, igualmente atingido pelo flagelo, os comunicados de vitória contra o tráfico de droga começaram a suceder-se a um ritmo impressionante a partir do início de 1989. Só no mês de Agosto, a imprensa fez-se eco de uma grande apreensão de heroína pura (54 quilos) e da intersecção de 3,8 toneladas de marijuana no centro-norte do país. Na frente contra a cocaína, importada da Colômbia, o recém-chegado secretário de Estado da Justiça, especializado na luta contra a droga, deu a conhecer que apenas em 9 meses tinham sido apreendidas 21 toneladas de pó branco. Nos sete meses anteriores, 33 toneladas, sob a direcção de Miguel de la Madrid. A polícia deitou também a mão a um bando dirigido por um mexicano que tinha branqueado 10 milhões de narco-dólares em proveito do Cartel de Medellín.

A acção mais espectacular, entretanto, remonta a 8 de Abril de 1989 com a prisão em Guadalajara, 500 quilómetros da cidade do México, de Miguel Angel Rico e de Miguel Angel Felix Gallardo, considerados os «reis da cocaína» no país e os principais contactos no México do Cartel de Medellín. A justiça começou a fazer o inventário dos bens apreendidos: uma centena de automóveis, 90 residências, 16 propriedades agrícolas, 2 hotéis, centros de criação e comércio de gado, cujo valor global foi estimado em mais de 1 bilião de dólares. A esta soma há que juntar 1,2 biliões de dólares de depósitos bancários.

Anteriormente polícia, Gallardo, segundo os serviços americanos de luta antidroga (DEA), era o elemento principal do «trampolim«, verdadeira ponte aérea de b motores abarrotados de droga que ligavam a Colômbia aos Estados Unidos: os cerca de 3.200 quilómetros de fronteira com os Estados Unidos, de ranchos isolados dotados de pistas de aterragem facilmente camufláveis foram teatro de dezenas de transbordos.

Não obstante o novo activismo do México contra a droga, esta vai em aumento, quer na forma de cocaína, quer de bazuko, derivado mais barato que faz verdadeiras razias na juventude dos arrabaldes miseráveis da capital mexicana.

O presidente Salinas, todavia, dá a impressão de querer castigar com

dureza. Assim, com Felix Gallardo, viram-se cair nada menos que o procurador-adjunto de Sinaloa (nordeste do país), encarregado da luta contra a droga, assim como o chefe da polícia, também de Sinaloa, Arturo Moreno Mendoza, o comandante da polícia municipal de Culiacan, capital de Sinaloa, e o antigo chefe da direcção federal de Segurança, o corrupto José Angel Zorilla. Felix Gallardo, por outro lado, reconheceu ter beneficiado de protecções e mesmo de cumplicidades activas (provisão de armas e fornecimento de material rádio pela polícia de transito dos diferentes Estados da federação).

E não foi o único a beneficiar de altas protecções, pois que, apesar da prisão de dois grandes capos mexicanos, Ernesto Fonseca Carrillo e Rafael Caro Quintero, Felix Gallardo, conhecido das autoridades -- e grande amigo dos governadores locais -- passava dias tranquilos em Guadalajara.

O México constitui um dos maiores fornecedores de droga dos Estados Unidos, quer heroína (em 1987 produziu entre 45 e 55 toneladas de ópio), quer marijuana (6.5 ;0 toneladas, também no mesmo ano). Para os viajantes de estrada, da cidade do México a Morelia, capital do Michoacan, Estado situado a nordeste daquela e aberto ao Pacífico, não há a menor dúvida que o milho, assim como o feijão, são os alimentos de base do país. Mas o viajante curioso pode fazer estranhas descobertas: aqui, a marijuana a proliferar entre fileiras de milho; ali, caules de dormideira com incisões recentes que gotejam um líquido espesso. Aliás, o Michoacan é o maior produtor de marijuana do México.

«Os culpados não são os camponeses, mas os comanditários norte-americanos -- insurgia-se Reynaldo Medina García, um dos animadores da Confederación Nacional de los Campesinos de Morelia. -- São os comanditários que fornecem a semente e que vêm depois buscar a colheita. Em troca da cultura de uma pequena parcela, um camponês pode receber cinco vezes o salário mínimo«. E interroga: «Como vão recusá-lo homens e mulheres que morrem literalmente de fome?»

Segundo John Gavin, embaixador dos Estados Unidos, cerca de 33% da heroína consumida em 1983 no seu país provinha do México. A percentagem atingia 36% em 1984 e 38% no primeiro trimestre de 1985. Os camiões carregados de droga provenientes da região de Chihuahua penetram nos Estados Unidos franqueando em numerosos locais a fronteira de 3.000 quilómetros que os separa do México, por vezes com a cumplicidade de polícias e de funcionários mexicanos das alfândegas.

Os agentes recrutadores de traficantes percorrem as zonas rurais e oferecem salários sedutores aos camponeses que aceitem abandonar as suas terras, digamos, para cultivarem maçãs e nozes na região de Chihuahua, a norte do país. A revista espanhola Tiempo de 10 de Junho de 1985 descreve a exploração sofrida nessas regiões desérticas pelos 37.000 camponeses, homens, mulheres e crianças, que, vigiados por guardas armados, trabalham como escravos na cultura de marijuana. Na manhã de 7 de Novembro de 1984, os guardas de um dos ranchos com cinco acampamentos, prevenidos da incursão do exército e da polícia, constrangeram os camponeses a fugir sem sequer lhes pagarem os salários. Do dia 7 ao dia 11, o exército descobriu e queimou 8.500 toneladas de marijuana armazenada e lançou herbicidas em 2.400 toneladas plantadas. Calculou-se que o preço dessas drogas, vendidas no mercado negro dos Estados Unidos, representava mais que o montante da dívida externa contraída pelas empresas do sector

privado. Foram capturados pelo exército cerca de 12.000 trabalhadores e enviados de mãos vazias para a sua região de origem. Vários milhares de outros conseguiram fugir para o deserto. O mais confrangedor é que tais factos sucedam num país que pretende ser um exemplo de democracia e se permite dar lições aos vizinhos sobre a defesa dos direitos do homem. De qualquer modo, o resultado da intervenção militar foi insignificante, pois só uma vintena de pequenos traficantes foram detidos.

Em Dezembro de 1984 a atenção da polícia foi atraída para Rafael Caro Quintero, suspeito de ser o proprietário dos ranchos descobertos e acusado de ter sequestrado a filha de um industrial milionário, sobrinha de um dirigente do PRI. Em 4 de Abril de 1985, Quintero, com cinco dos seus cúmplices, seria preso pela polícia costa-riquenha numa das luxuosas villas onde, pela segunda vez, sequestrara a jovem. Em 8 de Abril, numa sumptuosa vivenda de Puerto Vallerta, a polícia mexicana prendeu fortuitamente Ernesto Fonseca Carrillo, considerado o grande patrão do tráfico de droga, e mais 23 dos seus cúmplices.

O sequestro em 7 de Fevereiro de 1985 de um agente da DEA e do seu piloto de helicóptero, cujos cadáveres foram descobertos dias mais tarde, provocou reacções vivas entre os americanos. As autoridades americanas deram a entender que a polícia mexicana tinha permitido a fuga de Quintero. O embaixador dos Estados Unidos e um funcionário da DEA denunciaram as actividades dos traficantes de droga e dos 18 bandos organizados e controlados por 75 chefes, que gozam de uma impunidade intolerável.

No princípio de Novembro, em resultado de uma cilada armada pelos traficantes perto de Veracruz, foram torturados e abatidos 22 agentes da polícia.

A explosão em Lima do laboratório Villa Coca permitiu a descoberta da linha telefónica privada entre Ricardo Sedano Baraona, membro do Conselho comercial da Embaixada do México no Peru, e esse laboratório. O material apreendido pôs em evidência as estreitas relações entre Sedano e Reynaldo Rodríguez López, o capo peruano. López estava em contacto com dois antigos funcionários fugidos do México que faziam parte do bando do general Arturo Durazo Moreno, o «Negro», antigo comandante da polícia da cidade do México. Preso em Porto-Rico, depois transferido para Los Angeles, Durazo foi remetido às autoridades mexicanas em Agosto de 1985. López estava igualmente em contacto com Miguel Felix Gallardo, o «Gato Felix«, chefe da secção financeira e encarregado das relações internacionais do bando dos «Mañosos«, e protegido do antigo governador de Sinaloa.

Estes ainda não passavam de personalidades de segunda fila. Os inquéritos realizados permitiram chegar aos mais altos responsáveis das redes de traficantes: Victoria Adato, a viúva Ibarra, procuradora de Justiça do distrito federal; Sergio García Ramirez, Procurador-Geral da República, filho do intérprete oficial da presidência; e Fernando Gutiérrez Barrios, «El Pollo», antigo subsecretário do governo, encarregado da Segurança Nacional e ex-chefe da Direcção federal de segurança (DFS).

Victoria Ibarra deve a sua ascensão politica ao antigo secretário do governo Mario Moya Palencia. O seu primo, Manuel Ibarra Herrera, dito «El Chato«, há pouco afastado da direcção da Polícia Judiciária federal do

México, tinha elevado ao grau de comandante desse corpo policial Armando Pavón Reyes -- que recebeu de Quintero 60 milhões de pesos para fugir depois do assassinato do agente da DEA no México. -- O irmão de Manuel Ibarra tem uma «lavadora de diñero» em Tijuana (Baixa-Califórnia). Por meio de empresas-fantasmas obtém dólares a uma cotação inferior à do mercado e revende-os na sua própria casa de câmbios. A revista Por Esto de 4 de Dezembro de 1985 refere que todos os partidos políticos, com excepção do PRI, reclamam a demissão da viúva Ibarra: apesar dos meios à disposição, foi incapaz de encontrar o menor rasto dos assassinos de um jornalista que se preparava para revelar as altas protecções de que gozam os traficantes.

Sergio García Ramírez dirigiu-se a Lima em Junho passado para se encontrar com o presidente da República e com os ministros da Justiça e do Interior a fim de elaborar um programa comum de luta contra a narco-connection, que opera no Peru e utiliza o México para exportar cocaína para os Estados Unidos. Ramírez ia acompanhado do comandante da secção de estupefacientes da Polícia Judiciária federal, cuja esposa é sua secretária particular, e dos chefes do bando infiltrado nessa polícia.

Durante os interrogatórios de dois capos, Quintero e Fonseca, ficou provado que os mesmos possuíam cartas de recomendação fornecidas por agentes da Direcção federal de segurança (DFS) e assinadas pelo seu director José Angel Zorilla. O escândalo foi de tal envergadura que Zorilla viu-se forçado a pedir a demissão e a refugiar-se na Espanha. Era o secretário particular de Fernando Gutiérrez Barrios, então subsecretário do governo.

Amigo de Fidel Castro desde 1956, Barrios aparece como a personagem principal em todas as redes de polícia e segurança mexicanas. Nas presidências de Echeverria e J. L. Portillo, subiu todos os degraus para chegar à cabeça da DFS, cobrindo com a sua autoridade os confrontos entre os bandos de traficantes protegidos pelo general Durazo e os bandos colombianos rivais. Barrios protegia os terroristas estrangeiros chegados ao México como turistas e, quando cometiam atentados com sequestro, punha-os ao abrigo de todas as perseguições.

Hoje ocupa um posto secundário à frente da Direcção de estradas e pontes. Apesar disso, é promotor de um grupo autodenominado Partido Laboral Mejicano, que mantém relações com o KGB e com a DGI cubana. O partido publicou um espesso volume intitulado Narcotráfico SA, claramente destinado a desviar a atenção do público das verdadeiras redes de traficantes. Nas últimas eleições, Barrios dirigiu uma vasta operação de fraude eleitoral no norte do país.

As revelações sobre a corrupção que reina no México chegaram através de um documento confidencial da DEA colombiana. Em Novembro, a imprensa mexicana difundiu alguns extractos. A Procuradoria-Geral rejeitou as acusações lançadas contra si, declarando simplesmente tratar-se de uma falsidade. El Universal de 19 de Dezembro publicou uma carta assinada pelo director da DEA no México em que relevava a responsabilidade dos seus serviços e dizia suspeitar de que «uma ou várias pessoas tinham falsificado informações por sua própria conta utilizando a DEA como fonte».

Tanto do lado mexicano como do lado da DEA os desmentidos são demasiado

tímidos. Não foi feita qualquer refutação precisa das acusações feitas. A DEA dificilmente poderia encobrir agentes seus que, quer prematuramente, quer sem o seu acordo prévio, tivessem difundido o documento. Apesar das dúvidas prudentes emitidas sobre a fonte das revelações, El Norte de Monterrey não deixou de publicar em 28, 29 e 30 de Dezembro extractos alongados.

A corrupção no México não é um mistério para ninguém. Vários jornalistas a denunciaram, acusando numerosos altos funcionários ou preparando-se para o fazer, apesar das ameaças recebidas. Os traficantes têm dias felizes pela frente, como se irá verificar...

Nomeado em Março de 1989 para a direcção das prisões da capital mexicana, Alfonso Cabrera Morales desconhecia quando aceitou a função que reinava sobre estabelecimentos capazes de rivalizarem com os hotéis mais luxuosos. Como o ignoravam igualmente os seus clientes, com excepção de dois deles, Rafael Caro Quintero, aliás «Don Neto», e Ernesto Fonseca Carrillo, dois eminentes caciques do meio mexicano, especializados no comércio de estupefacientes.

Presos em Fevereiro de 1985 por torturarem até à morte um agente americano dos narcóticos, os dois comparsas não tardaram a tornar mais agradável a sua estadia atrás das grades. Subornando copiosamente o director e os guardas, cujos magros salários não encorajavam a virtude, os dois homens conseguiram obter a sua transferência para blocos de dois andares, inicialmente previstos para acolher 250 detidos.

Os dois edifícios foram preparados como vivendas sumptuosas pelos seus felizes «locatários«. Não olhando a despesas, Rafael Caro Quintero fez instalar uma luxuosa cozinha com dois refrigeradores generosamente aprovisionados e construir uma sala de banho em mármore. Ao lado de um gigantesco salão e de uma não menos imensa sala de jantar, um quarto de dormir, onde se destacava uma cama de dossel com lençóis de seda. Dissimulado numa parede, um armário com 35 camisas de seda, uma vintena de pares de botas texanas e um lote impressionante de chapéus de cow-boy, ostentados em todo o tempo por este digno émulo de Jessie James. Rafael Caro Quintero não negligenciava a sua forma física. Num jardim onde cresciam árvores de fruto fez construir campos de voleibol e de basquetebol, além de uma sala de bilhar num anexo.

Não menos pródigo, Ernesto Fonseca Carrillo mobilou com o mesmo luxo a sua modesta «cela«. Um quarto ornamentado com cerâmicas chinesas sucedia-se a um imenso salão com fogão de sala e um aquário povoado de espécies raras da fauna aquática tropical. Para se distrair, o gangster dispunha de um aparelho de sauna.

Tais maravilhas não podiam permanecer desconhecidas. Os dois homens tinham o hábito de organizar faustosas recepções ao som de uma orquestra de mariachi para as quais era convidada toda a alta-roda da corja local, que observava, para todos os fins úteis, as condições de vida na prisão.

O paraíso não sobreviveu à entrada em funções de Alfonso Cabrera Morales. Tendo ordenado um inquérito, o novo director teve a surpresa de encontrar em «casa« dos seus pensionistas um stock impressionante de televisores, aparelhos de vídeo, aparelhagens hi-fi, vinhos de alto preço e 109.000

dólares em notas pequenas, assim como telefones portáteis que permitiam aos dois homens dirigir do recinto da prisão a venda de estupefacientes.

Os dois bandidos reagiram, atacando o seu «carcereiro«. Segundo eles, este teria exigido 1 milhão de dólares para fechar os olhos a estes privilégios, coisa que aquelas boas almas terão recusado. Alfonso Cabrera Morales negou e, depois de apresentar queixa contra os seus detractores, declarou que «iriam tombar cabeças«, alusão clara aos seus predecessores.

Ernesto Fonseca Carrillo e Rafael Caro Quintero passaram para celas mais modestas, esperando, se assim se pode dizer, dias melhores!

Guatemala

Um documento com data de 1 de Setembro de 1989 com base em inquéritos da DEA e enviado ao Quai d'Orsay pela Embaixada francesa da Guatemala, confirmava a parte crescente que este país ia tendo no aumento do narcotráfico entre a América latina e os Estados Unidos.

«A determinação no combate ao tráfico de droga assinada pelo novo presidente mexicano, Salinas de Gortari, assim como os golpes infligidos com o apoio dos Estados Unidos pelas autoridades locais contra esse tráfico em certas ilhas das Caraíbas levaram os produtores mexicanos de dormideira e marijuana a deslocar as suas actividades para território guatemalteco e os transportadores colombianos a procurarem na selva guatemalteca as pistas de aterragem capazes de substituir as vias bloqueadas nas ilhas Caraíbas...

A Guatemala converteu-se assim num produtor importante de heroína (1.600 hectares de dormideira podem produzir o equivalente a 15 biliões de dólares por ano) e, em menor medida, de marijuana (38 milhões de dólares). Paralelamente, passou a ser também uma plataforma de escoamento para os Estados Unidos da cocaína proveniente da Colômbia. O relatório da DEA refere que a posição da Guatemala, a meio caminho entre o país produtor e o país consumidor, faz dela um lugar ideal para o transito aéreo: a ausência no país, incluída a capital, de qualquer tipo de radar, e a existência apenas no distrito de Retalhulen (a sudoeste do país) de 28 pistas clandestinas de aterragem torna-a propícia ao reabastecimento de pequenos aviões vindos da Colômbia».

O mesmo documento refere que a DEA é de opinião que nada autoriza a acusar as autoridades guatemaltecas de tráfico de droga. No entanto, o mesmo texto precisa como o tenente-coronel guatemalteco que dirigia o gabinete de controle administrativo da presidência -- encarregado de lutar contra a corrupção na administração -- foi convidado a deixar as suas funções em 20 de Agosto último e a «partir para os Estados Unidos para beneficiar de uma bolsa de estudos« depois de ter tomado a defesa de um subordinado preso em 1 de Agosto «quando num voo para Miami apresentou para registo uma mala que continha 22 quilos de cocaína».

Chile

No Chile o tráfico de drogas é um dos meios usados pelos activistas da Unidad Popular (UP) para arrecadar dinheiro. Claro que só um pequeno grupo estava ao corrente, mas ficou provado amplamente que no tempo de

Salvador Allende o Chile era um dos primeiros no tráfico de cocaína. O valor da cocaína descoberta no país depois do golpe militar equivalia a 3 meses da dívida externa do Chile.

Além de outros, havia laboratórios clandestinos no norte do Chile e nos Andes. Descobriu-se igualmente que as organizações paramilitares da Unidad Popular tinham contactos estreitos com os traficantes internacionais de droga a fim de obterem as armas cubanas, checoslovacas e soviéticas que faziam entrar no Chile. A utilização do tráfico para fins políticos foi desvelada pelas confissões feitas nos Estados Unidos por um piloto das linhas aéreas chilenas, Oscar Squella Avendano, capturado com vários quilos de cocaína no valor de 2 milhões de dólares. Oscar Squella era desde 1958 um dos mais activos agentes eleitorais de Allende. Foi posto em liberdade depois do pagamento de uma caução de 50.000 dólares!

Funcionava no Chile uma rede de distribuição que usavam como bases principais restaurantes protegidos discretamente pelo comandante da polícia Coco Paredes (1).

(1) Citado por Libération, 4.9.1989.

A toxicomania espalhou-se pelas universidades e escolas e o tráfico passou a ser tão alarmante que a oposição o denunciou em pleno Congresso. Em sua defesa, o ministro interpelado pretendeu que a cocaína descoberta na posse dos traficantes chilenos presos em Nova Iorque e no México se destinava ao uso pessoal do presidente Allende e da sua família, receitada por médicos e dentistas... Defesa semelhante foi apresentada pelos funcionários da Unidad Popular ao governo mexicano, que em 10 de Março de 1971 prendeu o irmão do director do jornal do partido comunista, Puro Chile, Ivan Papic Pastenes, portador de 10 quilos de cocaína. As mesmas explicações disparatadas foram fornecidas às autoridades argentinas depois da inspecção em Buenos Aires do iate Carmen, cujo proprietário, Osorio, transportava estupefacientes para os laboratórios clandestinos de San José, Maipo, Algarrobo e Limache...

O presidente Allende e a família, realmente, deviam ter grandes dores de dentes!

Segundo Guy Gugliotta e Jeff Leen, jornalistas do Miami Herald e autor de Kings of Cocaine (Simon & Schuster, Nova Iorque), «tudo isso começou a mudar em Setembro de 1973, quando o exército chileno do general Augusto Pinochet Ugarte derrubou o presidente eleito Salvador Allende Gossens. A polícia do ditador meteu na prisão ou deportou muitas dezenas de traficantes de droga. No final do primeiro ano de poder de Pinochet, 73 estavam a ferros no Chile, 20 tinham sido enviados para os Estados Unidos e a rede chilena de coca foi liquidada».

Voltemos agora ao caso do Cartel...

Colômbia

Em Agosto de 1989 foram presas na Colômbia 10.000 a 12.000 pessoas suspeitas de ligação ao tráfico de droga. Como de costume, os grandes barões, os padrinhos do narcotráfico, prevenidos por cúmplices colocados

nas altas esferas do Estado colombiano, escaparam à rusga. A Mafia está muito bem informada. Em Maio de 1989, por ocasião de um atentado contra o chefe dos serviços secretos da presidência, general Miguel Maza, foram encontradas na posse de um antigo capitão do exército passado para a Mafia informações provenientes de altas instancias dos Estados Unidos e da DEA.

Contrariamente às primeiras informações, não foi o assassinato, em 18 de Agosto de 1989, do candidato liberal à presidência, Luis Carlos Galan, perpetrado pelo Cartel, que terá precipitado as coisas, mas sim o do juiz Carlos Valencia García, que instruía um processo contra Pablo Escobar, e o do coronel Waldemar Franklin Quintero, comandante da polícia de Antioquia, cometidos horas antes.

Depois da morte desses três homens que, graças às suas funções na justiça, no exército e na política tinham declarado guerra à Mafia e estavam decididos a aplicar o tratado de extradição de traficantes de droga para os Estados Unidos assinado em 1979 -- nunca ou quase nunca aplicado -- o pusilânime presidente Virgilio Barco decidiu então agir.

Tudo começou a andar depressa. O exército colombiano -- 20.000 soldados e oficiais da polícia -- interveio nas florestas de Putumayo, na fronteira com o Equador, onde se localizavam as principais plantações de coca e os laboratórios clandestinos.

Apesar de reconhecerem a importância da emboscada, determinados jornalistas colombianos mostraram-se cépticos: «O que foi apanhado já era sabido de toda a gente. A Mafia dispõe de propriedades e antros de que os próprios serviços secretos nem sequer suspeitam!» Com efeito, o paradoxo da operação de limpeza levada a cabo pelo exército é que as fincas (propriedades agrícolas) de Pablo Escobar na região de Medellín, as villas luxuosas de Gonzalo Rodríguez Gacha -- outro padrinho do Cartel -- nos arredores de Bogotá tinham sido identificadas há muito tempo e algumas tinham sido até objecto de acções policiais. No entanto, como se nada fosse, continuavam a gozar da maior tranquilidade.

Segundo as últimas informações, «os narcotraficantes transportaram os seus laboratórios de transformação de droga para países vizinhos, nomeadamente para a Venezuela«, declarou em 3 de Setembro de 1989 o comandante geral da polícia colombiana, general Miguel Gómez.

«É a guerra, mas os negócios continuam», refere um polícia venezuelano, que reconhece mezza-voce que os narcotraficantes dispõem de amizades sólidas em Caracas e nas grandes cidades da Venezuela. «Posso mesmo afirmar -- precisava recentemente um deputado do partido democrata-cristão local, segunda organização política do país -- que os barões da droga já entraram em certas esferas da política venezuelana« (1).

(1) Le Monde, 13.9.1989.

As autoridades judiciárias americanas remeteram a Caracas uma lista dos extraditáveis que teriam encontrado refúgio na Venezuela, entre os quais Gacha e os três irmãos Ochoa. Pablo Escobar poderia estar ainda no seu bunker colombiano de Magdalena Río. De facto, não foi conduzida nesta região qualquer operação militar: e é nestas terras ricas que Pablo

Escobar tem o seu feudo e em que o Cartel dispõe das milícias armadas mais treinadas. Que nenhuma averiguação, nenhuma apreensão tenha sido feita nesta zona, nada tem de estranho: produziu-se nos últimos anos uma certa osmose entre «narcos», militares e grandes proprietários de terras na sua luta contra o inimigo comum, a guerrilha, que vivia «em cima do habitante«, espoliando os criadores de animais e os produtores agrícolas. Um dos editorialistas de El Espectador, Jorge Child, precisa mesmo: «Foi o coronel Yanine Díaz Farouk, comandante da brigada de Bucaramanga, que limpou a região com a ajuda dos «narcos« e dos grupos de autodefesa dos proprietários de terras. Quando a guerrilha foi eliminada, as terras foram compradas pelos traficantes... e pelos oficiais».

Segundo o presidente municipal de Medellín, Juan Gómez Martínez, as coisas apodreceram ainda mais: «Se se atirasse uma pedra aos que negociaram com os traficantes, o país estaria coberto de pedras«. Chegou ainda a pedir ao governo que fossem publicados os nomes de todas as personalidades ligadas aos traficantes, calculando que isso atingiria a maioria do país. E, finalmente, acusou Virgilio Barco de ter coberto com um manto todas essas relações.

Por outro lado, um advogado brasileiro, Laércio Pellegrino, membro do Conselho geral de estupefacientes, revelou que oito dos doze responsáveis colombianos do Cartel de Medellín prosseguiam desde há um mês as suas actividades no Brasil, facto que revela, segundo ele, «a pouca energia do governo brasileiro» na matéria.

Além das apreensões feitas pelo governo colombiano, 817 propriedades, 678 armas de fogo, 80 aviões, 18 helicópteros, um número impressionante de veículos e de imóveis, 4 toneladas de pasta-base e 110 quilos de cocaína, a rusga permitiu uma presa graúda, o tesoureiro do Cartel de Medellín, Eduardo Martínez Romero, acusado de ter branqueado 1,2 biliões de dólares, principalmente com a ajuda de joalheiros e do Banco de Occidente, do Panamá.

Outras belas presas, Freddy, o filho de Gacha, «El Mejicano«, e Abraham Majua Hernández, um dos testaforos de Pablo Escobar. Em espanhol, o testaforo é o homem de palha, o cabeça-de-turco. A ser igualmente interpelado em Medellín, Luis Fernando Galeano Berrio, «El Negro«, tesoureiro de «El Mejicano«. Em 15 de Setembro de 1989 o governo colombiano anunciava a captura de dois traficantes de droga extraditáveis: Bernardo Pelaez Roldán, descrito como «a pessoa mais importante jamais metida na prisão«, e Guillermo Bueno, acusado pelos Estados Unidos de ter feito passar mais de 10 toneladas de cocaína. O governo colombiano utilizou os documentos apreendidos num raid para chegar aos centros onde a finança do Cartel de Medellín é controlada por computador, em pleno coração de Bogotá. A Coordinadora Commercial Lda. do Cartel possuía sete computadores e um sistema de contabilidade que geria 65 empresas criadas por Gonzalo Rodríguez Gacha.

Um ex-capitão da polícia, Oliverio Lesguerra Murien -- preso em 12 de Julho de 1989 com mais de 250.000 dólares, 120 revólveres, 3 emissores-receptores de longa distancia e numerosas armas de guerra -- graças a cumplicidades internas evadiu-se na noite de 29 de Agosto do depósito da polícia de Las Cruces. Murien estava implicado nas actividades criminosas do Cartel de Cali...

Todas essas prisões e toda essa algazarra não agradou aos padrinhos da cocaína. Num comunicado à imprensa, o Cartel retomou os termos de «declaração de guerra total«. Dois dias depois da prisão do tesoureiro Martínez Romero explodiram em Medellín três cargas de dinamite que destruíram as instalações do partido de Galan, o Partido Conservador, e uma estação de rádio. Os jornalistas do diário El Colombiano, principal diário de Medellín cujo proprietário, Juan Gómez, é presidente da câmara da cidade, receberam ameaças por telefone: «Se continuam a falar de narcotraficantes, serão abatidos«. Em 28 de Agosto, é a vez de sete sucursais do Banco Cafetero e das sedes locais do Banco de Colombia serem destruídas. A mensagem era clara...

Então, quem são os grandes barões da droga? Comecemos pelo maior, por esse cuja fortuna é avaliada pela revista Forbes em mais de 3 biliões de dólares, Pablo Escobar.

«Pablo Escobar? Não conheço! -- escreve Charles Vanhecke, enviado especial de Le Monde na Colômbia. -- Os empregados do barão da cocaína têm singulares lapsos de memória. Nunca viram nada e, além disso, só há muito pouco trabalham lá. São às centenas, disseminados na propriedade do patrão, que se estende a perder de vista. Quando os militares chegaram para ocupar o local, deram todos a mesma resposta: "Pablo Escobar? Não conheço!"«.

É verdade que em 1982, época em que foi eleito deputado suplente no Parlamento e contava entre os seus amigos o poderoso senador Alberto Santofimio Botero, tenor do Partido Liberal e candidato às presidenciais de 1990, Pablo Escobar passava por ser o «pai Natal» de Medellín. Se não instalava iluminação eléctrica no estádio de futebol, inaugurava HLM ou distribuía aos pobres migalhas da sua fortuna.

A Igreja colombiana outorgava-lhe também os seus favores e era-lhe agradável percorrer os bairros pobres de Medellín na companhia de dois respeitáveis curas. O bispo Darion Castrillon confessou publicamente ter recebido donativos da Mafia «para evitar que esse dinheiro fosse investido em casas de passe, tráfico de influências ou outros delitos«! Na mesma altura, a prestigiosa revista colombiana Semana interrogava-se nestes termos: «Quem é D. Pablo, essa espécie de Robin dos Bosques de Medellín?«, No entanto...

No entanto, em 18 de Maio de 1989, Pablo Escobar era condenado à revelia a 20 anos de prisão pelo tribunal francês de Pointe-à-Pitre em resultado de um longo inquérito judiciário elaborado com o auxílio dos agentes policiais do Office Central de Répression du Trafic Illicite de Stupéfiants (OCRTIS) e dos seus homólogos colombianos.

Em 6 de Dezembro de 1987 os agentes do OCRTIS, da Polícia Judiciária e da DEA americana apreenderam 445 quilos de cocaína a bordo de um avião Piper Cheyenne que acabava de aterrar num aeródromo da ilha de Marie-Galante, no arquipélago guadalupino. Tudo tinha começado dois meses antes, em Outubro de 1987. Um «correspondente» do OCRTIS, empregado num hotel luxuoso de Saint-Martin, pequena ilha franco-neerlandesa no coração das Caraíbas, informou os polícias franceses da presença suspeita de dois colombianos chegados recentemente de Bogotá a bordo de um avião particular. Pela identificação junto das autoridades de Bogotá, o aparelho fazia parte da frota privada de Pablo Escobar, e os dois «homens

de negócios» eram dois membros do Cartel.

O primeiro, Juan Francisco Pérez Piedrahita, dito «Hans», ex-conselheiro da Embaixada da Colômbia em Bona, está classificado nos ficheiros de todas as polícias antidroga do mundo como um fiel de Pablo Escobar. O seu superior hierárquico, Gustavo González Flores, é conhecido dos serviços franceses como o seu principal expert financeiro e homem de confiança. Começa então uma quadriculagem de várias semanas que leva os agentes do OCRTIS de Pointe-á-Pitre a Paris e, depois, de Madrid a Zurique. Tomam conhecimento de uma importante soma de dinheiro que deverá ser transferida para a Alemanha por membros da rede Escobar e acabam por descobrir que os dois «operadores« são o pai e o irmão de Gustavo González.

Efectivamente, três dias depois, os dois parentes de González desembarcam na Alemanha. No dia seguinte, 10 de Dezembro, apresentam-se no Deutsche Bank de Bona para ventilarem 1,4 milhões de dólares na sua conta n.o 0618728.

-- 600.000 dólares devem ser transferidos para a conta n.o 1457858, Banca Germánica de Panamá, em nome de um tal Dieter Wiegand.

-- 200.000 dólares são destinados à conta de uma misteriosa Gloria Lucie Velez no BCCI, Panamá.

-- 600.000 dólares, enfim, irão para um destinatário com conta no BCCI de Luxemburgo.

O Deutsche Bank foi prevenido pela polícia alemã, e esta, por sua vez, prevenida pela polícia francesa, da iminência de um movimento suspeito de fundos? A verdade é que a polícia alemã os prendeu em 14 de Dezembro no hotel, oficialmente depois de uma queixa do Deutsche Bank, que teria achado suspeitas as operações de González. Depois de encarcerados, a polícia alemã pediu à Interpol esclarecimentos sobre os seus «clientes». Para começar, obtiveram as suas identidades completas: Quintero Luis González (o pai de Gustavo, o lugar-tenente de Escobar já citado), nascido a 24 de Outubro de 1924, portador do passaporte n.o 173985 passado em Miami pelo consulado da Colômbia. O filho, Mario Flores González (irmão de Gustavo), nascido em 23 de Novembro de 1959, tinha no bolso o passaporte n.o 178034 que, como o do pai, fora passado no mesmo local.

Um telex complementar da Interpol (n.o RG 2530 P 230866) de 15 de Dezembro (dia seguinte ao da prisão dos González) precisava: «Confirmamos o mandato de captura respeitante a Quintero Luis González. Verificou-se que a conta n.o 0618728 está em nome das seguintes pessoas: Juan Francisco Pérez Piedrahita e Quintero Luis González. Depois da sua abertura foram realizados pagamentos importantes«.

Juan Francisco Pérez Piedrahita, como o leitor recordará, era um dos lugares-tenentes de Escobar presos na ilha Marie-Galante em companhia de David Rodrigo Ortiz, instrutor de voo e piloto pessoal de Pablo Escobar aquando da apreensão de 445 quilos de cocaína. Há que atribuir também ao acaso que ele partilhe no Deutsche Bank de Bona a mesma conta de um dos González?

Mas há mais. Tchalian, juiz de instrução do tribunal de Pointe-á-Pitre, decidiu tomar uma resolução insólita e dividiu os processos em duas partes. De um lado o caso de Marie-Galante, do outro o dos González presos na Alemanha. Resultado: no fim de Setembro de 1989, os González são libertados. Foram vistos recentemente em Medellín, onde passam dias felizes.

Como é possível que um juiz de instrução tenha encerrado -- mesmo que provisoriamente -- o processo do pai e filho González? As culpas que pendiam sobre eles eram mais que suficientes para os enviar ao tribunal. Por outro lado, havia muitas pistas ainda a explorar, não falando das consequências que o assunto teria na Alemanha. De acordo com o que nos foi possível apurar, o juiz Tchalian fundamentou a sua decisão na argumentação seguinte: a justiça alemã não pôde -- ou não quis -- fornecer os elementos que teriam permitido provar a cumplicidade entre os González e os colombianos presos em Marie-Galante. É brincar com toda a gente pois, como vimos, os González partilhavam a mesma conta com Piedrahita, um dos lugares-tenentes de Pablo Escobar.

Admitindo que o magistrado não terá conseguido obter da polícia alemã dados suficientes que lhe permitissem manter separados os processos de Marie-Galante e de Bona, então há que perguntar: porque não deu a justiça da RFA seguimento às cartas precatórias enviadas pelo juiz Tchalian? Poderíamos avançar uma explicação: é que isso provocaria -- pelas suas revelações -- um escândalo enorme. Já vimos que a Interpol estava perfeitamente ao corrente da existência de uma conta comum González-Piedrahita no Deutsche Bank. Assim, podemos perguntar qual a razão desse banco ter considerado suspeita essa operação e não as anteriores... Ora bem, talvez porque um grande número dos altos dirigentes do Deutsches Bank estão filiados na DGAP, organismo que trabalha de mão dada com a Trilateral!

Outros factos surpreendentes: Gustavo González, fiel de Escobar, possui 50% das acções de uma empresa de Hamburgo especializada no fabrico e na exportação de embalagens industriais. Os seus principais clientes são colombianos. O sócio-gerente oficial da firma, um alemão, é igualmente o representante na RFA de uma empresa de Barcelona igualmente especializada em embalagens industriais. Os seus principais clientes são colombianos também.

A empresa de Hamburgo é a Temac -- que, segundo parece, não figura nos anuários comerciais alemães -- e o presidente da assembleia geral é um tal Albert Reising, conhecido dos serviços de informação, representante também da firma Volpak, de Barcelona, esta figurando claramente no anuário comercial espanhol.

Em muitas das suas frequentes estadias em Hamburgo, Gustavo González fazia acompanhar-se de Piedrahita, recrutado quando era conselheiro da Embaixada da Colômbia em Bona. Os dois homens transferiram em várias vezes 900.000 dólares para o BCCI de Frankfurt e para o Deutsche Bank de Bona. Oficialmente, essas somas provinham da venda de viaturas BMW, marca de que Gustavo González se diz concessionário em Medellín. Não obstante e segundo as nossas informações, essa antena colombiana da grande marca automóvel não vendeu mais de 4 viaturas BMW desde que existe, isto é, desde há 4 anos. E a empresa BMW jura que nunca teve concessionários em

Medellín.

Aparte tudo isso, ninguém conhece Pablo Escobar... E, no entanto, já há muitos anos que a polícia conhece o domínio baptizado Napoles, situado a 150 quilómetros a leste de Medellín, propriedade do mais célebre dos narcotraficantes!

Mais que uma hacienda, é uma propriedade estilo medieval, com 531 hectares. O chateau propriamente dito não é dos mais luxuosos, mas está muito bem servido: pista de aterragem com 3 quilómetros de comprimento, um heliporto, várias garagens, um hangar para embarcações -- o rio Magdalena não fica longe -- dezenas de quilómetros de estradas e, um pouco por todo o lado, «miradouros« que dominam grandes vales de pastagens. As portas dos quartos foram seladas, mas o bar, com as suas juke-boxes e as mesas de madeiras preciosas, os seus sofás-camas instalados debaixo de ventiladores, mostra que os membros do Cartel sabem tratar-se quando se reúnem aqui. Os campos de ténis e de volley, as coudelarias de cavalos puro-sangue, as arenas onde D. Pablo convida os seus toureiros preferidos a enfrentarem os melhores touros da região, a colecção de carruagens antigas, etc...

A parte mais interessante do domínio, porém, é o jardim zoológico. 500 animais de todas as espécies. Zebras, antílopes, rinocerontes, elefantes, hipopótamos, girafas. Uma placa no relvado provoca sobressalto: «Não me mates!« Não se trata de humor negro, mas de um apelo do soberano do sítio a favor das espécies avícolas. A ave pernalta desenhada na pancarta solicita aos visitantes um pouco de humanidade. Porque D. Pablo, como um grande príncipe, abria o seu jardim zoológico ao público quando aqui vivia.

O amor de D. Pablo pelos animais, a mesmo título dos seus crimes, faz parte do seu curriculum vitae. Um amor desmesurado, aparentemente, que o levou a esculpir em pedra espécimes desaparecidos: mamutes e dinossauros em tamanho natural, pintados a vermelho ou a azul e disseminados pelos relvados em atitudes de combate. A «Disneylândia« completa-se com a exposição de algumas réplicas que mostram o sério espírito de corpo do mafioso: uma viatura americana dos anos 30 crivada de balas, cuja legenda informa ter pertencido a Al Capone, e, por cima do portal de entrada, uma avioneta instalada como emblema, também com uma legenda, segundo a qual terá servido para os primeiros transportes de cocaína.

A fazenda Napoles nunca foi um mistério para ninguém. Situada na estrada Medellín-Bogotá, era ocupada regularmente por Pablo Escobar no tempo em que ainda não se escondia: deputado suplente no Congresso de Bogotá, gozava então de imunidade parlamentar -- muito prática na sua profissão -- e era uma personagem familiar do jet-set local.

Depois, de há 5 anos para cá, começou a ser mais discreto. A sua última aparição remonta, parece, a 31 de Dezembro passado. Como o exército e a polícia adquiriram o péssimo hábito de fazer buscas, os empregados foram treinados a calar a boca ou a responder sempre de igual maneira: «Estou cá há pouco tempo, não sei de nada«.

Os militares que acampam naquelas paragens acham que a confiscação demorou demasiado. Há muito que Pablo Escobar retirou da propriedade tudo

o que podia comprometê-lo, nomeadamente os sistemas de transmissão dernier cri com que os seus outros antros estão equipados.

De acordo com os registos, possui 96 propriedades, entre as quais um imóvel de sete andares em Poblado, o pequeno Neuilly do país. No último andar, um heliporto interior que quase faz esquecer a piscina do quinto. Nos aposentos da mulher, uma colecção de sapatos que deixa Imelda Marcos ao nível de uma gata borralheira. Na garagem, 15 viaturas de colecção e 20 motos novas em folha, do filho.

É incalculável o número das suas vítimas. A acreditar nos seus biógrafos, ainda muito jovem, quando não passava de vendedor de automóveis em Medellín, eliminava friamente todos os que lhe faziam sombra. Adquiriu o primeiro capital em 1970, depois de liquidar o industrial Diego Aristizabel e, pouco depois, dirigia uma rede de viaturas roubadas no Canadá que eram revendidas na América do Sul. Preso em 1976 por transportar 39 libras de cocaína, foi libertado 3 meses depois. Nove juízes, uns após outros, desistiram perante este caso difícil Os dois polícias que o prenderam foram massacrados. Mas no seu domínio Napoles, os que tratam mal os animais ou as árvores são sistematicamente despedidos. A Mafia, protectora da natureza e dos animais... Tratar-se-á de uma variante inédita de ecologia?...

Poderia perguntar-se até onde chega a «guerra» do presidente Virgilio Barco. Será seguido por todos aqueles de quem necessita? Temos dúvidas. Recentemente, agora que a Mafia vai multiplicando atentados, o tribunal de ordem pública decidiu tomar uma decisão rara: anulou, muito simplesmente, o mandato de captura emitido contra Pablo Escobar. O diário El Tiempo, o único a dar essa informação, considera a decisão «insólita», já que os factos que originaram o mandato tinham ficado mais que provados: o massacre em Março de 1988 de dezenas de trabalhadores rurais da região de Uraba, na costa atlântica.

Pablo Escobar emprestou os seus sicários aos grandes plantadores da região para a liquidação dos operários agrícolas suspeitos de simpatias com a guerrilha. A acção foi levada a cabo com a ajuda de soldados. Um militar, o general Miguel Maza, chefe dos serviços secretos, revelou-o à opinião pública, confirmando assim a afirmação muitas vezes repetida da coligação entre a Mafia e certos membros das forças armadas. Provados que foram os factos e ao ser emitido o mandato de captura contra Pablo Escobar e os seus cúmplices iniciaram-se as pressões sobre o tribunal no sentido deste voltar atrás com a diligência. Um juiz de Medellín, Maria Helena Díaz, que tinha recusado ceder à chantagem, foi assassinada em plena rua com os seus guarda-costas.

Como conseguir pará-los, quando as mais altas instancias do Estado cruzam os braços? Em 6 de Dezembro de 1985 o irmão de Pablo Escobar, Luis Ramírez, foi preso em Paris num apartamento luxuoso do boulevard Péreire. Logo a seguir foi posto em liberdade... com as maiores desculpas. É ilusória a ideia de confiscar e utilizar as fortunas dos traficantes para os combater.

«Em 1985 pedimos à Suíça que congelasse os seus bens nesse país. Foram congelados 150 milhões de dólares -- uma pequena parte do tesouro que tínhamos localizado. -- Mas na semana passada um tribunal de Berna ordenou que os mesmos fossem entregues a três traficantes. E com juros

substanciais!«, explicava um alto funcionário colombiano.

Pablo Escobar está bem rodeado. Ao seu lado, um primo, Gustavo Gavinia, o homem mais secreto do Cartel. O seu cadastro é tão puro e imaculado como a cocaína que exporta para o mundo inteiro. Não existe nenhuma fotografia de Gavinia. O que se compreende, pois o homem é um maníaco da espionagem. Montou em todo o país uma rede de escutas telefónicas e de informadores. É o chefe dos serviços secretos do Cartel.

Outro membro importante do Cartel é Josè Gonzalo Rodríguez Gacha, «El Mejicano«. Assassino por vocação, ganhou no terreno os seus galões de padrinho e, segundo a revista Forbes, a sua fortuna foi calculada em 2 biliões de dólares. Preenche no Cartel as funções de «ministro da Defesa», e pensa-se que foi ele quem ordenou o assassinato de Luis Carlos Galan. Comanda um exército privado de mil homens equipado com o material mais sofisticado: mísseis, rockets e, segundo certas informações, aviões teleguiados carregados de explosivos que organizam raids aéreos. Só se empresta aos ricos...

Rodríguez Gacha nasceu em 18 de Maio de 1947 em Pacho, cidade localizada a 80 quilómetros de Bogotá. Sobre a sua juventude não há vestígios nos ficheiros da polícia, a não ser que passou alguns anos no México (o que lhe valeu o apelido de «El Mejicano«). Iniciou a sua «carreira« nos anos 70 às ordens do «rei das esmeraldas«, Gilberto Molina. Gacha servia como homem de mão na mina de Muzo, a mais importante do país, e eliminava sistematicamente os que recusavam trabalhar para o seu patrão.

A sua reputação de assassino passou além dos limites da mina. Quando no princípio dos anos 80 a Mafia, que controlava a marijuana, se reconverteu no tráfico de cocaína, Gacha não conseguiu resistir ao apelo do «ouro branco«. Começa então uma ascensão fulgurante. No princípio, sob a protecção de Pablo Escobar. Durante um ano, à sombra do padrinho, aprendeu o métier. Três anos mais tarde, já era membro a tempo inteiro do Cartel de Medellín.

Estamos em 1984. O business da cocaína está em pleno crescimento. O único problema para os traficantes é a guerrilha que controla as regiões da cultura de coca e que, entretanto, cobra um imposto revolucionário de 10%. Apesar de nos primeiros tempos terem feito uma aliança com os FARC, o mais antigo movimento de guerrilha colombiana, depressa surgiram sombras. Gacha contactou então oficiais israelitas para treinar os seus mercenários em técnicas da luta antiguerrilha e, com a bênção do exército colombiano, limpou todas as zonas sensíveis. Mais à frente voltaremos a este assunto realmente obscuro da coligação israelitas-narcodólares.

Em 1 de Janeiro de 1987 o seu património imobiliário decompunha-se da maneira seguinte: 2 apartamentos em Bogotá, 2 haciendas e 7 apartamentos em Pacho, sua cidade de origem, a um passo de Medellín, um parque de atracções nos bairros elegantes da capital, um andar em Miami e várias propriedades no México. E ainda uma frota de pequenos aviões e helicópteros registados em nome do seu irmão Justo.

Em Bogotá os polícias que investigaram a sua última aquisição, uma vivenda de várias centenas de metros quadrados, não couberam em si de espanto: lago artificial, banhos romanos com torneiras e acessórios em

plaqué, candelabros de cristal da Boémia. Cada folha do seu papel higiénico é uma reprodução da Vénus de Botticelli.

Mas vejamos algo mais interessante. Durante essa busca, os agentes da DAS (polícia secreta colombiana) apreenderam umas centenas de documentos em que Rodríguez Gacha dava instruções sobre o melhor processo de lavar dinheiro da droga e sobre investimentos, fornecendo uma lista de imóveis a adquirir em Bogotá e noutras cidades do país. Na própria cidade de Bogotá ocupou todo o andar de um arranha-céus do centro para instalar uma empresa que, mediante computadores e microfichas, geria 34 empresas das mais diversas, desde a fábrica de lacticínios até à promoção imobiliária.

Soube fazer que os amigos aproveitassem as suas riquezas. Para festejar os 39 anos, em 18 de Maio de 1986, convidou para a cidade de La Dorada, 300 quilómetros a norte de Bogotá, os quinze maiores traficantes do país. Requisitou os 120 quartos do Hotel Departamental, dispôs à sua volta 150 guarda-costas e alugou os serviços em horas extraordinárias dos polícias locais. Sob os olhares espantados da população, exibiu ali o seu presente: um magnífico puro-sangue baptizado Tupar Amaru, nome de um chefe índio que resistiu ao invasor espanhol. Preço de compra do cavalo: 1 milhão de dólares!

A seguir aos guerrilheiros, «El Mejicano« lançou-se contra os concorrentes directos, os irmãos Rodríguez, patrões do Cartel de Cali, terceira cidade do país e segunda base dos traficantes.

A família Rodríguez é proprietária da maior cadeia de farmácias do país. Gacha decidiu fazê-las voar a todas. Assim, de há 3 anos para cá, várias centenas de estabelecimentos foram alvo de atentados à bomba. A «guerra das farmácias« conta já várias dezenas de vítimas. Clientes ou transeuntes na maior parte.

Nesta escalada de violência o assassinato em Fevereiro de 1989 em Sasaisa de Gilberto Molina apareceu como a gota que faz transbordar o copo. Diversos clans disputavam a exploração e o comércio de esmeraldas e a guerra que travavam já tinha feito várias centenas de mortos. Gilberto Molina, o rei das esmeraldas, tinha decidido diversificar as suas actividades e lançara-se ao tráfico de cocaína. Erro cruel. «El Mejicano» teve sempre horror à concorrência. A sua morte, pois, servirá como exemplo.

Em 27 de Fevereiro o rei das esmeraldas organizou na villa La Paz uma festa para comemorar o seu aniversário. Apresentaram-se à porta doze homens com o uniforme do exército. Uma vez introduzidos na propriedade, massacraram toda a gente, guarda-costas e convidados, no total 18 pessoas, entre as quais o comerciante de esmeraldas Pedro Cardenas. Um S. Bartolomeu colombiano que permitiu a «El Mejicano» recuperar para si o tráfico de esmeraldas.

É possível que tenha na cabeça a ideia de «ultrapassar» no seu conjunto o Cartel de Cali. Com efeito, Juan Ramón Matta Ballesteros, extraditado em 1988 das Honduras, foi reconhecido culpado em Los Angeles de ter dirigido uma rede californiana de distribuição de droga ligada ao Cartel de Cali. Os serviços de luta contra os estupefacientes (DEA) afirmaram que ele estava à frente de um império avaliado em 2 biliões de dólares. Um

estorvo a menos para «El Mejicano»...

O Cartel de Cali -- menos terrorista e mais discreto -- investiu os seus benefícios principalmente no comércio. Além da cadeia de farmácias possui uma cadeia de supermercados. «Vende as boas e as más drogas«, diz Jorge Child, autor de várias obras sobre a Mafia. Dois dos dirigentes do Cartel, os irmãos Rodríguez Orejuela, apadrinham o clube de futebol America, um dos mais conhecidos do país, cuja sede foi recentemente revistada pelo exército.

Os «narcos« e o seu dinheiro encontram-se em nove dos catorze clubes de futebol colombianos, assim como no ciclismo, boxe, etc. Estão igualmente presentes em casas de jogo, em agências de viagens, na hotelaria. A ilha de San Andrés nas Caraíbas -- zona franca e centro privilegiado de vilegiatura -- é considerada um dos seus feudos.

Em contrapartida, parece não terem penetrado nos sectores agrícolas tradicionais, como do café e da indústria. A dar crédito aos especialistas, haverá uma antipatia fundamental entre as antigas fortunas conseguidas com o café e o açúcar, têxteis e cerveja, e as que surgiram nestes últimos 20 anos com o tráfico de cocaína.

A fronteira entre bons e maus ricos não se percebe facilmente apesar da utilização de homens de palha permitir, embora dissimuladamente, numerosos casamentos de interesses. A prova de que as aparências estão salvaguardadas na sociedade podia ser comprovada num episódio em Cali: a recusa a Josè Santacruz Londono, um dos chefes do Cartel, de ingresso no clube mais snob da cidade. Despeitado, mandou construir uma réplica numa das suas propriedades.

Por outro lado, atitude que lhes dá uma certa popularidade, os narcotraficantes costumam fazer doações a obras de caridade. Diz-se que a universidade franciscana de Buenaventura na costa do Pacífico deve os seus computadores e o seu material ultra-moderno à generosidade dos padrinhos.

Entretanto, na sexta-feira de 15 de Dezembro de 1989, o general Miguel Antonio Gómez Padilla, director da polícia nacional colombiana, recebeu a notícia da morte de Josè Gonzalo Rodríguez Gacha, do seu filho Freddy Gonzalo Rodríguez Celades -- pouco antes libertado -- e de cinco guarda-costas, abatidos pelo exército. Embora incómoda, a pergunta surgiu: foi vendido pelos próprios amigos para que a tensão baixasse?

As buscas efectuadas no interior do Castillo Maroquí deram à polícia uma ideia nova sobre certos membros do Cartel. Camillo Zapata Vásquez, proprietário dessa sumptuosa moradia, era de facto o «assessor de imprensa» do Cartel, ao mesmo tempo que estava encarregado de lavar dinheiro sujo. No livro de ouro do castelo os investigadores descobriram nomes de vários homens políticos de primeiro plano e comandantes da polícia e do exército.

Mas o mais picante vinha de outro lado. Zapata organizava reuniões de sexo, magia e coca. As festas, que chegavam a durar dias consecutivos, eram reservadas exclusivamente a iniciados. Bebia-se vinho de coca, praticava-se espiritismo e faziam-se orgias!

Outro padrinho que conseguiu escapar foi Jorge Luis Ochoa, de 39 anos de idade, classificado no grande banditismo pela Interpol filho e sucessor do imponente padrinho. D. Fabio, os seus dois irmãos Fabio e Juan David, seus braços direitos, supervisavam a distribuição da droga nos Estados Unidos. Igualmente fugidos, Josè Rodríguez, Evaristo Paras, Victor Eduardo Vera, Ramón Fernando e Severo Escobar. O cavalo deste último estacou em Novembro de 1989. Em 6 de Dezembro, com efeito, o ministério público do Tessin anunciava a prisão de Severo Escobar IV, dito «Junior», e de 4 colombianos mais, levada a cabo num hotel de Locarno em 29 de Novembro, assim como a apreensão de 3 quilos de cocaína pura destinada a promover posteriores e mais importantes fornecimentos da Colômbia via Espanha. Segundo a Tribune de Genève, tratava-se do filho de Severo Escobar III, preso em Nova Iorque em 1984 e condenado no ano seguinte a 30 anos de prisão.

O que prova que, apesar da guerra declarada ao Cartel, o tráfico continua via Colômbia. Uma coisa é certa: entre os milhares de prisões, nem um só dos grandes barões foi apanhado. Et pour cause!

Em face da repressão dos Estados Unidos sobre o Cartel, este decidiu lançar uma ofensiva na Europa. Foram escolhidos dois países para facilitar a penetração: Espanha e Itália. Vamos ocupar-nos apenas da Itália, já que estudámos o problema espanhol noutra parte. Na Itália, os padrinhos do Cartel negoceiam directamente com a Mafia. Já tiveram lugar vários encontros no Panamá e em Cuba entre Pablo Escobar e membros da família Ochoa, por um lado, e, por outro, entre aquele e os dirigentes do clan Corleone, a mais poderosa família da Cosa Nostra italiana.

Segundo o juiz Giovanni Falcone, o chefe supremo da Mafia está instalado na Flórida. Esse quinquagenário, Toto Riijna. (a única fotografia que existe dele tem 30 anos!) coordena toda a estratégia. Foram localizados vários dos seu lugares-tenentes na Colômbia, onde vivem em propriedades pertencentes aos padrinhos do Cartel.

São estes os termos do acordo assinado com a Mafia: mediante o pagamento de uma taxa de risco entre 5 e 10% do valor da cocaína entregue, o distribuidor beneficia de uma espécie de seguro no caso da sua perda. Se a droga for confiscada sem ser posta em causa a sua responsabilidade, nada terá a pagar pelo carregamento perdido. Facilidades nada habituais, que provam até que ponto a Europa se tornou vital para os traficantes.

Semelhante ofensiva tornou pessimista Domenico Sica, alto-comissário italiano encarregado da luta anti-Mafia. Segundo ele, a Itália poderá vir a sofrer a sorte de «certos países da América latina, onde os poderes políticos e económicos foram subvertidos pelos bandos de mafiosos, de tal maneira que estes conseguem gerir tranquilamente os capitais enormes destinados a investimentos próprios».

Aliás, e isso é o mais importante, o dinheiro da cocaína, com todo o seu peso, domina, como já vimos, a vida política. Segundo um jornalista de El Spectador, 30% dos membros do Congresso terão beneficiado das liberalidades do Cartel de Medellín. Isto não significa que todos defendam abertamente os narcotraficantes, pois «apenas seis ou sete senadores ou representantes do Congresso desempenham essa tarefa». A

vasta operação lançada pelo governo colombiano em Agosto de 1989 chegou ao fim porque se desenhavam já complicações diplomáticas e políticas. De facto, depressa se viram representantes do governo anunciar a necessidade de dialogar com os traficantes. Dois partidos políticos, o Partido conservador (da direita) e a União patriótica (da esquerda) reclamavam no dia seguinte à rusga a organização de um referendo sobre temas como a droga e a extradição. Apesar de se saber que a participação habitual em eleições na Colômbia nunca excede 20%!...

Até o conhecido romancista colombiano Rafael García Marquez, prémio Nobel de Literatura, interveio para declarar: «A aplicação do tratado de extradição é um problema de princípio... Para mim, é claro que a Colômbia não pode renunciar à sua soberania nem abandoná-la a um Estado estrangeiro. Daí, ao envio de tropas americanas para combater os narcotraficantes não vai senão um passo, o que seria inadmissível«. O «patriotismo« do autor de Cem Anos de Solidão, amigo íntimo de Fidel Castro e de François Mitterrand, é característico. Nunca levantou o menor protesto contra o assassinato de dezenas de magistrados, de polícias, de jornalistas ou de cidadãos do seu país, mas a ideia de extraditar um criminoso internacional põe-no completamente fora de si.

É verdade que García Marquez pode ostentar sempre que deseje as suas opiniões revolucionárias, mas também é verdade que as guerrilhas comunistas que pululam na Colômbia seriam as primeiras a claudicar com o desmantelamento da organização do narcotráfico.

Mossad e Narcotráfico...

Israel nunca perde uma ocasião de se apresentar como o ferro de lança da luta contra o terrorismo... No entanto, oficiais superiores do Estado hebreu dedicam-se a formar militarmente verdadeiros exércitos privados narcoterroristas ao serviço dos barões da droga da Colômbia. Os laços entre certos meios israelitas (antigos militares ou ex-agentes de serviços especiais, como a Mossad, hoje aposentados ou colocados na reserva) e o mundo da droga e suas operações financeiras não datam apenas da revelação do caso colombiano. Certos partidos religiosos integristas, por exemplo, recebem avultados subsídios da Mafia israelita. Para os branquear abrem contas em bancos americanos, declarando como donativos os capitais colectados. Depois, levados de banco em banco -- em particular das Caraíbas e da Suíça -- os fundos regressam a contas vulgares em Israel.

Um dos operadores (branqueadores) desse circuito é Pesach Ben-Or, citado no processo Irangate por vender armas aos Contras, e chefe dos peritos militares do exército guatemalteco. Em 1984 Ben-Or escolheu como assistente e representante de empresas que possui na Colômbia Mike Harari, outro israelita. Mike Harari é uma personagem conhecida no mundo de negócios, quantas vezes surrealista, da América Central, onde possui relações sérias. Nascido em 1927 em Telavive, antigo operador rádio da Haganah, foi recrutado em 1950 pelo Shin Beth (ramo exterior da Mossad). Desde essa data e até 1978 serviu nas fileiras da Mossad, tendo-se tornado o seu dirigente máximo na América latina. Foi apontado como «cérebro« dos mercenários da cocaína, a ponto das suas ânsias de lucro

lhe terem valido a alcunha de «Mister 60%«! Nesse comércio apelou a vários dos seus antigos colegas, entre os quais Eliezer ben Gaitan, cuja prisão pelos americanos junto da nunciatura do Panamá fazia também supor a captura de Harari.

Este encontra-se agora em Israel, onde goza dias felizes. É pouco provável que seja extraditado para os Estados Unidos ou para o Panamá, cujo chefe da segurança, coronel Eduardo Herrera Hassan, é um velho conhecido. Principalmente por ter sido embaixador em Telavive e ter às suas ordens o cônsul honorário Mike Harari.

Na Mossad era responsável da unidade especial encarregada por Golda Meir de liquidar os palestinianos do Setembro Negro acusados do massacre dos desportistas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique de 1972. Nada menos de 13 dirigentes da OLP foram misteriosamente abatidos. Essa operação sem precedentes terminou depois do assassinato em Lillehammer, Noruega, de um infortunado marroquino, confundido com um dos chefes da central palestiniana.

O trágico engano não impedirá Mike Harari de encetar nova carreira. No Panamá, em 1981, dispunha como cobertura de um lugar importante na companhia seguradora israelita Harrier. Amigo de Noriega, é graças a este que adquire o título de cônsul do Panamá em Israel. É Harari que organiza em 1984 a primeira viagem de Noriega a Israel. Para o recompensar, o que iria tornar-se a ovelha negra de Bush nomeou-o seu conselheiro privado. De facto, Harari assegurava a organização da guarda pessoal de Noriega, apelando às numerosas sociedades israelitas implantadas na região e especializadas em serviços de segurança.

«Detestado simultaneamente pelo mundo dos negócios, pelos opositores de Noriega e pela pequena comunidade judaica panameana (que receia eventuais reacções anti-semitas pós-Noriega), Harari e esposa deixaram de ser a coqueluche das classes abastadas de Telavive. Estão muito ligados a Sonia e a Shimon Peres, antigos vizinhos seus, que, com vários outros milhares de convidados, assistiram ao casamento da sua filha Shelli, "o casamento do ano em Israel". Mais interessante ainda: a senhora Doris Beinish, procuradora do Estado de Israel e cunhada de Mike Harari, é a feliz proprietária de um pequeno imóvel alugado à Embaixada do Panamá em Telavive« (1).

(1) Joël David, La Croix, 29.8.1989).

As actividades dos oficiais israelitas foram mal recebidas pela opinião pública dos Estados Unidos. Em Agosto de 1988 a NBC, cadeia de televisão americana, falou do assunto. Militares israelitas -- nem mais nem menos! -- treinam e armam os barões do Cartel de Medellín. A imprensa israelita também deu informações. O Jerusalem Post de 30 de Agosto de 1988 falava de uma Columbian Connection. Um pequeno filme vídeo mostrava um «especialista« israelita a treinar comandos de assassinos a soldo dos traficantes. Aparentemente rodado numa base do Cartel, o filme mostra um homem de fato camuflado a ensinar a um bando de pistoleiros o bê-à-bá da eliminação física. Pormenor interessante, o «professor« fala hebreu e é apresentado como antigo oficial israelita.

É verosímil que essas organizações paramilitares não passassem no início

de movimentos civis de defesa contra os abusos e as vacunas (imposto revolucionário) da guerrilha das FARC, há anos instalada na região. Mas depressa se aliaram aos traficantes, que tinham comprado a baixo preço milhares de hectares de terras. Para proteger e manter essas terras, os barões da droga ofereceram aos paramilitares os indispensáveis meios financeiros e converteram-nos em verdadeiras patrulhas de segurança ao seu serviço.

Numa entrevista concedida em 1989 à agência AFP na região de Puerto Boyaca, epicentro de Magdalena Medio, baptizada orgulhosamente como «a capital anti-subversiva da Colômbia», o ex-capitão León Tarazona, aliás Ruíz Ramírez, foi apresentado como o chefe dos grupos paramilitares da Colômbia. Descreveu esse movimento como «uma associação de civis honestos e corajosos« contrários às exigências da guerrilha que, segundo disse, «controlava toda a região de Magdalena Medio» e recebia avultadas somas «com pedidos de resgate, chantagem e extorsão». Mas negava toda a ligação com os traficantes de droga...

Não obstante, foi nisso que caíram os paramilitares colombianos e, como disse Miguel Maza Marquez, director da DAS (polícia secreta colombiana), é essa «a interpretação particular que os traficantes de droga fazem dos grupos de defesa civil«.

Foi assim que o Cartel chegou à criação de uma associação de camponeses e criadores de gado, a ACDEGAM, de Magdalena Medio. Essa associação, verdadeiro exército privado financiado por dois padrinhos do Cartel, Pablo Escobar e Josè Gonzalo Rodríguez Gacha, mantém ligações estreitas com o exército colombiano e com os serviços secretos. Mas são necessários especialistas para formar esses homens. Ora bem, as várias organizações israelitas instaladas na América Central, sobretudo na Colômbia, encarregam-se precisamente desse tipo de trabalho. As suas razões sociais são as mais claras do mundo: Private Security Training Firm, por exemplo, ou Private Military Training Firm.

O dirigente de uma dessas empresas, Hod Hahanit, é o tenente-coronel na reserva Yair Klein, que em 1987 ofereceu os seus serviços ao governo colombiano. Mas antes de se concluir o negócio, Yair Klein encontrou-se com outro militar israelita, o coronel Mario Shoshani.

Os dois homens não se parecem em nada. O primeiro, Yair Klein, é o que se vê de costas no vídeo antes mencionado, e foi apresentado pelo jornal Jewish Tribune de 15-21 de Setembro de 1989 como «o suporte publicitário das suas actividades na América latina». Além de Yair Klein, a televisão israelita identificava os coronéis Amatzia Shouali, encarregado do treino militar, e Abraham Zadka, que cooperava com as milícias na região de Medellín.

Depois da sua desmobilização (parcial, uma vez que figura a título de reserva nos quadros de uma unidade de elite), Yair Klein fundou a Hod Hahanit. Nascido no kibboutz Nitzanim e instalado na herdade colectiva de Hamra (vale do Jordão), esse homem mal-humorado e taciturno é um profissional temível. «Vivi 18 anos com comandantes de elite, paras e unidades de reconhecimento do exército israelita. A guerra é o meu ofício e, portanto, continuei a exercer, treinando com autorização das autoridades de Bogotá, não os homens dos barões da droga, mas as milícias de uma associação de agricultores expostos aos ataques dos terroristas do

M.19, cujo objectivo é fazer da Colômbia uma segunda Cuba ou outra Nicarágua«, dizia (1).

(1) Entrevista concedida ao jornal el Tiempo.

Yair Klein declarou que tinha visitado a firma Seguridad de Colombia, cujo principal accionista, segundo reza o registo da Câmara de comércio de Bogotá, é o general Oscar Botero, ministro da Defesa. Terá contratado os serviços de Klein? Uma coisa é certa: um deputado da Unión Patriótica, Hernán Motta, lançou uma grave acusação ao ministro da Defesa. Afirmou que o chefe dos instrutores israelitas, Yair Klein, durante a sua estadia na Colômbia, tinha tido contactos com uma empresa privada de vigilância e segurança cujo principal accionista era Oscar Botero.

Em 1987 chegava à Colômbia o general Rafi Eitan, uma das figuras míticas dos serviços secretos israelitas, a fim de se avistar com os ministros da Defesa e das Minas. Propunha-se ajudá-los a liquidar a guerrilha na zona do oleoduto e citava como exemplos os sucessos de Magdalena. No jornal israelita Maariv, Eitan afirma que tinha dado assistência dois anos antes ao presidente Barco.

O segundo homem importante, Mario Shoshani, é mais complexo. Na sua ostentação é parecido com certos homens de negócios árabes: inspirando-se em Khashoggi, Gaith Pharaon, Akram Ojjeh, o Time de 11 de Setembro de 1989 não hesitou em qualificá-lo como «flamejante homem de negócios». Com efeito, pouco se sabe dele, a não ser que, como asseguram algumas fontes, é o ponto de passagem obrigatório de todos os israelitas de peso que operam na América latina: Pesach Ben-Or, Mike Harari, Amiram Nir (1), o businessman judeu-libanês de nacionalidade brasileira Edmond Safra e o general Rehovam Ze'evi, dirigente do partido Moledet, que dirigia no Equador uma empresa privada de serviços de segurança, a Agencia Consello contra el Terrorismo. Os seus adversários políticos acusam-no de estar ligado à Mafia israelita.

(1) Representante designado pelo Estado israelita para supervisionar o irangate, parceiro directo de Oliver North, teve uma morte misteriosa num acidente de helicóptero no México em Dezembro de 1988.

Mais que colocar-se ao serviço do governo colombiano, Shoshani persuade Klein a dirigir a escola de formação da milícia da ACDEGAM. Dito e feito. O campo de treino é montado na ilha Fantasia, ao largo de Puerto Boyaco. Por este trabalho de 9 semanas, correspondente a três estágios, Yair Klein recebeu a quantia de 800.000 dólares, depositados em dinheiro nos Estados Unidos...

Segundo um relatório confidencial da DAS, 5 instrutores de Israel e 11 da Grã-Bretanha deram treino entre Dezembro de 1987 e Maio de 1988 a uma centena de pessoas especialmente escolhidas por Gonzalo Rodríguez Gacha. Foi previsto que os 30 melhores recrutas seriam enviados a Israel para prosseguirem em cursos de aperfeiçoamento. O que aconteceu, mas os mercenários tiveram que abreviar a sua estadia para se apresentarem nas Honduras e na Costa Rica. Na primeira nomeação, em Março de 1988, Gacha esteve presente pessoalmente em companhia do coronel Luis Bohorquez, comandante do batalhão Burdula da região de Medio Magdalena, e de chefes da ACDEGAM. Sob a direcção do monitor dos cursos, Alfredo Baquero,

conhecido como «Vladimir«, os melhores elementos formaram o grupo paramilitar que, segundo fontes sérias, foi o responsável por 38 dos 82 massacres de 1988.

A função de assassino assalariado foi tão apreciada em Medellín que não tardou a serem fundadas escolas de formação para jovens com vocação para tal. A primeira funcionou durante 7 anos numa hacienda em Sabaneta, nos arredores da cidade. Era dirigida por outro israelita, Isaac Guttnan Esternberg. A polícia, embora ao corrente, fechava os olhos. O que não causará espanto. Os 1200 polícias da cidade foram completamente ultrapassados... Hipocrisia ou não, a opinião pública considera que 80% dos polícias de Medellín trabalham às escondidas para a Mafia da cocaína. Guttnan, como bom profissional, não concede promoções a mais de 50 «alunos«. Estes, depois do «curso», fundaram duas associações de antigos alunos«, os Quesitos e os Damascos. Dois bandos temíveis, implicados no assassinato em 1984 do ministro da Justiça Rodrigo Lara.

Isaac Guttnan foi abatido em Medellín em 9 de Agosto de 1986 por ordem de Pablo Escobar que, como pessoa metódica, não deixa que se atrelem a si.

Apesar de todas estas provas, nem Byniamin Nethanyahon, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, nem Washington, nem Bogotá pediram qualquer explicação oficial a Israel. Depois de tornado público o caso da ilha Fantasia, a imprensa israelita começou a pedir contas ao governo. O enviado especial na Colômbia do jornal israelita Yediot Aharonot revelou em 27 de Agosto de 1989 que os serviços de segurança colombianos tinham enviado às autoridades israelitas um relatório em que advertiam que grupos de militares israelitas se tinham posto ao serviço dos barões da droga. O jornal acrescenta que o governo Shamir não mexeu um dedo para impedir tais actividades.

Ao embaraço do governo israelita que, obviamente, nega toda e qualquer ligação com esses «soldados perdidos de Israel que agem por sua própria conta« soma-se a possibilidade de exportação de material de guerra. Material que passará por essas empresas de segurança, a despeito da regulamentação do comércio de armas. Há que supor que as bases da implicação israelita nas Caraíbas traz tantos proveitos que Telavive aceita o risco de uma reputação duvidosa.

O proveito é duplo. Político, desde logo. Graças ao fornecimento de armas da sua própria indústria e de enormes quantidades de outras capturadas em Beirute em 1982, os governos de vários países da América latina assim reabastecidos sentem-se na obrigação de entregarem os seus votos -- na ONU, por exemplo -- ao Estado hebreu.

O benefício é também económico e financeiro. As empresas especializadas em treino militar e segurança proporcionam coberturas úteis aos seus agentes. Propõem o know-how de técnicos credenciados. Da maneira mais legal possível servem a indústria e o comércio externo israelitas com o comércio de armas e introduzem no país capitais enormes.

Segundo o jornal Hadashot de 26 de Agosto de 1989, das cerca de vinte empresas instaladas na Colômbia só seis têm o aval da administração: a ISDS (informações e inquéritos, instalação de sistemas electrónicos de vigilância), dirigida por Leo Wagelser; a Katlab, dirigida por Yossef

Lenjosky; outra dirigida por Abraham Shafaratz, especializada em planos de segurança de instalações industriais e em formação de pessoal; a Chaiden, dirigida por Shlomo Koris; a Atlas, dirigida por Moshe Basr (também chamado Mokky); a sexta é dirigida por uma personalidade cujo nome não foi divulgado. A empresa de Yair Klein, como se vê, não faz parte da lista.

Mas este último deu provas de uma notável eficácia. No momento exacto em que saltou à ribalta o caso das milícias do Cartel de Medellín, a empresa Israel Aircraft Industries vendia à Colômbia 13 aviões de caça Kfir. O contrato foi assinado em Israel em 6 de Outubro de 1988 pelo ministro da Defesa, general Rafael Molina. Seis dias mais tarde, o Chile, por seu turno, adquiriu 12 Kfir. Nos corredores, um homem ajudou decisivamente a conclusão dos negócios: o general Rehovam Ze'evi, dirigente do Moledet. As três personagens-chave das transacções israelo-colombiana e israelo-chilena têm um ponto em comum: a um ou outro título, prosperaram na América latina mediante negócios nada transparentes.

Para armar os milicianos do Cartel de Medellín são ainda intermediários israelitas que se intrometem, por vezes a partir dos Estados Unidos. A este respeito, Miami exerce uma função duplamente destacada: é de lá que partem os carregamentos de armas destinados à América Central e do Sul e é lá que são despejados os narcodólares. Em Julho de 1989, por exemplo, foram presos na alfandega de Miami três transportadores de armas destinadas aos drugmen de Medellín: dois colombianos e um israelita, David Kanduiti...

Quando Rafael Molina era ministro da Defesa o exército lançou ao cesto dos papéis relatórios inequívocos sobre o crescimento do Cartel de Medellín e oficiais superiores colombianos vieram dar a sua bênção às promoções de milicianos da ilha Fantasia. O chefe do estado-maior do exército chileno, general Ramón Vega, signatário do contrato de compra dos Kfir, fora pouco antes implicado num caso de venda de armas ao Irão (16 caças F5 de fabrico americano) por intermédio de um consórcio israelo-americano.

A partir de 1984, por intermédio da firma Arms Supermarket, a Mossad começou a vender armas aos Contras da Nicarágua. Segundo a revista americana Newsweek, a empresa tinha sido criada pelo Cartel de Medellín, que negociou com os israelitas. A esse propósito, a Newsweek escreveu em Maio de 1988: «Os narcotraficantes transportam nos seus aviões armas fornecidas pela Mossad. Em compensação, os mesmos aviões carregados de cocaína têm direito a viagens suplementares para os Estados Unidos«. Na sua carta ao procurador de Bogotá, um agente dos serviços secretos da polícia colombiana escreveu que o chefe da segurança da Embaixada de Israel, Vigan, dera cursos ao batalhão Charry Solano...

Segundo o jornal colombiano La República a compra de armas ocupou o primeiro lugar das importações colombianas de Janeiro e Fevereiro de 1989. 0 principal fornecedor foi Israel com 35,9 milhões de dólares, seguido dos Estados Unidos (6 milhões de dólares) e da Grã-Bretanha (357.000 dólares). No primeiro mês do ano, 83% do armamento colombiano foi comprado a Israel. Nestes números não se inclui a ajuda especial americana de 65 milhões de dólares ao governo Barco.

Yair Klein foi considerado pela imprensa israelita e americana um caso

aparte. Em 8 de Setembro de 1989 a rádio israelita acusou-o de «exportação de know-how ilegal«. Por outro lado, segundo o Jewish Tribune de 21 de Setembro de 1989, «a polícia israelita lavou-os de toda a suspeita no tráfico de droga ou de auxiliarem conscientemente (sic) os traficantes da Colômbia ou de outro país. No entanto, a maior parte deles poderão vir a ser perseguidos no futuro já que, sem terem obtido as necessárias autorizações, exportaram a mercadoria mais preciosa do Estado de Israel: o seu know-how militar... O ministro da Defesa Itshak Rabin ordenou pessoalmente um inquérito em profundidade... Como prova da sua boa-fé, Klein confessou ter recebido no total, e por tudo, a soma de 40.000 dólares, o que cobria mal as despesas de deslocação, suas e da sua equipa« (1).

(1) Talvez por esquecimento, não afirmou fazer parte de uma instituição de caridade!

Seja como for, tanto o jornal Yediot Aharonot como o Hadashot não negam que o tenente-coronel Yair Klein era uma verdadeira bomba ao retardador, dadas as acusações que poderia fazer. Na sua entrevista ao jornal El Tiempo sublinhava, ameaçador, que em caso de inquérito sobre as actividades dos seus empregados, a polícia israelita «arrisca-se a abrir uma caixa de Pandora». Repete, para quem quiser ouvi-lo, que não passa de um subordinado de Mario Shoshani, atrás do qual se ocultam personalidades israelitas de primeiro plano. Segundo fontes londrinas bem informadas, uma das personalidades implicadas na Israeli Connection seria Yehoushoua Saguy, ex-responsável da segurança militar e actualmente deputado do Likud partido dirigido pelo primeiro-ministro Shamir. Saguy possui também uma empresa na Colômbia especializada no comércio de armas. Em 1984 foi em missão oficial a Bogotá, onde se encontrou com o ministro do Interior colombiano. Teria aproveitado a estadia para montar negócios lucrativos...

«Curiosamente -- refere Mohsen Toumi, de quem recolhemos alguns fragmentos do seu estudo aparecido em Arabies em Janeiro de 1990 -- os media raramente relacionam a ligação entre a guerra da droga e o Irangate. Apontam o dedo ao lado western dos acontecimentos, como para desviar a atenção da opinião internacional dos escalões superiores das redes da droga, estabelecidas como segue: produção - narcodólares -- comércio de armas -- geopolítica -- implicação dos próprios Estados em vários negócios. A leitura do muito oficial Tower Commission Report consagrado ao Irangate também confirma a solidariedade entre os elementos do puzzle...

«Com efeito, os caminhos do Irangate conduzem a Bogotá e a Medellín. Grande número de lugares, bancos, pessoas, encontram-se implicados nos dois escândalos. Os israelitas aparecem à frente nas duas cenas...

«No Irangate sempre se recorreu aos bons ofícios do homem de negócios iraniano Ghorbanifar; foram designados os bancos e as empresas financeiras por onde deviam circular os capitais da transacção (em especial, o Crédit Suisse e os serviços de Adnan Khashoggi); personalidades israelitas (como Amiram Nir) estiveram presentes em Teerão em 25 de Maio de 1986 na reunião organizada no Independance Hotel, em que se afinou o mecanismo de fornecimento de armas à república de Khomeiny.

«Algures em Telavive, em Julho de 1986, foi esboçado o projecto

Democracy, cujo objectivo era dar vida a uma espécie de ONG encarregada de prestar ajuda e orientação ideológica aos movimentos contra-revolucionários mundiais e, para começar, aos da América do Sul, com os Contras nicaraguenses. São os israelitas a fornecer armas aos Contras, principalmente através das suas firmas instaladas na América Central, Bolívia e Colômbia, contra pagamentos a pronto: essas enormes quantias de dinheiro líquido provem, obviamente, do tráfico de estupefacientes e das vendas de armas iranianas. É a serpente a morder a cauda...

«Na montagem das operações os israelitas trabalham em pool com determinados homens-chave: Edmond Safra, o judeu brasileiro de origem libanesa, próximo do partido trabalhista de Shimon Peres; Moundher al-Kassar, sírio, cuja empresa Alkstrowk forneceu aos Contras em 1985, sob a protecção do National Security Council americano, 300 toneladas de espingardas-metralhadoras AK47... Kassar convidara em 1984 para a sua propriedade de Marbella, Espanha, um dos barões de Medellín, Jorge Luis Ochoa.

«Apesar da massa de informações contidas no Tower Commission Report (550 páginas em caracteres pequenos), parece não terem sido incluídas peças importantes, nomeadamente notícias biográficas respeitantes às principais personagens que desempenharam papéis substanciais na operação de fornecimento de armas ao Irão e aos Contras da Nicarágua».

Refira-se ainda que houve um bom número de mortes suspeitas nessa intriga que foram muito comentadas pelas crónicas... como recorda Mohsen Toumi: «Num lapso de tempo relativamente curto, várias pessoas implicadas no Irangate e no fornecimento de armas aos Contras foram desta para melhor...

«Amiram Nir, o representante designado pelo Estado israelita para supervisionar o Irangate ao lado de Oliver North, morreu em Dezembro de 1988 num acidente de helicóptero no México.

«Três responsáveis austríacos foram suprimidos entre 1985 e 1989 por oportunas crises cardíacas: o primeiro foi Herbert Armie, embaixador na Grécia, citado como testemunha no processo da empresa pública Voest Alpina, acusada de vender armas ao Irão; o segundo foi Herbert Abvelteir, director-geral da Voest Alpina; o terceiro foi Elvis Weissabonier, traficante de armas relacionado com a Voest Alpina.

«Dois cidadãos da RFA iriam ainda sucumbir a esta lei das séries: o primeiro foi M. Haubersheel, chefe do governo do Schelswig-Holstein, assassinado em 1987 no hotel Beau Rivage de Genève, imediatamente depois de uma estadia nas Canárias em que se encontrou com Adnan Khashoggi. Hans Joachin Keinach, vice-ministro do Interior, também do Schelswig-Holstein, fulminado por uma crise cardíaca alguns dias antes de depor como testemunha no inquérito sobre a morte de Haubersheel.

«A partir de 1987 vários cidadãos americanos implicados de perto ou de longe no caso dos Contras tiveram também o bom gosto de viajar para o outro mundo. Citemos como exemplos William Casey, antigo director da CIA (falecido em 1987); Gerald Klark, director do serviço americano de informações militares no Panamá; Gleen Souham, assassinado em Paris depois de ter regulado um envio de armas aos Contras; Barry Seal,

mercenário ligado aos Contras, encontrado assassinado.

«A título idêntico, o general Gustave Lariz das Honduras, comprometido a fundo no assunto dos Contras, foi assassinado em Março de 1989. A morte do general Audran na França em Janeiro de 1985, vítima de um atentado atribuído ao grupo Action Directe, e o assassinato em Fevereiro de 1987 do homem de Estado sueco Olof Palme estariam ligados ao fornecimento de armas ao Irão. Várias fontes ligaram a morte de Olof Palme à de outro sueco, o almirante Karl Algernoon, responsável do ministério dos Negócios Estrangeiros nos processos de exportação de armas. Foi empurrado para debaixo do metro dias antes de comparecer perante a comissão de inquérito sobre a venda de canhões ao Irão pela firma Bofors. O assassinato em Março de 1987 do general italiano Georji estaria ligado também ao de Olof Palme, a dar crédito a La Stampa de 6 de Novembro de 1988.

«Estes desaparecimentos em série lembram os que se seguiram ao assassinato do presidente Kennedy. É verdade que faltam elementos que permitam seguramente ligar uns aos outros, mas todos têm um denominador comum: a venda de armas ao Irão e o seu corolário, a ajuda aos Contras».

O governo israelita está altamente implicado em todo este assunto. A tal ponto, que o enviado especial de Libération referia em 1 de Setembro de 1989: «Os conselheiros militares israelitas, fortemente suspeitos de darem treino aos tristemente célebres "sicários", os matadores assalariados dos narcos, abandonam discretamente o país. A ida precipitada dos Estados Unidos para Bogotá do embaixador de Israel na Colômbia, Jideon Tadmor, iria acelerar o processo. O primeiro "lote" partiu de Bogotá na quarta-feira à noite. Os cinco homens tomaram o voo 915 da companhia aérea venezuelana Viasa com destino a Caracas. Ali chegados, fizeram a ligação para Zurique, onde chegaram ontem durante o dia. Uma das provas da precipitação da partida foi os cinco homens não disporem de reserva nos seus bilhetes de primeira classe. Um funcionário do aeroporto, manifestamente ao corrente da sua vinda, conseguiu-lhes lugares no voo 915, apesar de estar completo desde semanas antes.

«Um dos israelitas, indivíduo com cerca de 30 anos, calvo, de grande envergadura, vestido com um blusão de couro negro fechado até à cintura, calças de ganga e botas de cowboy, encarregou-se das formalidades dos seus quatro comparsas. Três estavam vestidos com fatos clássicos castanhos, podendo passar por homens de negócios. Exprimiam-se em espanhol correcto. O último, de cara quadrada e marcas de cicatrizes, tão largo como alto, com uma espécie de poncho nas costas, inspirava respeito. O passaporte israelita parecia pequeno nas suas mãos.

«Apesar do porte -- pelo menos de alguns deles -- um tanto "laranja mecânica", todos passaram os controles com extrema facilidade enquanto os outros passageiros eram submetidos a inúmeras fiscalizações, reforçadas dias antes«.

Nem todos os «conselheiros« dos matadores do Cartel de Medellín são israelitas. Segundo dados dos serviços especiais colombianos, onze mercenários britânicos comandados pelo coronel na reserva Peter, «The Strong», auxiliados por noruegueses e alemães, treinaram bandos armados do Cartel da droga no norte da Colômbia. Terão sido antigos militares de Sua Majestade a prepararem o assassinato do senador Luis Carlos Galan.

Os meios britânicos calculam em 20 o número de mercenários ingleses recrutados pelos senhores da droga. As suas identidades, protegidas pela Acta sobre o segredo de Estado, não foram reveladas no Reino Unido. Segundo o jornal quotidiano The Independent, são todos veteranos da célebre e misteriosa força especial do reino, o SAS, Special Air Service. No seguimento das intervenções da oposição trabalhista, o Foreign Office teve que reconhecer a assistência dada por antigos membros do exército da Grã-Bretanha aos narcotraficantes.

Apesar da protecção das identidades, circulam nomes: Peter McAllese, Dave Tomkins, Alex Lennox, Geffrey Adams e um tal Terry, especialista em explosivos, todos veteranos do SAS.

Que dizer sobre o que o governo colombiano apresenta como a sua «perplexidade» relativamente a essas milícias? Titubeando uma tentativa de defesa, as autoridades -- que não podiam deixar de estar ao corrente -- declararam por interposta pessoa, Miguel Meza Marquez, director da DAS, que «os mercenários chegados à Colômbia para treinar bandos paramilitares tinham entrado legalmente no país... O problema - acrescentaram -- é que, depois, o legal tornou-se ilegal«. Bem vemos!

A fim de aperfeiçoarem o seu sistema de informações, os padrinhos da droga chamam-se e informam-se mutuamente no mundo inteiro através de uma «linha verde«. É a guerra entre os traficantes colombianos de droga e o Estado. A exemplo de todos os exércitos, o dos narcos pôs em funcionamento um sofisticado sistema de comunicação. O material é francês, afirma Marie-Josè Fulgeras, procuradora-adjunta da República de Paris e especialista em assuntos de droga: «Há uma dezena de anos uma empresa francesa instalou em Medellín uma das centrais telefónicas mais importantes do mundo. Isso não se deve a um acaso«.

Essa central possui o equivalente de uma «linha verde», que permite chamar gratuitamente o seu correspondente. Os funcionários dos senhores da droga não se servem dele para chamar apenas os patrões. Utilizam-no também para comunicar entre dois pontos do globo. Mesmo que esses lugares sejam hotéis parisienses. Um magistrado colombiano recebeu recentemente no seu gabinete um dossier sobre ramificações internacionais. Tratava-se de uma rede complexa entre Medellín, Madrid e Paris. As escutas telefónicas efectuadas durante alguns meses revelaram que os traficantes transmitem entre si notícias de entregas chamando o «número verde» de Medellín. Outra central aperfeiçoada teria sido instalada em Bogotá, a capital da Colômbia.

Aparte tudo isso, o governo não está ao corrente...

O Triângulo de Ouro

Mais de metade do ópio ilícito consumido no mundo vem do famoso Triângulo de Ouro, igualmente chamado «região das Três Fronteiras», visto reunirem-se ali as fronteiras do Laos, da Tailândia e da Birmânia. Um após outro, vejamos cada um destes países.

Tailândia

Oficialmente, a Tailândia faz parte dos países que lutam contra a droga. Todos os anos, ritualmente, diante das câmaras da televisão, são queimadas em Bangkok toneladas de ópio no pátio de uma caserna de polícia. A realidade, porém, é outra, e muitos tiram disso excelente proveito. Não se disse que Phao Sriyanonda, chefe da polícia tailandesa, era um dos principais traficantes do sudeste asiático?

Alfred McCoy, em The Politics of Heroine in South-East Asia, escrevia a respeito de Phao: «Tornou-se o mais importante cliente da CIA na Tailândia e o mais ardente anticomunista. A sua tarefa principal é proteger os fornecimentos destinados ao Kuomintang e vender o seu ópio. Em 1955 a polícia nacional de Phao tornou-se o mais importante sindicato de traficantes de ópio na Tailândia e estava comprometida em todas as fases do tráfico de narcóticos. Mesmo segundo os parâmetros tailandeses, é espantoso o nível da corrupção. A polícia das fronteiras escolta as caravanas do Kuomintang desde a fronteira birmânica até às instalações da polícia de Chiang May. Dali, outras escoltas de polícia encaminham a droga para Bangkok por comboio ou avião a fim de ser embarcada em navios de cabotagem escoltados pela polícia marítima até ao local dos encontros no alto mar com os cargueiros em rota para Hong-Kong ou Singapura».

O mesmo McCoy escrevia em 1972: «Bangkok é uma plataforma giratória do ópio asiático. Nada mudou desde os dias de glória do general Phao: hoje, mais que recrutados directamente, os oficiais de alta patente do governo tailandês contentam-se em aceitar generosas prebendas dos poderosos sindicatos chineses estabelecidos em Bangkok que tomaram a seu cargo a direcção do tráfico».

Num relatório conjunto redigido em Maio de 1971 pela comissão dos Negócios Estrangeiros do Congresso dos Estados Unidos, um democrata e um republicano escreviam o seguinte: «Do ponto de vista americano, a Tailândia é tão importante no controle do tráfico ilícito de estupefacientes como a Turquia. Se nem todo o ópio da Ásia do sudeste se produz na Tailândia, a maior parte é evacuada através desse país» (1).

(1) Morgan M. Murphy e Robert H. Steele, The World Heroine Problem. Report of special study mission, US Government Printing Office, Washington, 1971.

Tempos depois, em 1972, era a vez de Lester Wolff, representante democrata, lançar uma pedra no charco, quando afirmou saber «os nomes das 12 traineiras que transportam ópio e heroína de Bangkok para Hong-Kong e as altas personalidades que protegem esse tráfico». Declarava não querer divulgá-los para não misturar os Estados Unidos na embrulhada, mas dizia-se disposto a fazê-lo caso as autoridades tailandesas não tomassem disposições enérgicas. Era um aviso sério ao governo de Bangkok.

Assim, os tailandeses quiseram mostrar boa vontade. Em 7 de Março de 1972 queimaram publicamente no norte da Tailândia 26 toneladas de ópio avaliadas em 47,5 milhões de dólares no mercado americano. «O ópio -- escrevia então o Bangkok World -- era recolhido entre as tribos da região de Chiang May e Chiang Ray e trocado por terras, sementes e gado«.

Com efeito, escreve Catherine Lamour em Les Grandes Manõuvres de l'Opium, não tardou a saber-se que esse ópio tinha sido comprado ao KTM

(Kuomintang). Warner, chefe dos serviços de informação do BNDD, declarou em Washington em 1972: «Os irregulares chineses fizeram um bom negócio com a venda de 26 toneladas de ópio aos tailandeses. O rápido repatriamento para os Estados Unidos das tropas americanas que combatiam no Vietname do Sul fez baixar brutalmente o preço da heroína no sudeste da Ásia. Somos de opinião que o Kuomintang tem enormes stocks de ópio na região de Tachilek, na Birmânia, que chegarão a 1000 toneladas. É evidente que o governo tailandês nunca comprará tal quantidade. A manifestação de 7 de Março permitiu-lhe cair nas boas graças dos americanos«.

E acrescenta: «Não é que o governo tailandês seja impotente para agir contra os nacionalistas chineses se realmente desejasse pôr fim ao tráfico de estupefacientes na Tailândia. Mas há demasiados interesses em jogo. Só pela força se poderia convencer o KTM a renunciar ao ópio, que lhe proporciona recursos consideráveis. Pelo seu lado, os tailandeses não podem reprimir o KTM e ao mesmo tempo servirem-se dele para combater as guerrilhas. Sentem-se pouco inclinados a tomar tal medida, uma vez que o tráfico de estupefacientes não beneficia somente oficiais chineses. Certas personalidades tailandesas estão implicadas nessa actividade lucrativa, como nos casos do Laos e do Vietname. Um relatório secreto preparado em 1972 pela CIA, pelo departamento de Estado e pelo departamento da Defesa referia: «O problema mais grave que, infelizmente, parece não ter solução dentro de um prazo previsível são a corrupção que vai ganhando terreno nos governos da Ásia do sudeste, particularmente no Vietname e na Tailândia e a indiferença quanto ao tráfico de droga«. Retomando tais argumentos no seu relatório ao Congresso, Murphy e Steele acrescentam: «Personalidades governamentais e militares estão implicadas a todos os níveis«. Depois de um programa televisivo americano ter acusado o ministro do Interior, general Praphas, um jornalista tailandês, Prasong Charasdamrong, nunca desmentido, escreveu em Março de 1972 no Bangkok World: "o ponto fraco do plano de luta lançado na Tailandia contra os estupefacientes são os próprios oficiais da polícia. Não há neste país polícias suficientemente honestos ou conscienciosos para recusarem subornos ou luvas. Os agentes da repartição tailandesa de narcóticos, geralmente mais bem pagos pelos traficantes para guardarem silêncio, não o são pelo governo na captura de traficantes". Assim, pois, todo o sistema participa no tráfico de ópio".

No que respeita a Khun Sa, padrinho da droga na Birmânia, há que dizer que os tailandeses não o trataram mal. Pelo menos, é a opinião do coronel «Bo« Gritz, ex-boina verde, que, depois de uma visita a Khun Sa, afirmou gravemente perante uma comissão do Congresso americano: «O tráfico de droga com Khun não existiria sem as cumplicidades em alto grau da Tailândia«. Referiu personalidades da Embaixada americana de Bangkok, membros da CIA e um alto funcionário americano. As Embaixadas do Reino de Sião em Washington e a dos Estados Unidos em Bangkok negaram tudo em bloco -- diplomatie oblige!... -- mas subsiste uma suspeita incómoda. Como podem centenas de toneladas de heroína atravessar a Tailândia sem deixarem o mais pequeno rasto?

Laos

Em Les Grandes Manõuvres de l'Opium, Catherine Lamour e Michel R. Lamberti escreviam em 1972: «Não se sabe ao certo quanto ópio produz hoje o Laos, como se ignora o número exacto de meos, yaos e membros de outras

tribos que se dedicam à cultura da dormideira. Segundo as afirmações de David Feigold (1), autor americano de um estudo sobre o assunto, o Laos fornecia antes da II Guerra Mundial 40 a 100 toneladas de ópio por ano. A maior parte era comprada pela régie francesa do ópio, o resto «evaporava-se«. Por volta de 1950, o número terá passado para 65 toneladas anuais. Em 1964, as Nações Unidas calculam a sua produção entre 80 e 150 toneladas. Diferentes informações de origem local ou emanadas de técnicos estrangeiros, franceses ou americanos, confirmaram essa ordem de grandeza nos anos anteriores a 1965. As mesmas fontes concordam em afirmar que a produção teria baixado para 30 toneladas. Segundo o representante em Vientiane da Agence Internationale de Développement (USAID), Mann, que cita um inquérito efectuado pela CIA (com a qual, como é sabido, a USAID mantém laços estreitos), seria hoje mais verosímil um número situado entre 15 e 17 toneladas.

(1) Opium and polities in laos, Harper ç Row, Nova Iorque, 1970.

«Se se quer compreender por que motivo a produção de ópio baixou mais de 80% em cinco anos, é necessário antes de tudo ter em consideração a sorte dos cultivadores de dormideira durante a guerra secreta no Laos. Em 1965, um ano antes dos bombardeamentos sobre o Vietname do Norte, os americanos já tinham macerado no Laos as zonas onde se escondiam as forças do Pathet Laos. Essas operações não foram confessadas e mantiveram-se secretas: nos termos dos acordos de Genève de 1962, o pequeno reino do Laos era um país neutral, onde não poderia intervir qualquer exército estrangeiro. Oficialmente, não houve guerra no Laos».

Nessa altura os principais padrinhos da Mafia na região eram Touby Li Fong, chefe de uma tribo de cultivadores de dormideira e membro entre 1939 e 1945 da central francesa do ópio, e o famoso general Vang Pao, comandante do exército mercenário meo. Reinava então como senhor na base de Long Tieng, na planície de Jarres, onde a CIA organizava a guerra «secreta« do Laos. Um e outro minimizam a importância da cultura da dormideira no Laos já que, em várias ocasiões, foram acusados de se entregarem ao tráfico e de serem os seus principais beneficiários. Por outro lado estão ligados por uma solidariedade de clan à qual se vêm juntar laços familiares, pois May Ko, filha de Touby Li Fong, desposou François, filho primogénito de Vang Pao.

Segundo dados provenientes da Defesa nacional em 1983, o general Vang Pao controlou sempre uma parte do seu exército, dissolvido a partir dos Estados Unidos, onde entretanto se refugiou.

A guerra ofereceu mercados a esse tráfico, especialmente entre os GI do Vietname, e o repatriamento destes últimos não foi suficiente para resolver o problema. Tinham sido constituídas redes e cumplicidades com prolongamentos no Vietname do Sul, onde as mais altas autoridades foram acusadas, como o general Dzu, que comandava a região central dos altos planaltos, o antigo presidente Nguyen Cao Ky e o presidente Thieu. Um jornalista americano da cadeia NBC afirmava numa emissão difundida em Julho de 1971 que o presidente Thieu traficava com ópio para financiar a sua campanha antes da reeleição de Outubro de 1971. Designava igualmente o tenente-general Dang Van Luang, um dos conselheiros mais próximos de Thieu, como o maior traficante do Vietname.

No firmamento do tráfico de ópio, Ouane Rattikoune, general em chefe do

exército do Laos de Janeiro de 1965 a Julho de 1971, cujas actividades foram corajosamente denunciadas pelo general Khamu, chefe dos serviços secretos, e também pelo Grupo especial de investigações dos narcóticos criado em Março de 1972. Numa entrevista a Catherine Lamour em Abril de 1972, declarava: «o general Ouane Rattikoune é o grande chefe do tráfico de ópio e seus derivados no Laos. Grande número de altos funcionários civis e militares do Laos, da Tailândia e do Vietname fizeram grandes fortunas aceitando fechar os olhos a esse género de actividades. O general Ouane Rattikoune não se contentou em receber envelopes para proteger o tráfico. Organizou-o. Controla uma rede internacional com contactos em Bangkok, Saigão e Hong-Kong e utiliza a famosa refinaria de Ban Houai Sai, onde fabrica 100 quilos de heroína por mês«.

Nessa época o Laos era uma monarquia constitucional. Na realidade, porém, era uma espécie de confederação de potências locais onde reinava uma corrupção sem precedentes.

Em 2 de Dezembro de 1975, abolida a monarquia, o pais foi empurrado para a via socialista. Não obstante ter expulsado em 1979 do seu território as tropas e os peritos chineses, perfilou-se totalmente do lado vietnamita e soviético. Sendo um pais tão pequeno, a Embaixada da URSS contava em 1985 com 27 diplomatas, 100 conselheiros civis e 500 conselheiros militares. Do seu lado, o Vietname tinha 6000 técnicos, 1000 dos quais trabalhavam directamente com os ministérios. Todo esse minúsculo mundo tomou a seu cargo o lucrativo tráfico de ópio. Os regimes mudam, o dinheiro da droga fica...

Birmânia

É nestes termos que Catherine Lamour e Michel R. Lamberti, na sua obra Les Grandes Manõevres de l'Opium, abordam o problema birmânico: «A União Birmânica compõe-se de vários Estados. Os birmanes, de origem mongol, representam apenas 50% da população do país. Mas depois da guerra civil e da independência (1948) monopolizaram quase sem interrupção o poder central. Os kachins, os shans, os karens, os mons, nunca aceitaram este estado de facto, e a partir de certa data ficaram em constante rebelião. Mas nunca conseguiram realizar a unidade que certamente lhes teria permitido derrubar o governo de Rangoon. Depois de lutas ásperas para assegurarem a sua hegemonia na «parte útil» do país, o vale de Irrawaddy, onde vivem 4/5 da população, os birmanes resignaram-se mais ou menos a não controlar mais de 60% do território da União Birmânica.

«São justamente algumas dessas regiões que fazem da Birmânia o maior produtor de ópio ilícito: segundo as estimativas mais optimistas, a Birmânia encaminha todos os anos para o mercado clandestino de estupefacientes entre 400 e 700 toneladas de ópio. As principais zonas de cultura da dormideira encontram-se ao longo da fronteira chinesa, nos Estados shans e kachins«.

Os senhores do ópio controlam nesse país um bom terço do território. O rei incontestado do ópio é Khun Sa. Reina sobre um exército composto por 4000 ou 5000 homens (chegou mesmo a avançar-se o número de 16.000!), e a sua cabeça foi posta a prémio pela DEA americana. Mas nas montanhas do leste da Birmânia Khun Sa troça há anos dos serviços do exército tailandês encarregados da luta antidroga. Encurralado pelos tailandeses em 1982, deu-se ao luxo de dinamitar uma caserna de Chiang-Mai, a segunda

cidade do país.

Em 1985 circulou o rumor de que Khun Sa adoecera com diabetes e que a sua morte estaria para breve, mas os seus lugares-tenentes negaram o fundamento do rumor. Prudente, um oficial tailandês dos narcóticos declarou: «Só acreditarei na morte de Khun quando vir o seu cadáver«. Tinha toda a razão.

Com efeito, a sua biografia está cheia de zonas obscuras. Sabe-se que nasceu na Birmânia em 1933 e que é filho de um funcionário chinês e de uma dignitária shan. Proclama-se o grande defensor da pátria shan oprimida; o ópio não seria mais que o nervo dessa rebelião, que lhe custa 500.000 dólares por mês. Mas não somos idiotas. Khun Sa é mais um padrinho que um rebelde, um mercador de ópio que manipula pobres recrutas shan para defender a sua fortuna e as fortunas de alguns financeiros poderosos que vivem discretamente entre os arranha-céus de Hong-Kong. Para ele, a política termina onde começam os campos de dormideira...

Khun Sa, segundo parece, fez o seu primeiro serviço militar nas fileiras da 93.a divisão do Kuomintang (KTM) que, com a vitória dos comunistas em 1949, foi encalhar na Birmania. Rapidamente, porém, choca cada vez mais com os interesses similares daquele. Em 1967 começa a «guerra do ópio», que irá provocar centenas de vítimas. Dois anos mais tarde, Khun Sa é preso pelos birmanes. Na sua ausência, os negócios e o exército são encabeçados pelo seu número dois, um antigo general do KTM, Chang Tze Chuang. Em 1969, o Exército unificado anticomunista, que Khun criou a expensas suas, raptou alguns médicos soviéticos. O governo birmânico ficou em situação embaraçosa. Foram rapidamente libertados, mas Khun As -- e o governo -- desmentem qualquer relação entre os dois assuntos!

Khun Sa, que se supunha morto, deu em 1987 uma conferência de imprensa, na qual confirmou a alta geral da produção. Falou de 500 toneladas de ópio produzidas directamente sob o seu controle. O resto era da conta do Partido comunista birmânico e dos chineses nacionalistas. Estes, sobreviventes do exército do Kuomintang que foi empurrado para a Birmânia em 1949, há muito que foram reciclados -- agora com o nome de Chinese Independent Force no tráfico de droga. Khun Sa gaba-se de possuir vinte refinarias ambulantes. Em laboratórios clandestinos os soldados dessa rebelião fantasma transformam a pasta na heroína que segue para Bangkok e daí, através das redes do dopping, para os mercados europeus e americanos.

Khun Sa é um homem extremamente rico. Assegura uma excelente educação aos seus 8 filhos (alguns frequentam universidades americanas), possui uma mansão luxuosa em Bangkok, uma casa de comércio de jade em Chiang-Mai e, sobretudo, boas relações de amizade no mundo político tailandês.

Porém, segundo afirma a polícia, Khun Sa faz bluff e está a perder velocidade. Os gigantes do Triângulo de Ouro seriam os comunistas birmânicos, o PCB. Este, que já não recebe ajuda da China, lançou-se com êxito nos negócios. Controla mais de 50% da produção de ópio na parte birmânica do Triângulo. É o próprio partido que trata da sua transformação em morfina. Tomou a seu cargo a protecção das caravanas de mulas que transportam o produto para a fronteira tailandesa. Por outro lado, concluindo estranhas alianças com os grupos mais díspares, como os nacionalistas chineses ou o exército de independência kachin, o Partido

comunista da Birmânia garante o transporte do anidrido acético a partir da fronteira indiana.

A droga segue os caminhos habituais. Chegada fraudulentamente à Tailândia embarca para a Malásia, Europa e Estados Unidos. Os padrinhos vivem em Hong-Kong ou em Macau, nos Estados Unidos, na Espanha ou na França.

Hong-Kong, Plataforma do Mundo Asiático

Hoje, 60 a 70% da heroína consumida na França provem dos países do Triângulo de Ouro. Uma parte da Mafia de Hoog-Kong é o comanditário desse tráfico. Hong-Kong é o local mais atraente da Ásia para a colocação do seu dinheiro. As divisas entram e saem livremente. Pode aprovisionar-se uma conta com milhões de dólares sem ter de apresentar uma justificação. Não há qualquer verificação, nenhum controle. Tais facilidades fizeram de Hong-Kong -- terceira praça financeira mundial -- a plataforma giratória na ásia do tráfico de estupefacientes.

A maior parte das grandes redes, ligadas às sociedades secretas de Hong-Kong, teriam sido, segundo algumas opiniões, desmanteladas no fim dos anos 70 -- temos sérias dúvidas quanto a isso -- e o tráfico, não falando do consumo local, já não passaria pela colónia. Assiste-se então a operações comerciais de tipo triangular. O ópio é produzido e transformado em heroína ou em morfina: o processo é financiado e organizado a partir de Hong-Kong por intermediários que nem sequer tocam no produto e que se dissimulam atrás de outros intermediários. A droga é transportada por passadores, isoladamente ou em grupos, que só conhecem quem lhes remeteu o pó branco. Vigiados por desconhecidos, entregarão a mala a outros desconhecidos. A extrema compartimentação das operações torna as organizações inapreensíveis, já que dispõem de homens de mão que fazem reinar uma ordem implacável.

Os principais traficantes pertencem à comunidade teochiew, originária da região de Swatow, a norte da província de Cantão. Falando um dialecto que os outros chineses dificilmente compreendem, muito fechados na sua comunidade e nas suas famílias, a partir do último século agarraram em Hong-Kong, onde são numerosos, o tráfico de ópio, e, depois, da heroína. A origem dessas redes explica a importância dos contactos na Tailândia e a utilização frequente de passadores sino-tailandeses ou sino-khmers, que também são teochiew, assim como um grande número de malaios de etnia chinesa. Esses sino-khmers, em muitos casos, são refugiados, e a maior parte entrou ilegalmente na França depois de 1975.

Peter Driscoll, inspector da Royal Hong-Kong Police Force, a trabalhar também na Interpol, calcula que «há em Hong-Kong 70.000 a 120.000 membros de tríades numa população de 6 milhões de habitantes», divididos em 33 tríades diferentes, cada uma com as suas ramificações. Além de forte implantação em Hong-Kong e Taiwan, as tríades dispersaram-se em todo o lado onde os huachiao (chineses do ultramar) construíram uma comunidade importante. As Chinatowns de Nova Iorque, S. Francisco, Toronto, Amesterdão, Londres e Paris, têm as suas sociedades secretas.

A parte do tráfico de heroína controlada pelos chineses não deixou de crescer. Em 1982, segundo a DEA, 93% da heroína vendida em Nova Iorque

vinha do Crescente de Ouro (Turquia, Irão, Afeganistão, Paquistão). Em 1988, a parte que provinha do Triângulo de Ouro (Tailândia, Birmânia, Laos) ultrapassava 40%. A mais poderosa das tríades, a Sap Sie Kee, mais conhecida como 14K, conta com cerca de 24.000 membros. Está fortemente implantada em Hong-Kong, mas é também muito activa em Amesterdão e na Bélgica, onde controla uma boa parte do tráfico de heroína proveniente do Triângulo de Ouro. Como em toda a parte, existem lá fortes rivalidades. Há constantes lutas pelo poder entre certos chefes de tríades. Chung Mon, padrinho da Chinatown de Amesterdão e importante dirigente da 14K, foi abatido em Março de 1975, assim como o seu sucessor, Can Yuen Muk. Os autores do duplo assassinato foram membros da tríade Ah Kong («a Companhia», em chinês), de Singapura, quando decidiu controlar a distribuição de heroína em Amesterdão sem ter de passar pela 14K

Com a entrega em 1977 da colónia britânica de Hong-Kong à China, a polícia de Hong-Kong preveniu as autoridades australianas de um possível êxodo maciço das tríades, as célebres sociedades secretas chinesas. Durante um seminário em Sidney sobre corrupção policial, um oficial da polícia de Hong-Kong, John Sheppard, referiu que as tríades chinesas procurariam certamente implantar-se noutros países, especialmente na Austrália. O comissário não pensa que esse êxodo seja iminente ou desproporcionado relativamente ao número de emigrantes chineses.

Não é o parecer de Carmel Chow, delegado na Austrália da ICAC (Comissão independente anticorrupção) junto da NCA (Autoridade nacional anticrime). No mesmo seminário, Chow declarava que na Austrália operavam no mínimo uns 2000 membros das tríades, isto é, perto de 1% da comunidade chinesa local. Esses gangsters, dizia Carmel Chow, são responsáveis por 90% do tráfico de heroína -- que atinge 250 milhões de dólares anuais -- e Sidney é o centro do tráfico.

Segundo outras fontes australianas, esse tráfico elevar-se-ia a 1 bilião de dólares, cujos 2/3 são embolsados pelas tríades, que também dirigem redes de prostituição, racket e apostas ilegais. Ainda segundo Chow, as tríades recorrem a redes vietnamitas da Austrália. As dificuldades maiores da polícia australiana são a questão linguística e o aspecto europeu dos agentes da polícia, que os torna identificáveis.

Resta assinalar que o ice (gelo), droga dura distribuída pelos gangs de Hong-Kong que semeia o pânico entre os agentes antidroga dos Estados Unidos, chega da Ásia, de Seul e de Manila, via Hawai e costa do Pacífico. É um produto sintético, perigoso e difícil de detectar. Impossível, com efeito, distinguir um drogado com ice e um esquizofrénico no paroxismo de uma nevrose. Em Honolulu, mais de 700 clientes regulares dessa droga estão internados em centros especializados. Balanço de 1989: 32 mortos e 400 prisões ligadas ao ice. O dobro dos estragos provocados pelo crack e pela cocaína na ilha. Há 2 anos o flagelo ainda era desconhecido no Hawai. Os traficantes e revendedores são geralmente bandos de jovens filipinos armados que compram a matéria-prima em Hong-Kong.

Polícia e magistrados concordam que à cabeça do tráfico de heroína na França há uma maioria de chineses oriundos de Hong-Kong, Bangkok, Singapura e Cholon. Entre Dezembro de 1981 e Dezembro de 1983 foram desmanteladas 10 redes chinesas, capturados 260 traficantes asiáticos e apreendidos 207 quilos de cocaína.

Um exemplo. Em Fevereiro de 1984, pela primeira vez na história da repressão antidroga, foi posta a descoberto a estrutura comercial de um tráfico de heroína-base: uma apreensão de 56 quilos num caso que envolveu dois continentes e que pôs em jogo cinco empresas internacionais asiáticas de import-export. O caso teve início em Janeiro de 1984. A polícia de Anvers apreendeu nesse dia 56 quilos de heroína no apartamento de um sino-vietnamita, Santi Hiransaroj. Dias depois era preso em Paris Peter Sin Chor Ng, jovem milionário chinês nascido em Hong-Kong, de nacionalidade britânica, então proprietário e gerente do luxuoso restaurante Chinatown, que substituiu o não menos famoso La Reine Pédauque da rua Pépinière, em Paris. Este habitué do jet-set e dos Rolls-Royce foi apontado por outros réus como um dos patrões. Proprietário de estabelecimentos em Londres e em Hong-Kong, o patrão do Chinatown era um hakka? Membro dessa minoria chinesa conhecida pela parte que desempenha no grande banditismo organizado?

Os hakkas infiltram-se nas sociedades secretas chinesas e nas suas associações de caridade. Dessa maneira quadriculam a comunidade chinesa de Hong-Kong. Colonizaram as comunidades chinesa e indonésia de Amesterdão e bairros chineses de grandes cidades americanas. A coberto das chamadas tríades, os hakkas controlam o jogo e o racket entre os 100.000 chineses da França. Mais de um terço deles vive em Paris, a mais chinesa das cidades europeias.

A droga foi encontrada em duas centenas de caixas de rambutan, fruto muito popular na Ásia, destinadas à Food Stuff France, empresa que nada tem de fantasma: importa quotidianamente produtos asiáticos destinados ao mercado francês. Para a venda de rambutan, que esconde a de heroína, a Food Stuff France fornece-se numa empresa de import-export instalada em Bangkok, Tailândia, a Boon Manyee, especializada na importação de máquinas para fabrico de aletrias. A Boon Manyee não tem outra actividade que não seja tráfico de droga. O seu dirigente, Ah Po, acusado como um dos responsáveis, cumpre em Bangkok uma pena de 37 anos de prisão por tráfico de droga. A empresa Boon Manyee pertencia ao milionário Peter Sin Chor Ng, o dono do Chinatown. O seu motorista, Ngoin Phong Tan, cambojano, foi igualmente acusado nesse tráfico de droga.

Entre a Boon Manyee, a exportadora tailandesa e a Food Stuff France, cliente francesa, intervinham sucessivamente três intermediários, qualquer que fosse a transacção comercial. A empresa Food Stuff Trading International, instalada em Singapura, que tinha por patrão Santi Hiransaroj -- em cuja casa foram encontrados os 56 quilos de heroína -- confiara ao seu meio-irmão, Kim Quach, a gerência da Food Stuff France. Santi, pelo lado da mãe, é meio-irmão dos Quach. Ficava em casa de Tan Quach, um dos acusados, quando ia a Paris e foi no seu apartamento de Anvers que a polícia o surpreendeu a desembalar os sacos de heroína. Dois outros tailandeses tinham sido já condenados na Bélgica a 10 anos de prisão: Took Suetang e Santi Hiransaroj. O primeiro reconheceu ser há anos o contacto dos compradores de heroína; o segundo, Took, confessou-se revendedor de heroína na Europa desde 1980: três viagens e importação de 35 quilos de heroína em 1980 em máquinas de fabrico de aletria entregues a Boon Manyee, a empresa de Peter Sin Chor NG, de Colombes. Outra era a Asia Import-Export com sede em Herzogenrath (Alemanha), dirigida por um vietnamita apátrida, Van Tran Truong, cuja mulher vivia em Paris. Beneficiou de improcedência nesse processo da Bélgica e noutro processo-

incidente na Alemanha. A terceira e última sociedade implicada nesse tráfico era a Sun Wah, de Anvers.

Tudo começou por uma carta anónima enviada aos investigadores em 5 de Maio de 1983, segundo a qual «a empresa Sun Wah, do porto de Anvers, faz tráfico de heroína«.

Como se vê, nada é mais simples no reino das tríades... E não é caso único. Em 21 de Fevereiro de 1989 as autoridades americanas apreenderam no bairro Queen's de Nova Iorque 400 quilos de heroína no valor de 1 bilião de dólares, suficiente para «aprovisionar« 100.000 drogados durante 1 ano. No total foram presas 31 pessoas que iam chegando de Nova Iorque, Los Angeles, Detroit, S. Francisco, Hong-Kong, Singapura, Toronto, Calgary e Vancouver. Verdadeira teia de aranha que tinha como chefe Fok Leung Woo, residente há longa data no bairro chinês de Manhattan, Nova Iorque, e antigo presidente do Chinatown Democratic Club.

A descoberta, feita depois de uma investigação de 18 meses, provou de novo à polícia e à justiça americanas que os sindicatos asiáticos do crime tomaram a dianteira a outras organizações. O procurador precisou que as autoridades americanas tinham identificado há 18 meses a principal rede chinesa que operava em Nova Iorque e que haviam lá infiltrado um agente da segurança americana (FBI). Assim, a pista dos 400 quilos de heroína pôde ser seguida desde o Triângulo de Ouro aos confins da Birmânia, do Laos e da Tailândia aos Estados Unidos via Hong-Kong, onde 9 pessoas foram presas pelo mesmo caso. Chris Cantley esclareceu que essas 9 pessoas, entre as quais uma mulher, pertenciam a três diferentes sindicatos do crime que ocasionalmente se ligavam entre si na exportação de heroína para os Estados Unidos.

Coreia

Se muitos fazem do tráfico de droga na Coreia do Sul um comércio com os japoneses lá residentes, o mesmo acontece com a Coreia do Norte. É muito difícil obter informações precisas mas, em 1976, uma série de histórias veio desafiar todas as crónicas.

Kim Hong Chul, desde há 3 anos, era o embaixador em Copenhaga da Coreia do Norte. Em 14 de Outubro foi expulso com mais três colaboradores seus. O embaixador, como vulgar traficante, tinha metido a mão no saco: foi apreendido pela polícia um camião da Embaixada com 147 quilos de haxixe.

Dois dias depois, o governo norueguês expulsava os quatro membros da missão norte-coreana em Oslo, acusados de «mercado negro diplomático». Em 20 de Outubro era a vez do governo finlandês declarar persona non grata os quatro diplomatas norte-coreanos de Helsínquia. Na Suécia, depois das revelações da polícia sobre a implicação da Embaixada da Coreia do Norte, o embaixador e os seus adjuntos não esperaram pela expulsão oficial e fizeram discretamente as malas.

O caso teve início em 1976, quando os serviços secretos dinamarqueses acharam estranhas as boas relações entre esses diplomatas e os grandes barões do meio dinamarquês. Avisados, os seus homólogos de Oslo, Estocolmo e Helsínquia fizeram as mesmas observações e assinalaram o estranho vaivém de uma camioneta protegida com a sigla CD que ia

periodicamente à Polónia. Um diplomata norte-coreano chegado a Marselha foi objecto de uma investigação em Agosto. Em Maio tinham sido presos no Cairo dois colegas seus com 400 quilos de haxixe.

Em breve as malhas iam apertar-se à volta dos homens de Pyong-Yang, que já não continuariam com o seu comércio, como se este fizesse parte da sua missão de diplomatas.

O gang não agia por sua conta própria. As operações ilícitas eram encomendadas pelo governo comunista de Kim Il Sung no fito de conseguir divisas fortes e financiar a propaganda nos países citados. O fim justificava os meios...

Japão

Os Yakusa, nome com que são denominados os bandidos nipónicos, formam um mundo que se assemelha à Mafia italiana. Segundo a polícia, nos anos 80 havia umas 2650 organizações conhecidas de gangsters que agrupavam 120.000 membros além de 300.000 pessoas mais ou menos filiadas nos diferentes grupos. Estão instalados em todas as grandes cidades do arquipélago, mas particularmente nas regiões de Tóquio e Osaka, onde a polícia supõe que gerem 26.000 estabelecimentos: restaurantes, bares, empresas de construção, de transportes, instituições de crédito, etc. O total representa um número de negócios superior a 25 biliões de francos. Praticamente todas essas organizações têm estabelecimentos com porta aberta para a rua. Oficialmente são associações de socorros mútuos contra as quais a polícia não pode grande coisa.

Nos nossos dias, segundo a National Police Agency (NPA), a margem anual dos seus negócios eleva-se a 1,3 triliões de yen (52 biliões de francos). Três grupos dominam essa corja de patifes. Na região de Tóquio (Kanto), o Inagawa-Kai e o Sumiyoshirengo-Kai controlam respectivamente 6000 e 8000 homens. Do lado de Kobe-Osaka (Kansai), o Yamaguchi-gumi tem 20.000 às ordens. Este último é, sem dúvida, o mais importante sindicato do crime, com mais de 465 organizações filiadas. Um dos grandes padrinhos nipónicos foi Kazuo Taoka, chefe do Yamaguchi-gumi em 1946, com a idade de 33 anos. Nessa época, como muitos outros, não passava de um pequeno bando de Yakusa. Alcunhado de «Urso« pela sua brutalidade, Kazuo Taoka fez do grupo uma verdadeira multinacional, com centenas de escritórios equipados com computadores que geriam o seu império.

A organização do Yamaguchi-gumi consiste numa sucessão de pirâmides que formam unidades independentes. Mesmo destruída uma unidade, o conjunto mantém-se intacto. Cada uma das unidades não conta com mais de uma vintena de homens, sendo o chefe um dos membros da organização superior. E assim sucessivamente, até ao cume da pirâmide.

A actividade ilegal mais lucrativa dos mafiosos nipónicos, começando pelo Yamaguchi-gumi -- apesar de Taoka ser membro da Associação de luta contra a droga -- é o tráfico de narcóticos. Em 1975 havia no Japão pouco LSD ou marijuana, e ainda menos drogas duras como a heroína. Em contrapartida, existia um mercado colossal de drogas ditas leves à base de anfetaminas. A dificuldade maior da polícia na sua luta contra a droga residia no facto dos traficantes exercerem a actividade no estrangeiro. As anfetaminas eram fabricadas em Taiwan e na Coreia do Sul, na sua maioria

em laboratórios de japoneses.

Quanto à heroína, os Yakuza participam no trafico proveniente de Hong-Kong e destinado aos Estados Unidos: a droga não segue a rota directa do Triângulo de Ouro, nas fronteiras da Birmânia, Laos e Tailândia, transita da colónia britânica para Kobé, onde, sem tocar terra, passa para navios que seguem para o Hawai. Segundo a polícia americana, essa ilha tornou-se o alvo preferido da corja nipónica. O bairro de diversões de Waikiki, Honolulu, regorgita de estabelecimentos japoneses -- bares, salões de massagens -- que, na realidade, não passam de camuflagens de actividades mais lucrativas: droga e tráfico de armas. Em contrapartida, os mafiosos japoneses estão pouco implantados em Hong-Kong ou em Singapura, onde as tríades não os deixam penetrar.

O padrinho Kazuo Taoka morreu em 1981 depois de uma longa doença cardíaca. Sucedeu-lhe Masahisa Takenaka, assassinado em 27 de Janeiro de 1985 em Osaka. São quentes as lutas pelo poder no seio do Yamaguchi-gumi. O actual padrinho é um homem de 48 anos, Yoshinori Watanabe, eleito em 27 de Abril de 1989 à cabeça do Yamaguchi-gumi.

Mais curioso ainda, o refúgio dos Yakuzas é a Bolsa de Tóquio. Atacam-se com as suas fortunas imensas, e não apenas as sociedades cotadas na Bolsa. Diferindo do bolsista normal, entram mascarados e, uma vez introduzidos, jogam com o terror que inspiram, reclamando às suas vítimas «um pequeno sacrifício« para as deixarem tranquilas. As estatísticas oficiais recensearam 123 casos entre 1987 e 1989. «A passagem dos Yakuzas era previsível -- explica um oficial da National Police Agency. -- Têm dinheiro líquido para reciclar e para fazer frutificar«. Se um bom número sucumbe perante ameaças de morte ou chantagem de rapto, acontece que certas vitimas reagem.

Uma das «estrelas negras» da Bolsa de Tóquio, Yasuji Ikeda, caiu -- do cavalo, diz-se agora -- por ter tentado fazer mão baixa sobre um fabricante de equipamentos para automóvel. Foi então que o seu nome reapareceu no meio da grande revelação nascida do escândalo Recruit. Para montar os seus golpes, Ikeda misturava apoios políticos e dinheiro sujo do Yamaguchi-gumi. Segundo o Mainichi Shimbum, a sua intrusão vitoriosa em 1987 na firma Tokai empresa de construção, foi orquestrada por Aoki Corp. Segundo parece, Aoki, outro empresário de construção, pertence à carteira de Takeshita. O primeiro-ministro japonês é um dos seus accionistas e a Aoki Corp é suspeita de lhe servir de biombo no financiamento das campanhas eleitorais. Este tipo de conivência com os políticos é moeda corrente no Japão.

Em Outubro de 1989 a presidente do Partido socialista nipónico, Takako Doi, que acabava de alcançar um grande sucesso nas últimas senatoriais, «unificou« jornais com dinheiro dos proprietários dos Pachinkos. O Pachinko, dirigido pelos Yakuzas, é o quadro luminoso local. Para obterem a cumplicidade dos políticos, os Pachinkos membros da Mafia coreio-japonesa «regaram« todos os partidos, mas o socialista terá sido olhado de maneira especial: a integra senhora Doi beneficiou ocultamente de múltiplos donativos, enquanto chegavam somas de 600.000 francos aos bolsos dos deputados socialistas!

Mais grave: esses fundos provinham de Pyong-Yang, onde um quarto das 15.000 salas do Pachinko é controlado pela Chosensoren, associação de

residentes coreanos no Japão que trabalha em ligação estreita com o regime de Kim Il Sung. Como por acaso, o Partido socialista nipónico é o único partido japonês que tem boas relações com a Coreia do Norte.

Depois do funeral de Taoka, acompanhado de 1300 gangsters e outros tantos homens de negócios e estrelas do show-business, os Yakusas completaram a sua obra. Em Bangkok, em Hong-Kong, tomaram contacto com as tríades chinesas -- até então impenetráveis -- e, à escala industrial, lançaram-se decididamente na exportação de heroína para os Estados Unidos. Em 1985 foram presos em Honolulu vários yamaguchi-gumi com 35 quilos de «pura» nas bagagens. No continente americano a polícia localizou Yakuzas em Nova Iorque e em Los Angeles e também na Virginia, Las Vegas, Seattle... Controlam casinos, dirigem o turismo nipónico e exercem o racket sobre as empresas japonesas dos Estados Unidos. Pelo seu lado, os directores do Chase Manhattan Bank e da General Motors receberam a visita dos sokaiya, especialistas em chantagem contra grandes companhias. Foram recenseados cerca de 6000 sokaiya, todos ligados de perto aos Yakuza.

O 26 de Junho de cada ano é um dia de terror para as 1067 empresas cotadas na Bolsa de Tóquio e para a sua assembleia geral de accionistas. Possuidores de algumas acções, virão os sokaiya apresentar dezenas de perguntas sobre a maneira de viver dos dirigentes ou armar zaragata na sala? Uma assembleia bem ordenada consegue chegar harmoniosamente de um voto à unanimidade em 20 minutos. Para não ser condenada a defender-se durante 14 horas de pequenos accionistas e jornalistas, como aconteceu com a Sony em 1985, há que pagar!

As empresas organizam recepções destinadas a oferecer sumptuosas prendas aos sokaiya, encomendam publicidade caríssima às suas folhas de couve, remuneram principescamente os sokaiya-consultores, como o célebre Shimazaki Economic Research Institute, que recebe contribuições de 63 bancos diferentes... No total, mais de 500 milhões de dólares por ano, 70% dos quais acabam nas mãos dos sindicatos japoneses do crime.

Na Europa é igual. Seiji Hamamoto, sokaiya célebre, inaugurou em 19810 seu ramo londrino. Um dos seus concorrentes, Doyukai, compra acções da Compagnie Française des Pétroles e do banco Paribas. Os Yakuzas importam igualmente pornografia escandinava, viaturas e anfetaminas da Alemanha e armas da Itália. Não falando da consolidação, graças à existência em S. Paulo de uma comunidade japonesa de 250.000 pessoas, de uma testa-de-ponte sul americana encarregada de importação de cocaína e de exportação de raparigas brasileiras para o Japão. De tal calibre, que a exposição universal de Tsukuba de 1984 teve como responsável principal o Yamaguchi-gumi que se arrogou o direito à sua gestão imobiliária e comercial.

Mas a superioridade dos Yakuzas reside no controle do fenómeno político. Em que outro país desenvolvido se vê um antigo primeiro-ministro pagar a caução de um assassino a soldo do Yamaguchi-gumi? O ministro do Trabalho Ohno, membro do gabinete Yasuhiro Nakasone, agradecia a um membro do mesmo sindicato, que o convidara para o casamento do filho, por tê-lo «ajudado a ganhar as eleições e a promover os seus negócios». O ministro da Justiça Hatano, membro do mesmo gabinete, foi acusado de ter sido pago como consultor por associações que controlam o jogo. Declarou em sua defesa: «Exigir moralidade a um político é o mesmo que encomendar peixe a um vendedor de legumes».

A polícia faz o máximo que pode contra tais manobras. Mas não tem a arma absoluta: a investigação do livro de cheques. Isso choca com o segredo bancário. Se a polícia resolver interrogar um banco, este não é obrigado a responder. Mais: pode contar uma patranha e, mesmo que a patranha seja provada, isso não constitui qualquer injúria. Legislação, nenhuma. Colaboração, nenhuma. Um bom exemplo é o caso Noriega. Os Estados Unidos pediram ao governo japonês que congelasse as suas contas bancárias. As suas contas? Quais contas? Em que banco? A justiça não pode congelar seja o que for: só os bancos sabem onde estão os dólares, e esses não prestam contas a ninguém.

O fisco bem pode pôr o coração de lado se pensa decapitar o cérebro. Yoshinori Watanabe, o boss do Yamaguchi-gumi, está «desempregado». Hori Masao e Kakuji Inagawa, os padrinhos do Sumiyoshirengo-Kai e do Inagawa-Kai são «velhos sem emprego». Vivem da caridade dos outros...

Assim se vão aproveitando. Segundo certas informações, o contágio já chegou ao mercado da arte. Segundo os peritos, a recente subida dos preços, a investida de misteriosos compradores japoneses e a possibilidade de pagamento em espécie são índices seguros do branqueamento de dinheiro criminoso. Os Christie's e os outros Sotheby's estão inquietos. «Temos alguns indícios, mas não provas formais», precisa a comissária da Polícia Judiciária Mireille Ballestrazzi, encarregado da repressão de fraudes e do roubo de objectos de arte.

Em 1987 foram encontrados na casa de um Yakuza cinco Corot roubados em França. Em Setembro de 1989, Yasumichi Morishita adquiria 7,3% do capital de Christie's. Morishita é um usurário notório com uma ficha judiciária completa. Quatro acusações. Três improcedências. Um ano de prisão em 1985 por falsificação. A sua residência foi objecto de um tiroteio recente. Compra impressionistas em Londres ou em Nova Iorque como quem compra cigarros... O homem que lhe propôs vender Les Noces de Pierrettes, Tomonori Tsurumaki, tem também uma bela ficha. Em Fevereiro de 1986 foi interpelado -- juntamente com três Yakuzas filiados no Inagawa-Kai -- por motivos mais que suficientes: falsificação, chantagem, ameaças...